

CIDADES CAPITAIS

Paisagens em (trans)formação



1535_Olinda_PE



1537_Recife_PE



1590_São Cristóvão_SE



1591_Marechal Deodoro_AL

Século XVI



1699_Aquiraz_CE



1698_Ouro Preto_MG



1695_Oeiras_PI



1609_Maceió_AL

Século XVII



1718_Curitiba_PR



1726_Fortaleza_CE

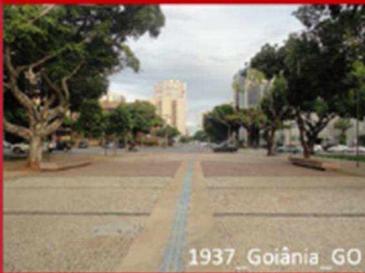


1727_Cidade de Goiás_GO



1752_Vila Bela_MT

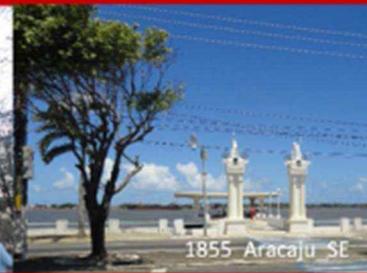
Século XVIII



1937_Goiânia_GO



1897_Belo Horizonte_MG



1855_Aracaju_SE



1852_Teresina_PI

Século XX

Século XIX

GIULIANA DE BRITO SOUSA autora

RICARDO TREVISAN orientador

Cidades Capitais
Paisagens em (trans)formação

Brasília, Outubro de 2018

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Tese de Doutorado | PPG FAU UnB

Cidades Capitais

Paisagens em (trans)formação

Tese de autoria de Giuliana de Brito Sousa orientada pelo Prof. Ricardo Trevisan submetida à Banca Examinadora como requisito obrigatório para a obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.

Brasília, Outubro de 2018

Ficha catalográfica:
<http://www.bce.unb.br/ficha/>

SS0725c SOUSA, GIULIANA DE BRITO
CIDADES CAPITAIS: PAISAGENS EM (TRANS)FORMAÇÃO /
GIULIANA DE BRITO SOUSA; orientador RICARDO TREVISAN. --
Brasília, 2018.
268 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)
- Universidade de Brasília, 2018.

1. História urbana. 2. Arquitetura da paisagem. 3.
Cidades capitais. 4. Espaços livres públicos. 5. Parques e
jardins. I. TREVISAN, RICARDO, orient. II. Título.

Referências Bibliográfica:

SOUSA, Giuliana de Brito. Cidades Capitais: Paisagens em (trans)formação.
Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-
Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de
Brasília (PPG-FAU-UnB), 268 p., Brasília-DF, 2018.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Cidades Capitais
Paisagens em (trans)formação

Giuliana de Brito Sousa
Aluna

Banca examinadora

Prof. Dr. Ricardo Trevisan (Presidente)
FAU UnB

Prof^ª Dr^ª. Carolina Pescatori
FAU UnB

Prof. Dr. Carlos Madson Reis
IPHAN

Prof^ª. Dr^ª. Luciana Carpaneda
UNIEURO

Prof. Dr. Benny Schvarsberg (Suplente)
FAU UnB

*Naquele pessegueiro mora um curió
Em todo jasmineiro tem sempre um rouxinol
Toda paineira carrega um bem-te-vi
Tem sempre um jatobá que gosta de colibri
[...]
A ordem das árvores não altera o passarinho.*

Tulipa Ruiz

*Para Vera Brito,
minha mãe!*

Agradecimentos

À Deus, causa primária de todas as coisas.

Ao meu orientador, professor Ricardo Trevisan, pela acolhida, amizade e pela orientação, por compartilhar conhecimentos e conduzir o processo de desenvolvimento e lapidação desta Tese. Aos professores da banca, pelas ricas e gentis contribuições dadas a este trabalho, Carolina Pescatori, Carlos Madson Reis e Luciana Carpaneda.

A minha família, meus pais Vera e Alberto, meus irmãos, Gabriel e Rafael, minhas cunhadas, Wilma e Gisele, aos meus sobrinhos, Maria Rafaela, Tarsila, João Miguel, João Guilherme e Heloísa e a amiga Neide, por tudo, amor, apoio, compreensão e confiança. Aos meus tios, tias, primos e primas por sempre torcerem por mim.

Aos meus amigos que me auxiliaram no caminho percorrido para a elaboração deste trabalho, seja com material, com discussões sobre o tema, acompanhando nas viagens e me acolhendo nas cidades objetos de estudo da Tese, em especial, Catarina Flores, Manoel de Brito Junior, Vera Brito, Eduardo Leite, Aline Leite, Joelson Gabriel de Brito, Rafael de Brito, Tio Sibite de Brito, Márcia Mascarenha, Denise Mascarenha, Ana Paula Martins, Darley Medeiros, Geraldo Fernandes, Jessica Leal, Elton Sampaio, Cristina Fernandes, Maria Elizabeth Fernandes, Daniela Castro, Alithea Fernandes, Fabiana Carvalho, Marta Raquel Alves, Érica Cecília Soares, Cíntia Gomes, Carlos Café, Hiaticiane Cunha, Marly Santos, Andreia Tiberly e Tadeu Melo.

Agradecimentos especiais aos que me acompanharam nas finalizações do trabalho, ao Caio Silva, diagramador oficial de quadros, a Maria Batista, organizadora de referências e a Elen Vianna e a Karenina Matos, leitoras atentas.

Agradecimentos especiais aos professores que contribuíram para resultados alcançados nesta Tese, a Wilza Lopes, que iniciou esta pesquisadora no tema espaços livres públicos, ao Vicente Barcellos (*in memoriam*), que incentivou as possibilidades de se trabalhar a arquitetura da paisagem, a Assunção Rodrigues, com as discussões sobre arquitetura da paisagem, ao Benny Schvarsberg, por instigar que a teoria deveria ser colocada em movimento e a Maria Elaine Kohlsdorf, pelas discussões sobre cidades, pessoas e suas expectativas.

Aos professores colegas do Centro Universitário Unieuro, que a cada dia compartilham momentos de aprendizagem e conhecimento na profissão da docência em Arquitetura e Urbanismo.

Aos meus alunos, com os quais a cada dia aprendo mais.

Aos funcionários da secretária do PPG/ FAU, representados por Francisco Júnior e Diego Luna, pela ajuda e disponibilidade de sempre.

Aos funcionários das Superintendências do IPHAN dos oito estados visitados (PI, CE, PE, AL, SE, GO, MT, MG); dos Arquivos Públicos de Olinda, Recife e Maceió; da prefeitura de Aquiraz; da Secretária de Turismo de Mato Grosso; das Bibliotecas públicas de São Cristóvão e Vila Bela da Santíssima Trindade. Ainda aos historiadores que gentilmente conversaram comigo nas cidades de Oeiras, Junior Vianna, de Vila Bela da Santíssima Trindade, Rosa Betânia Veloso Silva Brito e de Ouro Preto, Deolinda dos Santos.

À UnB, pela oportunidade de aprendizado possibilitada pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para a conclusão deste trabalho. MUITO OBRIGADA!

Lista de Figuras

<i>Figura 1: Jardins da Quinta da Boa Vista. Rio de Janeiro. Jardim projetado em estilo romântico inglês. Fonte: Riotur (2018).</i>	2
<i>Figura 2: Praça das Vitórias, vista a partir de sua igreja matriz Nossa Senhora da Vitória, onde a paisagem do centro histórico de Oeiras se mostra contornada por morros. Fonte: Giuliana Sousa (2016).</i>	3
<i>Figura 3: Vista da Praça da Bandeira, entre o rio Parnaíba e a igreja Nossa Senhora do Amparo, centro original de Teresina. Fonte: Coordenação de Registro e Conservação – CRC/SECULT (2018).</i>	4
<i>Figura 4: Saint James Park em Londres. Fonte: Giuliana Sousa (2011).</i>	40
<i>Figura 5: Parque Monceau, criado em 1861. Fonte: Giuliana Sousa (2011).</i>	42
<i>Figura 6: Central Park de Nova Iorque. Fonte: LOVINGNEWYOK, 2018.</i>	43
<i>Figura 7: Sistema de parques de Boston. Fonte: EMERALD, 2018.</i>	44
<i>Figura 8: Centro histórico de Mariana, caracterizado por apresentar malha regular. Fonte: Giuliana Sousa (2017).</i>	73
<i>Figura 9: Centro histórico de Mariana – igreja de São Francisco de Assis e da igreja Nossa Senhora do Carmo, as igrejas estão em frente à Casa de Câmara e Cadeia. Fonte: Giuliana Sousa (2017).</i>	73
<i>Figura 10: Centro histórico de Salvador (BA), Elevador Lacerda que faz a ligação entre a cidade alta e a cidade baixa. Fonte: Giuliana Sousa (2016).</i>	74
<i>Figura 11: Ladeira do Jacaré, entrada da cidade e acesso ao centro histórico de Alcântara (MA). Fonte: Giuliana Sousa (2016).</i>	74
<i>Figura 12: Pintura de Albert Eckhout: Índia Tupi, 1641. Fonte: UNOPAREAD, 2018.</i>	78
<i>Figura 13: Detalhe ao fundo para a casa colonial, onde se ver o jardim, segundo GOYA & LANDIM. UNOPAREAD, 2018.</i>	78
<i>Figura 14: Jardins do Palácio Conde Maurício de Nassau. Fonte: REIS FILHO (2000).</i>	80
<i>Figura 15: Passeio Público de Lisboa. Fonte: LISBOAHOJEEONTEM, 2012.</i>	82
<i>Figura 16: O traçado de Valentim na planta da cidade do Rio de Janeiro, de Francisco Betancourt (1791). (PASSEIOPUBLICO, 2018).</i>	82
<i>Figura 17: Projeto de Glaziou para a reforma do passeio público. Fonte: PASSEIOPUBLICO, 2018.</i>	84
<i>Figura 18: Projeto para o Campo de Santana, cerca 1870-80 (Fundação Parques e Jardins, Prefeitura RJ). Fonte: CASARUIBARBOSA, 2018.</i>	84
<i>Figura 19: Centro histórico de Salvador (BA). Fonte: Sousa (2016).</i>	93
<i>Figura 20: Praça central no centro histórico de Alcântara (MA): ruínas da igreja matriz da cidade. Fonte: Sousa (2016).</i>	93
<i>Figura 21: Traçado antigo da cidade de Olinda, de 1630. Fonte: REIS FILHO (2000).</i>	108
<i>Figura 22: Imagem de satélite de Olinda. Fonte: adaptado do Google Earth (2018).</i>	110
<i>Figura 23: Malha urbana de Olinda, 2010. Fonte: adaptado IBGE (2018).</i>	110

<i>Figura 24: 1 – Ladeira da Misericórdia. Fonte: Giuliana Sousa (2017)</i>	110
<i>Figura 25: 2 - Praça da Sé de Olinda. Fonte: Giuliana Sousa (2017)</i>	111
<i>Figura 26: 3 - Parque do Carmo, igreja Nossa Senhora do Carmo no centro do parque</i>	111
<i>Figura 27: Registro histórico da cidade de Recife, 1739. Fonte: REIS FILHO (2000)</i>	113
<i>Figura 28: Imagem de satélite de Recife. Fonte: adaptado Google Earth (2018)</i>	114
<i>Figura 29: Malha urbana de Recife, 2010. Fonte: adaptado IBGE (2018)</i>	114
<i>Figura 30: 1 – Rua do Bom Jesus, antiga rua dos Judeus. Fonte: Giuliana Sousa (2017)</i>	115
<i>Figura 31: 2 - Praça do Marco Zero. Fonte: Giuliana Sousa (2017)</i>	115
<i>Figura 32: 3 - Parque das Esculturas, localizado nos arrecifes que deram origem a cidade, a partir da praça do marco zero. Fonte: Giuliana Sousa (2017)</i>	115
<i>Figura 33: Registro histórico da implantação de São Cristóvão, 1631. Fonte: REIS FILHO (2000)</i>	117
<i>Figura 34: Imagem de satélite de São Cristóvão. Fonte: adaptado do Google Earth (2018)</i>	119
<i>Figura 35: Malha urbana do centro histórico de São Cristóvão, 2010. Fonte: adaptado IBGE (2018)</i>	119
<i>Figura 36: 1 – Rua Cel. Erondino Prado, a oeste da praça São Francisco, em direção a igreja Matriz Nossa Senhora da Vitória. Fonte: Giuliana Sousa (2017)</i>	119
<i>Figura 37: 2 - Praça São Francisco, ao fundo igreja e convento de São Francisco. Fonte: Giuliana Sousa (2017)</i>	120
<i>Figura 38: 3 - Praça Getúlio Vargas e a esquerda os casarões antigos da cidade, e no centro ao final da rua a igreja Matriz Nossa Senhora da Vitória. Fonte: Giuliana Sousa (2017)</i>	120
<i>Figura 39: Registro histórico da implantação de Marechal Deodoro, 1637-1645. Fonte: REIS FILHO (2000)</i>	122
<i>Figura 40: Imagem de satélite de Marechal Deodoro. Fonte: adaptado do Google Earth (2018)</i>	124
<i>Figura 41: Malha urbana do centro histórico de Marechal Deodoro, 2010. Fonte: adaptado IBGE (2018)</i>	124
<i>Figura 42: 1 – Rua Tenente José Tomé, em Marechal Deodoro (AL). Fonte: Giuliana Sousa (2017)</i>	124
<i>Figura 43: 2 - Largo da Igreja Matriz e se alarga criando um canteiro central, com arborização e bancos, na rua Cap. Bernardino Souto, em que a direita está a antiga Casa Câmara e Cadeia. Fonte: Giuliana Sousa (2017)</i>	125
<i>Figura 44: 3 - Orla que margeia a lagoa de Manguaba, com quiosques, bancos, parquinho, e algumas árvores. Uma grande espaço livre público, ao longo da Av. Maria Madalena, mais de 500 m de extensão. Fonte: Giuliana Sousa (2017)</i>	125
<i>Figura 45: Ilustração da antiga igreja Matriz de Maceió. Fonte: Craveiro Costa (1939)</i>	127
<i>Figura 46: Imagem de satélite de Maceió. Fonte: adaptado do Google Earth (2018)</i>	128
<i>Figura 47: Malha urbana do centro histórico de Maceió 2010. Fonte: adaptado IBGE (2018)</i>	128
<i>Figura 48: 1 - Rua do Sol/ Rua do Imperador, a direita a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos pretos, inserida entre as edificações comerciais. Esta rua passa entre a Catedral e a Praça Pedro II. Fonte: Giuliana Sousa (2017)</i>	129
<i>Figura 49: 2 – Praça Dom Pedro II a partir do adro da Catedral Metropolitana, que está localizada num nível mais elevado. Fonte: Giuliana Sousa (2017)</i>	129
<i>Figura 50: 3 - Trecho da orla de Maceió junto ao centro antigo. Fonte: Giuliana Sousa (2017)</i>	129
<i>Figura 51: Registro histórico de Oeiras, finais do século XVIII. Fonte: REIS FILHO (2000)</i>	131
<i>Figura 52: Imagem de satélite de Oeiras. Fonte: adaptado do Google Earth (2018)</i>	133
<i>Figura 53: Malha urbana do centro histórico de Oeiras 2010. Fonte: adaptado IBGE (2018)</i>	133
<i>Figura 54: 1 - Avenida José Tapety. Feira ao ar livre no entorno do mercado central. Fonte: Giuliana Sousa (2016)</i>	134
<i>Figura 55: 2 - Praça das Vitórias, ao fundo a igreja matriz Nossa Senhora da Vitória. Fonte: Giuliana Sousa (2016)</i>	134
<i>Figura 56: 3- Riacho da Mocha, canalizado, a partir da sua Ponte de pedra. Fonte: Giuliana Sousa (2016)</i>	134
<i>Figura 57: Mapa de Ouro Preto, ultimo quartel do século XVIII. Fonte: REIS FILHO (2000)</i>	137
<i>Figura 58: Imagem de satélite de Ouro Preto. Fonte: adaptado do Google Earth (2018)</i>	139
<i>Figura 59: Malha urbana do centro histórico de Ouro Preto 2010. Fonte: adaptado IBGE (2018)</i>	139
<i>Figura 60: 1 - Rua Conde de Bobadela (Rua Direita). Fonte: Giuliana Sousa (2017)</i>	139

Figura 61: 2 - Praça Tiradentes. Fonte: Giuliana Sousa (2017).....	140
Figura 62: 3 - Vista da paisagem acidentada da cidade a partir do adro da igreja Nossa Senhora do Carmo. Fonte: Giuliana Sousa (2017)	140
Figura 63: Planta de Arquiraz. Disponível no museu do engenho, no parque engenhoca, Arquiraz (CE). Fonte: Giuliana Sousa (2016).....	142
Figura 64: Imagem de satélite de Arquiraz. Fonte: adaptado do Google Earth (2018).	143
Figura 65: Malha urbana do centro histórico de Arquiraz 2010. Fonte: adaptado IBGE (2018).	143
Figura 66: 1 - Rua Virgílio Coelho. Fonte: Giuliana Sousa (2016)	144
Figura 67: 2 - Praça da igreja matriz da cidade. Fonte: Giuliana Sousa (2016).....	144
Figura 68: 3 – Antiga Casa de Câmara e Cadeia. Fonte: Giuliana Sousa (2016)	144
Figura 69: Registro histórico do traçado de Cuiabá, 1777. Fonte: REIS FILHO (2000).....	146
Figura 70: Imagem de satélite de Cuiabá. Fonte: adaptado do Google Earth (2018).	148
Figura 71: Malha urbana do centro histórico de Cuiabá 2010. Fonte: adaptado IBGE (2018).....	148
Figura 72: 1 - Rua Galdino Pimentel, somente pedestres, no final do quarteirão a rua se conecta a Praça Dr. Alberto Novis. Fonte: Giuliana Sousa (2017)	148
Figura 73: 2 - Praça Alencastro a esquerda, Catedral Basílica do Nosso Senhor de Bom Jesus, a frente da igreja está a Praça da República. Fonte: Giuliana Sousa (2014)	149
Figura 74: 3 - Avenida Tenente Coronel Duarte, antigo Córrego da Prainha, onde a cidade teve início. Fonte: Giuliana Sousa (2017).....	149
Figura 75: Vila de Fortaleza em 1730. Fonte: REIS FILHO (2000)	151
Figura 76: Planta do Porto e Vila de Fortaleza. Fonte: REIS FILHO (2000)	151
Figura 77: Imagem de satélite de Fortaleza. Fonte: adaptado do Google Earth (2018).....	152
Figura 78: Malha urbana do centro histórico de Fortaleza 2010. Fonte: adaptado IBGE (2018).	152
Figura 79: 1 - Rua Castro e Silva (ao final da imagem está a Catedral Metropolitana). Fonte: Giuliana Sousa (2016).....	153
Figura 80: 2 - Praça da Sé, vista a partir do alto da antiga fortaleza Nossa Senhora da Assunção. Fonte: Giuliana Sousa (2016).....	153
Figura 81: 3 - Passeio Público. (atual Praça dos Mártires). Fonte: Giuliana Sousa (2016).....	153
Figura 82: Registro histórico da Cidade de Goiás, 1790. Fonte: REIS FILHO (2000)	155
Figura 83: Imagem de satélite da Cidade de Goiás. Fonte: adaptado do Google Earth (2018).	157
Figura 84: Malha urbana do centro histórico da Cidade de Goiás 2010. Fonte: adaptado IBGE (2018). ..	157
Figura 85: 1 - Rua Moretti Forggiam, que conecta a praça do Coreto a igreja Nossa Senhora do Rosário, localizada ao centro da imagem. Fonte: Giuliana Sousa (2017)	158
Figura 86: 2 - Praça Brasil Caiado, mais conhecida como praça do Chafariz. Na imagem a esquerda está o chafariz de cauda, e a direita está a antiga Casa Câmara e Cadeia, hoje museu das Bandeiras. Fonte: Giuliana Sousa (2017).....	158
Figura 87: 3 - Rio Vermelho, que corta a cidade, configura sua paisagem urbana. Fonte: Giuliana Sousa (2017)	158
Figura 88: Registro histórico de Vila Bela da Santíssima Trindade, 1773. Fonte: REIS FILHO (2000).	160
Figura 89: Imagem de satélite de Vila Bela. Fonte: adaptado do Google Earth (2018).	162
Figura 90: Malha urbana do centro histórico de Vila Bela 2010. Fonte: adaptado IBGE (2018).....	162
Figura 91: 1 - Rua Marechal Rondon em direção ao Rio Guaporé. Fonte: Giuliana Sousa (2017)	162
Figura 92: 2 - Praça Dom Antônio Rolim de Moura, ao fundo o Palácio dos Capitães Gerais. Esta praça fica localizada ao sul da praça Central. Fonte: Giuliana Sousa (2017).....	163
Figura 93: 3 - Ruínas da Matriz, local onde deveria existir a antiga casa do governador. Fonte: Giuliana Sousa (2017).....	163
Figura 94: Mapa do núcleo inicial de Teresina 1852. Fonte: Prefeitura municipal de Teresina (2013)....	165
Figura 95: Imagem de satélite de Teresina. Fonte: adaptado do Google Earth (2018).....	167
Figura 96: Malha urbana do centro histórico de Teresina 2010. Fonte: adaptado IBGE (2018).	167
Figura 97: 1 - Rua Simplício Mendes, típica rua do centro histórico de Teresina. Fonte: Giuliana Sousa (2016)	167
Figura 98: 2 - Praça da Bandeira em frente a Igreja Matriz Nossa Senhora do Amparo. Fonte: Giuliana Sousa (2016).....	168

<i>Figura 99: 3 - Praça Saraiva, densamente arborizada e cercada por grades, dentro da praça está a Igreja Nossa Senhora das Dores. Fonte: Giuliana Sousa (2016)</i>	<i>168</i>
<i>Figura 100: O Plano de Pirro e as atividades principais em 1857 (Planta do eng. Francisco Pereira da Silva) / sem escala. Traçado urbano de Aracaju, 1857. Fonte: PORTO (1991) apud IPHAN-SE (2000). ...</i>	<i>170</i>
<i>Figura 101: Imagem de satélite de Aracaju. Fonte: adaptado do Google Earth (2018).....</i>	<i>171</i>
<i>Figura 102: Malha urbana do centro histórico de Aracaju 2010. Fonte: adaptado IBGE (2018).</i>	<i>171</i>
<i>Figura 103: 1 – R. Laranjeiras. Igreja de São Salvador à esquerda, destaque na paisagem. Fonte: Giuliana Sousa (2017).....</i>	<i>172</i>
<i>Figura 104: 2 - Praça Almirante Barroso em direção a ponte do Imperador. Fonte: Giuliana Sousa (2017)</i>	<i>172</i>
<i>Figura 105: 3 - Praça Olímpio Campos, ao fundo a Catedral Metropolitana de Aracaju. Fonte: Giuliana Sousa (2017).....</i>	<i>172</i>
<i>Figura 106: Comissão Construtora da Nova Capital (MG). Planta geral da cidade de Minas: 1895. Fonte: Cartografia (2018).....</i>	<i>174</i>
<i>Figura 107: Imagem de satélite de Belo Horizonte. Fonte: adaptado do Google Earth (2018).....</i>	<i>176</i>
<i>Figura 108: Malha urbana do centro histórico de Belo Horizonte 2010. Fonte: adaptado IBGE (2018). .</i>	<i>176</i>
<i>Figura 109: 1 - Av. Afonso Pena com vista para a entrada principal do parque Municipal, destaque para o fechamento das copas das árvores conferindo um lugar agradável pelo jogo de sombra e luz. Fonte: Giuliana Sousa (2017).....</i>	<i>177</i>
<i>Figura 110: 2 - Praça da Liberdade, sua alameda de palmeiras Imperiais. Fonte: Giuliana Sousa (2017)</i>	<i>177</i>
<i>Figura 111: 3 - Parque municipal de Belo Horizonte. Projeto inspirado nos parques europeus, presença da natureza que confere aspecto bucólico a paisagem da área urbana da cidade. Fonte: Giuliana Sousa (2017)</i>	<i>177</i>
<i>Figura 112: TOURNIER, Reginaldo M. Frei. Mapa do estado de Goiaz. Goiânia: 1939. Fonte: Biblioteca Nacional Digital (2018).....</i>	<i>179</i>
<i>Figura 113: Imagem de satélite de Goiânia. Fonte: adaptado do Google Earth (2018).....</i>	<i>181</i>
<i>Figura 114: Malha urbana do centro histórico de Goiânia. 2010. Fonte: adaptado IBGE (2018).</i>	<i>181</i>
<i>Figura 115: 1 - Avenida Goiás, avenida central do tirdente que sai da praça Cívica, apresenta canteiro central, com elementos de referência, como uma fonte e a um relógio e bancos. Fonte: Giuliana Sousa (2017)</i>	<i>182</i>
<i>Figura 116: 2 - Praça Cívica Pedro Ludovico Teixeira. Edifício do pátio das Esmeraldas e monumento às três Raças. Fonte: Giuliana Sousa (2017)</i>	<i>182</i>
<i>Figura 117: 3 - Parque Bosque dos Buritis, este parque faz parte do projeto original para a cidade de Goiânia. Fonte: Giuliana Sousa (2017)</i>	<i>182</i>
<i>Figura 118: Vista da praça Almirante Barroso em direção à Catedral Metropolitana de Aracaju (SE). Destaque para a paginação de piso em pedra portuguesa, configurando desenhos que preenchem o espaço amplo da praça e dão homogeneidade às distintas partes da praça. Fonte: Giuliana Sousa (2017).</i>	<i>222</i>
<i>Figura 119: Configuração das ruas que formam a cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade. As ruas apresentam uma sensação de vazio, pois é conformada por edifícios muito baixos em relação à largura da via, apenas um pavimento, e não possuem arborização. Fonte: Giuliana Sousa (2017).</i>	<i>223</i>
<i>Figura 120: Riacho da Mocha em Oeiras (PI). Fonte: Giuliana Sousa (2016).</i>	<i>226</i>
<i>Figura 121: Avenida Brasil, onde é visível o declive do relevo e o desenho da rua; as quadras apresentam chanfros e os edifícios que conformam a via são altos, o que gera um fechamento proporcional na relação entre largura e altura. Fonte: Giuliana Sousa (2017).</i>	<i>227</i>
<i>Figura 122: Praça Cívica Pedro Ludovico Teixeira. Edifício do pátio das Esmeraldas e monumento às três Raças. Fonte: Giuliana Sousa (2017).</i>	<i>228</i>
<i>Figura 123: Plano de expansão da cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade de 1773. Fonte: REIS FILHO (2000).</i>	<i>233</i>
<i>Figura 124: Plano para a cidade de Vila Bela em 1775. Fonte: REIS FILHO (2000).</i>	<i>234</i>
<i>Figura 125: Plano para Vila Bela da Santíssima Trindade de 1777. Fonte: REIS FILHO (2000).....</i>	<i>235</i>
<i>Figura 126:: Plano de Vela Bela da Santíssima Trindade de 1780. Fonte: AMADO e ANZAI (2006).....</i>	<i>236</i>

<i>Figura 127: Plano para Vila Bela da Santíssima Trindade de 1789. Fonte: REIS FILHO (2000).....</i>	<i>237</i>
<i>Figura 128: Rio Guaporé, em Vila Bela da Santíssima Trindade (MT). Fonte: Giuliana Sousa (2017).....</i>	<i>240</i>
<i>Figura 129: Vista da estrutura metálica que cobre as ruínas da igreja matriz da Santíssima Trindade, ao fundo vê-se o teto do ginásio da escola, ambos em volta da praça principal.</i>	<i>241</i>
<i>Figura 130: Calçada com arborização, na Rua Santa Catarina, no centro de Belo Horizonte.....</i>	<i>246</i>
<i>Figura 131: Avenida Amazonas como bulevar, vista a partir da praça Raul Soares, arborização no canteiro central e calçadas. Fonte: Giuliana Sousa (2017).....</i>	<i>247</i>
<i>Figura 132: Praça Raul Soares, um dos primeiros espaços livres implantados do plano original, juntamente com a Praça da Liberdade e o Parque Municipal. A praça é uma grande rotatória entre as Avenidas Amazonas e a Av. Bias Fortes. Fonte: Giuliana Sousa (2017).</i>	<i>247</i>
<i>Figura 133: Praça Floriano Peixoto. A praça possui playground e áreas de estar. É composta ainda por gramados, árvores de grande porte e massas arbustivas que conformam canteiros.....</i>	<i>248</i>
<i>Figura 134: Praça Carlos Chagas, conhecida como Praça da Assembleia. Praça com muitas atividades para todas as idades. No dia da visita existia uma grande quantidade e diversidade de usuários na praça. Fonte: Giuliana Sousa (2017).....</i>	<i>249</i>

Lista de Quadros

<i>Quadro 1: Evolução de momentos significativos da paisagem ao longo dos tempos.....</i>	<i>24</i>
<i>Quadro 2: Classificação das cidades do Brasil – séculos XVI ao XIX</i>	<i>74</i>
<i>Quadro 3: Tipos de traçados – evolução dos traçados de vilas e cidades no Brasil.</i>	<i>75</i>
<i>Quadro 4: Momentos marcantes dos jardins e parques no Brasil do século XVI ao início do século XX.....</i>	<i>87</i>
<i>Quadro 5: Levantamento das capitais estaduais brasileiras que mudaram de assentamento.....</i>	<i>89</i>
<i>Quadro 6: Paisagem: “produto” e “meio”</i>	<i>99</i>
<i>Quadro 7: Paisagem aspectos formais: produto = manifestação e meio bases para transformação: relações entre o antrópico e o suporte ecológico.....</i>	<i>100</i>
<i>Quadro 8: Quadro de referência.....</i>	<i>101</i>
<i>Quadro 9: Linha cronológica da fundação das cidades objeto de pesquisa.</i>	<i>105</i>
<i>Quadro 10: Resumo de elementos urbanos fundacionais de Olinda.....</i>	<i>108</i>
<i>Quadro 11: Resumo de elementos urbanos fundacionais de Recife.....</i>	<i>113</i>
<i>Quadro 12: Resumo de elementos urbanos fundacionais de São Cristóvão.....</i>	<i>117</i>
<i>Quadro 13: Resumo de elementos urbanos fundacionais de Marechal Deodoro</i>	<i>122</i>
<i>Quadro 14: Resumo de elementos urbanos fundacionais de Maceió</i>	<i>127</i>
<i>Quadro 15: Resumo de elementos urbanos fundacionais de Oeiras</i>	<i>132</i>
<i>Quadro 16: Resumo de elementos urbanos fundacionais de Ouro Preto.....</i>	<i>137</i>
<i>Quadro 17: Resumo de elementos urbanos fundacionais de Aquiraz</i>	<i>142</i>
<i>Quadro 18: Dos elementos urbanos de Cuiabá</i>	<i>146</i>
<i>Quadro 19: Dos elementos urbanos de Fortaleza</i>	<i>151</i>
<i>Quadro 20: Resumo de elementos urbanos fundacionais de Cidade de Goiás.....</i>	<i>155</i>
<i>Quadro 21: Resumo de elementos urbanos fundacionais de Vila Bela da Santíssima Trindade</i>	<i>160</i>
<i>Quadro 22: Resumo de elementos urbanos fundacionais de Teresina.....</i>	<i>165</i>
<i>Quadro 23: Resumo de elementos urbanos fundacionais de Aracaju</i>	<i>170</i>
<i>Quadro 24: Resumo de elementos urbanos fundacionais de Belo Horizonte.....</i>	<i>174</i>
<i>Quadro 25: Resumo dos elementos urbanos fundacionais de Goiânia</i>	<i>179</i>
<i>Quadro 26: Classificação de cidades brasileiras.....</i>	<i>196</i>
<i>Quadro 27: Evolução de momentos para a paisagem.....</i>	<i>197</i>
<i>Quadro 28: Cronologia do surgimento das dezesseis cidades capitais e marcos históricos no Brasil</i>	<i>199</i>
<i>Quadro 29: Cronologia da inserção de parques e jardins no Brasil.....</i>	<i>202</i>
<i>Quadro 30: Leitura Diacrônica da Paisagem dos Centros Históricos.....</i>	<i>206</i>
<i>Quadro 31: Classificação das cidades capitais segundo atributos estruturadores da paisagem.</i>	<i>216</i>

RESUMO

Esta tese consiste em mostrar um panorama da arquitetura da paisagem no Brasil pelo olhar da paisagem de cidades capitais que mudaram de sede. Muitas vezes as cidades capitais, em seus centros históricos, são esquecidas em relação aos seus valores de referência urbana e paisagística. Neste contexto, oito pares de cidades capitais formam o cenário a ser analisado, entre as quais: Olinda e Recife (PE); São Cristóvão e Aracajú (SE); Marechal Deodoro e Maceió (AL); Oeiras e Teresina (PI); Ouro Preto e Belo Horizonte (MG); Aquiraz e Fortaleza (CE); Vila Bela da Santíssima Trindade e Cuiabá (MT) e; Cidade de Goiás e Goiânia (GO). A hipótese de tese é de que é possível compreender a evolução da arquitetura da paisagem no Brasil a partir da leitura da paisagem de suas cidades capitais. A justificativa é a importância de se notabilizar relações existentes em núcleos urbanos originais, para identificar-se as raízes da arquitetura da paisagem da atualidade. Ainda como justificativa do trabalho, há uma contribuição enquanto referencial teórico, para o campo da arquitetura da paisagem e de cidades capitais no Brasil. Para tanto, os objetivos específicos são: evidenciar e relacionar quais cidades capitais brasileiras foram transferidas de assentamento, antigas e atuais, ao listar os pares de cidades; apreender o período histórico que elas estão contextualizadas, que influenciaram no seu desenho; e observar como os espaços livres em geral, mais especificamente, os parques e jardins históricos, foram inicialmente inseridos, em ações pontuais, ou em nível de planos urbanístico, apontados na literatura, da história da implantação dos primeiros jardins brasileiros. Para analisar estas cidades capitais, o referencial teórico conceitual trata da arquitetura da paisagem, da história das cidades, em especial cidades de colonização na América, direcionado principalmente para exemplares brasileiros. Tendo em vista a necessidade de reconhecer as paisagens atuais dos objetos empíricos, foram feitas visitas *in loco* aos cenários das cidades ex-capitais e capitais, selecionadas para a investigação. Como resultados da pesquisa, no conjunto de dezesseis cidades capitais encontramos, duas que se destacam quanto as (trans)formações da paisagem urbana brasileira; tanto pelos fatos históricos quanto as realidades empíricas, são elas: Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) e Belo Horizonte (MG).

Palavras-chave: História Urbana, Arquitetura da Paisagem; Cidades Capitais; Espaços Livres Públicos; Parques e Jardins.

ABSTRACT

Capital Cities: landscape in change.

This dissertation presents the panoramic view of the landscape architecture in Brazil from the perspective of capital cities that changed their original site. Sometimes, downtown of capital cities loses the original meaning of urban references and landscape when the city grows. In this context, eight coupled cities arms the scenario. There are: Olinda and Recife (PE); São Cristóvão and Aracajú (SE); Marechal Deodoro and Maceió (AL); Oeiras and Teresina (PI); Ouro Preto and Belo Horizonte (MG); Aquiraz and Fortaleza (CE); Vila Bela da Santíssima Trindade and Cuiabá (MT); Cidade de Goiás and Goiânia (GO). The dissertation's hypothesis indicates that is possible to understand the evaluation process of landscape architecture in Brazil from the lecture on the landscape of Brazilian capital cities. The justification discusses the importance of turn out evidence relationships between original towns and the approach of the contemporary landscape architecture. Moreover, there is a contribution as a theoretical reference in landscape architecture and in term of capital cities in Brazil. In this sense, the specific goals are: evidencing and construct a relationship which the Brazilian capital cities that their original site changed, the oldest and the newer, listing the coupled cities; comprehending the context of historic period, how this period influences their urban design; observing how the open spaces like gardens and public parks were inserted, in terms of punctual actions or in complex urbanistic plans, as a deep literature investigation since the first gardens in Brazil. The theoretical referential to analyze that capital cities were: landscape architecture, history of cities, especially colonization cities in America, more especially in Brazil. In terms of discovering and recognize the current cities landscape, the researcher went to the selected capital cities to this research. The results highlight two of the sixteen capital cities as a mark of transformation in the Brazilian urban landscape. This rupture occurs in Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) and Belo Horizonte (MG) because those cities have historical facts and a strong empirical reality.

Keywords: urban history, landscape architecture, capital cities, open spaces, parks and gardens.

RESUMÉN

Las Ciudades Capitales: un paisaje en transformación.

Esta tesis presenta un panorama de la arquitectura del paisaje en Brasil por la mirada del paisaje de ciudades capitales que cambiaron de asentamiento. Muchas veces las ciudades capitales, en sus centros históricos, son olvidadas en relación a sus valores de referencia urbana y paisajística. En este contexto, ocho pares de ciudades capitales forman el escenario a ser analizado, entre las cuales: Olinda y Recife (PE); San Cristóbal y Aracajú (SE); Marechal Deodoro y Maceió (AL); Oeiras y Teresina (PI); Y en el caso de las mujeres. Aquiraz y Fortaleza (CE); Vila Bela de la Trinidad y Cuiabá (MT) y; Ciudad de Goiás y Goiânia (GO). La hipótesis de tesis es que es posible comprender la evolución de la arquitectura del paisaje en Brasil a partir de la lectura del paisaje de sus ciudades capitales. La justificación es la importancia de destacar las relaciones existentes en núcleos urbanos originales, para identificar las raíces de la arquitectura del paisaje de la actualidad. A pesar de la justificación del trabajo, hay una contribución como referencial teórico, para el campo de la arquitectura del paisaje y de ciudades capitales en Brasil. Para ello, los objetivos específicos son: evidenciar y relacionar qué ciudades capitales brasileñas fueron transferidas de asentamiento, antiguas y actuales, al listar el par de ciudades; se aprehende el período histórico que ellas están contextualizadas, que influenciaron en su diseño; y observar cómo los espacios libres en general, más específicamente, los parques y jardines históricos, se insertaron, en acciones puntuales, o a nivel de planes urbanísticos, apuntados en la literatura, de la historia de la implantación de los primeros jardines brasileños. Para analizar estas ciudades capitales, el referencial teórico conceptual trata de la arquitectura del paisaje, de la historia de las ciudades, en especial ciudades de colonización en América, dirigido principalmente a ejemplares brasileños. En vista de la necesidad de reconocer los paisajes actuales de los objetos empíricos, se realizaron visitas in situ a los escenarios de las ciudades capitales, seleccionadas para la investigación. Como resultados de la investigación, en el conjunto de dieciséis ciudades capitales encontramos dos que se destacan como las (trans) formaciones del paisaje urbano brasileño; tanto por los hechos históricos y las realidades empíricas, son ellas: Vila Bela de la Santísima Trinidad (MT) y Belo Horizonte (MG).

Palabras clave: historia urbana, arquitectura del paisaje, ciudades capitales, espacios abiertos, parques y jardines.

Sumário

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - PAISAGEM: NATUREZA E ESPAÇO.....	12
Paisagem e natureza.....	16
Paisagem e espaço urbano	26
Paisagem e espaços livres.....	34
Paisagem, parques e jardins	38
Paisagem e técnica	46
CAPÍTULO 2 - CIDADES CAPITAIS: VÍNCULOS HISTÓRICOS.....	53
Antecedentes.....	56
A paisagem da cidade brasileira	67
A paisagem de parques e jardins	76
Paisagens em foco: os centros históricos de cidades capitais	89
CAPÍTULO 3 - A PAISAGEM DAS CIDADES CAPITAIS.....	95
Paisagem como referencial de estudo.....	98
Do traçado aos espaços livres.....	105
Olinda (PE)	107
Recife (PE).....	112
São Cristóvão (SE)	116
Marechal Deodoro (AL).....	121
Maceió (AL)	126
Oeiras (PI).....	130
Ouro Preto (MG)	135
Aquiraz (CE).....	141
Cuiabá (MT).....	145
Fortaleza (CE)	150
Cidade de Goiás (GO)	154
Vila Bela da Santíssima Trindade (MT)	159
Teresina (PI)	164
Aracaju (SE)	169
Belo Horizonte (MG)	173
Goiânia (GO).....	178
Considerações sobre a paisagem das cidades capitais	188
CAPÍTULO 4 - TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM DAS CIDADES CAPITAIS	191
Rupturas e novos caminhos na paisagem.....	195
Correlações entre as paisagens das cidades capitais.....	218
Vila Bela da Santíssima Trindade e Belo Horizonte – transformações na paisagem.....	230
Vila Bela da Santíssima Trindade.....	231
Belo Horizonte	243
CONSIDERAÇÕES FINAIS	252
REFERÊNCIAS	259

Introdução

Os jardins da Quinta da Boa Vista, projetado pelo paisagista francês Auguste François Marie Glaziou (1828-1906), entre os anos de 1874 e 1878, dão as boas vindas a esta Tese (Figura 1). Este espaço livre está entre os primeiros jardins projetados no Brasil, ainda durante o regime monárquico, por demandas de D. Pedro II. Estes jardins fazem a composição da primeira residência oficial da família real, a Quinta da Boa Vista¹. Este local abriga na atualidade o Museu Nacional², que é a mais antiga instituição científica do país e o maior museu de história natural e antropológica da América Latina³. Sendo o primeiro museu oficial do Brasil, criado no ano de 1818, ainda por D. João VI⁴.

No entendimento da importância histórica de parques e jardins públicos no Brasil esta tese procura contribuir, em certa medida, para um registro acerca da memória das transformações da paisagem urbana brasileira.

¹ “Foi residência oficial da família real de 1808 até a Proclamação da República, em 1889. Vindo de Portugal, D. João VI fixou-se no Paço, construção original de 1803 que lhe foi cedido por um abastado comerciante português. Ali manteve-se toda a linhagem dos Orleans e Bragança, tendo D. Pedro II e sua filha, a Princesa Isabel, nascido naquele palácio. O nome da Quinta vale-se da boa vista que se tinha a partir da construção instalada no topo da colina, de onde era possível ver a Baía de Guanabara”. Disponível em: http://visit.rio/que_fazer/quinta-da-boa-vista/. Acesso: 07.09.2018.

² “O Museu Nacional/UFRJ está vinculado ao Ministério da Educação. É a mais antiga instituição científica do Brasil e o maior museu de história natural e antropológica da América Latina. Criado por D. João VI, em 06 de junho de 1818 e, inicialmente, sediado no Campo de Sant’ Anna, serviu para atender aos interesses de promoção do progresso cultural e econômico no país. Originalmente denominado de Museu Real, foi incorporado à Universidade do Brasil em 1946. Atualmente o Museu integra a estrutura acadêmica da Universidade Federal do Rio de Janeiro”. Disponível em: http://visit.rio/que_fazer/quinta-da-boa-vista/. Acesso: 07.09.2018.

³ Até a tragédia de 02 de setembro de 2018: “De seu acervo de mais de 20 milhões de itens, destacam-se, em exposição: a coleção egípcia, que começou a ser adquirida pelo imperador Dom Pedro I; a coleção de arte e artefatos greco-romanos da Imperatriz Teresa Cristina; as coleções de Paleontologia que incluem o *Maxakalisaurus topai*, dinossauro proveniente de Minas Gerais; o mais antigo fóssil humano já encontrado no país, batizada de ‘Luzia’, pode ser apreciado na coleção de Antropologia Biológica; nas coleções de Etnologia temos expostos objetos que mostram a riqueza da cultura indígena, cultura afro-brasileira, culturas do Pacífico e na Zoologia destaca-se a coleção Conchas, Corais, Borboletas, que compreende o campo de invertebrados em geral e, em especial, dos insetos”. Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/dir/omuseu/omuseu.html>. Acesso: 07.09.2018.

⁴ Este museu completou no dia 06 de junho de 2018, 200 anos de existência, e no dia 02 de setembro deste mesmo ano sofreu um incêndio, que causou perdas irreparáveis à memória do país. Mais de 200 anos de história foram comprometidos por negligência e descaso do poder público que deveria resguardar a memória do país. Neste sentido, esta Tese procura contribuir, em certa medida, para um registro acerca da memória da evolução da paisagem urbana brasileira, registrando em papel vestígios de nossos antepassados.



Figura 1: Jardins da Quinta da Boa Vista. Rio de Janeiro. Jardim projetado em estilo romântico inglês.
Fonte: Riotur (2018).

De modo a contextualizar as inquietações que deram origem ao arcabouço teórico, conceitual e empírico deste estudo, explica-se inicialmente as primeiras inquietações do presente trabalho, que estão relacionadas aos seus objetos de estudo. A questão inicial recai sobre a relação que existe entre os centros históricos das cidades capitais que mudaram de sede, a exemplo de Oeiras (PI) e Teresina (PI), onde a primeira foi a capital original do estado do Piauí, fundada em 1695, e a segunda responde como atual capital do estado, fundada em 1852.

Ao atentarmos a este par de cidades algumas indagações suscitaram: que semelhanças e diferenças podem existir entre os espaços livres dessas duas cidades, ex-capital e atual capital de estado? Será que existe alguma característica morfológica presente na mais antiga que influenciou o desenho urbano da mais nova capital? Será que existe alguma relação entre os desenhos dos espaços livres de uma em relação a outra? E mais, quantos outros estados apresentam a mesma característica: de possuir uma primeira cidade capital que teve sua sede deslocada para outro assentamento?

Ao olhar o centro histórico de Oeiras chama atenção a sua praça central, um espaço aberto grandioso em relação ao seu entorno imediato, sem arborização relevante e sítio para a igreja matriz – Nossa Senhora da Vitória – na parte mais alta do relevo. Já Teresina

apresenta em seu centro histórico um conjunto de praças, no total de seis, as quais são densamente arborizadas, além da malha regular, um tabuleiro xadrez quase perfeito, o qual constitui o seu conjunto urbanístico mais antigo.

Em termos de aspectos naturais do sítio físico, a paisagem do centro histórico de Oeiras é conformada por morros que delimitam o planalto em que está situada; enquanto o centro original de Teresina tem o seu contorno definido pela paisagem do rio Parnaíba. Percebe-se assim, que as duas cidades apresentam tanto contextos morfológicos quanto paisagens naturais distintas, confirmadas, por exemplo, na configuração de seus traçados, nas características físicas de seus espaços livres e no porte de suas construções. Desse modo, a princípio, não existe influências urbanísticas e paisagísticas do núcleo urbano fundacional de Oeiras para o núcleo fundacional de Teresina (Figura 2 e Figura 3).



Figura 2: Praça das Vitórias, vista a partir de sua igreja matriz Nossa Senhora da Vitória, onde a paisagem do centro histórico de Oeiras se mostra contornada por morros.

Fonte: Giuliana Sousa (2016).



Figura 3: Vista da Praça da Bandeira, entre o rio Parnaíba e a igreja Nossa Senhora do Amparo, centro original de Teresina. Fonte: Coordenação de Registro e Conservação – CRC/SECULT (2018).

Frente ao cenário preliminar colocado, investigou-se sobre a existência de outras cidades capitais que mudaram de sede, para se saber quais e quantas eram, bem como averiguar a existência de alguma relação entre suas estruturas morfológicas.

As investigações empreitadas sobre quantas cidades capitais mudaram de sede delimitaram oito pares de cidades (ex-capital e capital atual): Olinda e Recife (PE); São Cristóvão e Aracajú (SE); Marechal Deodoro e Maceió (AL); Oeiras e Teresina (PI); Ouro Preto e Belo Horizonte (MG); Aquiraz e Fortaleza (CE); Vila Bela da Santíssima Trindade e Cuiabá (MT); e cidade de Goiás e Goiânia (GO).

Do levantamento realizado e com esse cenário de cidades capitais brasileiras, visando ampliar as discussões sobre estes núcleos urbanos específicos, acreditou-se ser muito mais rico o entendimento das características morfológicas dos centros originais desses oito pares de cidades capitais, sobretudo compreender as paisagens desses núcleos, as quais abarcam um significativo período da história urbana de nosso país, da fundação de Olinda em 1535, ainda no período Colonial (1500-1822), ao último exemplo dessa amostra, a cidade de Goiânia, de 1933, já em período Republicano. Um recorte temporal um tanto quanto extenso, quatrocentos anos de história, sobreposto a um território igualmente amplo, com núcleos urbanos presentes em oito estados brasileiros.

Uma amostra representativa das cidades capitais brasileiras, que decidimos adentrar no universo de suas características morfológicas, de padrões urbanos tão distintos, e compreender a (trans)formação da paisagem urbana presente nestes assentamentos. Nesse sentido, ao procurar entendermos a relação de componentes formadores das cidades brasileiras, poder-se-ia apreender a paisagem urbana no âmbito desse conjunto de assentamentos, perpassando a história desde o século XVI até o início do século XX.

Assim, são quatro os temas que balizam as discussões contidas nessa Tese: i.) cidade capital; ii.) centro histórico; iii.) paisagem urbana; e iv.) arquitetura da paisagem. Estes fios condutores se entrelaçam aos objetos de estudo e dão perspectivas às possibilidades de interpretações e considerações diversas.

A respeito de cidades capitais alguns atributos chamam atenção, à medida que estas cidades sede de poder são importantes pelas referências político-administrativas que representam em relação as demais cidades. Um deles, de interesse particular a esta Tese, refere-se à mudança de sede da capital, acontecimento que influencia nas estruturas urbanas de qualquer sociedade ao alterar-se as referências de lugar em relação à dinâmicas e vivências urbanas anteriores.

A mudança da Capital, quer se efetue de uma cidade para outra, quer de uma velha metrópole para novo sítio especialmente escolhido e artificialmente aparelhado, constitui por tanto uma obra de considerável alcance e um acontecimento momentoso que marca permanentemente o destino de um povo. (PENNA, 2002, p.20)

Outro atributo a se destacar é o fato de cidades capitais terem sido intencionalmente criadas, característica que as classificam como Cidades Novas. Trevisan (2009) assinala seis atributos que explicam e dão sustentação ao fenômeno das Cidades Novas, entre os quais:

1. o desejo em criar uma CN e os agentes envolvidos; 2. necessidade de sua criação e a função preliminar para a qual foi idealizada; 3. o sítio escolhido e sua posição estratégica; 4. os profissionais envolvidos, os quais de formações diversas; 5. o projeto implantado e suas formas: o traçado e o tecido; e 6. o tempo peculiar à CN. (TREVISAN, 2009, p. 21)

O sentido é evidenciar a importância em olhar o fenômeno urbano na sua origem, no que ele traz de novo em seu contexto e em suas características fundacionais, que motivaram sua criação e, conseqüentemente, sua participação na evolução da paisagem urbana brasileira.

Portanto, estas características nos direcionam a olhar para o centro fundacional dessas cidades capitais. É no centro histórico que está o segundo interesse da Tese, porque é aí que esses os seis atributos de Cidades Novas se revelam e evidenciam como cada cidade nasce. Deste modo, é a partir do núcleo urbano original que podemos observar as transformações na paisagem urbana brasileira, no transcurso do tempo. Já que cada cidade desponta em um período da evolução urbana do país. Sobre a importância de se notabilizar estes lugares nas cidades, Argan (2005) discute:

É frequente associar-se, e com acento negativo, ao conceito de centro histórico o de cidade-museu. É um termo do qual não se deve ter medo, contanto que o museu não seja considerado um depósito ou um hospício de obras de arte, mas sim um instrumento científico e didático para a formação de uma cultura figurativa ou daquilo que Arnheim chama “pensamento visual”. Entendida como sistema de comunicação visual, mesmo a mais moderna das cidades modernas pode ser um museu, enquanto o museu como centro vivo da cultura visual é um componente ativo do estudo e do desenvolvimento da cidade. (ARGAN, 2005, p. 81)

Diante dos recortes temporal e espacial estabelecidos, apresenta-se o elemento chave que amalgama a investigação, a paisagem. Esta pesquisa se ampara no entendimento do amplo e complexo universo conceitual que trata da paisagem, seja ela como metáfora da natureza, como manifestações artísticas ou como materialização das intervenções antrópicas no mundo natural. As abordagens sobre natureza, paisagem e espaço fundamentam a investigação que se segue sobre os assentamentos urbanos no Brasil, auxiliando compreender as formas físicas das cidades, seja em seu momento fundacional seja no momento atual.

Observa-se, para tanto, que a paisagem está inicialmente relacionada à capacidade de percepção que os seres humanos possuem sobre um determinado objeto, uma vez que a paisagem depende do olhar do observador e do objeto observado. A paisagem compreende tudo o que a nossa vista abarca e, também, depende da estrutura morfológica que a compõe, seu suporte físico-ambiental e os aspectos socioculturais sobre ela impostos. Segawa (1996) explica, por exemplo, como se dá a percepção do homem sobre a paisagem de um jardim:

A consciência humana diante de um ambiente, produto do seu potencial imaginativo e criador, uma contemplação visual formulando significativos e novas imagens. Os jardins correspondem ao enquadramento de paisagens cultivadas pelo ser humano com a marcante presença da vegetação no imaginário ocidental. Diferentes visões alimentam a elaboração e a apreciação dos jardins. O comportamento humano diante desses cenários redonda na superposição de algumas dimensões perceptivas. (SEGAWA, 1996, p. 219)

Notabiliza-se, pois, a importância da percepção da paisagem urbana, a partir da qual se alcança os debates entre um e outro assentamento. Assim, nesta Tese, interessa-nos a percepção visual da paisagem urbana de centros originais de cidades capitais. Por quanto, de modo a sustentar este desígnio, Castex e Panerai (1971) apontam para a necessidade de recortes que auxiliem na leitura da paisagem urbana, para que seja possível apreender os atributos que as qualificam.

O espaço visual da cidade que é designada; é a experiência visual da cidade onde as funções são múltiplas – quer sejam simplesmente indicadas: orientação, identificação e uso – ou de conotação, carregadas de significações e símbolos. O estudo da paisagem urbana recupera o estudo das imagens: da imagem urbana tomada no seu conjunto inicial, de imagens na cidade, quer dizer, do conjunto dos cortes possíveis do espaço da cidade ao longo dos percursos, em imagens constituídas, tomadas de continuidade de um filme ou se agrupando em sequências. (CASTEX & PANERAI, 1971, p.19)

Diante da necessidade de se entender a paisagem urbana, dos centros históricos investigados em suas características, chega-se ao campo de trabalho da arquitetura da paisagem. Este termo foi criado em meados do século XIX pelo paisagista norte-americano Frederick Law Olmsted (1822-1903), para embasar as decisões que envolviam o projeto da paisagem citadina, isto é, a necessidade que havia na época em planejar e projetar os espaços urbanizados em conjunto com o meio natural, ao qual se encontravam associados. Objetivava-se integrar paisagem urbana e a paisagem natural na dinâmica da vida urbana cotidiana. Assim, chegamos ao escopo teórico, conceitual e empírico que permite desenvolver esta Tese.

Para a construção empírica desse trabalho, reforça-se que as cidades selecionadas para a investigação têm seus núcleos fundacionais pertencentes a distintos momentos da história urbana brasileira. Umas surgiram ainda sob o regime de capitânicas hereditárias (1534-1549), outras no período de governo geral (1549-1822), outras no período imperial (1822-1889) e, por fim, aquelas do período republicano (1889-hoje). Este recorte histórico nos ajudará a perceber que esses núcleos urbanos, cada um a sua época, possuem características que os classificam como cidades novas e, por conseguinte, como novas paisagens urbanas.

Considerando-se ainda que em suas épocas fundacionais eram assentamentos surgidos *ex-nihilo* e hoje são centros históricos, guardiões de feições que caracterizam suas respectivas paisagens urbanas, esse fator se tornou de grande valia para a investigação. Com isso, outra indagação surge para a Tese: quais são as permanências da paisagem

fundacional desses assentamentos na atualidade? Em busca de respostas, optou-se tanto pela pesquisa histórica, para identificar elementos da origem de cada centro histórico, quanto pelas visitas *in loco* a cada uma das dezesseis cidades a fim de se verificar os atributos da paisagem na atualidade. A partir desse confronto de realidades: fundacional e atual tornou-se possível observar em que momentos da história da fundação de cidades capitais se insinua a arquitetura da paisagem.

É fato indissociável do processo de evolução da arquitetura da paisagem brasileira o olhar sobre os espaços que compõem as cidades. O espaço urbano tem como componentes-chave seus elementos constitutivos (construídos) e seus espaços livres, os quais nos revelam como eles foram se transformando ao longo do tempo para atender às mudanças nos modos de vida dos cidadãos. Assim, as variações nos espaços livres urbanos também caracterizam a evolução da arquitetura da paisagem.

Entre as categorias de espaços livres públicos aqui estudados, estão ruas, praças, jardins e parques públicos, sendo estes últimos os que mais chamam a atenção nesta discussão. Porquanto, o campo da arquitetura da paisagem ganha visibilidade a partir da criação desses espaços livres (jardins e parques), já que eles não existiam na origem do fenômeno urbano. É justamente o aparecimento dos jardins e parques públicos que muda e transforma a paisagem citadina de maneira significativa.

Há de se ressaltar igualmente a importância em delinear uma linha de acontecimentos ligados à arquitetura da paisagem, respaldada pelos argumentos estruturados pelo professor Hugo Segawa (1996) quando aponta que a história dos jardins brasileiros não é muito apreciada antes do surgimento do nome de Roberto Burle Marx (1909-1994), como paisagista de destaque do século XX. Constata o pesquisador:

Em qualquer boa biblioteca geral, encontraremos livros que se dedicam à história dos jardins: desde o mítico Éden, adentrando por entre os sumérios, egípcios, babilônios, gregos, romanos, orientais, passando pelos recintos medievais, renascentistas, barrocos, etc; jardins de André Le Nôtre, de Lancelot “Capability” Brown, de Frederick Law Olmsted, jardins japoneses, ingleses, franceses, italianos, norte-americanos, etc. Vasta literatura mundial em que o Brasil só comparece com Roberto Burle Marx, na segunda metade do século 20. Nenhuma referência anterior se registra em tão variada bibliografia. (SEGAWA, 1996, p. 14)

Desse modo, apesar da motivação da escolha dos objetos ter sido a transferência de sede de capital, esta Tese trata as cidades capitais de maneira individual, em ordem

cronológica, para que seja possível ler – de modo panorâmico – as (trans)formações da paisagem urbana brasileira, voltando no tempo para muito além do século XX.

Portanto, este trabalho se coloca como um dispositivo retroativo da arquitetura da paisagem no Brasil, a partir da atenção à paisagem de dezesseis cidades capitais. Não se quer aqui objetivar uma certeza no caminho que vem sendo traçado sobre a projeção de planos urbanísticos no Brasil, apenas contribuir com o debate: como a observação de acontecimentos e decisões sobre a conformação de espaços urbanos e seus espaços livres públicos pode contribuir para entendimento da cidade atual e para decisões futuras, como projetar a paisagem nas mais diversas situações. Porém, ressalta-se que não existe, ao menos não deveria existir, a ideia de organização de espaço urbano sem relacionar os atributos do meio natural como pré-requisitos para qualquer ação sobre ele imposta, algo que o campo da arquitetura da paisagem irá se ater.

Logo, o objetivo da tese é analisar a evolução⁵ da arquitetura da paisagem no Brasil pela paisagem de suas cidades capitais. O cenário definido para a pesquisa perpassa um recorte temporal que começa em 1535 até 1933, em que se enquadram os objetos de estudos: núcleos urbanos que surgiram no início da colonização do território pelos portugueses (século XVI) até a época do regime republicano (século XX). Acredita-se ser possível, como hipótese lançada, compreender a evolução da arquitetura da paisagem no Brasil a partir da leitura da paisagem de suas cidades capitais.

Como percurso, em busca dessa leitura, estruturou-se a pesquisa a partir das seguintes ações: verificar bases da literatura histórica existente sobre a fundação de cada assentamento; pesquisar a época e regime político administrativo à época de implantação de cada exemplar; perceber a situação e o sítio em que as cidades capitais estão implantadas; visitar e verificar as características de cada núcleo urbano que compõe a amostra da Tese. A partir dessas medidas, sobre o cenário das dezesseis cidades capitais investigadas, pôde-se confrontar as realidades encontradas com os contextos fundacionais desses núcleos urbanos, proporcionando uma série de observações e considerações sobre a evolução da arquitetura da paisagem brasileira.

Estruturalmente, organizou-se a Tese em quatro capítulos.

⁵ O sentido de evolução tratado nesta Tese é referenciar sobre transformações que ocorrem no campo da Arquitetura da Paisagem ao longo dos tempos e não necessariamente de que ela evoluiu no sentido literal da palavra.

O capítulo 1, intitulado “Paisagem: natureza e espaço”, trata da fundamentação teórica, com revisão da bibliografia e leituras sobre assuntos que abordam o tema da paisagem, seus conceitos e relações entre a natureza, a cidade⁶ e o cidadão. Assim, contribuiu com um conteúdo que permita a contextualização do tema: a paisagem em suas múltiplas abordagens que fazem a vida urbana cotidiana. Para tanto, procurou-se nortear a noção de natureza como suporte da paisagem e como esta é transformada para atender às demandas do homem, que molda a paisagem do espaço urbano devido às suas ações. Assim, este capítulo 1 está dividido em cinco partes: 1. Paisagem e natureza; 2. Paisagem e espaço urbano; 3. Paisagem e espaços livres; 4. Paisagem, parques e jardins; e 5. Paisagem e técnica. O objetivo deste primeiro capítulo é abrir a discussão sobre o tema paisagem urbana e compreender suas características formadoras, servindo de base para os demais capítulos.

O capítulo 2, denominado “Cidades capitais: vínculos históricos”, aborda a cidade em sua origem e suas características estruturais, a fim de se compreender como a paisagem cidadina é construída a partir de demandas sociais, políticas, econômicas e culturais, para então se chegar a noção de cidade capital. Este capítulo apresenta elementos do surgimento das cidades para se compreender a cidade capital em importância urbana. Para tanto, dividiu-se em quatro partes: 1. Antecedentes; 2. A paisagem da cidade brasileira; 3. A paisagem de jardins e parques; e 4. Paisagens em foco: o centro histórico de cidades capitais. Assim, obteve-se informações que são as bases dos confrontos da investigação que se segue, entendendo o processo de formação da paisagem da cidade brasileira, pelos seus desenhos urbanos e pela criação e inserção de jardins e parques públicos, com origem no urbanismo português, pelo processo de colonização, ocupação e povoamento do território brasileiro desde 1535.

O capítulo 3, designado “A paisagem das cidades capitais”, traz investigação sobre as cidades capitais de modo isolado. Aqui são abordados assuntos sobre a história da origem de cada assentamento e como as paisagens delineadas em cada caso são percebidas hoje – em seus elementos estruturantes –, com principal destaque para seus espaços livres públicos. Com isso, pôde-se confrontar a paisagem urbana delineada tanto pelo desenho do traçado quanto pela criação de espaços de jardins e parques públicos, observando quais características da estrutura da cidade se mantem no tempo e como cada exemplo estudado

⁶ Os termos “cidade”, “núcleo urbano”, “assentamento” e “espaço urbano” são tratados como sinônimos durante o texto da tese.

contribui para contar a história da evolução da arquitetura da paisagem no Brasil. Este capítulo está dividido em três partes: 1. Paisagem como referencial de estudo; 2. Do traçado aos espaços livres; e 3. Considerações sobre a paisagem das cidades capitais. O intuito posto é revelar características da paisagem de cada cidade e estruturar as transformações presentes ao longo do tempo.

Por fim, o capítulo 4, denominado “Transformações na paisagem das cidades capitais”, discute os achados da Tese, como as relações existentes entre os objetos investigados no capítulo 3 e a caracterização da paisagem das cidades capitais. Para se compreender as diferentes paisagens e simultaneamente observar como as mudanças nas técnicas de se implantar assentamentos, mostraremos um panorama da evolução da arquitetura da paisagem no território brasileiro, desde sua colonização pelos portugueses até a contemporaneidade. No intuito de organizar os achados da tese, este capítulo está dividido em três partes: 1. Rupturas e novos caminhos na paisagem; 2. Correlações entre as paisagens das cidades capitais e; 3. Vila Bela da Santíssima Trindade e Belo Horizonte – transformações na paisagem. Desta maneira, colocam-se as contribuições da Tese sobre o que as paisagens das cidades capitais no Brasil podem contar do processo de evolução do campo da arquitetura da paisagem no país.

CAPÍTULO 1 - PAISAGEM: NATUREZA E ESPAÇO



Calçamento pedra de jacaré – centro histórico de Ouro Preto (MG). Fonte: Giuliana Sousa (2017).

Paisagem e natureza

Paisagem e espaço urbano

Paisagem e espaços livres

Paisagem, parques e jardins

Paisagem e técnica

1

PAISAGEM: NATUREZA E ESPAÇO

Como se lê a paisagem urbana em seus elementos, as diversas paisagens, os tipos de paisagens? Quais as possíveis leituras da paisagem? Inicialmente, a paisagem pode ser lida e interpretada pelas seguintes categorias: natural, urbana, cultural, antrópica, simbólica, regional, nacional etc. Em um segundo momento, as paisagens se mostram reflexos dos períodos de intervenção urbana a qual estavam sujeitas, como resultado da ação do homem sobre o mundo natural. Sendo assim, a paisagem se revela não apenas como técnica sobre o meio natural, mas também como memória da cultura precedente.

Diante de uma abordagem conceitual e empírica, a partir deste estudo pretende-se contribuir com a literatura que procura entender a paisagem e as relações que são alicerces de sua constituição nos assentamentos, tais como: meio natural como suporte, o espaço físico como configuração e o espaço social como influência (natureza, homem e tempo). A paisagem é, portanto, reflexo de relações estruturadas a partir da dinâmica urbana, variando em diferentes articulações morfológicas, condições geográficas e socioespaciais.

Com isso, busca-se contribuir para o campo da literatura paisagística que avança a cada dia, em especial no Brasil⁷, e concomitante discutir como os espaços devem ser estudados

⁷ No Brasil atualmente existem muitas pesquisas relacionadas ao campo da Arquitetura da Paisagem – *Landscape Architecture*, assim como o ensino, pesquisas, projetos. Destaque para os laboratórios de pesquisa em várias universidades no país, por exemplo, Quapá na USP-SP e Laboratório da Paisagem na UFPE-PE, estão entre os primeiros na área de pesquisa em arquitetura da paisagem no Brasil. Entre os vários eventos na área destaca-se, entre outros, o ENEPEA (Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil) evento que acontece de dois em dois anos, e neste ano de 2018, acontece a sua 14ª edição. Este evento tem por objetivo discutir práticas de docência, a produção científica de pesquisa e projetos na área de arquitetura paisagística. Ressalta-se ainda: a Revista Paisagem e Ambiente: ensaios, ligada ao laboratório Quapá, que existe desde do final da década de 1980 e já passa

para que se possa almejar cidades mais acolhedoras e agradáveis, no que tange os projetos de espaços livres públicos para a população usuária. Dividido assim a análise desta tese em três importantes momentos de observação do espaço – natural, urbano e espaços livres vegetados (jardins e parques); associando-se a origem das cidades brasileiras como objetos de assimilação destas transformações na urbe e no modo de vida das pessoas.

Assim, no sentido de estabelecer um campo para a interpretação dos objetos de estudo desta tese, relacionando paisagem, natureza e espaço como estrutura e meio de análise e pesquisa, este capítulo está dividido em cinco partes, as quais servem de embasamento às discussões que se seguem sobre cidades capitais.

A primeira traz uma abordagem sobre paisagem e natureza, no sentido de compreender conceitualmente paisagem e suas diversas camadas, a partir do mundo natural que a conforma. O intuito é observar a paisagem como uma maneira de se interpretar o espaço do ser humano a partir do mundo natural e como as mudanças no modo do homem ver e interpretar a natureza influenciaram na estruturação do espaço citadino. Para tanto, apresenta-se uma síntese de marcos históricos na evolução dos modos de ver a paisagem.

A segunda parte deste capítulo avança um pouco sobre as camadas que formam a paisagem, o espaço urbano (trans)formado a partir do espaço natural, como uma conexão para a pesquisa que se desdobra nesta tese. A medida que se investiga a paisagem formada pelas intervenções do homem no mundo natural, percebe-se a paisagem e o espaço urbano.

Por sua vez, a terceira parte é dedicada a conceituar e classificar os tipos de espaços livres que compõem o espaço urbano e, conseqüentemente, a paisagem.

Na quarta parte discute-se o papel da inserção dos jardins e do parque público que (trans)formam o planejamento das cidades como um todo. Cabe aqui mencionar as

da 40ª edição. A revista é dedicada a publicação de artigos ligados ao campo da arquitetura da paisagem. Sobre as pesquisas desenvolvidas, muitas são dedicadas a levantar informações sobre a situação de espaços livres, como tipologias, estrutura, projeto, com o objetivo de entender a relevância de um dado espaço, tanto para a população quanto para o contexto em que se encontra inserido (Bartalini, 1987; Magnoli, 2006; Kliass, 1993; Macedo e Robba, 2002; Macedo e Sakata, 2010; Leitão, 2002; Gonçalves 2002; Sá Carneiro e Mesquita, 2000; Barcellos, 2000; Sun Alex, 2008; Lopes, Sousa e Alves, 2006). Mais recentemente, no mesmo âmbito, destacam-se estudos sobre a sistemática de espaços livres públicos urbanos em várias cidades pelo Brasil: Sá Carneiro et al (2009) para o Recife; Coccoza (2009) para Palmas, Costa et al (2009) para Belo Horizonte, Fontes (2009) para Ribeirão Preto (2009), Tardin (2008) para o Rio de Janeiro, Campos et al (2009) para São Paulo). Sousa (2009); Sousa, Lopes e Alves (2006).

transformações urbanas mais significativas da história, que vem desde os campos de caça ao plantio de árvores, das reformas urbanas para higienização e embelezamento a criação dos jardins e parques públicos, que dão abertura para o campo da arquitetura da paisagem.

Na quinta e última parte, a pesquisa busca apreender que contribuições o projeto de cidades capitais pode fornecer para a leitura da evolução da arquitetura da paisagem. Para tanto, aborda-se nela a paisagem como técnica, no sentido de discutir como as técnicas empregadas pelo homem, em diferentes momentos da história colaboram para a (trans)formação das paisagens citadinas ao longo dos tempos.

Paisagem e natureza

Abordar paisagem e natureza é importante para a compreensão de que paisagem, além de se originar na natureza, também é obtida a partir da sua transformação, e isso implica na formação de diferentes tipologias de paisagens. Logo, para se compreender a relação que existe entre paisagem e natureza é necessário entender, num primeiro momento, o que seria paisagem.

O conceito inicial mais conhecido sobre o que vem a ser paisagem está relacionado a tudo aquilo que a nossa vista abarca, no entanto, esta condição é variante:

O conceito de paisagem está referenciado por diversas áreas do conhecimento e compreende sempre algo visível e algo além do que conseguimos visualizar, ou seja, trata-se de um conceito que não pode apenas ser associado ao conceito de imagem, visto que a visão é relativa, pois depende da posição e do deslocamento de quem observa, da frequência com que se observa e da carga cultural de cada observador. Trata-se de um conceito que apresenta dificuldades de uma conceituação, visto que, diante de uma paisagem, a visão do observador se exerce sobre certos “recortes” ou, sobre objetos isolados, geralmente os que mais impressionam cada observante. (RODRIGUES, 2016, p. 44)

Segundo o dicionário Aurélio (2018), a paisagem pode ser:

1. Extensão territorial que a vista alcança; panorama.
2. Reunião dos componentes e elementos naturais, ou não, observados a partir de um determinado lugar: vejo a paisagem da janela do meu quarto.

3. Natureza, tipo ou característica de um espaço geográfico: paisagem repleta de montanhas.
4. Expressão artística (pintura, desenho, fotografia, gravura etc.) cujo tema é a natureza, as formas naturais, os ambientes do campo.

De tal modo, o mundo natural é o suporte da formação de toda paisagem existente desde sempre, além de suporte das mais diversas que o homem produziu ao longo da história. Num primeiro momento o homem faz usos e modificações na natureza para buscar a sobrevivência, e depois busca melhores condições de vida. Numa visão milenar, o homem tem como seus primeiros lugares de abrigo as cavernas, antes de qualquer desenvolvimento técnico mais elaborado.

Populações antigas, em tempos remotos, deram início à arquitetura da paisagem quando, reconhecendo no espaço natural a presença de formas sagradas, caracterizaram alguns sítios como lugares de culto e ressaltaram sua dignidade, para que ela pudesse ser transmitida a outros homens. Eram montanhas, fontes, cavernas, bosques aos quais as comunidades pré-históricas conferiram uma força espiritual. Fizeram-no, às vezes, com uma incisividade capaz de atravessar eras; todo território conserva, de fato, vestígios de sítios naturais habitados por seres encantados, de arvoredos com poderes extraordinários, águas curativas, atributos mágicos que chegam dos primórdios da história. A modificação das paisagens naturais nas quais as comunidades humanas se assentaram, antes mesmo de sua conversão ou uso agrícola, aconteceu, portanto, em resposta às profundas interrogações sobre a existência: qual seria o lugar do homem na ordem cósmica geral, qual seria o seu destino? A paisagem virgem tornou-se a matéria sobre a qual escreveu-se o testemunho da busca de uma ordem superior, da tentativa de encontrar uma relação entre a vida humana, limitada no tempo e no espaço, e a infinitude temporal e espacial do universo que nos circunda e abriga. (PANZINI, 2013, p. 23)

Keith Thomas (1988), em seu livro *O homem e o mundo natural*⁸, aborda como a relação homem e natureza foi sendo transformada ao longo do tempo, de como inicialmente das ações de devastação das florestas nasce a necessidade do convívio com os elementos naturais, árvores, animais e demais plantas ornamentais. O autor evidencia como estes elementos passam a fazer parte da vida cotidiana das pessoas e, conseqüentemente, como a paisagem foi sendo moldada ao longo dos tempos, por estes novos modos do homem ver e interagir com a natureza.

O predomínio do homem sobre o mundo animal e vegetal foi e é, afinal de contas, uma precondição básica da história humana. A forma como ele racionalizou e questionou tal predomínio constitui um tema vasto e inquietante, que nos últimos anos recebeu bastante atenção por parte de filósofos, teólogos, geógrafos e críticos literários. O assunto tem igualmente muito a oferecer aos historiadores, pois é impossível desemaranhar o que as pessoas pensavam no

⁸ Esse relato é feito a partir da história inglesa, compreendendo como a natureza começou a fazer parte indissociável da vida urbana, das grandes cidades inglesas. Este relato é importante para a tese como um marco inicial da história da paisagem urbana a partir da paisagem natural.

passado sobre as plantas e os animais daquilo que elas pensavam sobre si mesmas. (THOMAS, 1988, p.19)

Segundo Thomas (1988), em termos cronológicos, os registros significativos da percepção sobre a aproximação do mundo natural e o urbano, no contexto europeu, se dá a partir do século XVI.

Com efeito, foi entre 1500 e 1800 que ocorreu uma série de transformações na maneira pela qual homens e mulheres, de todos os níveis sociais, percebiam e classificavam o mundo natural ao seu redor. Alguns dogmas desde muito estabelecidos sobre o lugar do homem na natureza foram descartados, nesse processo. Surgiram novas sensibilidades em relação aos animais, às plantas e à paisagem. O relacionamento do homem com outras espécies foi redefinido; e o seu direito de explorar essas espécies em benefício próprio se viu fortemente contestado. Esses séculos produziram tanto um intenso interesse pelo mundo natural como as dúvidas e ansiedades quanto à relação do homem com aquele que recebemos como herança em forma amplificada. (THOMAS, 1988, p. 18)

A natureza passa a ser reconhecida como paisagem a partir da pintura e os avanços tecnológicos das técnicas de cultivo, por exemplo, com o plantio de árvores, o homem aprende que ele pode modificar e criar suas próprias paisagens. Para Segawa (1996), um exemplo é o avanço da fronteira agrícola na Inglaterra, por volta do século XVII, da maneira do homem interagir com a natureza depois dela ganhar um valor de beleza sublime, pois o homem percebe a paisagem pela pintura da natureza:

A Inglaterra, ainda antes desse período, conheceu um formidável avanço das fronteiras agrícolas, com o aproveitamento das “terras incultas”, como áreas de pastagem, charcos e montanhas, para maior exploração lucrativa da terra. A administração nacional de matas, no século 17, decorria da necessidade de produção de madeira para a indústria naval. Da preservação de florestas para o plantio de árvores foi um passo: a silvicultura transformava-se numa forma de valorização das propriedades. Ao mesmo tempo, o cultivo de árvores satisfazia aos interesses econômicos e atendia aos anseios estéticos da mitificação da vida do campo. “Para os defensores do melhoramento rural da Inglaterra, o paisagismo⁹ correspondia, na arte, à ideologia burguesa do melhoramento e à investigação da natureza, quer por meios físicos de melhoramento (terraplanagem com novas máquinas; drenagem e irrigação; bombeamento de águas para locais elevados), quer pela compreensão das leis físicas da luz e das perspectivas e pontos de vistas artificiais, fatalmente teria de modificar-se a decoração, de um simbolismo e iconografia limitados e convencionais, da terra imediatamente visível”. (WILLIAMS, 1989 *apud* SEGAWA, 1996, p. 28)

⁹ Existem algumas divergências na denominação ao se tratar de arquitetura da paisagem, sendo que alguns autores para se referenciar ao projeto paisagístico, ou arquitetura da paisagem, ou “landscape architecture, do inglês, ou arquitectura del paisaje, do espanhol”, usam a expressão paisagismo. Como explica Barcelos (1999): “A principal dessas dúvidas diz respeito à definição conceitual do seu objeto de estudo – a paisagem -, que gera confusão quanto a abrangência do seu campo. O pressuposto adotado é que essas indefinições têm como origem o modo como a arquitetura da paisagem chega ao Brasil, onde acaba sendo traduzida por *paisagismo*, expressão que passa a agregar vagos e restritos significados que se aproximam da ideia de jardinagem ou da simples manifestação artística, e se caracterizam pelo escasso comprometimento com as necessidades sociais.” (BARCELOS, 1999, p.11)

No ponto de análise entre paisagem e meio natural está o espaço da cidade, a construção do espaço urbano, que é formado *a priori* da relação entre paisagem natural e a paisagem urbana. Estes elementos são categorias de paisagem, que devem ser lidas de maneira encadeada, não no intuito de solucionar ou propor maneiras corretas de coexistências, mas de procurar entender um pouco sobre as relações que definem a vida humana.

Numa análise global, Burle Marx (1987) considera a existência de dois tipos de paisagens: a natural (existente) e a humanizada (construída). A paisagem natural se refere ao espaço ou ambiente da natureza virgem ou então aquela não alterada pela ação humana, que foi preservada por leis específicas, que visam a sua preservação contra a destruição proveniente do próprio ser humano para manter a sua fauna e sua flora. Enquanto as paisagens construídas referem-se àquelas que já sofreram interferência humana, seja por meio de planejamento ou por crescimento espontâneo.

Esta última corresponde a todas as interferências impostas pela necessidade. Porém, além das implicações decorrentes das razões econômicas (transporte, suprimento, cultivo, moradias, agrupamentos fabris etc.), há, sem dúvida, a paisagem definida por uma necessidade estética, que não é luxo nem desperdício, mas necessidade absoluta para a vida humana, sem o que a própria civilização perderia sua razão ética. (BURLE MARX, 1987, p. 12)

Na visão de Franco (1997), a origem da paisagem se dá na origem do próprio meio natural:

A origem de algumas obras encontra-se nas dimensões místicas e simbólicas da paisagem ou da cultura. Sendo os primeiros atos da Criação, o Éden e o Paraíso, muitos *designers* têm visto a possibilidade – aproveitada já por numerosos *land artists* – de transladar essa incidência à ideia de que a paisagem é a representação simbólica da ordem cósmica, das forças envolventes da natureza ou de ordens culturais de civilizações remotas. (FRANCO, 1997, p. 53)

A paisagem deriva da natureza, sendo importante entender algumas abordagens conceituais sobre ela, para podermos elencar características das diversas interpretações atribuídas, uma vez que muitos campos de conhecimento apresentam definições próprias. Assim, não existe uma definição única a ser seguida. Ao se tratar de paisagem, trabalhamos com algo plural. Conforme Franco (1997),

[...] cabe lembrar que a predominância dos conceitos paisagísticos em projetos, que apresentam o novo dentro do campo da arquitetura, devem-se, em parte, ao movimento ambientalista mundial e à contribuição de uma série de outros profissionais de áreas afins, atuando na paisagem por disciplinas como a pintura, a escultura, a arquitetura e a arte do meio ambiente. Portanto, pode-se afirmar que atualmente a paisagem projetada é plural, é um produto de numerosas fontes e disciplinas. (FRANCO, 1997, p.20)

Desse modo, a paisagem em termos conceituais está ligada tanto a maneira que ela é elaborada, quanto a maneira que é percebida e vivenciada. Por exemplo, a abordagem conceitual sobre paisagem vinda das Artes está ligada aos sentidos. Cauquelin (2007) discute de maneira reflexiva o papel sobre a interpretação e sobre as diversas maneiras de se construir e “inventar” a paisagem; seja abordando a natureza, a pintura, a cor, as sensações, o jardim ou a imagem. A autora articula a gênese da paisagem à ligação direta entre natureza e paisagem, como abordagens que se correlacionam, em que a paisagem se origina na natureza e a ela é caracterizada.

A paisagem não é uma metáfora para a natureza, uma maneira de evocá-la; ela é de fato a natureza. Aqui se poderia dizer: “Como? Se a paisagem não é a natureza, o que seria ela, então?”. Falar, portanto, de uma construção retórica (de um artifício, desta vez linguístico) acerca da paisagem é crime de lesa-majestade. A natureza-paisagem: um só termo, um só conceito – tocar a paisagem, modelá-la ou destruí-la, é tocar a própria natureza. Aqui, convoca-se uma ontologia que torna vã toda discussão sobre uma provável gênese. Que a forma simbólica “paisagem” tenha se constituído no decorrer de séculos é então inadmissível, pois, se a paisagem é identificada com a natureza, ela esteve presente desde sempre. Sempre houve paisagens, não é? Que a paisagem-natureza tenha evoluído, sofrido mudanças, até se admite; assim como os climas, as estações e o solo se transformaram, mas isso decorre de uma natureza em evolução contínua. As “formas” evoluem, mas a partir de um dado existente desde toda a eternidade. Nada a ver, diz-se, com uma construção mental. A paisagem participa da eternidade da natureza, um constante existir, antes do homem e, sem dúvida, depois dele. Em suma, a paisagem, é uma substância. (CAUQUELIN, 2007, p. 39)

A autora nos faz refletir sobre a matéria-prima da paisagem, sobre o olhar a natureza e como esta relação sobre as visões de mundo, como os juízos de gosto podem incidir nos diversos olhares e formas de percepção sobre o que seria paisagem, além da própria natureza em si.

A abordagem da paisagem na Geografia, por exemplo, por sua vez, principalmente por destaque ao geógrafo Milton Santos, oferece uma definição concreta, de percepção e limites físicos sobre paisagem.

Porque a paisagem pode ser, no máximo, um todo de representação. Mas ela não é a representação de um todo. A paisagem é, por definição, fragmentária. Ela é um fragmento, um fragmento tanto na sua percepção, quanto na sua realidade. A paisagem que eu vejo, altera o meu horizonte, esse horizonte que varia dependendo da minha posição diante do conjunto de objetos que eu quero observar. Se eu estou perto, se estou menos perto, se estou longe, se estou muito longe, se estou numa mesma altura, se estou no terceiro andar, eu tenho diante de mim uma paisagem que é diferente, que tem contornos diferentes, que se dá a mim limitada por horizontes diferentes, e que é um fragmento da realidade total. (SANTOS, 1996, p. 35)

As áreas urbanas se destacam por representarem os locais onde ocorrem as maiores transformações da paisagem natural, devido ao adensamento populacional e a consequente necessidade de equipamentos para atendimento dos agrupamentos humanos, tais como: construções, vias de circulação, infraestrutura, dentre outros.

Na Arquitetura, várias são as definições sobre paisagem que merecem destaque para a análise, sobretudo por ofertar conteúdo importante para se discutir e entender o espaço urbano como algo “complexo”. Segundo Macedo (1999), a paisagem deve ser percebida como um produto e como um sistema:

Como um produto porque resulta de um processo social de ocupação e gestão de determinado território. Como um sistema, na medida em que, a partir de qualquer ação sobre ela impressa, com certeza haverá uma reação correspondente, que equivale ao surgimento de uma alteração morfológica parcial ou total. (MACEDO, 1999, p. 11)

Laurie (1983) refere-se à paisagem como o reflexo da dinâmica dos sistemas sociais e naturais, variando de acordo com as características fisiográficas e ambientais e com as intervenções humanas sobre ela implantadas.

[...] o território se torna paisagem quando é descrito ou visto através de suas características fisiográficas e ambientais. A paisagem varia de acordo com essas características e, também, de acordo com o impacto histórico do homem sobre ela. Portanto, a paisagem é um reflexo dinâmico dos sistemas natural e social. (LAURIE *apud* LEITE, 1989, p. 57).

Lynch (1997), coloca que tudo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta por sua vez é definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Neste contexto podemos colocar que a paisagem só existe quando ela pode ser presenciada. Nesse sentido, Gordon Cullen (2008), em seu livro *Paisagem Urbana*, de 1971, define o que seria um conceito para paisagem urbana:

Se me fosse pedido para definir o conceito de paisagem urbana, diria que um edifício é arquitetura, mas dois seriam já paisagem urbana, porque a relação entre dois edifícios próximos é suficiente para libertar a arte da paisagem urbana. As relações entre os edifícios, e o espaço entre eles, são questões que imediatamente se afiguram importantes. Multiplique-se isto à escala de uma cidade e obtém-se a arte do ambiente urbano; as possibilidades de relacionamento aumentam, juntamente com as hipóteses a explorar, e os partidos a tomar. Até um pequeno grupo de edifícios pode assumir uma expressão própria, e ser espacialmente estimulante. (CULLEN, 2008, p. 135)

Entender a paisagem é entender relações que existem sobre as maneiras de se ver a cidade e discuti-la entre suas diversas partes, entre os elementos urbanos, em sentido concreto, geométrico e relacional. A paisagem é enfatizada para que se possa relacionar como a

cidade é percebida, como ela é imaginada a partir da ocupação a que cada assentamento está sujeito, tanto ao seu desenho, quanto aos seus elementos naturais – o que é lembrado em cada lugar, seja a vegetação, corpos hídricos, relevo, temperatura etc. Em suma, as maneiras de se entender e definir a paisagem, a realidade que nos envolve, está posta a partir da estrutura de como a natureza é moldada, sendo assim, variantes. Para a compreensão da variedade de paisagens, interessa-nos a ideia de manipulação da natureza, a qual é reflexo dos modos de vida das populações a ela pertencentes. Segundo Macedo (1999), a paisagem é constituída de vários aspectos:

A paisagem é constituída não somente por espaços livres, mas também pelo relevo, pelas águas, construções, estradas, formas de propriedade do solo, ações humanas decorrentes (como plantios e edificações) e, finalmente, pelo comportamento (individual e coletivo) dos seres humanos. São esses elementos e agentes que organizam a paisagem em um espaço de tempo qualquer. (MACEDO, 1999, p. 11)

Por conseguinte, cabe e interessa à presente discussão um olhar temporal, sobre como a paisagem é moldada pelas intervenções do homem no meio natural. Segundo Milton Santos (1996):

Mas a paisagem não é essa totalidade viva. É uma totalidade morta. A paisagem cristaliza um momento do passado, porque a paisagem não é a ação, a paisagem é o agido, não é o ativo. E a totalidade é sempre o ativo, a ação, a totalidade é atualidade. A atualidade é a vida no presente, presente. E a paisagem nos traz o presente, passado. Por conseguinte, esta forma de ver a paisagem pode nos ajudar... isto não significa que não devamos partir desta totalidade concretizada no momento imediatamente anterior ao do nosso contato como observador. E aí está, de resto, uma das normas de base da própria fenomenologia: partir das coisas, da natureza, como um a priori; a natureza natural ou a natureza artificial como um a priori para o conhecimento. Então, a paisagem, aquilo que tenho diante de mim, é um a priori que eu parto para conhecer. E eu imagino que também para agir, na medida em que os objetos desde que nós os construímos, têm algum comando sobre a vida subsequente. Quer dizer, a construção dos objetos resulta de um conjunto de ações voluntárias, ou menos racionais, e que dão como resultado a criação de novos objetos; mas também estes objetos realizados, localizados, passam a ter um papel na maneira como nós vamos continuar a viver com eles. (SANTOS, 1996, p. 36)

Besse (2014), em seu livro *O gosto do mundo: exercícios de paisagem*, fala sobre as cinco entradas da paisagem, e como o entendimento de paisagem varia a partir da área de estudo, pois trata-se de um objeto de trabalho, que pode ser percebido de diferentes maneiras.

O que é “paisagem” nas culturas espaciais modernas e contemporâneas? Qual “realidade” é indicada com esse nome, quais são as práticas e os valores que correspondem a esse nome, e quais são os objetos que resultam dele? Na verdade, é muito difícil responder a essas perguntas. O historiador da cultura

está confrontado com a conjuntura teórica e historiográfica complexa, ambígua. Efetivamente, existem, atualmente, uma polissemia e uma mobilidade essenciais do conceito de paisagem, e essa situação teórica deve-se, em parte, à atomização profissional e acadêmica das diferentes “disciplinas” que fazem dela seu campo de estudos e de intervenções. Sabemos que a paisagem é um objeto não apenas para o paisagista, o arquiteto ou o jardineiro, mas também para a sociologia, a antropologia, a geografia, a ecologia, a teoria literária, a filosofia etc. E nada garante que essas diversas disciplinas, quando confrontadas à questão da paisagem, pensem na mesma coisa e mobilizem as mesmas referências intelectuais. (BESSE, 2014, p.11)

O autor ainda apresenta uma categorização para explicar de maneira conceitual a paisagem, ao observar as cinco entradas para o assunto paisagem: 1.) representação cultural; 2.) um território produzido pelas sociedades na sua história; 3.) um complexo sistêmico; 4.) um espaço de experiências sensíveis; e 5.) um local ou um contexto de projeto. Assim, paisagem não é algo isolado ou simplesmente agrupado, mas algo complexo, formado ao mesmo tempo por um suporte, por agentes que interferem nesse suporte e pelo tempo decorrente das ações sobre este suporte, além é claro do observador que irá reconhecer a paisagem.

Podemos, entretanto, perceber hoje, de forma geral, cinco possíveis “entradas” nessa questão, cinco problemáticas paisagísticas que coexistem no pensamento contemporâneo e que não se superpõem exatamente, é verdade, embora possam ser, às vezes, articuladas umas às outras. Assim, a paisagem é considerada como uma *representação cultural* (principalmente informada pela pintura), como *um território produzido pelas sociedades na sua história*, como *um complexo sistêmico* articulando os elementos naturais e culturais numa totalidade objetiva, como *um espaço de experiências sensíveis* arreadas às diversas formas possíveis de objetivação, e como, enfim, *um local ou um contexto de projeto*. Cada uma dessas posições é sustentada de forma privilegiada, embora não exclusiva, por uma “profissão” ou um grupo de profissões, ou até por uma formação ou uma corporação acadêmica. Por exemplo, os defensores da primeira concepção são, principalmente historiadores e filósofos da arte, enquanto a noção de “sistema paisagístico” é mais utilizada por ecologistas ou alguns geógrafos, e a de “projeto é característica do vocabulário dos paisagistas. Essas diversas concepções ou posições convivem na “cultura paisagística” contemporânea, conferindo, dessa forma, à análise dessa cultura uma verdadeira riqueza e uma real complexidade. (BESSE, 2014, p. 12, grifo nosso)

Interessa aqui como a paisagem é moldada a partir das intervenções na natureza, ao criar espaços adaptados à vida humana, às cidades, aos mais diversos padrões de sociedade.

Universo plural, campo de trabalho cujo entendimento é vasto, cabe-nos definir um enquadramento que auxiliem no estudo da paisagem. Segundo Leite (2006):

Se, na escala de atuação, a paisagem é uma construção transtemporal, transversal, duradoura, e não unicamente um produto da disposição de objetos valorizados pelo simples fato de terem sido desenhados por especialistas, de forma análoga, na escala da compreensão, o Paisagismo é um modo de

entendimento do espaço, que transcende o projeto, embora dele se utilize como forma de conhecimento da realidade. (LEITE, 2006, p.68)

As referências históricas que se têm notícias sobre a importância e evolução da paisagem nas cidades estão alicerçadas nas transformações que ocorreram nos países europeus e nos Estados Unidos da América. A partir do modo de ver, interpretar e interagir com a natureza o homem muda seu modo de produção da paisagem citadina, como referência aos movimentos de Embelezamento e Melhoramento urbano, com a criação de espaços livres urbanos. Assim, podemos associar as mudanças do homem no modo de ver e entender a natureza à leitura da evolução da arquitetura da paisagem.

Com base nesta discussão, sobre os modos de ver e entender a natureza enquanto paisagem, no sentido de mudanças de atitude do homem em relação ao mundo natural, Leite (1994), em seu livro *Destrução ou desconstrução?*, faz um resumo de como as paisagens são influenciadas ao longo da história da humanidade. O Quadro 1 evidencia algumas dessas características da paisagem moldada à natureza, claro que por influência de cada época. Dessa maneira, pode-se visualizar mutações do espaço urbano a partir da evolução das relações entre o homem e a paisagem que o circunda.

Quadro 1: Evolução de momentos significativos da paisagem ao longo dos tempos

1.	A PAISAGEM DOS OBJETOS	De um modo geral, as civilizações da antiguidade estiveram tão profundamente impregnadas pelo sentido de sobrevivência e adaptação às condições naturais, que sua paisagem, na maioria das vezes, era caracterizada como um conjunto de objetos selecionados e dispostos de forma a satisfazer às necessidades essenciais do corpo e as exigências da religião. O aspecto técnico dominava e de certa forma até anulava o aspecto estético, e o resultado era, frequentemente, uma paisagem fechada para o mundo exterior.
2.	OS SÍMBOLOS, OS FATOS, O FANTÁSTICO	A partir da Idade Média, o aparecimento e o desenvolvimento da pintura da paisagem, marcando diversas fases de concepção e relação com a natureza, foi o início de um ciclo no qual o espírito humano começa a se alimentar da harmonia que o cerca – as representações em tapeçarias, telas, paredes e tetos, o jardim barroco, do francês Le Nôtre, por exemplo.
3.	A PAISAGEM IDEAL: ALGUNS MARCOS FUNDAMENTAIS DO SÉCULO XVIII	A discussão de questões filosóficas, os estímulos das grandes viagens, a moda de colecionar trabalhos de pintores italianos do século XVII, tudo contribuiu para o surgimento de novas ideias estéticas, que eram mais realísticas do que quaisquer outras dos períodos precedentes, porque eram asserções não somente sobre filosofia da estética, mas sobre a paisagem real, visível. Os três principais paisagistas ingleses do século XVIII foram William Kent (1684-1748), Lancelot Brown (1715-1783) e Humphry Repton (1752-1818). Ao final do século XVIII, o ato de reconhecer a beleza não apenas na ordem de uma paisagem “domesticada”, mas também nas paisagens “selvagens”, estava em total sintonia com o Movimento Romântico.
4.	A PAISAGEM ROMÂNTICA DO SÉCULO XIX O BELO, O	Embora o Movimento Romântico se tenha alastrado por toda a Europa, na maioria dos países não existia a visão romântica da paisagem, mas apenas uma visão romântica dos parques e jardins, que convivia com o classicismo e o neoclassicismo do desenho urbano. O romantismo surgiu

	SUBLIME E O PITORESCO	como reação a um ambiente insuportavelmente comprometido com a febre da Revolução Industrial e recorreu à visão pitoresca para resgatar a paisagem idílica retratada pelos pintores do século XVII.
5.	SÉCULO XX: A EXPERIÊNCIA DA PAISAGEM	Entre 1893 e 1920, a paisagem da América foi inteiramente dominada pelo classicismo europeu. As maiores cidades da América do Sul, como Rio de Janeiro, São Paulo e Buenos Aires, exibem, ainda hoje, importantes obras de arquitetura que, à época da sua concepção, compunham uma paisagem clássica ditada pela Escola de Belas-Artes de Paris, árbitro do período para tudo o que era considerado esteticamente belo. A mesma observação se aplica ao “ <i>City Beautiful Movement</i> ”, nos EUA, cuja ordem rigorosamente clássica fazia contraste violento com o esquema romântico de Downing. Ali, entretanto, o Paisagismo já estava suficientemente desenvolvido para permitir o surgimento de várias frentes de avanço, que serviam aos propósitos de identificação e humanização da paisagem do mundo da produção de massa. Por outro lado, à medida que o aumento da população, da velocidade dos meios de transporte e da eficiência das comunicações tornaram a vida mais complexa, também emergiu a consciência de que o Paisagismo podia ser um meio de responder aos interesses dos diversos grupos sociais, e os valores, os hábitos e os objetivos dos usuários poderiam sugerir os critérios dos projetos.

Adaptado de LEITE (1994)

Ao pensar nessa estrutura de evolução da percepção elaborado por Leite (1994) ao longo do tempo, sobre a evolução da paisagem observa-se o que Cullen (2008) afirma ser o conteúdo da paisagem: reflexo das formas de ocupação que o homem produz ao longo de sua existência. Nessa direção, o autor inglês define variações nos tipos de paisagem:

Relaciona-se este último aspecto [o conteúdo da paisagem] com a própria constituição da cidade: a sua cor, textura, escala, o seu estilo, a sua natureza, a sua personalidade e tudo o que a individualiza. Se se considerar que a maior parte das cidades é de fundação antiga, apresentando na sua morfologia provas dos diferentes períodos de construção patentes nos diferentes estilos arquitetônicos e nas irregularidades do traçado, é natural que evidenciem uma amálgama de materiais, de estilos e de escalas. Contudo tem-se a sensação de que, se fosse possível reconstruí-la por inteiro se faria desaparecer toda a confusão e surgiriam cidades novas mais belas e mais perfeitas. Criar-se-ia um quadro ordenado, arruamentos de traçados direitos e edifícios de alturas e estilos concordantes. Se houvesse inteira liberdade de ação provavelmente criar-se-ia simetria, equilíbrio, perfeição, concordância, convencionalismo. Não é essa a concepção popular da finalidade do planejamento urbano? (CULLEN, 2008, p. 13)

Logo, estes momentos das transformações da paisagem elaborados por Leite (1994) auxiliam na leitura da paisagem do espaço urbano e possibilitam uma visão sobre o desenvolvimento da paisagem do espaço citadino. Portanto, ao abordar exemplos dos primeiros núcleos urbanos surgidos no Brasil Colônia, da urbanização inicial do território, pode-se apreender como as maneiras de ocupação e construção dos assentamentos contribuíram para a evolução da arquitetura da paisagem brasileira, entre a cidade fundada e a cidade de hoje.

Assim, o objetivo dessa base conceitual discutida neste subcapítulo, paisagem e natureza, é embasar a compreensão de como a paisagem se dá, de como ela pode ser percebida e de como ela pode ser vivenciada, em diferentes núcleos urbanos. De tal modo que, a paisagem urbana existe a partir de elementos naturais, de ações antrópicas a eles impostos e de um olhar temporal, por conseguinte, são estes fatores que serão correlacionados aos estudos de caso. Entende-se assim, que a partir desses conceitos será possível reconhecer características individuais que influenciaram na estrutura das distintas paisagens de cada cidade capital a ser analisada na tese.

Paisagem e espaço urbano

A partir do subcapítulo anterior, entende-se que da relação paisagem e natureza está a formação do espaço urbano, e que é nele onde os diversos conceitos e maneiras de abordar a paisagem podem ser expressados. Na visão de Spirn (1995),

A cidade precisa ser reconhecida como parte da natureza e ser projetada de acordo como isso. A cidade, sua periferia e o campo precisam ser vistos como um único sistema em evolução dentro da natureza, como cada edifício e parque devem ser vistos dentro daquele todo maior. O valor social da natureza precisa ser reconhecido e seu poder, mais do que combatido, deve ser aproveitado. (SPIRN, 1995, p. 21)

Por conseguinte, para a autora existe uma necessidade de enxergar a relação natureza e cidade como elementos que devem ser trabalhados juntos, de maneira que a paisagem transformada seja sempre a melhor adaptada às condições do mundo natural que contribuíram para a sua configuração urbana:

No ambiente natural de cada cidade, existem elementos diferenciados e elementos comuns. Muitas cidades devem sua localização, seu crescimento histórico e a distribuição da população, bem como o caráter de seus edifícios, ruas e parques às características diferenciadas de seu ambiente natural. Muitas cidades ocupam o sítio de antigas aldeias, escolhidos pelos primeiros habitantes por causa da facilidade de defesa, acesso à água, combustível e material para construção, além da proximidade das rotas de transporte. (SPIRN, 1995, p.27)

Para tanto, entende-se que o espaço de ações sociais é o mesmo espaço da transformação da paisagem, de forma dinâmica e não estática. Para Milton Santos (1996) o espaço é algo

a mais nesta relação entre paisagem e o seu conjunto, sendo o reflexo do modo de viver de sua sociedade.

Ora, o sentido do espaço vem dos processos que se realizam sobre a paisagem. De tal maneira que se pode dizer que o domínio da paisagem é o das formas físicas, e o domínio do espaço é o das formas sociais. [...] a paisagem é produto social. Mas é um produto social que corresponde a ações do passado. Por conseguinte, se tornou algo de concreto. Como concreta é a lei, como concretos são os costumes, que são cristalizações, digamos, de momentos passados. Já o espaço, ele está sobre, ele está fundado nesta herança, mas ele reflete o dinamismo do mundo vivido, hoje. (SANTOS, 1996, p. 38)

Neste sentido, a cidade, em sua origem e desdobramentos, é o *locus* de (trans)formações da paisagem de uma maneira mais dinâmica. É neste espaço que podemos verificar como as relações e modos de se entender a paisagem são classificadas em sua evolução de sentidos, ações e mutações no tempo de longa duração. Kohlsdorf (1996) define espaço urbano pela relação do espaço materializado e das relações sociais que dele fazem parte:

[...] o espaço urbano e sociedade são duas faces da mesma moeda; ou seja, o espaço é um aspecto estrutural da cidade. Seu papel supera o conceito sociológico de suporte de atividades, pois não é um meio rígido e neutro, mas capaz de oferecer possibilidades e restrições à realização de práticas. Sua natureza social implica que o espaço da cidade seja necessariamente histórico, no sentido de posicionado em marcos temporais, geográficos e culturais. [...] esse espaço é sempre concreto, possuindo qualidades físicas em convivência com seus atributos sociais. Mas não é um fenômeno estático, pois encontra-se em permanente transformação por causa, novamente, de sua natureza social. Portanto, faz sentido descrever-se o objeto da arquitetura como espaço físico, transformado por agentes sociais, que o produzem com finalidades colocadas pelos grupos que detêm os meios de produção e a gerência dos lugares. (KOHLSDORF, 1996, p.21)

Segundo Benévolo (2009), a organização física das cidades é duradoura no tempo. Característica reforçada por Santos (1985 e 1996) quando aborda sobre a solidez da paisagem formada pelas intervenções do homem. O fato da cidade cristalizar momentos do passado permite a leitura da paisagem desses espaços citadinos pelo tempo, e com isso perceber vestígios da evolução da paisagem no espaço urbano.

A palavra cidade emprega-se em dois sentidos: para indicar uma organização da sociedade concentrada e integrada que começa há cinco mil anos no Oriente próximo e que então se identifica com a sociedade civil; ou para indicar a situação física desta sociedade. A distinção é importante pelo motivo prático de que a situação física de uma sociedade é mais durável do que a própria sociedade e pode ainda ser constatada – reduzida a ruínas ou funcionando – quando a sociedade que a produziu já desapareceu há muito tempo. A forma física corresponde à organização social e contém numerosas informações sobre as características da sociedade, muitas das quais só podem ser conhecidas desta maneira e as únicas que podem ser experimentadas – movendo-se no cenário da cidade ou, melhor ainda, nela residindo – além de serem reconstruídas na prancha. (BENÉVOLO, 2009, p. 13)

No intuito de examinar a paisagem, como categoria de análise e de compreensão das (trans)formações do espaço urbano, e auxiliar para um debate sobre as demandas espaciais refletidas na configuração e conformação das distintas paisagens, a intenção aqui é observar a relação de formação da paisagem urbana sob as influências antrópicas que sucedem a paisagem citadina – particularmente em dois momentos específicos: fundação e atualidade.

Face à durabilidade das formas, a construção da paisagem converte-se em um legado aos tempos futuros. Por isso, as transformações da sociedade são, em certa medida, limitadas e dirigidas pelas formas preexistentes. Na história primitiva, havia poucas formas criadas pelo homem, sendo bastante reduzido o número daquelas estabelecidas com um sentido de permanência ou de maior impacto. Neste aspecto, as alternativas eram infinitas. Entretanto, cada objeto permanece na paisagem, cada campo cultivado, cada caminho aberto, poço de mina ou represa constitui uma objetificação concreta de uma sociedade e de seus termos de existência. As gerações vindouras não podem deixar de levar em conta essas formas. As cidades e as redes de transportes dos tempos modernos testemunham tal herança, que se interpõe no curso do futuro. (SANTOS, 1985, p. 54)

A paisagem, como já colocado, pode ser entendida como a percepção da relação das ações do homem sobre o mundo natural. Na compreensão da história das cidades, a origem do espaço urbano está associada às necessidades de criar o lugar de “descanso e movimento” (MUMFORD, 1991, p. 9). Entende-se, pois, que desde as primeiras aglomerações, assentamentos, aldeias, vilas, cidades muradas e outras, a intervenção do homem no mundo natural associa-se a criação de paisagens.

Para um contexto de observação da formação da paisagem urbana procura-se evidenciar alguns momentos marcantes do desenvolvimento urbano sobre o mundo natural, particularmente aqueles que conferem a formação de distintas paisagens por conta da peculiaridade de cada ambiente. Observados de uma maneira simples, claro que não vamos aqui aprofundar a história da origem da cidade¹⁰, mas será um ponto de partida para o olhar sobre a paisagem e o espaço urbano.

É bibliografia comum, entre os arquitetos, o texto de Benévolo para o desenho da cidade; elege a cidade como fio condutor de uma narração histórica; em rápida síntese indica a modificação superficial do ambiente natural para criar algum ambiente construído – refúgios em grutas, proteções de peles sobre estruturas muito precárias e elementares de troncos de madeiras, assentamentos primitivos, povoados neolíticos mais elaborados, já com o uso de algumas técnicas, transformações maiores do entorno, das atividades,

¹⁰ Destaca-se os autores Leonardo Benévolo (2011) e Lewis Mumford (1991), em seus livros: *A História da Cidade* e *A Cidade na História*, respectivamente, os quais trazem relatos significativos sobre a evolução das ações humanas, buscando abrigo e sobrevivência, como momentos marcantes da evolução dos assentamentos.

mediante trabalho com certo grau de organização; conduz-nos até o que ficou conhecido como “revolução urbana”. (MAGNOLI, 2006, p. 144)

Segundo Mumford (1991), é necessário olhar a história da cidade para nos ajudar a entendê-la em seus diversos aspectos e, evidentemente, suas diversas paisagens.

Se quisermos lançar novos alicerces para a vida urbana, cumpre-nos compreender a natureza histórica da cidade e distinguir, entre as suas funções originais, aquelas que dela emergiram e aquelas que podem ser ainda invocadas. Sem uma longa carreira de saída pela História, não teremos a velocidade necessária, em nosso próprio consciente, para empreender um salto suficientemente ousado em direção ao futuro, pois grande parte dos nossos atuais planos, sem exceção de muitos daqueles que se orgulham de ser “avançados” ou “progressistas”, constituem pouco engraçadas caricaturas mecânicas das formas urbanas e regionais que ora se acham potencialmente ao nosso alcance. (MUMFORD, 1991, p. 9)

Raquel Rolnik (1995) na sua concepção ao explicar o que seria uma cidade, demonstra como a cidade pode ser interpretada por suas características inatas, ao classificar formas de entender a cidade, tanto por suas funções e estrutura física, quanto como o lugar de relações sociais, em que a cidade poderia ser interpretada de cinco maneiras: como um imã; como escrita; como política; como mercado; e como capital. Ao descrever estas características a autora mostra como a cidade constrói sua estrutura complexa, e com isso, as diversas paisagens formadas pelas ações que a sociedade lhe impõe.

Lefebvre (1999), em seu livro *A Revolução Urbana*, de 1970, discute como a cidade deve ser lida e compreendida como espaço urbano, por conta não só de sua forma, de seu desenho, mas principalmente por conta das relações sociais que são traçadas nela. Neste entendimento, na visão de Milton Santos (1985), o espaço é justamente o ápice das relações sociais, é reflexo dos modos de viver da sociedade a que nele está inserida.

O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual. Assim, temos, paralelamente, de um lado, um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua configuração geográfica ou sua configuração espacial e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível, isto é, a paisagem; de outro lado, o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento. Esses processos, resolvidos em funções, se realizam através de formas. Estas podem não ser originalmente geográficas, mas terminam por adquirir uma expressão territorial. Na verdade, sem as formas, a sociedade, através das funções e processos, não se realizaria [...] (SANTOS, 1985, p.1)

Para o embasamento histórico do espaço urbano, o olhar sobre o território europeu nos ajuda a situar um ponto de partida sobre a evolução das cidades. A sua história urbana representa um marco por conta das rápidas transformações que os assentamentos urbanos passaram num curto espaço de tempo – frente à história da humanidade.

Selecionada a sociabilidade (cooperação, conflitos; diversidade das diferenças) construída pelo grupo humano, inserida nas ações e decisões das sociedades, em que mobilidades e territorialidades (inscrição das sociedades na natureza) se conjugaram na apropriação dos recursos da natureza, é reconhecida a criação de cidades como uma das características da cultura europeia. É no legado ocidental da origem das cidades, que procuramos situar, entender, a convergência de relações do caráter gregário, inscrito nas cidades, nos múltiplos níveis espaciais interior-exterior; das relações com a natureza nos entornos das cidades – contatos interior-exterior do casco urbano – e das relações com os caminhos, as rotas – redes – dos deslocamentos mais amplos. (MAGNOLI, 2006, p. 149)

O espaço urbano na Europa dos séculos XVI ao XVIII é norteado tanto pelas calamidades quanto pelas manifestações de poder. Entre os incêndios, terremotos, também se destaca o poder iluminista, estes acontecimentos se reafirmam como efeitos das reformas urbanas mais importantes nas cidades europeias nesse período, e estas reformas vão servir de modelo para muitas cidades em todo o mundo. Entre alguns exemplos das calamidades que influenciaram a forma urbana das cidades estão: o incêndio em Londres, de 1666; e o terremoto em Lisboa de 1755, tal qual as manifestações dos poderes dos chefes de estado, que organizam o espaço urbano como símbolo de força perante o estado e a população.

Mas, como as calamidades, as manifestações de poder também favoreceram as cirurgias ou criações urbanizadoras de monta: a Sisto V (1520-90) se atribui a culminância dos processos de reformas urbanas iniciadas no século 15 como celebração do ressurgimento da força papa sediada em Roma; a partir de Henrique IV (1553-1610) inaugura-se uma nova etapa urbanística de Paris: as monumentais *places royales*. Versalhes, Tulherias, os jardins de André Le Notrê (1613-1700) são alguns dos símbolos do absolutismo francês. (SEGAWA, 1996, p. 36)

Lefebvre (1999) faz uma leitura sobre as transformações delineadas no espaço urbano a partir das mudanças ocorridas com a Revolução Industrial, pois uma nova sociedade surgia, e com isso também novas paisagens.

O urbano (o espaço urbano, a paisagem urbana), não o vemos. Nós ainda não o vemos. Será simplesmente o olho formado (ou deformado) pela paisagem anterior que não pode ver um novo espaço? Tratar-se-á simplesmente do olhar cultivado pelos espaços aldeões, pela magnitude das fábricas, pelos monumentos das épocas passadas? Há isso, como há mais e outras coisa. Não se trata somente de uma ausência de educação, mas de uma ocultação. O que olhamos, na verdade, não enxergamos. Quantas pessoas percebem “perspectivas”, ângulos e contornos, volumes, linhas retas ou curvas, mas não podem ver, nem conceber, percursos múltiplos, espaços complexos! Não podem saltar do *cotidiano* – fabricado segundo as coações da produção industrial e do consumo dos produtos da indústria – para o *urbano*, que se libertaria desses determinismos e coações. Não sabem construir uma paisagem, comendo e propondo uma ideia da feiura e da beleza especificamente urbanas. A realidade urbana, antes de nascer e de se afirmar, se vê reduzida, de um lado, pelo rural (os subúrbios compostos por casas ajardinadas, os espaços ditos verdes) e, de outro, pelo cotidiano industrial (as moradias funcionais, as

vizinhanças, as relações, os trajetos monótonos e obrigatórios), cotidianidade submetida às exigências das empresas e tratada conforme a racionalidade empresarial. Trata-se de uma redução, ao mesmo tempo social e mental, de um lado, à trivialidade e, de outro, à especialidade. Em poucas palavras: o urbano reduz-se ao industrial. (LEFEBVRE, 1999, p. 36)

O mesmo autor ao abordar a nova configuração da sociedade pós-Industrial relaciona muito mais as ações entre os grupos formadores do espaço urbano do que sua forma propriamente dita. A forma é apenas elemento dependente, onde os acontecimentos da sociedade se rebatem.

Por tanto, percebe-se que a cidade industrial pode ser lida como um marco decisivo das transformações urbanas para a sociedade. Podendo inclusive classificar a investigação sobre o campo da arquitetura da paisagem, em antes e depois da cidade industrial. Pois é neste momento da história das cidades que se começam a questionar como organizá-la, como melhorar o aspecto urbano diante do crescimento acelerado da população, e consequentemente do tecido urbano. É neste período que a natureza começa a se fazer mais definida nos planos urbanísticos desenvolvidos para as cidades.

Choay¹¹ (2010) reúne em seu livro *O urbanismo*, uma série de ensaios onde tenta explicar as correntes urbanísticas para controle, organização e progresso da vida cidadina. Várias linhas de pensamento e até propostas de planos urbanos surgem como meio de se chegar a um modelo de cidade ideal para os problemas urbanos da época da Revolução Industrial.

Entre estes modelos reunidos no livro de Choay (2010) está o modelo da Cidade-Jardim, proposta por Ebenezer Howard, em 1898.¹² O modelo da Cidade-Jardim aposta, dentre outras diretrizes, no controle do crescimento do espaço urbano pelo limite populacional, como se as cidades fossem se proliferar em células calculadas pela sua capacidade de suporte. A configuração da estrutura espacial urbana tinha como base uma linha de conexão entre as áreas urbanas, um cinturão verde para a produção de alimentos e a separação entre os núcleos urbanos, e internamente uma estrutura espacial para a concentração das residências. Esse modelo serviria para evitar as grandes aglomerações,

¹¹ No texto, original de 1965, as correntes de teorias e modelos de como a cidade ideal deveria ser organizada, apontados por Choay, são: o pré-urbanismo progressista; o pré-urbanismo culturalista; o pré-urbanismo sem modelo; O urbanismo progressista; o urbanismo culturalista; o urbanismo naturalista; Tecnotopia; e Antropópolis. Em *Filosofia da cidade* destaca questões do modo de se pensar a cidade, apontando os principais discursos sobre o espaço da cidade, pensados a partir dos problemas sociais advindos da Revolução Industrial.

¹² O modelo de Cidade-Jardim é proposto por Howard em 1898, quando publica *Tomorrow: A Peaceful Path to Social Reform*, reeditado em 1902 com o título *Garden Cities of Tomorrow* (Cidades-Jardins de amanhã).

sem controle de crescimento, e valorizar o verde na cidade. Este modelo de cidade foi um exemplo seguido em vários lugares, o que moldou diversas paisagens citadinas, como saída para os descaminhos da poluição e insalubridade trazidos pela Revolução Industrial.

A Revolução Industrial foi um marco que modificou não apenas as relações entre as classes sociais, mas também transformou a estrutura física e a forma urbana¹³ dos assentamentos. Nesse período, um dos mais significativos exemplos foram as reformas promovidas em Paris, coordenadas pelo então prefeito, o barão Haussmann, de 1853 a 1870 (PANZINI, 2013). A iniciativa converteu-se num marco de intervenção urbana e, por conseguinte, influenciaram o campo da arquitetura da paisagem, ao pensar o projeto urbano articulado a natureza, com a implantação de bulevares e parques urbanos, com expressiva cobertura vegetal.

Segundo Panerai *et al.* (2013, p. 11), Paris a partir do gesto de Haussmann seria uma cidade burguesa, assumindo um modelo espacial específico: “O argumento técnico das mudanças amparava-se na modernização e na salubridade, estruturados num discurso de melhoria das condições de moradia, transporte e infraestrutura”. A cidade se tornaria equipada. “A ideia de via também se transforma, principalmente em relação a sua função de distribuição rápida de pessoas, alimentos, água, gás, remoção de lixo”, etc. Os autores destacam também que é nesta mesma conjuntura que emergem as instituições e os “equipamentos públicos como hoje são conhecidos, que surgiram em todos os lugares: prefeitura, centros administrativos, ministérios, escolas, mercados, abatedouros, hospitais, prisões, quartéis, estações ferroviárias e assim por diante”.¹⁴

Essas transformações urbanas ocorreram principalmente por conta da dinâmica urbana da cidade industrial, resultante do aumento significativo da população, das fábricas, e conseqüentemente de poluição, falta de higiene e salubridade. As cidades se tornaram grandes centros precários, onde a população vivia amontoadada em pequenos espaços, as

¹³ Lamas (2010, p. 44) define forma urbana como “aspecto da realidade, ou modo como se organizam os elementos morfológicos que constituem e definem o espaço urbano, relativamente à materialização dos aspectos de organização funcional e quantitativa e dos aspectos qualitativos e figurativos. A forma, sendo o objetivo final de toda a concepção, está em conexão com o desenho, quer dizer, com as linhas, espaços, volumes, geometrias, planos e cores, a fim de definir um modo de utilização e de comunicação figurativa que constitui a arquitetura da cidade”.

¹⁴ Segundo Panerai *et al.* (2013, p.11), “pode-se considerar que o problema dos equipamentos públicos foi resolvido em grande parte após a Revolução e durante o Império, por meio da desapropriação de imóveis da nobreza e da igreja. De qualquer maneira, Paris, em 1848, era uma cidade mal equipada e muito congestionada: a questão dos equipamentos públicos e da abertura de vias estava intimamente vinculada com as ideias de Haussmann”.

ruas estreitas eram depósitos de lixo, sem iluminação e insalubres, ocasionando um espaço urbano propício à sujeira e às doenças. As cidades precisaram se adaptar para resolver a falta de estrutura para atender às demandas por moradia, por melhores condições de higiene, de embelezamento e de funcionalidade. O espaço urbano precisava se organizar.

Talvez a maior contribuição dada pela cidade industrial tenha sido a reação que produziu contra os seus próprios descaminhos; e para começar, a arte do saneamento ou da higiene pública. (MUMFORD, 1991, p. 513)

Por fim, este subcapítulo, paisagem e espaço urbano, permite associar que a história das cidades é uma referência para se compreender a paisagem urbana a partir da sua origem, isto é, características intrínsecas a ela, sobre sua (trans)formação de espaço natural para espaço urbano. Olhar a história de fundação das cidades significa entender que ações antrópicas sobre o meio natural permanecem na paisagem ao longo dos tempos. Entendendo-se assim, que as configurações do espaço urbano transpassam a duração das sociedades que as originaram, elas alcançam sociedades futuras, portanto, isso nos permite ler a paisagem, em certa medida, na sua forma embrionária, o que auxilia na caracterização das paisagens mais distintas, em épocas e períodos da história, resguardando memórias da evolução das paisagens citadinas.

Logo, percebe-se como a leitura da paisagem de centros originais de cidades capitais, no Brasil, pode contribuir para entender as raízes da arquitetura da paisagem brasileira, ao longo dos séculos, já que os núcleos urbanos estudados na tese se originaram em diferentes períodos e contextos da história da evolução urbana do país.

Para tanto, nesta tese existem dois escopos de análises que interessam ao cenário das abordagens que se quer alcançar: a paisagem e o espaço livre. O primeiro, a paisagem, porque é o conjunto complexo que evidencia relações entre elementos naturais e ações antrópicas, que (trans)formam os lugares¹⁵. O segundo elemento, o espaço livre, é o que nos ajuda a perceber a paisagem – o elemento de referência nos lugares, onde as relações são constituídas. Para este trabalho, o espaço livre é o atributo formal que explicita como a leitura da paisagem pode ser interpretada.

¹⁵ “[...] ‘lugar’ qualifica espaço com presença humana porque lhe confere significância. Espaços socialmente utilizados ou apropriados possuem significado, ordem e familiaridade possibilitadoras de aprendizagem mediante práticas ambientais, e nessa experiência a eles aplicamos referências sígnicas, fato que os transforma em lugares. Assim, lugares são espaços com significados”. (KOHLSDORF & KOHLSDORF, 2017, p.18).

Paisagem e espaços livres

O conceito urbanístico de espaço livre está intimamente ligado à vida das cidades; estas são sentidas por suas ruas, praças, parques, que caracterizam a paisagem urbana. Além de simples e indispensáveis elementos de regularização do grau higrométrico da atmosfera, eliminação de toxinas, equilíbrio de camadas de ar poluído, de abertura de áreas de luz e sol, os espaços livres têm significado muito maior: é um bem público onde, além de promover-se o reencontro do homem com a natureza, desenvolvem-se as atividades urbanas, com seus ritmos, em todas as escalas, desde a ida diária ao trabalho, à escola, às compras, o passeio domingueiro até a percepção da mudança das estações do ano. (KLIASS & MAGNOLI, 2006[1986], p. 247)

Dentro do conjunto de abordagens sobre a paisagem, seus conceitos e origens, destaca-se o papel dos espaços livres urbanos, sejam eles públicos ou privados. Esta parte se destina a explicar e entender os espaços livres e suas tipologias, referenciais na paisagem urbana e, por excelência, locais de encontrabilidade.

De modo a compreender o significado de espaço livre para o espaço urbano, aborda-se o conceito elaborado por Miranda Magnoli (2006 [1982]), que define espaços livres como todos os espaços não ocupados por volume edificado, podendo ser espaço solo, espaço-água, espaço luz ao redor das edificações a que as pessoas têm acesso. Neste sentido, os espaços livres são responsáveis pela articulação do tecido urbano, pelas conexões entre os cheios e vazios, além de representarem lugares de permanências das pessoas, incluindo locais onde se traçam relações sociais. Segundo Macedo (1999) a estrutura do espaço livre é definido a partir da estrutura formal dos lugares:

O que se observa é que os espaços livres urbanos, na maioria das oportunidades, não são configurados por vegetação e sim pela massa construída e pelo suporte físico em suas diversas formas de modelagem, sempre condicionados pelas formas de propriedade e os parcelamentos decorrentes, que direcionam sua estrutura formal. (MACEDO, 1999, p. 15)

O conceito de espaço livre definido por Magnoli (2006) é atualmente consenso entre os estudiosos da área da arquitetura da paisagem. Na arquitetura da paisagem o espaço livre é considerado objeto de trabalho do arquiteto paisagista. Como afirma Barcellos (1999), a ideia de espaço livre surge da necessidade de se trabalhar de maneira prática a paisagem, sendo assim considerado como uma categoria de análise quando se necessita delimitar a paisagem para fins de estudo e intervenção.

Segundo Macedo (1999), há na cidade além dos chamados “espaços livres de edificação” (espaços livres urbanos), os “espaços livres de urbanização”, os quais devem “sua estruturação principalmente aos elementos do suporte físico, como a vegetação, as formas de modelagem e os processamentos que a sociedade lhes impõe; são exemplo: campos de cultivo, bosques de eucaliptos, grandes lagos provenientes de barragens e canais” (MACEDO, 1999, p. 15). Para esta tese se detém principalmente aos espaços livres urbanos.

No entendimento de como os espaços livres urbanos surgem nas cidades, Macedo (1999) explica que eles se formam junto às áreas edificadas, em decorrência da criação de sistemas viários, de recuos obrigatórios nos lotes, formando poços de iluminação, pátios e quintais e, ainda, da exigência de áreas para recreação e estar.

Os espaços livres urbanos podem ainda ser divididos em espaços livres de uso público e espaços livres privados. Segundo Barcellos (1999) os espaços livres urbanos públicos referem-se aos parques, praças, ruas, largos, becos etc., enquanto que os espaços livres urbanos privados estão relacionados aos jardins residenciais ou comerciais, pátios, quintais etc.

Romero (2001) explica espaços livres públicos por espaços públicos exteriores, definindo-os como:

Aqueles espaços fundamentais que frequentemente condicionam os espaços construídos, que às vezes lhes conferem suas formas, seus relevos, suas características. São elementos essenciais da paisagem urbana que constituem os espaços de vida, que “percebem” a cidade (ROMERO, 2001, p. 29).

Neste cenário, os espaços livres são responsáveis por caracterizar a paisagem urbana, são espaços que criam valores referenciais para a população. Como afirma Bartalini (1987), um dos aspectos fundamentais para a qualidade de vida dos cidadãos é a criação de referenciais urbanos por meio da caracterização fisionômica dos espaços urbanos.

Os espaços livres públicos apresentam diferentes tipologias, como exemplifica Serpa (1997), como ruas, praças, avenidas, parques. Estas tipologias de espaços livres se organizam formando sistemas, sendo a sistematização destes espaços responsável pela estruturação do tecido urbano em qualquer cidade.

Os tipos de espaços livres também devem ser lidos em sua importância configuracional, já que as características estruturais das ruas, praças e parques ajudam a moldar e perceber a paisagem urbana dos lugares.

[...] a concepção do espaço público como objeto arquitetônico, quer dizer, como espaço ao qual se confere uma forma definida. Decorre essa concepção da ideia de que o espaço público deve ter uma forma definida, pensada e construída com tanta intenção como a de um edifício. Encontramo-nos, então, diante da concepção arquitetônica do espaço público, um espaço pensado como unidade arquitetônica, no qual os elementos ambientais, climáticos, históricos, culturais e tecnológicos são os elementos que o configuram como estímulos dimensionais (ROMERO, 2001, p.9).

Quanto ao contexto da função social do espaço livre, Richard Sennett (1998), em seu livro *O declínio do Homem Público, as tiranias da intimidade* de 1976, faz uma abordagem histórica de como as pessoas foram mudando seu comportamento no espaço público devido a transformações estruturais desses espaços na cidade, diante do que existia disponível para as atividades da vida pública. Os espaços livres sempre foram transformados pelas ações do poder dominante, que impunham suas referências na estrutura urbana, e que estas influenciavam no comportamento de seus usuários. Por exemplo, o autor cita as transformações no espaço da praça da cidade Medieval e Renascentista, da rua e o espaço do parque público como lugares que moldaram a maneira que as pessoas se relacionavam entre si.

Para explicar essas transformações da vida social, o mesmo autor cita os exemplos mais expressivos de reformulações urbanas acontecidos em Roma e as reformas urbanas do século XVII nas cidades de Paris e Londres, após os incêndios que acometeram estas cidades¹⁶, que serviram de argumento para as reformas e inserção das praças arborizadas e organizadas, abolindo as antigas feiras, que antes faziam a vida pública dos espaços livres. A praça passava a ter uma função de agregar monumentalidade no espaço urbano.

A construção de praças que se iniciou em Paris na década de 1680 estava condicionada por dois acontecimentos anteriores: primeiro, a obra de Bernini em Roma; o segundo, a obra de Luís XIV e seus arquitetos em Versalhes. A Piazza Obliqua de Bernini, defronte à Basílica de São Pedro, em Roma, foi um desafio para todo o impulso de construção de praças planejadas do Renascimento. Bernini quis usar a praça para sugerir a ampliação do espaço por

¹⁶ Após o grande incêndio de 1666 em Londres, e na década de 1680 em Paris, a aglomeração populacional nas duas cidades começou a tomar uma nova forma. A terra queimada ou ociosa não foi pura e simplesmente ocupada. Foi reorganizada de acordo com um novo princípio, o da praça; uma praça radicalmente distinta das praças das pequenas cidades medievais, tanto na aparência quanto na função. Os princípios de *design* das praças em Londres romperam com o passado medieval de modo bastante diverso daqueles das praças de Paris. Mas essas duas respostas opostas contra o passado levaram à mesma finalidade social. (SENNETT, 1998, p. 74).

meio de um desenho formal, ao invés de sugerir o fechamento e a domesticação do espaço como preconizava o Renascimento [...]. As grandes *places* urbanas não eram feitas para concentrarem todo tipo de atividade das ruas circundantes; a rua não deveria ser um pórtico para a vida da praça [...]. Acima de tudo, essas praças não foram concebidas tendo em mente uma multidão lenta que se congrega. Hardouin-Mansard lutou, portanto, para eliminar das praças, barracas, bandos de acrobatas e outras formas de comércio de rua, bem como procurou manter os cafés em sua volta, mantidos por detrás de portas, e tirou totalmente as estalagens das praças. O resultado foi o enfraquecimento da vida das praças, tal como essa vida era conhecida, tanto na Paris medieval quanto na Paris renascentista. [...] agora a vida urbana em grupo estava fragmentada e dispersa. (SENNET, 1998, p. 75)

Dentre os tipos de espaços livres que mudaram de maneira significativa a paisagem das cidades está a inserção de passeios e parques públicos, os quais surgem como alternativas para a vida pública em sociedade. Segundo Sennet (1998), o parque público se torna uma alternativa para a aristocracia passear, ver e ser vista, principalmente no seu aparecimento em Paris e Londres, em que a população estava sem espaço para atividades ao ar livre, principalmente devido à morfologia de suas ruas.

Pela metade do século XVIII, andar pelas ruas, enquanto uma atividade social, adquiriria uma importância que jamais tinha existido, em Paris ou em Londres. O passeio era descrito na época como o advento de um gosto italiano, e, de certo modo, era mesmo assim. Os planejadores das cidades italianas barrocas, principalmente Sisto V em Roma, deram grande importância aos prazeres do passeio pela cidade, explorando a passagem de um monumento a outro, de uma igreja a outra, de uma praça a outra. Esse sentido da cidade monumental, traduzido para a vida de Londres ou de Paris um século mais tarde, tornara-se menos uma questão de se ver panoramas, e mais uma questão de se ver gente. Fazer contato com outras pessoas nas ruas não era, entretanto, uma atividade simples. As ruas de Paris e de Londres ainda eram em grande parte um emaranhado de vias pequenas e muito sujas, distantes dos melhoramentos municipais feito em Roma no século XVII. Eram raras as calçadas, e habitualmente feitas de pranchas de madeira mal fixadas, de modo que sobreviviam a apenas poucos anos de uso. [...] Era necessária uma nova instituição na cidade. Tratava-se do parque público, desenhado para permitir passeios de carruagens e jornadas a pé com facilidade. A construção de novos parques e a renovação de antigas áreas não desenvolvidas, transformando-as em parques e passeios, começaram com maior seriedade nos anos de 1730. Nas décadas da metade do século, andar a pé e de carruagem no parque – principalmente no St. James's Park – tornara-se uma experiência diária para um grande número de londrinos (SENNET, 1998, p. 112).

Por conseguinte, este subcapítulo que trata da paisagem e espaços livres, auxilia na compreensão de que a leitura das transformações da paisagem, entre outros elementos, pode ser feita a partir das ruas, praças e parques e/ou jardins públicos, entende-se que, estes espaços livres são produtos das ações antrópicas sobre o meio natural, decorrentes de demandas das sociedades a que estavam relacionados à época de suas origens. Desta maneira, esses espaços serão de fundamental importância para o reconhecimento de cada

paisagem, serão os espaços percorridos durante as vistas *in loco* nos centros históricos das cidades capitais que compõem a amostra da tese.

Entretanto, ressalta-se que, entre estas três categorias de espaços livres públicos, uma chama atenção para esta tese: o parque e/ou o jardim público. Apontar-se que o enfoque dado aos parques e/ou jardins se deve a este elemento urbano ser inserido posteriormente na paisagem citadina. Entende-se que, as ruas e as praças sempre existiram desde a fundação embrionária de qualquer núcleo urbano (REIS FILHO, 1968; SANTOS, 1968; DELSON, 1979, MARX, 1980). Não se está aqui diminuído a importância de cada um desses espaços livres, apenas evidencia-se que parques e jardins públicos são elementos que vão mudar os paradigmas dos planos urbanísticos produzidos desde o seu aparecimento, transformando de vez a paisagem citadina. Para tanto, a partir da importância para as transformações da paisagem urbana, o próximo subcapítulo procura explorar o quanto estes espaços livres foram significativos para o desenvolvimento da arquitetura da paisagem, como campo de trabalho.

Paisagem, parques e jardins

Qualquer razoável manual de estudos sobre o desenvolvimento urbano da Europa registra que, entre a segunda metade do século 15 e o século 18, significativas intervenções transformaram as paisagens das suas principais cidades. Desse conjunto de transformações, interessa-nos o surgimento de alguns novos lugares nessas cidades. O ‘novo’, aqui, reporta-se menos ao sentido de ‘recente’ que ao de ‘original’: originalidade das praças e jardins de uma época (SEGAWA, 1996, p. 31).

Na Antiguidade, a natureza além de ornamento, também é útil às civilizações. Como aborda Panzini (2013), os espaços vegetados sempre estiveram presentes na história da evolução das cidades.

Ao mesmo tempo em que se firmava o modelo urbano na Mesopotâmia, apareceram os mais antigos espaços verdes de presença documentada ligados às cidades: áreas que eram simultaneamente pomar, horta, jardim, e que conciliavam as finalidades alimentares com as recreativas. Na Antiguidade, assentamentos e plantações dependeram da presença de fontes naturais e de cursos de água: as primeiras cidades eram efetivamente contornadas por cinturões verdes, porque estavam situadas perto de rios dos quais provinham sua rede de irrigação (PANZINI, 2013, p. 53).

Enquanto a praça, como explica Segawa (1996), sempre fez parte do espaço urbano:

A praça é um espaço ancestral que se confunde com a própria origem do conceito ocidental de urbano. O mesmo não se pode afirmar do jardim ou do parque públicos, criações efetivamente materializadas – enquanto espaços públicos urbanos – a partir do século 17. (SEGAWA, 1996, p. 31)

Já a implantação de parques e jardins públicos é um processo de mudanças nos modos do homem ver e se relacionar com a natureza.

Os parques, que originalmente eram bosques cercados para a formação de reservas de caça, foram criados na Inglaterra a partir do século 10 [...] [e] houve um aumento significativo do número de parques, diretamente proporcional ao número de novos palácios rurais, no século 16 (WILLIAMS, 1989 *apud* SEGAWA, 1996, p. 29).

Keith Thomas (1988), ao abordar o processo de introdução da vegetação, desde o plantio de árvores até o cultivo de flores, na vida cotidiana do homem inglês, observa que esse processo de criação de espaços de jardins estava relacionado a questões do paraíso, do mito do jardim do Éden.

[...] a popularidade do jardim tinha uma dimensão espiritual. A concepção de Paraíso – um belo trecho de terra, enfeitado com águas, flores e árvores – era antiga, com raízes na tradição grega, romana e oriental. No ensinamento cristão, o jardim há muito possuía uma importância religiosa, como lugar de devaneio espiritual, lembrança ao mesmo tempo do Éden [...] (Thomas, 1988, p. 281).

Observa-se a trajetória do desenvolvimento dos parques e jardins públicos como subsídios de transformação da paisagem urbana ao longo da história, a partir de estudos sobre jardins históricos com Panzini (2013), Segawa (1996), Leite (1994), Thomas (1988), pode-se chegar a tais considerações. Esses autores tomam como referência transformações do continente europeu que influenciaram na arte de projetar jardins e parques públicos. Essas transformações começam no modo como as pessoas passam a ver e a lidar com a natureza e chega até a projeção de jardins, o que vai mudar de vez a paisagem do ambiente urbano.

A partir dos estudos levantados por tais autores pode-se apreender as origens do campo da arquitetura da paisagem, e que este está totalmente envolvido com a projeção de áreas valorizadas para a evocação da natureza – o culto à vegetação – e diretamente ligado aos gostos pelos passeios ao ar livre adquiridos pela população. Destaca-se, os contextos de Londres e de Paris, como cidades que tiveram mudanças efetivas nas suas paisagens, a partir da arte de implantar jardins.

Convém mencionar que o jardim surge primeiramente como espaço de desfrute privado da aristocracia, do desenho barroco de origem italiana e francesa, até chegar ao jardim

românico naturalista inglês, modelo que evolui na criação dos primeiros parques públicos do mundo. No caso do parque público inglês, ele teria aparecido num primeiro momento com a abertura dos jardins da côrte para o público, o que ocorreu como Saint James Park, por exemplo, que era uma antiga reserva de caça real, aberta ao público somente no século XVIII. Princípios da tradição romântica nortearam o projeto dos primeiros parques públicos que surgiram na história e que se mantem até hoje (Figura 4).

O setecentos não viu apenas o nascimento de um estilo compositivo inédito, mas também de uma tipologia de espaço verde totalmente inovadora: o jardim público. O termo foi cunhado apenas na segunda metade do século, quando os guias de viajantes e os tratados começaram a utilizá-lo para indicar alguns jardins urbanos particulares, destinados a um uso relativamente coletivo. De todo modo, embora fosse verdadeira novidade, o jardim público provinha de um amálgama entre espaços verdes e construção urbana iniciado havia tempo; esse novo espaço coletivo foi uma melhoria trazida às cidades no período das luzes, porém, sua gestação tinha, de fato, se iniciado muito antes (PANZINI, 2013, p. 475).



Figura 4: Saint James Park em Londres. Fonte: Giuliana Sousa (2011).

Entre os primeiros projetistas do parque paisagístico de estilo romântico, Panzini (2013) destaca a figura do jardineiro-chefe Lancelot Brown (1716-1783), que se tornaria o mais conhecido criador de jardins privados da Inglaterra.

Quem levou à plena maturação a experiência dos parques paisagísticos foi Lancelot Brown, que encarnou de forma mais completa a figura de projetista de jardins para o mercado privado nascido na Inglaterra do século XVIII [...].

Sua técnica consistia em valorizar o que já estava presente no ambiente sobre o qual intervinha e do qual, seguindo uma estética de formas suaves, eliminava o que considerava elementos dissonantes. Depois de sua intervenção, a topografia resultava num conjunto dinâmico de concavidades e convexidades, com matas de ritmo sinuoso, fossos serpenteantes, cascatas, laguinhos acomodados com cuidado em suaves depressões cobertas pela relva e pequenas arquiteturas que se refletiam nos espelhos d'água. Para enfatizar o senso de profundidade das vistas, ele servia de grupos de arvoredos sempre-verdes e decíduos, de espécies autóctones, plantadas de forma alternada, enquanto para obter efeitos ornamentais específicos usou exemplares isolados de espécies exóticas (PANZINI, 2013, p. 452).

Outro fato interessante, segundo Panzini (2013), é que o filósofo e escritor Jean Jacques Rousseau (1712-1778) teve uma importante contribuição para a difusão do modelo de parque inglês na França. Após ter contato com os parques ingleses, o pensamento de “Rousseau formou o contexto intelectual no qual o jardim natural à inglesa se difundiu na França” (PANZINI, 2013, p. 463).

O modelo de parque inglês chega efetivamente à Paris, a partir de meados do século XIX, com a reforma urbana da cidade, que se tornou um marco na história do urbanismo, e toda a cidade, como o exemplo do Parque Monceau, ainda mais pelas intervenções e criações de parques públicos de maneira hierárquica por considerado um dos primeiros parques públicos implantados em Paris (Figura 5).

Ambas as questões – junção do parque à inglesa com a paisagem urbana e emprego dos mais avançados recursos técnicos da época – constituíram a marca registrada daquela que foi a primeira intervenção extraordinária com a finalidade de dotar uma grande capital da presença projetada e difusa de espaços verdes. [...] o colossal plano de renovação urbana de Paris [foi] empreendido entre 1853 e 1870. Entre as várias intervenções de requalificação da capital, [...] houve a criação de uma rede hierárquica de espaços verdes, definidos tipologicamente pelas dimensões e funcionalidade em relação ao raio de influência: dois grandes parques destinados a toda metrópole e situados em quadrantes opostos; parques de dimensões menores nos bairros em formação; pequenos espaços verdes, os *squares*, dispostos no tradicional centro histórico; e, por fim, arvoredos nas ruas. Em Paris, o jardim público tornou-se a unidade de construção da cidade, capaz de se adaptar a todas as suas circunstâncias topográficas (PANZINI, 2013, p. 495).



Figura 5: Parque Monceau, criado em 1861. Fonte: Giuliana Sousa (2011).

As principais transformações na paisagem dos espaços livres na Europa perpassam de um país a outro, o que enriquece de maneira significativa os modelos de tratamentos dados aos jardins ao longo do tempo, enriquecendo a trajetória dos antecedentes da arquitetura da paisagem que se conhece hoje, variando assim, os estilos de embelezamento que os jardins proporcionavam aos lugares.

O modelo de parque paisagístico inglês chega aos Estados Unidos da América (EUA) no século XIX, com o concurso para a reforma do *Central Park* de Nova Iorque, pelos paisagistas Calvert Vaux (1824-1895) e Frederick Law Olmsted (1822-1903), que ganham o concurso e criam o primeiro parque romântico de estilo inglês no país (Figura 6).

O projeto, tendo Vaux se encarregado dos desenhos técnicos e Olmsted da parte hortícola e financeira, acabou vencedor, e os trabalhos de implementação começaram em 1858. Aproveitando a irregularidade do sítio e a presença de lagoas e de afloramentos de granito, a proposta desenvolvia-se como uma coleção de ambientes extremamente pitorescos, com quadros pastoris, além de lagos e cursos de água, bosques vales profundos, rochas irregulares. Para moldar essas cenas, foram necessários gigantescos movimentos de terra e plantadas mais de 4 milhões de mudas (PANZINI, 2013, p. 508).



Figura 6: Central Park de Nova Iorque. Fonte: LOVINGNEWYOK, 2018.

A partir desta primeira obra, Olmsted se destaca na produção de muitos parques, por várias cidades americanas. Um dos importantes projetos do paisagista foi o sistema de parques de Boston, em que o paisagista organiza uma rede de parques por uma extensa área da cidade. O projeto tinha a função de melhoria e embelezamento urbano e a criação de locais para o lazer da população, além de preocupações com questões ambientais, que vão proteger os rios contra poluição e as cidades de possíveis cheias e alagamentos (Figura 7) .

Entre as suas obras mais relevantes estava o sistema de parques de Boston, uma longa sequência de espaços abertos de várias dimensões, unidos entre si por ruas inseridas na vegetação. O projeto, que originalmente previa um cinturão verde quase anular que deveria atravessar todos os bairros periféricos, nunca foi completado. Foram, porém, realizados cinco parques maiores e uma série de corredores verdes de ligação, de acordo com um traçado contínuo que envolvia boa parte dos setores norte e oeste da cidade. Essa sequência de área de caráter natural, criada com a colaboração do arquiteto paisagista Charles Eliot (1859-1897), foi denominada *Emerald Necklace*, “colar de esmeraldas”, cujas pedras preciosas eram os parques de *Back Bay Fens*, *Leverett Park*, *Jamaica Park*, *Arnold Arboretum* e *Franklin Park* (PANZINI, 2013, p. 512).



Figura 7: Sistema de parques de Boston. Fonte: EMERALD, 2018.

Com a dedicação a projetos de parques públicos pelo país, Frederick Law Olmsted cria o termo “Arquitetura da Paisagem”, no qual defende que a paisagem deveria ser tratada como a arquitetura de edifícios. Após a análise e diagnóstico das situações, as soluções deveriam ser encaminhadas por meio de desenhos.

De fato, a arquitetura da paisagem institucionaliza-se inicialmente nos EUA no último cartel do século passado, sob impulso da atuação de Frederick Law Olmsted (1822-1903), que forja a expressão *landscape architecture* para descrever o campo de atividades que trabalha a paisagem. Sua justificativa para a designação era de que a paisagem deveria ser tratada de forma prática como fazem os arquitetos, isto é, após a análise e diagnóstico dos problemas, as soluções seriam encaminhadas por meio de desenhos. (BARCELLOS, 1999, p. 16)

Olmsted acreditava que a natureza tinha o papel de civilizar o homem, que os seres humanos poderiam se tornar pessoas melhores se tivessem em contato com o verde inserido nas cidades e adequados às atividades cotidianas da população. Por conseguinte, Barcelos (1999) ainda destaca que a principal contribuição de Olmsted eram as preocupações de que a paisagem representava um sistema unificado entre natureza e cidade:

Sintetizando esse conjunto de preocupações, Olmsted entende a paisagem como um sistema unificado de funções urbanas e rurais que deva ser objeto de um planejamento social estruturado [...]. Outra grande contribuição de Olmsted foi o reconhecimento da paisagem como resultado da articulação dos processos naturais e culturais na escala do território. Em sua concepção, essa articulação deveria se refletir nas formas e proposições de intervenção sobre a paisagem, independente da escala trabalhada. (BARCELLOS, 1999, p. 17)

Pode-se dizer que a partir da segunda metade do século XIX é que a arte de projetar a cidade estruturando parques e jardins públicos e a arborização urbana, vai fundamentar a arquitetura da paisagem, que nasce dessa relação de aproximação da natureza com o espaço urbanizado, ligados às técnicas do urbanismo salubrista, mas também, ao prazer de estar em contato com espaços naturais.

A disciplina urbanística e o salubrismo determinaram, a partir de meados do oitocentismo, a necessidade de criar ‘pulmões’ para as cidades, com o imperativo de implantar praças ajardinadas e parques no tramo dos aglomerados urbanos [...]. Os jardins, que no passado situavam-se longe do núcleo habitado significativo e que sobrepujaram o tempo e sobreviveram, foram alcançados pela urbanização e incorporaram-se aos tecidos tradicionais da cidade como preciosas áreas livres na congestionada trama urdida pelo adensamento que caracterizou a transformação da paisagem das cidades do século 20. (SEGAWA, 1996, p. 218).

Dessa maneira, é a partir do aparecimento dos parques e jardins públicos que as paisagens urbanas vão se transformar de maneira significativa, e é nesta assertiva, que esta tese procura relacionar em que momento estes espaços livres aparecem nas cidades capitais aqui analisadas, para assim, ser possível observar a trajetória da evolução da arquitetura da paisagem brasileira. Alinhando a trajetória de fundação dos objetos de estudos aos principais acontecimentos da história de evolução dos parques e jardins públicos, tanto no Brasil quanto em relação a contemporaneidade dos trabalhos desenvolvidos por Olmsted nos EUA, ligados ao campo da Arquitetura da Paisagem.

Para tanto, nas análises desenvolvidas na tese considerar-se-á que existem duas maneiras de surgimento desses espaços livres nas cidades capitais, a se averiguar: 1) os parques e jardins públicos foram instalados na cidade já existente e 2) os parques e jardins públicos são previstos ainda no plano urbanístico antes da construção da cidade.

Assim, no intuito de perceber como estes espaços livres transformam os cenários dos assentamentos, busca-se apreender como as técnicas envolvidas à cada época podem estar associadas à construção dos espaços urbano em diferentes momentos da criação das paisagens citadinas brasileiras, pois as técnicas evoluíram com o tempo, mas sempre tendo como princípio os suportes ecológicos que lhe dão base.

Por conseguinte, entre os modos de se perceber como estes espaços livres transformam os cenários dos assentamentos, estão as técnicas envolvidas e apreendidas à cada época. A partir de influências de cada momento da história da construção do espaço citadino, as técnicas evoluíram com o tempo, mas sempre tendo como princípio os suportes ecológicos a que lhe dão base. A próxima parte deste capítulo aborda a relação paisagem e técnica.

Paisagem e técnica

Neste tópico discute-se a questão da técnica, sendo aqui abordada como a responsável e, de influência direta, sobre a materialização da paisagem urbana. Parte-se do princípio de que a configuração da paisagem é reflexo de influências das ações humanas sobre o mundo natural. Essas influências estão associadas à cultura que cada sociedade possui. Esta cultura, por sua vez, é manifestada pela maneira como a sociedade constrói o seu espaço urbano físico e social. Sobre a noção de cultura, Serra (1987) discute que estão associadas as técnicas e as transformações do espaço natural, de maneira a possibilitar melhores condições de adaptação as necessidades dos cidadãos:

A cultura material é a parte da cultura formada pelos elementos destinados à satisfação das necessidades humanas. A tecnologia é o conjunto das técnicas que em dado momento é utilizado pelos homens para obter do espaço natural a satisfação de suas necessidades. Herskovitz (p.268) assume que a tecnologia é o único aspecto da cultura que é suscetível de valoração objetiva. Toda sociedade desenvolve uma cultura material e uma tecnologia destinada a extrair do espaço natural os recursos para o atendimento de suas necessidades (p.272), e o modo como essa tecnologia é desenvolvida, mesmo nas fases iniciais, permite perceber, com nota Herskovitz, que as técnicas estão baseadas em inferência de causa e efeito, e em métodos de tentativa e erro. É através dos aspectos tecnológicos da cultura que os homens modificam seu meio ambiente, alteram o espaço natural, adaptando-o às suas necessidades, construindo, assim, um espaço humano. Se a forma do espaço humano é obtida através de adaptações do espaço natural, está claro que o espaço natural é um dos determinantes da forma do espaço humano. É, contudo, importante evitar o desvio do determinismo ambiental ou geográfico. De fato, a forma do espaço natural é uma das variáveis na conformação do espaço humano; entretanto, outros fatores, principalmente sociais e históricos, assim como biológicos e psicológicos, determinam também as formas desse espaço. (SERRA, 1987, p. 55)

Portanto, a manifestação cultural pode ser interpretada a partir da paisagem citadina, por exemplo, um jardim francês do século XVII é um jardim geométrico, que tem por base princípios da arquitetura barroca, racional e simétrico.

Se é possível identificar os elementos que compõem e caracterizam nosso entorno visível, identificar sua origem e desenvolvimento, suas inter-relações e suas manifestações específicas em cada lugar, deve-se reconhecer que esses elementos não são duradouros, mas, ao contrário, estão em contínua e incessante mutação. Da mesma forma, a experiência individual ou coletiva está, também, sujeita a variações contínuas, a uma dinâmica que deriva do processo histórico de qualificação, sobre o qual incidem os fatores mais variados, desde a evolução das relações políticas, econômicas e sociais, até o desenvolvimento das técnicas, das artes, das religiões, da filosofia. (LEITE, 1994, p. 29)

A configuração da paisagem é influenciada não só pela natureza, mas também pela técnica empregada na manipulação que o homem faz na natureza para a construção do seu habitat. Isto acaba formando diferentes paisagens urbanas, com diferentes atributos, constituindo assim, padrões morfológicos diversos. Os autores Santos (1996) e Bresciani (1981) afirmam, respectivamente, o peso da técnica na paisagem do espaço urbano.

O espaço não é uma categoria técnica, mas a paisagem é esta categoria técnica. Por que? Porque tudo que é feito hoje na face da terra, tudo que é apostado à face da terra hoje, tem um conteúdo técnico. Tudo. É técnico no traçado, é técnico no conteúdo, como também a ação que se vai desenvolver sobre essas coisas tem um conteúdo técnico. (SANTOS, 1996, p. 37)

Voltando à ideia das entradas das cidades, essa é a primeira porta: a técnica como instrumento de modificação do meio. A ideia sanitária nasce com a dupla concepção física e moral, ou melhor, com a sugestão de que se atingiria a mente e a formação moral do homem por meio da modificação do ambiente e, em decorrência, do corpo e do comportamento das pessoas. Estrutura-se o sanitarismo sobre os saberes médicos e da engenharia, sempre tendo em vista porém a preocupação filantrópica com a moralidade dos pobres: entre os objetivos de melhorar as condições de vida urbana esteve sempre o de civilizar seres semi-bárbaros. (BRESCIANI, 1981, p. 11)

A técnica desde sempre é responsável pelas (trans)formações da paisagem. Como exemplo milenar, temos a própria constituição da origem do fenômeno urbano a partir da Revolução Agrícola, onde as técnicas de irrigação, plantações, armazenamento de grãos transformaram para sempre a paisagem natural.

A evolução da agricultura ocorreu paralelamente ao aparecimento de uma extraordinária variedade de técnicas para expandir o terreno cultivável e torná-lo apto a receber espécies botânicas com diferentes necessidades. [...]. Cada sociedade promoveu essas modificações segundo uma complexa gama de parâmetros, como clima, morfologia dos lugares, hidrologia, características dos solos, exigências das plantas domesticadas, dimensão da população, presença de animais adaptáveis ao trabalho agrícola, avanço tecnológico. [...] Com o desenvolvimento da agricultura, o homem foi se transformando de ser habitante da paisagem em construtor da própria paisagem. Os grupos humanos adquiriram lentamente um controle sobre a natureza, muito limitado de início, mas destinado a crescer com a conquista de técnicas mais evoluídas, que garantiam a sobrevivência da espécie. (PANZINI, 2013, p. 49)

Assim foi a constituição das cidades. Segundo demandas econômicas, sociais e ambientais as paisagens urbanas foram sendo construídas, por meio de técnicas de transformação do espaço/ meio.

Então, a leitura da paisagem pode ser associada à leitura de técnicas responsáveis pela (trans)formação da paisagem natural em paisagem urbana, e assim, ser possível compreender distintas paisagens, não só por conta de diferentes meios físicos, mas também, por conta de diferentes técnicas. Entendendo-se que as técnicas respondem a

ordens de cada época a que estão relacionadas, o momento precedente a implantação de um certo assentamento urbano com certeza irá ser determinante, se não totalmente, ao menos parcialmente, sobre a sua forma física e social. Segundo Argan (2005):

No entanto, sendo óbvio que a cidade é uma construção e que o ponto de partida de toda construção é a construtibilidade, antes de considerar a cidade em relação a categorias estéticas, é preciso considerá-la em relação às técnicas que a tornam não apenas concebível, mas projetada, e, portanto, logicamente, em relação aos procedimentos e às técnicas do projeto [...]. Todavia, uma cidade não é apenas o produto das técnicas da construção. As técnicas da madeira, do metal, da tecelagem, etc. também concorrem para determinar a realidade visível da cidade, ou, melhor, para visualizar os diferentes ritmos existenciais da cidade (muitas vezes distintos segundo as classes sociais). Tanto quanto as que na Renascença são as artes maiores ou do desenho, a produção artesanal também tem graus diversos no interior das mesmas tipologias, refletindo, portanto, aquela relação variada – mas ainda assim relação – entre qualidade e quantidade, que é constitutiva de todas as civilizações artesanais. As técnicas urbanas, que têm seu ponto culminante naquela que foi chamada de arte e foi separada do artesanato como seu ápice e modelo, constituem um sistema orgânico relacionado com o da economia e da estrutura social. (ARGAN, 2005, p. 77)

Em se tratando de meios técnicos, as cidades evoluíram a medida do desenvolvimento cultural e da constituição das classes de poder. O desenho da paisagem torna-se imposto pelas classes dominantes. Por exemplo, nos processos de colonização, as vilas e cidades eram fundadas de maneira simples, obedecendo aos conhecimentos técnicos que os colonizadores possuíam em suas terras nativas, em que a forma de implantação dos desenhos dos assentamentos respondia às necessidades dos colonizadores sem considerar o que existia nas terras dominadas.

Rama (2015) aborda sobre a letra e a escrita como meios de se firmar a técnica, chegando ao desenho – plantas –, que firmavam as intenções de qualquer ordem falada. No caso, ordens urbanísticas que por sua vez moldam as paisagens das cidades.

Esta palavra viveria na América Latina como a única valia, em oposição à palavra falada que pertencia ao reino do inseguro e do precário. Mas ainda, se pode pensar que a fala procedia da escritura, numa percepção antissaussuriana. A escritura possuía rigidez e permanência, um modo autônomo que arremedava a eternidade. Estava livre das vicissitudes e metamorfoses da história e, principalmente, consolidava a ordem por sua capacidade de expressá-la rigorosamente em nível cultural. Sobre esse primeiro discurso ordenado, proporcionado pela língua, se articulava um segundo, proporcionado pelo desenho gráfico. Este superava as virtudes do primeiro, porque era capaz de evitar o plurissemantismo da palavra e, além disso, proporcionava conjuntamente a coisa que representava (a cidade) e a coisa representada (o desenho) com uma maravilhosa independência da realidade, tal como traduzem com orgulho as descrições da época. Da fundação de Lima por Pizarro, em 1535, que tantas críticas motivou no pensamento peruano da República, nos dizem com candura que “foi assentada e traçada a cidade conforme a planta e o desenho que para ela se fez no papel”. (RAMA, 2015, p. 27)

As colônias da América foram o terreno fértil para as técnicas surgidas no período do Iluminismo, baseados no pensamento científico e fisiocrata, que mudaram a paisagem citadina de maneira expressiva, em relação ao que acontecia na Europa. Reis Filho (1968) observa como a política de urbanização das vilas e cidades no Brasil Colônia foi avançando em termos técnicos, principalmente pela inserção na Colônia de funcionários especialistas em desenhar cidades (engenheiros militares, arruadores etc.). À medida que a Coroa investia em centralizar as ações de exploração da sua Colônia, tinha-se a necessidade de organizar a maneira de ocupação e povoamento do território.

O número de engenheiros é um índice explicativo do desenvolvimento de técnicas de construção arquitetônica e urbanística em uma região. [...] podem esses dados contribuir para o conhecimento objetivo das condições de desenvolvimento técnico no Brasil colonial [...]. A partir de 1549, a Coroa envia para o Brasil alguns engenheiros, colocando-os a serviço dos governos regionais e destinando-os sobretudo ao atendimento das necessidades das cidades reais. Sua presença nesses locais é bem indicativa da importância dos mesmos engenheiros e centros regionais nos mecanismos de controle que a Metrópole cuida de estabelecer; uns, os centros, o controle político geral e outros, os engenheiros, no controle das transformações da organização espacial. (REIS FILHO, 1968, p. 69)

Isso nos ajuda a perceber como a técnica está sempre ligada à maneira de construção de qualquer paisagem, e como as relações entre ações econômicas e político-administrativas estão diretamente envolvidas para a disseminação de técnicas que serão apropriadas, nas mais diversas situações.

Em sequência, na Colônia portuguesa, são criadas Escolas de Engenharia Militar, para formar engenheiros e arquitetos fundamentados em princípios do Iluminismo, do racionalismo, que viria a predominar nos novos projetos urbanos, que seriam desenvolvidos a partir de então.

A carta régia de 11 de janeiro de 1699 determinou o estabelecimento, na Bahia de “uma escola de artilharia e architectura militar”, primeiro com três partidistas, sendo este número depois acrescentado de outros três pela carta régia de 6 de março de 1713. O curso de Pernambuco, segundo Roberto Smith, seria anterior, talvez o mais antigo do Brasil. Duas cartas régias, ambas de 15 de janeiro de 1699, determinariam a criação de aulas militares no Estado do Maranhão, como já foi dito, e no Rio de Janeiro. Nelas eram estabelecidas as diretrizes gerais da organização do ensino e recomendava-se que “quando hajam pessoas, que voluntariamente queiram aprender sem partido serão admitidas e examinadas, para que assim possa nessa mesma conquista haver Engenheiros, e se evitem as despesas com os que vão deste Reino, e as faltas que fazem a meu serviço, enquanto chegam os que se mandão depois dos outros serem mortos...”. Desse modo, as aulas militares iriam fornecer profissionais não apenas para os quadros oficiais, mas também para as necessidades gerais da população. (REIS FILHO, 1968, p. 75)

Neste sentido, o pensamento Renascentista, de ordem e racionalidade, que adentra o Barroco, vai chegar juntamente com os oficiais da engenharia e arquitetura que abordam a Colônia para efetivar o controle da ocupação do território conquistado.

A partir de então, observa-se que a circunstância agora é de estratégia de domínio da hinterlândia, não mais em relação ao mar, mas sim de demarcação de fronteiras, que estavam sendo ameaçadas pelos espanhóis. Nesse sentido, da rápida ocupação, as ordens reais, para a fundação de cidades se altera, pois, o projeto urbano passa a ser rígido, como o modelo espanhol, a fim de garantir a rápida ocupação da terra que ainda estava em disputa. Com isso, os sítios escolhidos passam a ser topograficamente mais planos, para receber a ordem do desenho racionalista, e assim, conferir modernidade às cidades da Colônia.

E juntamente com essas medidas, mas, não na mesma velocidade, começa a vigorar novos pensamentos, primeiro o fisiocrata, e só depois, o pensamento higienista. Este por sua vez, contribui com diretrizes voltadas à salubridade do meio urbano. A partir dessas novas ideias, a salubridade vai estar correlacionada com valores da implantação e uso de jardins e passeios urbanos.

Nos diversos momentos que serão explicitados no capítulo 2 desta tese, vamos perceber que foi a técnica que definiu a paisagem das cidades. Contudo, sabe-se que a técnica não é única definidora da configuração paisagem urbana, pois ela só acontece com determinação das ações político-administrativas que cada território é subjugado. Após determinada as ordens e definidos os interesses da ocupação, é a técnica em domínio dos agentes que vai efetivamente (trans)formar e materializar a paisagem citadina, que antes era natural e se torna, então, cultural.

Foi a evolução das técnicas, mediante as demandas do espaço urbano, decisiva no processo de construção das paisagens criadas pelo homem. E posterior às correntes do urbanismo Iluminista, pode-se dizer, que o surgimento desta é que vai transformar de vez o campo da arquitetura da paisagem, com as técnicas do urbanismo Sanitarista. É a partir deste momento que o parque público começa a ser pensado e inserido como elemento de planejamento urbano, não mais afastado dos núcleos e sim, fazendo parte de sua dinâmica local.

A extensão territorial requerida para a criação de jardins públicos jamais facilitou sua implantação dentro dos núcleos urbanos. Ao contrário, nenhum

horto ou passeio, no momento de sua materialização, foi estabelecido no miolo da cidade. Até o final do século 19, os jardins eram subprodutos da urbanização das periferias, dos limites urbanos, utilização provisória ou precária de rossios, *ejidos* e *cañadas*. Aproveitando de áreas tradicionalmente tidas como inúteis ou de árduo aproveitamento: sobre várzeas, charneças, terrenos de altimetrias complicadas [...]. A disciplina urbanística e o salubrismo determinaram, a partir de meados do oitocentismo, a necessidade de criar ‘pulmões’ para as cidades, com o imperativo de implantar praças ajardinadas e parques no tramo dos aglomerados urbanos [...]. (SEGAWA, 1996, p. 218)

Com essas mudanças na maneira de tratar a natureza, que se sucederam no campo da planificação das cidades, e conseqüentemente, também no campo da arquitetura da paisagem, é que surgem novas técnicas de melhoria da qualidade do espaço urbano. As novas ações provocam avanços na atitude ao se projetar cidades, pois é quando os projetos urbanos e paisagísticos começam a caminhar juntos.

As concepções renascentistas da cidade mostraram seus primeiros campos de prova na arquitetura de jardins e parques do início do século 16 [...]; a partir de um momento, paisagismo e planejamento urbano estão firmemente relacionados e refletem conceitos estéticos idênticos. (ZUCKER *apud* SEGAWA, 1996, p. 213)

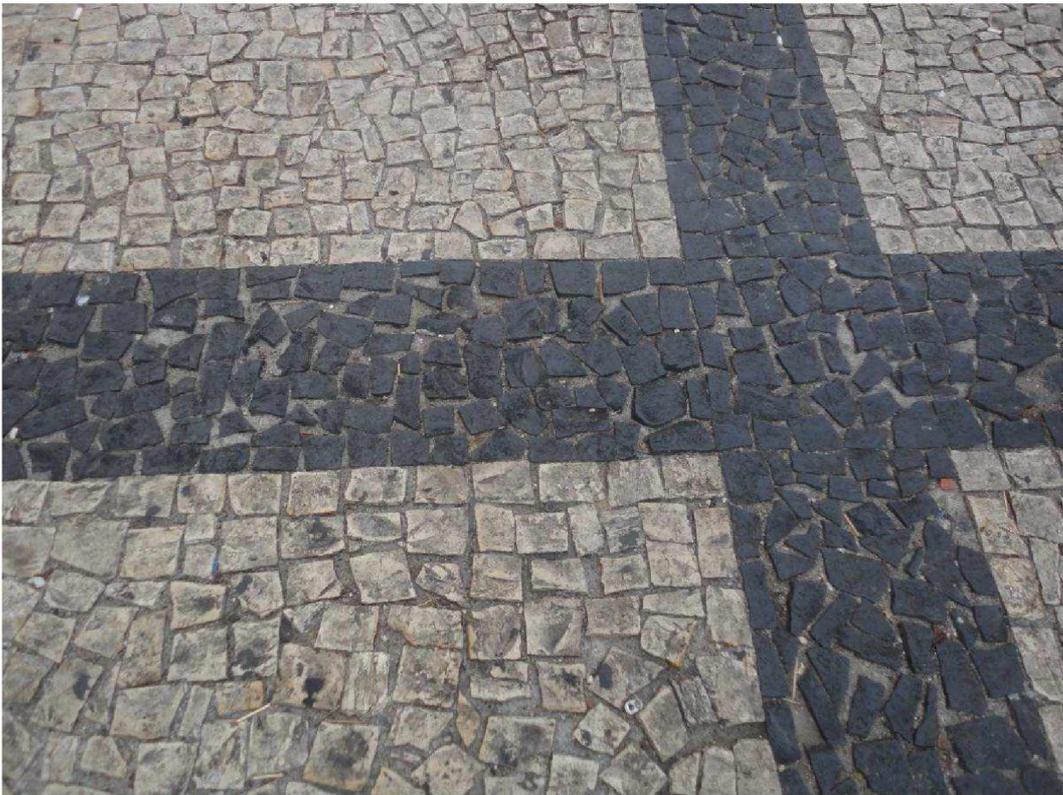
Portanto, para os interesses dessa tese, uma leitura sobre a paisagem e a técnica nos permitirá relacionar que possíveis técnicas podem ter moldado a paisagem das cidades capitais aqui estudadas, ao observar em que momentos da história estão situadas as fundações desses núcleos urbanos.

Este capítulo traz a relação do entendimento do que é paisagem, de como ela se revelar no espaço urbano e nos espaços livres públicos, em especial em parques e jardins públicos, a partir dos seus cinco subcapítulos: 1) paisagem e natureza; 2) paisagem e espaço urbano; 3) paisagem e espaços livres; 4) paisagem, parques e jardins; e 5) paisagem e técnica. A partir da discussão sobre o tema paisagem entende-se que paisagem é um processo e é um produto, que ela é alicerçada nas condições físico-naturais de cada lugar, e moldada constantemente pelos agentes sociais, e nesta relação entre mundo natural, homem e técnicas empregadas para suas transformações, em diversos momentos da história, é que está o interesse desta tese: o quanto a relação de intervenções de diferentes técnicas sobre o mundo natural, pelas ações do homem, modela o espaço urbano e constitui a paisagem no tempo, no território brasileiro.

Assim, os assuntos abordados neste capítulo vão auxiliar no suporte de pesquisa para as cidades capitais estudadas na tese. Com base na discussão da paisagem e suas várias e complexas vertentes, procura-se aqui suporte para as abordagens que se pretende

desenvolver e alcançar os objetivos do estudo, que consiste em mostrar um panorama da arquitetura da paisagem no Brasil pelo olhar da paisagem de cidades capitais que mudaram de sede. Na sequência, o próximo capítulo trata de vínculos históricos que contribuíram e que explicam, em certa medida, a paisagem urbana da cidade brasileira.

CAPÍTULO 2 - CIDADES CAPITAIS: VÍNCULOS HISTÓRICOS



Pavimento em pedra portuguesa na Praça do Ferreira. Centro histórico de Fortaleza (CE).
Fonte: Giuliana Sousa (2016).

Antecedentes

A paisagem da cidade brasileira

A paisagem de parques e jardins

Paisagens em foco: o centro histórico de cidades capitais

2

CIDADES CAPITAIS: VÍNCULOS HISTÓRICOS

A partir das referências do capítulo anterior, sobre paisagem e suas diversas abordagens, conceitos e alcances, este segundo capítulo procura relacionar a construção da paisagem de cidades brasileiras. Embasado em certas intenções urbanísticas, que delineavam as ações responsáveis por constituir seu espaço urbano e, ainda mais, seus espaços livres públicos.

Salienta-se, que o recorte de trabalho desta tese requer uma contextualização sobre assuntos que envolvem o surgimento, a estruturação, as transformações e as dinâmicas urbanas a respeito de cidades históricas, incluindo-se cidades capitais. Principalmente, porque interessa-nos relacionar vínculos históricos ao processo de construção do espaço urbano, pois eles caracterizam os assentamentos ao longo do tempo e configuram as paisagens dos lugares.

Para tanto, o capítulo está dividido em quatro partes: a primeira trata de forma sucinta sobre fatos antecedentes à formação das paisagens brasileiras, num sentido geral, das influências e da importância de se olhar a cidade capital, que por si já é referência para demais cidades, influenciando nas paisagens do território.

A segunda parte discute, a partir da explanação de características da paisagem da cidade brasileira de origem portuguesa, de um modo geral, o conjunto de técnicas que deram origem aos assentamentos demandados pela Metrópole¹⁷. Como as cidades originárias do Brasil foram sendo formadas pelo espaço urbano implantado, seus elementos e espaços

¹⁷ O termo Metrópole é aqui referenciado no sentido de Metrópole colonizadora.

livres, abrangendo-se assim como as paisagens urbanas são configuradas em diversos contextos.

A terceira parte aborda os espaços livres, parques e jardins de cidades brasileiras, para aproximar uma leitura sobre elementos que configuram as paisagens delineadas ao longo do espaço-tempo. Baseado principalmente nos estudos do arquiteto Hugo Segawa (1996), esta parte do trabalho relaciona o conjunto de jardins urbanos implantados em determinadas cidades brasileiras desde o período colonial. Notando-se que o processo de surgimento desses espaços livres atendeu tanto a questões político-econômicas quanto sociais, e que a partir do surgimento desses jardins, percebe-se um novo paradigma na paisagem dos núcleos urbanos.

E por último, a escolha dos objetos de estudo da tese: as cidades capitais, as quais representam o recorte de análises espaciais e temporais, são os centros originais das cidades capitais que mudaram de sede, sobre as quais, os questionamentos levantados na pesquisa podem contribuir com o campo da Arquitetura da Paisagem no Brasil.

Antecedentes

Antes de abordar a cidade brasileira, abre-se um parêntese na discussão, para olhar a construção das paisagens do processo de colonização no continente americano, num âmbito mais generalista; como uma maneira de contextualizar os diferentes cenários formados no território recém “descoberto” pelos europeus. Na percepção de como a colonização da América pela Europa moldou novos tipos de paisagens, marcantes principalmente pelas demandas de dominação, posse e exploração dos territórios conquistados.

Segundo Ángel Rama, em seu livro, *A Cidade das Letras* (2015)¹⁸, a paisagem formada no novo continente agregava demandas por núcleos urbanos que facilitassem a posse e a

¹⁸ Primeira publicação do texto: 1983.

exploração, e para isso, deveriam ser de fácil implantação, numa ordenação mais simplista possível para as demandas dos conquistadores.

Os próprios conquistadores que as fundaram foram progressivamente percebendo, no transcurso do século XVI, que haviam se afastado da *cidade orgânica* medieval em que haviam nascido e crescido para entrar em uma nova distribuição do espaço, que enquadrava um novo modo de vida, que já não era o que haviam conhecido em suas origens peninsulares. Dura e gradualmente, tiveram de se adaptar a um projeto que, como tal, não escondia sua consciência racionalizadora, para a qual não era suficiente organizar os homens dentro de uma repetida paisagem urbana, pois também requeria que fossem moldados com destino a um futuro, sonhado igualmente de forma planejada, em obediência às exigências colonizadoras, administrativas, militares, comerciais e religiosas, que se iam impondo com crescente rigidez. (RAMA, 2015, p. 21)

O autor chama atenção e discute como o projeto das colônias foi um laboratório de experimentação do projeto racional originado no Barroco, a simetria, a ocupação racional e, à medida do passar do tempo, monumental para a arquitetura de edificações. Rama (2015) apresenta uma categoria de como a cidade na América Latina foi sendo moldada pelas demandas crescentes de domínio e exploração das terras. Os tipos de urbanização retratam como a cidade foi tomando forma tanto pela sua geometria quanto pela construção dos signos, que os agentes, a sociedade, lhes subjugavam.

[...] muito mais importante do que o formato de tabuleiro, que motivou ampla discussão, é o princípio reitor que funciona por detrás dela e assegura um regime de transmissões: do alto para baixo, da Espanha para a América, da cabeça do poder – através da estrutura social que ele impõe – à constituição física da cidade, a fim de que a distribuição do espaço urbano assegure e conserve a forma social. [...]. A *ordem* deve ficar estabelecida antes de a cidade existir, para impedir toda futura desordem, o que alude à peculiar virtude dos signos de permanecerem inalteráveis no tempo e seguir regendo a mutante vida das coisas dentro de quadros rígidos. Foi assim que se fixaram as operações fundadoras, que foram se repetindo por uma extensa geografia – e por um extenso tempo. (RAMA, 2015, p.26)

Sobre esse novo tipo de projeto urbano, Benévolo (2011) destaca o modelo de cidade criado a partir da colonização da América, principalmente o espanhol, como sendo uma nova categoria de urbano, pois a partir do padrão de desenho desenvolvido nas colônias espanholas vários outros núcleos vão ser traçados com as mesmas características formais.

As cidades coloniais americanas são as realizações urbanísticas mais importantes do século XVI. Sua pobreza, comparada com os requintes e as ambições da cultura artística europeia, mostra que as energias não mais são distribuídas de acordo com as tarefas: na Europa, os grandes mestres não conseguem realizar seus projetos, ao passo que os técnicos de terceira ordem emigrados para a América desenham e constroem cidades inteiras [...]. O modelo em tabuleiro, idealizado pelos espanhóis no século XVI para traçar as novas cidades da América Central e Meridional, é aplicado pelos franceses e pelos ingleses no século XVII e no século XVIII, para a colonização da América Setentrional. A nova cultura científica considera esta grade como um

instrumento geral, aplicável em qualquer escala: para desenhar uma cidade, para repartir um terreno agrícola, para marcar os limites de um Estado. [...]. Fica assim estabelecido o padrão geométrico baseado no qual será construída a paisagem urbana e rural do novo mundo. (BENÉVOLO, 2011, p.494)

A característica de planificação aplicada pelas diferentes Metrôpoles nas terras recém-dominadas configurou a princípio diferentes paisagens urbanas. Em que a planificação espanhola apresentava um traçado em grelha, de fácil implantação e alastramento. Já a planificação inicial da coroa portuguesa, se caracterizava pela escolha de acidentes geográficos para implantar seus assentamentos, que permitisse a visibilidade além-mar das possíveis embarcações inimigas e a comunicação com a Metrôpole.

Os núcleos urbanos estabelecidos nos primeiros séculos da colonização brasileira situavam-se, de modo predominante, no litoral, por razões econômicas, administrativas e militares [...]. O sistema econômico ao qual a Colônia era vinculada, baseado na divisão internacional do trabalho fazia com que os núcleos dependessem estreitamente das comunicações com a Metrôpole. Era natural, pois, que se procurasse situá-los em posição de conexão com esquemas eficazes de comunicação, e esta era garantida, de preferência, através das vias fluviais e marítimas, fosse para o escoamento dos produtos de exportação que constituíam a base econômica da vida colonial, fosse para a obtenção de produtos manufaturados. (REIS FILHO, 1968, p. 122)

Em virtude da demora em encontrar minas preciosas nas terras dominadas, a coroa portuguesa precisava assegurar a posse e a defesa do território, para não demandar recursos do comércio das Índias, que era mais lucrativo aquela época. Então, o planejamento dos primeiros assentamentos na Colônia portuguesa se deu pela necessidade em encontrar uma melhor situação estratégica, para a implantação de cidades para a vigília e defesa contra os inimigos, que por ventura tentassem invadir e tomar as terras recém “descobertas”.

Essa escolha, por lugares acidentados, gerou nos primeiros anos de povoamento português, quase sempre, traçados irregulares, configurado por ruas tortuosas. Mas, a escolha desses acidentes geográficos para a instalação das cidades, não significava que todos os núcleos urbanos implantados eram irregulares, como Reis Filho (1968) pontua:

A instalação numa posição elevada não significava, necessariamente, a construção em terreno acidentado. Pelo contrário, frequentemente o sítio escolhido era relativamente plano, como em São Paulo e Salvador. Essa disposição quase sempre atendia às necessidades de um grupo mais ou menos reduzido, como eram os fundadores desses primeiros núcleos [...]. As transformações decorrentes de um desenvolvimento rápido, nas povoações bem-sucedidas, exigiram quase sempre a ocupação de locais menos adequados, ou a sua extensão para áreas mais ou menos desvinculadas das iniciais [...]. (REIS FILHO, 1968, p. 125)

Segundo o autor, essas distintas intenções na implantação de suas estruturas urbanas, pelos diferentes colonizadores, foram devidas tanto pelos diferentes povos quanto pelos lucros imediatos que eles encontram em seus respectivos territórios invadidos. Os espanhóis encontraram um território mais povoado e culturas adiantadas, em relação aos portugueses, que encontraram um território com menos povoamento e indígenas menos resistentes num primeiro momento de dominação, considerados mais primitivos para o que se tinha no continente europeu. Então, os espanhóis tinham como determinante a regularidade do traçado, a rápida implantação do assentamento, para dominar a terra e ter a posse as riquezas encontradas no território.

A política urbanizadora de Portugal para o Brasil, até meados do século XVII, contrastou com a que adotaram, nessa época, os próprios portugueses na Índia e os outros grandes colonizadores na América, especialmente os espanhóis. De fato, a orientação seguida pela Espanha na América, sobretudo no México e no Peru, refletia, por suas minúcias e cuidados o interesse fundamental que teriam aquelas colônias para o Reino espanhol e o empenho em que estavam aqueles colonizadores em afirmar suas mais altas qualidades culturais perante povos de nível de civilização elevado, que haviam sido submetidos pelas armas. (REIS FILHO, 1968, p. 70)

Por outro lado, percebe-se que à medida que a Colônia portuguesa é ocupada com a implantação de novos núcleos urbanos que avançam para o interior, os riscos de invasões inimigas começa a diminuir, principalmente pelas mudanças na postura político-administrativa da Coroa, em centralizar e aumentar o controle sobre a ocupação das novas terras e de seus possíveis lucros, a preferência por sítios planos foi se definindo e assim os traçados das cidades assumem aos poucos, a regularidade.

Aos poucos, dominado o novo território e escravizada a sua população, dispersaram-se os colonos pelos engenhos. Desaparecem então as preocupações com a adoção de sítios elevados; as povoações que se iniciavam buscavam já com frequência os terrenos planos, junto às praias e aos rios, com maiores facilidades de acesso e urbanização. (REIS FILHO, 1968, p. 126)

Por conseguinte, esses traçados eram espelhamentos de técnicas dominadas pelos colonizadores. As técnicas empregadas na implantação de novos núcleos urbanos tinham por base ocupações já realizadas em outros territórios conquistados, ou nos países nativos dos conquistadores. Essas técnicas variavam de acordo com o período de implantação do assentamento e com a intenção da ocupação. Por exemplo, para os espanhóis o que regia a construção das suas cidades coloniais eram as Leis das Índias¹⁹.

A frequência da *plaza mayor* como centro da composição urbana e do traçado em xadrez como seu complemento resultou, nas cidades de colonização

¹⁹ Sobre Leis das Índias ver: SANTOS, 1968, p. 45.

hispanica, da existência de uma legislação uniforme que fazia parte integrante das famosas “Leyes de Indias”, no princípio leis esparsas, muitas das quais já vinham dos reinados de Carlos II (uma das leis urbanísticas mais importantes tem data de 1532) e de Carlos V e foram sendo incorporadas com o tempo, até se tornarem à época da sua “Recopilación” sob Filipe III, no começo do século XVII, verdadeiro código legislativo a que, no campo urbanístico, se deve atribuir a unidade dos traçados. Estes, se nem sempre lhe obedeciam com rigor, seguiam-nas pelo menos em parte, e principalmente quanto a essas duas particularidades: da *plaza mayor* e do traçado das ruas em xadrez. (SANTOS, 1968, p. 44)

Já a construção dos núcleos urbanos de colonização portuguesa variava, também de acordo com o momento e com as intenções de ocupação, mas se diferenciam do castelhano devido aos processos político-administrativos específicos, como pontuado anteriormente no texto, de *Metrópole para Metrópole*, devido às condições de cada Colônia. Assim, a colonização portuguesa num primeiro momento, embasava-se em conhecimentos das técnicas mouro-cristãs, herança da influência do processo de planificação de cidades portuguesas durante a origem do território lusitano. Somente com os avanços da ocupação das terras e devido à extensiva política de controle imposto pela Coroa é que a maneira de se planificar os assentamentos vai se modificar. Principalmente pela vinda de profissionais dedicados ao ofício de construir cidades.

Nas cidades de origem portuguesa, sempre encontramos articuladas essas duas vertentes, que correspondem a duas concepções distintas de ordenamento do espaço urbano. Por um lado, uma componente vernácula, herdeira da civilização mediterrânica de que Portugal ainda faz parte, que viria a reforçar-se com a presença muçulmana e que se traduz na capacidade de a cidade se articular com o território em que se implanta. Por outro lado, uma componente erudita, herdeira da cultura urbana romana, reformulada no Renascimento e que se traduz na regularidade e na geometria dos traçados. (TEIXEIRA, 2012, p.13)

Ainda mais porque as primeiras Vilas fundadas na Colônia portuguesa ficavam mais a cargo dos colonos, somente os núcleos reais recebiam funcionários qualificados no ofício de construir e edificar cidades.

A coroa procurava deixar aos donatários as principais tarefas de urbanização, outorgando-lhes o poder de criação de vilas, de acordo com o que vinha declarando nas cartas de doação [...]. Como resultado dessa política, das trinta e sete povoações entre vilas e cidades, fundadas entre 1532 e 1650, apenas cerca de sete o seriam por conta da coroa, cabendo as demais aos donatários e seus colonos [...]. Nas capitânicas pertencentes à coroa, cabiam exclusivamente a essa as tarefas de urbanização, reservando-se ao rei os atos relativos à criação ou à elevação dos povoados à condição de vilas e cidades. Os núcleos de maior importância, fundados como cidades, eram instalados somente nesses territórios, ficando os seus habitantes subordinados diretamente ao Governo Geral; eram as chamadas cidades reais. (REIS FILHO, 1968, p. 67)

Logo, esse conhecimento vernacular das diversas culturas que os portugueses tiveram contato serviram de espelhamento para a construção dos primeiros assentamentos na Colônia, o que originou suas primeiras paisagens citadinas.

As primeiras fases de construção desses núcleos urbanos eram habitualmente de responsabilidade dos próprios colonos, a maior parte das vezes sem apoio de arquitetos, de engenheiros ou de quaisquer especialistas. Inevitavelmente, eram inspirados nos modelos urbanos da metrópole que os colonos conheciam por sua própria experiência de vida e que reproduziam nos novos territórios. Em geral, essas referências eram as estruturas de povoamento frequentemente designadas por vernaculares, que se desenvolviam em uma articulação íntima com a topografia e que ali eram retomadas. (TEIXEIRA, 2012, p. 8)

Com base na aplicação dos conhecimentos dos colonizadores sobre assentamentos nas terras conquistadas é que vai se construir a paisagem urbana desses territórios. Pois, como abordado no Capítulo 1, as características morfológicas da paisagem urbana são moldadas pela aplicação das técnicas utilizadas, em relação às características físico-ambientais de cada área. Segundo Teixeira (2012), o que mais vai definir a forma da cidade de origem portuguesa, além das influências culturais, político-administrativas e o conhecimento da topografia do sítio, será a sua relação com o território ocupado.

A cidade portuguesa procurava sempre responder à realidade material em que se construía, não se limitando a reproduzir modelos abstratos. Mesmo quando se estruturava a partir de modelos racionais, traduzidos em estruturas geométricas, procurava adaptar-se às particularidades do sítio. Antigos caminhos rurais eram incorporados ao plano, as ruas ajustavam-se à curvatura da baía ou à topografia do terreno para facilitar os percursos, outras ruas orientavam-se para edifícios notáveis explorando sua perspectiva ou inversamente, a implantação de edifícios sofria ajustamentos para melhor se oferecerem visualmente. Nesse processo, os elementos estruturantes e as hierarquias definidas na malha geométrica articulavam-se com a estrutura e as hierarquias do território, traduzindo-se no vocabulário, nos elementos estruturantes e nas hierarquias da malha urbana implantada no sítio. (TEIXEIRA, 2012, p. 128)

Por conseguinte, para embasar ainda mais os vínculos históricos, com a discussão dos objetos de estudo da tese, direciona-se agora um olhar sobre cidades capitais e a relevância que estes núcleos urbanos denotam na evolução das paisagens citadinas.

Capital é a cidade onde está a sede administrativa de um país ou estado. Lugar que concentra as atividades mais importantes de uma região²⁰

As cidades capitais são importantes porque servem de referência para as demais, pela influência econômica, a função político-administrativa, e pelos seus modelos de

²⁰ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/capital/>. Acesso: 19.08.2017.

planificação. Em geral seguem a mesma dinâmica de implantação e ocupação de qualquer assentamento. A diferença efetiva, em termos de planejamento urbanístico se dava quando o projeto da cidade sede já era direcionado para este porte de cidade, pela própria Coroa, como veremos em alguns exemplos mais à frente na tese, sobre cidades planejadas em sua totalidade para serem sede de poder político-administrativo. Essas cidades se delinearão em termos de importância para cada época em questão.

Assim, em termos de Brasil, destaca-se a princípio, como cidades capitais de referência, as capitais federais, que em sucessivas mudanças foram referências para a paisagem urbana no país: primeiro Salvador (1549-1763), depois Rio de Janeiro (1763-1960), e a atual capital Brasília (1960-hoje).

Penna (2002[1958]) ao estudar o processo de mudança da capital do Brasil na obra *Quando mudam as capitais*, de 1958, expõe a rica contribuição que é olhar o passado para entender processos atuais. E mesmo sendo uma escala de abordagem diferente do objeto desta tese, é importante associar as colocações do autor, de como a história pode trazer aspectos relevantes para a compreensão de feitos urbanos.

[...] como contribuição para os estudos relativos à mudança da Capital do Brasil, limitar-nos-emos, quase exclusivamente, a tirar do passado tais exemplos instrutivos, sentindo, porém, o processo de desenvolvimento que deu vida e forma às capitais estrangeiras. Valer-nos-emos da experiência de outros países cujos métodos, sucessos e reveses é mister compreender. E, se cabe recorrer aos dados dos especialistas e investigar a importância relativa de fatores característicos da escolha, tais como relevo, clima, solo, facilidades de transporte, condições econômicas e aspectos de natureza militar, cultural ou administrativa, sobreleva o estudo do passado, como material só por si dos mais valiosos para uma visão de conjunto, susceptível de suprir a obra dos geógrafos, dos urbanistas, dos topógrafos, dos economistas, dos militares e dos políticos. A História é uma rica e pitoresca ilustração que humaniza tais estudos altamente técnicos. (PENNA, 2002[1958], p.20)

A presente tese envolve a época das construções das duas primeiras capitais federais brasileiras²¹, como destaque para a paisagem urbana existente nas cidades capitais objeto de estudo da pesquisa. A cidade de Salvador foi capital durante o período de 214 anos, entre 1549 a 1763. Já a cidade do Rio de Janeiro foi sede do poder monárquico a partir de 1763. Como fatos expressivos da história dessa capital, destaca-se três acontecimentos

²¹ Destaca-se aqui estas referências em relação a cidades capitais brasileiras e cidades capitais europeias devido elas estarem associadas ao recorte temporal da pesquisa, que envolve as fundações das cidades capitais objetos de estudo da tese, no período que perpassa do século XVI ao início do século XX. Incluindo-se aí as implantações da cidade capital de Salvador (1549); as reformas na cidade do Rio de Janeiro, quando esta assume a função de sede do governo geral da Colônia (1763), e as reformas urbanas de Londres e Paris, na segunda metade do século XIX.

que contribuíram para avanços no processo evolutivo da paisagem urbana cidadina e seus espaços livres públicos: primeiro a vinda da corte portuguesa, que chega ao Brasil no ano de 1808; segundo o Brasil Império, de 1822 a 1889, e terceiro, o Brasil República, que se inicia em 1889 até a transferência do poder administrativo para Brasília, em 1960.

Na visualização da importância dessas cidades capitais nota-se influências urbanísticas que estes núcleos trouxeram para os demais assentamentos, cada um à sua época. Assim, vale observar que várias foram as técnicas que moldaram a paisagem urbana de Salvador e Rio de Janeiro, que serviram de referência para a paisagem de outras cidades brasileiras. Em Salvador tem destaque seu primeiro plano urbanístico elaborado para a Colônia, em 1549. No Rio de Janeiro, destaca-se a criação de parques (passeio público, 1783) e jardins público (jardim botânico, 1808), e os planos de reformulação de avenidas do Prefeito Pereira Passos (1906), aos moldes de Paris.

A capital Salvador, fundada em 1549, foi projetada no início do período colonial, como rota de interligação das áreas de vigília, exploração e conhecimento da costa brasileira. O plano da cidade de Salvador veio diretamente da Coroa, com instruções definidas para se encontrar a melhor situação e sítio para a implantação da capital da Colônia.

A construção de Salvador corresponde a uma nova fase do processo de colonização do Brasil, centralizado pela coroa. Quando Luís Dias, nomeado “mestre de obras da fortaleza e cidade de Salvador”, partiu de Lisboa, em 1549, em uma armada comandada por Tomé de Souza com a incumbência de fundar a capital da colônia e sede do Governo Geral, levava consigo diretivas precisas sobre a escolha de localização e estrutura da futura cidade. Nessas diretivas encontramos ecos dos preceitos de Vitruvius relativos à fundação de cidades, que iremos também encontrar nas Leis das Índias espanholas, publicadas quatro décadas mais tarde. (TEIXEIRA, 2012, p. 137)

Segundo o regimento de D. João III a Tomé de Souza (*apud* TEIXEIRA, 2012, p. 138), as ordens recebidas por Luís Dias²² vinham diretamente do mestre-arquiteto e engenheiro-chefe das fortificações do Reino, Miguel de Arruda, que instruiu como deveria se prosseguir ao fundar a capital da Colônia. Esse dito regimento tinha além das “traças”, também modelos de plantas de como a cidade deveria ser implantada.

²² As ações desenvolvidas por Dias na capital Salvador viram referências para as demais cidades construídas no Brasil, Segundo Santos (1968), “Vê-se que o arquiteto, ao mesmo tempo que projetava a cidade com seus muros e baluartes erguia-lhe também os edifícios mais importantes: a cadeia com a casa da Audiência e Câmara em cima (partido que se tornou típico das casas de Câmara no Brasil); casa da Fazenda e Alfândega; armazéns e ferrarias. (SANTOS, 1968, p.91).

Santos (1968) observa que através das cartas trocadas entre a Coroa, o governo e seus funcionários, no caso, arquitetos e mestre de obras, as cidades deveriam seguir modelos, não sendo construídas sem qualquer critério. O que se identifica é que as cidades, principalmente, as reais, seguiam um plano prévio.

Tudo isso mostra que desde essa primeira cidade as obras não se realizavam a esmo; que os projetos faziam-se aqui mesmo, ou eram enviados do Reino; e quando eram feitos aqui, mandavam-se cópias deles para lá. Ademais disso, Miguel de Arruda era um mestre-arquiteto de boa classe. Convivia com profissionais categorizados. Em 1541, tinha ido à fortaleza de Ceuta com Benedito da Ravena, o mestre da Renascença italiana, que lhe fez preleções sobre a arte de fortificar cidades; “ouvi-lo falar nisso é uma música”, confessa o português”. Se ele mandou Luís Dias para missão de tanta responsabilidade no Brasil, é certamente porque o julgou capaz de dar-lhes o desejado desempenho. (SANTOS, 1968, p.91)

Com os avanços nas terras desconhecidas e, como estratégia de controlar o comércio e exploração das riquezas descobertas nas minas, no final do século XVII, a capital muda para a cidade do Rio de Janeiro, em 1763, que desde a sua fundação, em 1565, tinha raízes de planificação²³, e com a sua posição estratégica na nova dinâmica econômica da Colônia, passava cada vez mais a receber melhorias na sua estrutura urbana, projetos de infraestruturas que se intensificam com a chegada da Corte em 1808.

No vice-reinado, o Conde da Cunha (1763-1767) incumbiu o Sargento-mor Manuel Vieira Leão de levantar o mapa da capitania do Rio de Janeiro (o mais importante da Cartografia Colonial). [...] e manda vir o Tenente General Henrique de Bohm e o Brigadeiro Jacques Funck (1768) que na opinião do Conde de Oeiras eram tudo o que de mais distinto tinha o Exército português; e de Funck: dos melhores oficiais... na Engenharia e Artilharia... que possuía a Europa... onde havia um tesouro encoberto. Funck faz entre outros bons projetos, o de acréscimo do Arsenal do Trem (1770). (SANTOS, 1977, p. 12)

Em mais uma ação de efetivar o controle para o processo de centralização do poder administrativo sobre o território, como também de povoamento do interior e dinamização econômica, a capital federal é mais uma vez transferida de assentamento, agora para a hinterlândia²⁴ brasileira. No Planalto Central do Brasil é construída a nova sede do poder nacional, Brasília, a cidade é concebida segundo os preceitos do urbanismo modernista, em vigor à época de sua fundação. O seu projeto urbano é desenvolvido pelo arquiteto Lucio Costa, sendo construída entre os anos de 1957 e 1960, inaugurada como nova

²³ SANTOS (1968 e 1997).

²⁴ Território afastado do litoral, das margens dos grandes rios ou dos centros industriais e comerciais; interior, retroterra. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/hinterl%C3%A2ndia/>. Acesso: 02.09.2018.

capital do Brasil em 21 de abril de 1960. Sintetizando, Santos (1968) observa essas ações na movimentação das capitais federais que o país já teve:

Salvador foi criada com o objetivo de ser centro militar, administrativo, fazendário e judiciário de toda a Colônia, de que foi a capital até 1763; Rio de Janeiro fundou-se como inadiável necessidade de reconquista da Guanabara aos franceses (que dela se tinham apossado desde 1555). Em 1763 desbancou Salvador das suas prerrogativas de capital, que foi, primeiro, do Estado do Brasil, depois do Império e a seguir da República, até a inauguração de Brasília em 1960. (SANTOS, 1968, p.88)

Em relação a influências urbanísticas das cidades capitais, existem algumas que são referência em escala mundial, como é o caso de Paris e Londres, especialmente em seus projetos de remodelação urbana no século XIX²⁵. A Paris de Haussmann, por exemplo, em seus projetos de reformulação, tem destaque especial o planejamento de seus espaços livres públicos, em alguns casos, estas áreas eram operacionalizadas de maneira sistêmica.

Benévolo (2011) destaca que na segunda metade do século XIX Paris se torna uma referência mundial em termos de organização e embelezamento do espaço urbano, “nenhuma cidade europeia se transforma de maneira tão completa e coerente como Paris, e, o organismo antigo determina em ampla medida a fisionomia da cidade moderna” (BENÉVOLO, 2011, p. 607). Segundo Panzini (2013), Haussmann concebeu um plano de áreas livres públicas para a cidade interligando por bulevares várias áreas da cidade, com praças e parques públicos.

Londres tem destaque pelo seu modelo de parque urbano naturalista, que é difundido por todo o mundo: contraposição do espaço bucólico da natureza, ao espaço da cidade industrial, adensada e poluída. Esses projetos de parque naturalista serviram como modelo para muitas cidades, era o modelo de parque paisagístico próprio a uma grande cidade.

²⁵ Esses modelos de urbanismo implantados nessas cidades capitais da Europa vão chegar ao Brasil principalmente quando se iniciam as reformas urbanas de Pereira Passos no Rio de Janeiro (1906) e, o surgimento dos parques públicos de estilo inglês, em meados do século XIX, estes assuntos serão abordados na terceira parte deste capítulo 2.

E ainda, devido ao crescimento acelerado da população citadina e aos problemas urbanos, exacerbados pela Revolução Industrial, de falta de higiene e salubridade, originam-se nas principais cidades da Europa algumas correntes²⁶ sobre o que seria uma cidade ideal. Na Inglaterra uma das principais referências desses modelos de cidade, pensado para a cidade pós-liberal, é a difusão dos conceitos de Cidade-Jardim (1898)²⁷, de Ebenezer Howard²⁸. Esse modelo de cidade prezava pela relação cidade-campo como princípio de harmonia da vida urbana.

Mas, segundo Thomas (1988), as ideias de referência para a cidade-jardim teriam surgido bem antes de Howard, para ele foi Jhon Evelyn quem preconizou o ideário de uma cidade envolta por jardins.

A ideia de cidade jardim não foi inventada por Ebenezer Howard na década de 1890; foi formulada em 1661 por Jhon Evelyn, que ficaria bastante impressionado com as agradáveis aléias e alamedas que vira, viajando pelas cidades da França, Itália e Holanda. Na década de 1720, Thomas Fairchild exortou à criação de mais parques públicos na área central de Londres; não apenas terrenos gramados e caminhos de seixos, mas uma amplidão de árvores e pássaros canoros, com sombra e privacidade. Se pelo menos se pudesse plantar tílias ao longo de Haymarket, Pall Mall, Strand e Fleet Street, ansiava Batty Langley em 1728, “então seria possível enxergar uma cidade num bosque”. (THOMAS, 1980, p. 247)

Por tanto, no processo de planificação das cidades interessa para a presente tese observar que técnicas, diretrizes projetuais foram aplicadas (trans)formando a paisagem natural do território recém-descoberto, em paisagem urbana do território colonizado. Dessa maneira, perceber como o desenvolvimento do processo de implantação das cidades foi sendo efetivado, tanto pela configuração e desenho dos assentamentos, quanto pela organização e implantação de seus espaços livres – ruas, praças, em especial, de parques e jardins, em importância de espaço-tempo.

Assim, nesta parte do trabalho cabe exemplificar algumas características de cidades históricas brasileiras, seus condicionantes e formas de implantação, para se compreender atributos que caracterizavam suas paisagens.

²⁶ Ver Choay (2010)

²⁷ Essa informação interessa a pesquisa, porque será uma das correntes que chega ao Brasil, e vai influenciar alguns modelos de assentamentos desenvolvido aqui como marco do desenvolvimento da arquitetura da paisagem.

²⁸ Cidades-Jardins do Amanhã, de Ebenezer Howard, 2002.

A paisagem da cidade brasileira

Nestor Goulart Reis Filho, em seu livro *Evolução Urbana no Brasil* (1968), faz uma extensa abordagem sobre os agentes de colonização portuguesa e o processo de urbanização no Brasil, destacando: a exploração econômica, a formação das classes sociais, a necessidade da política-administrativa imposta pela Coroa, ao tipo de ocupação urbana permitida e executada no extenso território da Colônia.

As medidas tomadas pela Metrópole num primeiro momento para a posse do território, mas sem comprometer despesas, por conta da não lucratividade imediata ao explorar o recém território “descoberto”, com a sua lucrativa exploração do comércio das Índias. Em segundo momento garantir a exploração da produção açucareira como rentabilidade de lucros para a Metrópole, posteriormente a exploração mercantil sobre a Colônia pela descoberta do ouro. A medida que ocorria necessidade de mudanças na política de exploração visando a maior concentração de lucros por parte da Metrópole, se mudava a estratégia de ocupação do território da Colônia e o controle sobre a população que a ocupava, no sentido de não haver perdas de possíveis lucros à Coroa.

Em virtude de transformações sociais, políticas e econômicas, as vilas e cidades da Colônia acompanhavam as necessidades da Metrópole. Entre essas necessidades de mudanças e adaptação dos centros urbanos, também se via a crescente necessidade de organização desses núcleos, não só refletidos socialmente, mas também em termos arquitetônicos e urbanísticos. Como explicado por Reis Filho (1968), os aspectos urbanos são desenvolvidos por conta das diferentes e sucessivas medidas tomadas pela Coroa para explorar sua Colônia o máximo possível.

Santos (2008) destaca que o urbanismo implantado na Colônia portuguesa sofreu influência moura, cristã e espanhola: das características do traçado aos elementos que compõem o espaço urbano (ruas, praças e construções), e tendo como condicionantes os fatores ambientais de cada lugar, como a topografia, os corpos d’água e o clima, os quais eram fatores norteadores da ocupação do território brasileiro. Caracterizando-a assim, de diferentes tipos de núcleos urbanos. Essas tipologias de ocupação refletiam a época de implantação, da conveniência e do contexto político-econômico.

[...] os aglomerados surgidos nesse período apresentam basicamente as características gerais das cidades portuguesas, que trazem em sua formação elementos próprios dos modelos medievais árabes e cristãos, já arraigados e inteiramente assimilados pelos colonizadores que [...] transferem para a Colônia a lembrança que têm das cidades conhecidas desde sempre em território metropolitano. (COELHO, 2001, p. 107)

Lemos (2016) faz uma narrativa interessante sobre como os atributos particulares de cada localidade – físicos e geográficos – foram contribuindo e dando características as cidades que eram fundadas no Brasil a partir da colonização. Claro que o motivo essencial era a ocupação, a exploração, que garantisse a posse da terra, frente aos inimigos que também queriam ter a posse de terras, que permitisse ganhos financeiros. O autor fala de como as zonas ribeirinhas, na ocupação interiorana foram significativas para a escolha dos sítios a serem ocupados. Outro fator que se unia a escolha do sítio era a necessidade dos próprios exploradores, como o descanso, o pouso, em se restabelecer para continuar os caminhos da exploração e ocupação das terras.

Muitas cidades brasileiras nasceram, por sua vez, a partir de ranchos para o pernoite de tropas, ou cargueiros, de transporte de mercadorias produzidas nas distantes propriedades rurais, como açúcar, café, queijos e toucinho, lenha e até jacás de galinhas e frangos. Chegando à tarde, a comitiva protegia-se nos ranchos (telhados de sapé ou mesmo telhas apoiadas em colunas equidistantes) para o jantar ali mesmo preparado, para o sono e o descanso dos animais. Eram ranchos à beira das estradas, feitos por particulares interessados em alugar os pastos ou vender mantimentos ou, então, construídos pelo governo. [...] Bastava aparecer a capelinha ao lado do rancho amiúde frequentado e da venda sortida para o início de uma povoação composta de gente humilde [...]. Em geral, o agrupamento tinha início com as construções ao longo da estrada, povoação de uma rua só; depois, conforme a topografia e o progresso, nasciam as vias transversais ou paralelas, conforme, ainda, a posição da nova igreja em substituição à primitiva capela. E assim se configurava uma nova cidade. (LEMO, 2016, p.24)

Várias demandas deram início a ocupação do território brasileiro, e as relações entre a necessidade de ocupação e a forma de implantar cidades coloniais, baseadas na herança do urbanismo português, apresenta um escopo de pesquisa relevante para o processo de desenvolvimento das transformações na paisagem urbana. Para Teixeira (2012) as cidades implantadas pelos portugueses tinham uma característica expressiva quanto a organização de seus elementos estruturantes, desde o sítio escolhido quanto os elementos urbanos propriamente ditos, pois estes elementos eram as referências que configuravam hierarquia ao assentamento.

A hierarquia dos espaços urbanos podia ser definida a partir das características topográficas do sítio, da ordem geométrica do traçado urbano, do perfil das ruas, da articulação das ruas e das praças e de sua relação com outros componentes da malha urbana, da estrutura dos quarteirões e de loteamento, ou a partir da relação do traçado urbano com a arquitetura [...]. A hierarquização

dos espaços urbanos era uma condição essencial para a beleza da cidade quer se tratasse de traçados urbanos de origem vernácula, muito articulados com o território, quer se tratasse de traçados urbanos eruditos, traduzidos em um plano regular [...] Era a partir deles (principais edifícios institucionais) que se organizavam o sistema de percursos e a lógica de organização da cidade, e era também em articulação com esses edifícios que se fazia a estruturação dos espaços urbanos, por meio do alargamento de ruas ou da construção de praças a eles associadas, orientando ruas em sua direção ou estruturando eixos polarizados por tais edifícios localizados em seus extremos. Quando se começam a adotar traçados geometrizados, esses locais dominantes passam a ser definido dentro da própria lógica do traçado. Nesse caso os edifícios notáveis localizavam-se no cruzamento ou na confluência das ruas principais, no eixo das ruas, no centro das praças ou a meio de seus lados, explorando simetrias, pontuando perspectivas, fechando vistas. (TEIXEIRA, 2012, p. 72)

Neste intuito, o recorte histórico delineado para a pesquisa serve para abarcar a discussão sobre atributos morfológicos, que estão presentes desde as primeiras ocupações no território brasileiro. Pois, o interesse da pesquisa se baseia em entender o processo de evolução dos arranjos de forma-espaço iniciais das cidades brasileiras. E assim, ser possível compreender como as configurações das paisagens partiam de uma intencionalidade, de uma técnica e, não apenas decisões desprezíveis.

Neste processo inicial, de ocupação e implantação dos assentamentos na Colônia pela Metrópole, algumas das intenções que mais se destacam na literatura são: necessidade de defesa do território recém conquistado, fixação e ocupação do território, políticas de exploração da colônia para assegurar a posse e o controle.

Murillo Marx em *Cidade Brasileira* (1980) ressalta os atributos que sempre serviam como balizadores da forma-espaço do assentamento: a **situação** – correspondente à escolha de forma estratégica para a criação dos assentamentos no Brasil: “trechos da extensa costa foram eleitos para as fundações urbanas em função da sua latitude, das suas possibilidades de abrigo aos navegantes, da sua ligação com o interior, misterioso e desafiante” (MARX, 1980, p. 14); e o **sítio urbano** – depois de escolhida a região, era eleito um sítio. Entre as diretrizes essenciais estavam duas necessidades: 1. a instalação de um porto (ligação com a Metrópole), e, 2. a necessidade de defesa impôs a escolha de acidentes geográficos – as condições topográficas.

Em um primeiro momento, tem destaque o reconhecimento de **marcos notáveis** era o que caracterizava os sítios das colônias portuguesas, “destacam as desembocaduras dos rios, as enseadas, as ilhas e os arrecifes. Conforma os abrigos naturais que logo mereceram a atenção e a referência dos navegantes”. Por isso as escolhas sempre recaiam sobre “as elevações ou as terras insulares e peninsulares eram as soluções defensivas, alternativas ou complementares junto aos portos” (MARX, 1980, p. 19, grifo nosso)

A partir deste primeiro momento decisivo, para a vocação que o assentamento iria ter para a economia e a política, na posse do território conquistado, seguia-se para as decisões configuracionais sobre a forma-espço da ocupação. Os elementos urbanos (ruas, praças, construções, jardins, arborização) eram estruturados buscando também intenções prévias. Agora, a escala da cidade era de operacionalidade das atividades citadinas. Os elementos urbanos tinham funções pensadas e estruturadas ao desenho. Por exemplo, qual o papel da rua na configuração desses núcleos urbanos?

Segundo Marx (1980), as ruas não eram traçadas ao acaso, haviam diretrizes para o seu desenho, tamanho. Não era um simples padrão de repetição e monotonia no espaço urbano. As ruas tinham peculiaridades quanto a sua forma-função nos assentamentos coloniais, reflexos das características do sítio: ladeiras, as ruas sinuosas, formavam perspectivas, tinham pontos de referência no seu ir e vir; rua direita – ligavam edifícios marcos, igrejas. Não é simplesmente a rua pela rua, tinha-se um papel importante na topologia da configuração urbana. O autor ainda discorre sobre a dinâmica de uso deste espaço livre público:

A vida urbana tem nas ruas o caminho dos largos, dos edifícios importantes, do campo e das outras cidades. Confia-lhes, por isso, a feira, a procissão, o pretexto de encontro. Os próprios largos são uma continuação das ruas, um determinado trecho e momento seu diante das construções mais significativas, o seu clímax. Qualquer segmento de caminho público, que ligue dois desses alargamentos especiais e atrativos, passa frequentemente a ser o principal da aglomeração. É o caso típico das ruas Direitas. Direitas entre uma coisa e outra referências importantes; percurso ótimo do comércio e da vida mundana. (MARX, 1980, p. 44)

Em relação às praças, são os elementos que realçam os edifícios religiosos, segundo Marx (1980), a praça brasileira deve sua existência, sobretudo, aos adros das igrejas. O autor destaca a importante função da praça nas relações configuracionais dos assentamentos urbanos:

A sucessão de largos, pátios e terreiros na cidade brasileira articulava a sua trama viária modesta e alimenta a vida das suas ruas. Como tudo mais, esses espaços públicos eram irregulares em geral. Com o passar do tempo, a ligação entre o edifício religioso e o vazio fronteiro ia se aprimorando. O casario se dispunha tendo em vista o realce desejado e a utilização mais cômoda das igrejas e mosteiros. A irregularidade das praças no Brasil sugere uma Idade Média que não conhecemos e testemunha um mundo barroco que ajudamos a talhar com maestria (MARX, 1980, p. 50)

Pelo discurso apresentado, Murillo Marx (1980) chama atenção para as intenções do espaço da praça ao longo da implantação das cidades brasileiras, primeiro por serem espaços ligados aos edifícios religiosos, sendo incomum a existência de praça cívica,

modelo de praça espanhola. No entanto, esta praça começa a aparecer quando da primeira cidade projetada para ser capital, a cidade de Salvador:

A primeira praça cívica do Brasil foi a Praça Municipal de Salvador. Voltada para o mar, a cavaleiro do porto, reunia a Casa de Câmara e Cadeia, o paço do governador da colônia, a Relação, os negócios da fazenda e a alfândega. No centro da nova cidade projetada, marcava urbanisticamente o seu caráter de capital. É conhecida de todos por estar servida pelo elevador Lacerda e está a exigir recuperação, desfigurada que foi recentemente por grosseira reforma que, pretendendo ampliá-la, destruiu-lhe a proporção e o espaço venderável. Ela é a antecessora da atual Praça XV de Novembro no Rio, que aliou a igreja que serviu de catedral ao paço dos governantes da colônia e do Império, embora não tivesse sido para isso concebida, assim como, da Praça dos Três Poderes, que hoje reúne no coração do país os principais edifícios da República. Três capitais, três praças cívicas (MARX, 1980, p. 51)

Santos (1968) retrata como era a conformação da praça na colônia brasileira²⁹: “Nelas se localizavam os edifícios principais, que mais enobreciam a cidade: a casa da Câmara e Cadeia, a casa dos Governadores, a igreja matriz” (SANTOS, 2002, p.76). Observa também a forma da praça, que até certo momento apresentava formato irregular, baseadas nas praças de origem medieval – citando os estudos de Camillo Sitte³⁰ (1992) sobre a beleza da praça irregular. E que depois, a partir de certo período a praça brasileira, seguindo os modelos de urbanismo europeu, começa a ganhar a forma de um quadrado perfeito, e servindo de base para o traçado do assentamento como um todo.³¹

O mesmo autor também faz ponderações de como estes espaços livres públicos eram o centro de acontecimentos da vida pública na colônia: “eram o centro da reunião da vida urbana, em que se realizavam as cerimônias cívicas e toda sorte de festividades, religiosas e recreativas, e serviam ainda aos mercados e às feiras” (SANTOS, 2002, p.76).

²⁹ Esta configuração de praça colonial brasileira descrita por Santos (1968) é conhecido como tríade portuguesa: praça, Casa de Câmara e Cadeia e igreja, implantados juntos. (FERRARE, 2013 e COELHO, 2001). A tríade portuguesa é o ponto inicial da cidade fundada pelos portugueses, esse modelo de se iniciar um núcleo urbano vai se repetir por todo o período colonial, e chegar até o período monárquico brasileiro. No caso das cidades capitais analisadas na tese, ele vai aparecer até a cidade de Aracaju, 1855.

³⁰ Os estudos de Camillo Sitte são referências na literatura que aborda a contribuição do desenho da praça para a dimensão estética da cidade, chamando atenção entre outros aspectos sobre a irregularidade dos traçados das praças: “A experiência pessoal nos demonstra que tais irregularidades não causam, de maneira alguma, um efeito ruim; ao contrário, aumentam a naturalidade, estimulam nosso interesse e, sobretudo, reforçam o caráter pintoresco do conjunto” (SITTE, 1992, p. 63).

³¹ “No século XVIII, a praça regular, de forma quadrada ou retangular, centrada na malha urbana e tendo muitas vezes o papel de elemento gerador de todo o traçado, tornou-se o modelo dominante. Os lados das praças definiam as direções a partir das quais, através de sucessivas paralelas e perpendiculares, estruturava-se uma malha ortogonal em que se inseriam o traçado das ruas e a estrutura dos quarteirões [...]. A praça torna-se um elemento fundamental de qualquer novo traçado urbano, sendo pensada de raiz como o centro da cidade, em termos simbólicos, funcionais e formais” (TEIXEIRA, 2012, p. 119).

Entre os elementos que orientavam e serviam de referência para a planificação dos assentamentos estão as construções, os tipos edifícios que caracterizam o espaço dos assentamentos brasileiros. Segundo Marx (1980), entre os tipos existentes estão: os prédios públicos, as construções religiosas, as instalações militares e o casario. Cada tipo edifício tinha sua contribuição na forma-espaço das cidades, características de uso que influenciavam na sua localização, nas suas relações entre partes do assentamento. Estavam ligadas as ruas, aos largos e, assim sucessivamente, dependendo da sua importância para a dinâmica urbana a que a cidade estava destinada.

A cidade original brasileira era cheia de intenções desde a escolha do local a ser implantada até a forma-espaço estabelecida para o seu tecido.

A cidade não obedecia rigidamente a um plano prévio, mas nem por isso se pode dizer que tudo seguisse a esmo. Não seguia o método dedutivo comum nas cidades planificadas, mas o indutivo, partindo do particular para o geral. Cada casa ligava-se à anterior por alguma coisa em comum. Uma nota de intimidade de pensamento, através da similitude ou do contraste formal. Aproveitando do acidental, do particular. Costumamos chamar a isso de pitoresco. Mas há ali algo mais do que pitoresco; a associação do indivíduo ao todo na vida em comum; algo de imponderável, que é o que dá interesse humano às partes conservadas intactas das cidades daqueles tempos, em que o pitoresco – parafraseando Gallion – é uma qualidade emergente. A própria toponímia concorria para dar calor e intimidade à cidade, associando a rua aos edifícios e à caminhada que se tinha de fazer. (SANTOS, 2008, p. 24)³²

Os jardins se configuram como os espaços livres que são vegetados, no sentido de contato com a natureza, e estavam presentes principalmente nos quintais das casas e nas propriedades religiosas. Os jardins públicos de maneira marcante só aparecem no final do período colonial, com a transferência da capital da Colônia para a cidade do Rio de Janeiro, quando se cria o Passeio Público, que serviria tanto para o embelezamento da cidade, quanto desfrute e lazer da corte portuguesa (MARX, 1980, p. 57).

A arborização urbana é destacada por ser ela a responsável por compor os volumes dos espaços livres públicos:

A arborização e o ajardinamento dos espaços públicos principiam na segunda metade do século passado [XIX], época em que se difunde como nova exigência pelo mundo. Há poucas gerações, portanto, que as plantas passaram a ornar e a amenizar nossas ruas e praças. Além dos jardins comuns, raros e criados apenas nas cidades principais, a imagem urbana desconhecia árvores e canteiros nas vias e nos largos. (MARX, 1980, p. 67)

³² Publicado no V Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros, em 1968.

Uma das pesquisas que comprova a especificidade da forma-espço de assentamentos portugueses, para a colônia brasileira, é a realizada por Delson (1979). A autora realizou um extenso estudo documental sobre a existência de um programa de planificação de vilas para o Brasil Colônia. Ela pesquisou documentos referentes a 40 vilas, entre os séculos XVI e XVIII, que receberam recomendações da Coroa sobre a forma que deveriam ser traçadas. As recomendações eram desde o desenho e tamanho para a implantação da praça principal, os principais edifícios públicos, o traçado das vias, até o casario – seu alinhamento e fachadas. Desta forma, mantinham as cidades organizadas, adequadas aos padrões de desenho que estavam sendo empregados na Europa.

Um dos exemplos que a autora cita é a cidade de Mariana (MG), que após o seu núcleo incipiente ser inundado, a Coroa delineou recomendações expressas sobre o seu novo traçado, em 1746. Este novo traçado deveria obedecer ao princípio de ordem e regularidade – praça retangular, ruas retas, desenhando uma malhar regular, com a localização específica e privilegiada dos edifícios religiosos e a casa de câmara e cadeia (Figura 8 e Figura 9).

[...] os administradores portugueses ordenaram a construção de uma aglomeração urbana retilínea, não importando prejuízos que pudessem resultar para as edificações mais antigas da área. Dever-se-ia envidar todos os esforços para manter as ruas largas e ladeadas por casas de desenho semelhante. Os pomares foram relegados para os fundos das casas, fazendo-se com que o lado da rua formasse uma fachada contínua sólida e uniforme. (DELSON, 1979, p. 38)



Figura 8: Centro histórico de Mariana, caracterizado por apresentar malha regular. Fonte: Giuliana Sousa (2017)



Figura 9: Centro histórico de Mariana – igreja de São Francisco de Assis e da igreja Nossa Senhora do Carmo, as igrejas estão em frente à Casa de Câmara e Cadeia. Fonte: Giuliana Sousa (2017)

Por conseguinte, não há como desassociar a história da colonização brasileira da forma urbana que suas cidades possuem. E cada uma delas chama a atenção pelas semelhanças

e ao mesmo tempo pelas peculiaridades envolvidas nas suas paisagens urbanas, seja pelas características dos seus sítios físicos, ou pelo próprio risco aplicado ao seu desenho. Como exemplos, o relevo do sítio escolhido para a implantação da cidade de Salvador (BA) que a divide em cidade alta e cidade baixa (Figura 10); e as ruas em ladeira na cidade de Alcântara (MA), que eram conduzidas pelo alinhamento das suas edificações, ao limite do lote (Figura 11).

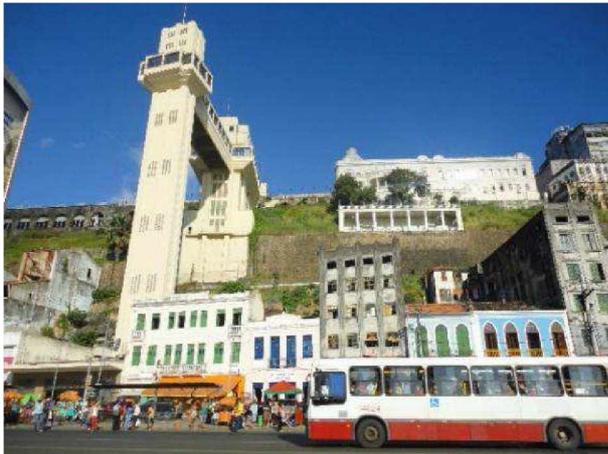


Figura 10: Centro histórico de Salvador (BA), Elevador Lacerda que faz a ligação entre a cidade alta e a cidade baixa. Fonte: Giuliana Sousa (2016)

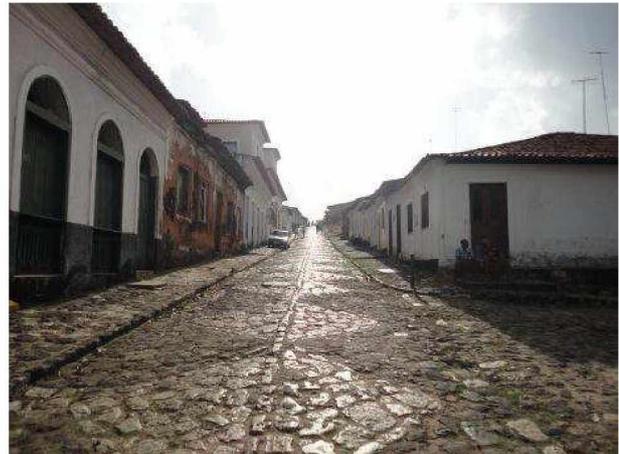


Figura 11: Ladeira do Jacaré, entrada da cidade e acesso ao centro histórico de Alcântara (MA). Fonte: Giuliana Sousa (2016)

No intuito de verificar características da paisagem urbana formada pelos núcleos urbanos desde à época da colonização destaca-se a classificação elaborada por Santos (1968), sobre os tipos de cidades existentes no Brasil, principalmente nos primeiros séculos de ocupação do território (Quadro 2). Essa classificação se deu em virtude das intenções de surgimento de cada assentamento, à época de sua fundação, representantes de contextos econômico e político-administrativo a que estavam sujeitas.

Quadro 2: Classificação das cidades do Brasil – séculos XVI ao XIX³³

1.	Cidades de afirmação de posse e defesa da costa e cidades do litoral em geral	Fundadas na maior parte nos dois primeiros séculos, do extremo norte ao extremo sul, a maioria das quais tendo sido como base econômica principal o açúcar, outras não passando de praças-fortes, cuja localização dependeu quase exclusivamente de conveniências estratégicas.
2.	Cidades de conquista do interior	Em que se incluem as do bandeirismo e da mineração, com as quais se fez, do primeiro ao terceiro século, a fixação do homem no sertão.
3.	Cidades de penetração rumo às fronteiras oeste e sul	Cuja fundação ou desenvolvimento resultam, no terceiro século, dos propósitos de conter eventuais investidas dos castelhanos e dos trabalhos que se completaram com os tratados de limites com a Espanha.

³³ O autor classifica significativos exemplos de assentamentos no Brasil, “senão na totalidade, pelo menos na maioria, tiveram a sua formação orientada por imperativos que podem ser assim sumariados” (SANTOS, 1968, pg. 83).

4.	Cidades do café	As quais, como as das chaves seguintes, transcendem as fronteiras do nosso ensaio, porque não se circunscrevem, pelo menos algumas das mais importantes, ao Período Colonial: são já cidades do quarto século, que se desenvolveram, primeiro, na Região Fluminense, ao longo do Vale do Paraíba, depois por São Paulo, Paraná etc.
5.	Cidades da borracha	Formadas ou desenvolvidas na Região Amazônica, em fins do século XIX e princípios do XX.
6.	Cidades da indústria	Formadas no século XX em regiões de fácil acesso às matérias-primas – Minas, São Paulo, Rio de Janeiro etc.

Fonte: Adaptado de SANTOS³⁴, 1968, p. 83.

Esta classificação é interessante para esta tese para se visualizar os momentos dos processos de (trans)formação das diferentes paisagens existentes nas cidades objeto de estudo. Assim, pode-se perceber o contexto de planificação que essas paisagens estavam subjugadas, por conta da função de cada assentamento criado. O mesmo autor também observa a evolução dos tipos de traçados que eram desenvolvidos os assentamentos (Quadro 3).

Quadro 3: Tipos de traçados – evolução dos traçados de vilas e cidades no Brasil.

Nº	Tipos	Exemplos
1.	Traçados inteiramente irregulares	Vila Boa de Goiás (GO)
2.	Traçados de relativa regularidade	Vilas de Cuiabá (MT) e de Manaus (AM)
3.	Traçados que inicialmente foram irregulares, depois refeitos para regularidade	Vila de Barcelos (AM).
4.	Traçados perfeitamente regulares	Vila Bela da Santíssima Trindade (MT); Vila de Nova de Mazagão (AM); Vila de Macapá (AM); Vila de Pinheiro (MA); Vila Viçosa (Porto Seguro); Colônias Militares em geral (Colônia Militar de São Pedro) e aldeias de índios projetadas por militares (ex. aldeia dos índios caiapós)

Adaptado de SANTOS, 1968, p. 60.

Não se concebe o desenvolvimento da Arquitetura da Paisagem dissociado das transformações urbanas a que estão sujeitas as cidades como um todo. A relação desenvolvimento paisagístico e transformações urbanas estão diretamente interligadas, e é esta relação que (trans)forma a paisagem da cidade brasileira.

³⁴ “Esta classificação não pretende ser geral. Muitas cidades tiveram a sua fundação ligada a bases econômicas distintas dessas, ou a fatos de outra índole. Brasília, por exemplo, centro administrativo, foi produto da determinação pura e simples de deslocamento da sede do governo do litoral para o interior numa ocasião em que nem mesmo razões militares podiam induzir à mudança. Outros exemplos: as *cidades colônias de imigrantes* [...]; as *cidades itinerantes* [...]; as *cidades de comércio* [...]; as *cidades* localizadas nas proximidades de *fontes* de águas medicinais; as *balneárias* e de *veraneio*; as *turísticas* em geral etc. Todas essas cidades não se enquadram naquele esquema, mas, pela sua significação no complexo histórico, não o alteram, constituindo-se como fatores complementares da empresa colonizadora e do povoamento, ou como exceção que se apresenta nitidamente com esse caráter [...]” (SANTOS, 1968, p. 84).

A partir das classificações de Paulo Santos (1968), na presente tese se incluem as cidades capitais pesquisadas, principalmente, nas categorias: 1. Cidades e afirmação de posse e defesa da costa; 2. Cidades de conquista do interior; e 3. Cidades de penetração rumo às fronteiras oeste e sul, delimitadas em três modelos: as cidades vernaculares – malha irregular; as cidades intermediárias – malha regular (parcial); e as cidades herdeiras da influência iluminista do domínio português – malha regular, observando também, que aí já aparecem jardins e parques públicos, em alguns exemplares.

A paisagem de parques e jardins

Para esta tese, procura-se verificar as transformações na paisagem urbana a partir do espaço urbano de assentamentos no Brasil. Entre os elementos que se destacam, neste processo, está a criação de parques e jardins públicos no espaço urbano, que mudaram a paisagem do cotidiano da vida cidadina³⁵.

O Passeio Público do Rio de Janeiro foi contemporâneo ao surgimento dos primeiros jardins públicos europeus na segunda metade do século 18, símbolos do pensamento iluminista a invocar formas de sociabilidade nas quais a aristocracia e a burguesia encontravam um lugar comum. Todavia, essa composição social e política era estranha ao escravocrata meio colonial carioca. Até o ajardinamento do Campo de Santana (a partir de 1880), o Passeio Público foi, por quase um século, o único recinto com as características de local “para ver e para ser visto”. Mas essa condição aparentemente persistiu enquanto o seu patrocinador, o vice-rei D. Luís de Vasconcelos, animou a vida do lugar. (SEGAWA, 1996, p. 108)

Segundo Rossi (*apud* SEGAWA, 1996, p. 22), na relação de evolução da visão da natureza como algo divino e espiritual, em transição para elemento material e físico “a natureza deixava de ser um princípio tautológico³⁶, para configurar como um corpo construído por fenômenos quantitativamente mensuráveis”.

³⁵ Ressalta-se que o destaque aos espaços livres de parques e jardins se deve a estes elementos urbanos serem inseridos posteriormente na paisagem cidadina, sendo que as ruas e as praças sempre existiram na fundação embrionária de qualquer núcleo urbano (REIS FILHO, 1964 e MARX, 1980). Não se está aqui diminuindo a importância de cada um desses espaços livres, apenas destaca-se que os parques e jardins são elementos que vão mudar os paradigmas de modelos de assentamentos produzidos desde o seu aparecimento, transformando de vez a paisagem urbana.

³⁶ Relativo à tautologia, à repetição de uma mesma ideia através de palavras diferentes; redundante. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/tautologico/> Acesso: 02.09.2018.

O professor Hugo Segawa fez um importante estudo sobre o desenvolvimento dos jardins no Brasil, em sua obra *Ao amor do Público: Jardins no Brasil* (1996). Ele descreve os passos de mudanças do homem em relação a natureza, no intuito de explicar como o processo de ideação, criação e implantação dos primeiros espaços ajardinados na Europa serviram de inspiração para os jardins no Brasil, entre os séculos XVIII e XIX, e anos iniciais do século XX.

Identificar as atitudes das sociedades humanas diante das paisagens e reconhecer a figura do arquiteto paisagista em tempos imemoráveis seguem como desafios para os historiadores e naturalistas, e também para os poetas. Talvez excesso de cautela para uma proposição nada pretensiosa que desenvolvo adiante. Terei como recorte os espaços públicos ajardinados: jardins (às vezes semipúblicos), passeios, bosques, parques. Espaços necessariamente desenhados – embora nem sempre se conheçam aqueles que os delinearão – e relacionados com a trama das cidades. Tentarei resgatar alguns significados desses logradouros, muitos deles com vestígios não no território, mas apenas em relatos de livros. (SEGAWA, 2010, p. 35)

Em paralelo, para contextualizar a pesquisa sobre jardins no Brasil, o autor também disserta sobre a origem dos primeiros jardins na América, voltando um pouco a discussão introdutória deste capítulo 2, onde o modelo de planificação da colonização do continente americano se faz em equivalência a uma visão de tempo e espaço das cidades de origem Ibérica. Contudo, o destaque para a criação do primeiro passeio público que se tem notícias, segundo Segawa (1996), é a cidade do México:

O primeiro passeio público criado na América antecede à maioria das realizações congêneres europeia. Em 1592, o oitavo vice-rei da Nova Espanha (entre 1590 e 1595 e posteriormente entre 1607 e 1611), D. Luís Velasco, ordenou a construção da Alameda, com “fontes e árvores que servissem de ornato para a cidade, e de recreação para seus vizinhos [Marroqui, 1900, v. 1, p. 237]. A Alameda era um recinto cercado: uma vista da cidade do México em 1624, reproduzida em Benevolo [1979, v. 4, p.107] mostra um jardim de perímetro aproximadamente quadrado, riscado por duas vias internas formando quatro áreas regulares. O jardim foi desenhado em 1593 por Rodrigo Alonso [Marroqui, 1900]. (SEGAWA, 1996, p. 62)

No Brasil, o primeiro jardim que se tem notícia, é o jardim construído durante o domínio holandês no Recife³⁷. O jardim fazia parte do palácio do conde Maurício de Nassau, como aborda Sá Carneiro (1997),

O primeiro parque urbano surgiu no Recife e denominou-se Parque do Palácio de Friburgo (aproximadamente 6ha) construído pelo príncipe Maurício de Nassau por volta de 1642, durante a invasão holandesa, contendo um jardim

³⁷ Observa-se que este Recife holandês, em que foi construído o jardim do Conde Maurício de Nassau, é referente antiga cidade Maurícia, onde hoje é o bairro Santo Antônio (a invasão holandesa no Recife durou 14 anos, de 1630 a 1654). Nesta tese o recorte espacial da cidade do Recife é o seu centro histórico, que corresponde na atualidade ao bairro do Recife antigo.

botânico e situado onde está a Praça da República. (SÁ CARNEIRO, 1997, 23)

Segundo Goya & Landim (1996), o jardim construído no palácio de Friburgo foi inspirado nas “realizações paisagísticas da Era de Ouro holandesa”. O autor discute como a realização do jardim já inicia no Brasil uma preocupação em desenhar um espaço livre, embasado em conceitos projetuais, por conta de refletir o que era produzindo no país de origem de seus criadores. E ainda mais, o projeto do jardim era baseado nos princípios de Vitruvius/Alberti, por conta da “simetria enquanto proporção harmônica”, a ainda mais, “a presença de plantas e animais exóticos” que também faziam parte do programa do jardim holandês deste período: “os holandeses transportaram para suas colônias seus ideais calvinistas-classicizantes, seu conhecimento científico, botânico e horticultural assim como seu zelo mercantilista” (GOYA & LANDIM, 1996, p.126).

Com a expulsão dos holandeses do Brasil o jardim foi destruído, não existindo mais hoje. Mas, segundo Goya & Landim (1996, p. 126), as características que comprovam que houve um projeto para o jardim, similar ao que era desenvolvido na Holanda, podem ser visualizadas na pintura de Albert Eckhout: *Mulher tupi com criança* (1641-44), pois é possível ver o jardim ao fundo, na tela pintada pelo artista (Figura 12 e Figura 13).



Figura 12: Pintura de Albert Eckhout: Índia Tupi, 1641. Fonte: UNOPAREAD, 2018.

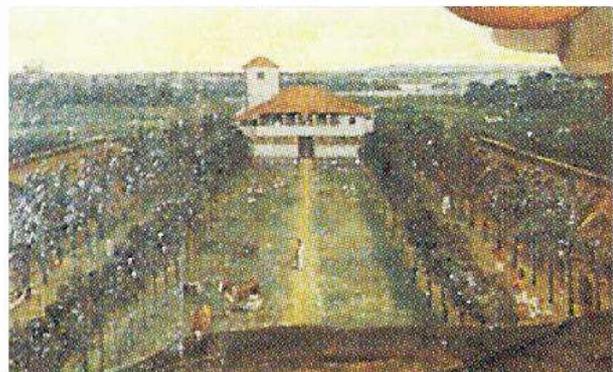


Figura 13: Detalhe ao fundo para a casa colonial, onde se ver o jardim, segundo GOYA & LANDIM. UNOPAREAD, 2018.

Já nas palavras de Santos (1968), Recife se destacou como precursora não só na implantação do jardim, mas na disposição que ele foi implantado, influenciando a paisagem da cidade do conde Maurício, se configurando um início na projeção da paisagem. Segundo o autor, “A nota mais característica – e aqui outra distinção em relação as cidades portuguesas – era o predomínio das áreas verdes nas quais nas quais Recife foi precursora da arquitetura paisagística, tal como se integra no urbanismo moderno”. Pois o jardim integrava a paisagem dos dois palácios construídos pelo conde, o de Friburgo, o “castelo”, “cidade da liberdade”, construído na parte norte, junto ao jardim; e o palácio da Boa Vista, erguido no centro-oeste da ilha. Barlaeus (*apud* SANTOS, 1968) descreve assim, o jardim de Nassau (Figura 14):

Entre o forte Ernesto e o das Três Pontas – diz ele – havia uma planície sáfara, inculta, despida de arvoredo e arbustos que, por estar desaproveitada, cobria-se de mato [...] ao conde aprouve furtar aos olhos aquele terreno desnudo, sombreando-o com uma plantação de árvores, não só para não ficar exposto às ofensas do inimigo, mas ainda para os cidadãos e soldados, durante as quadras ásperas, delas tirarem o alimento e o refrigério dos furtos, encontrando ali os habitantes um abrigo seguro [...] [e] observou-se tal ordem no distribuir as árvores que, de todos os lados, ficavam os vergéis protegidos pelos fortes e por treze baterias [...]. Surgiram, em lindos renques, 700 coqueiros, estes mais altos, aqueles mais baixos, elevando uns o caule a 50 pés, outros a 40, outros, a 30, antes de atingirem a separação das palmas. Sendo opinião geral que não se poderiam eles transplantar, mandou o conde busca-los à distância de três ou quatro milhas, em carros de quatro rodas, desarraizando-os com jeito e transportando-os para a ilha, em pontões lançados através dos rios [...]. Depois do coqueiral, havia um lugar destinado a 225 laranjeiras, além de 600 que, reunidas graciosamente umas às outras, serviam de certa e deliciavam os sentidos com a cor, o sabor e o perfume dos frutos. Havia 58 pés de limões grandes, 80 de limões doces, 80 romãzeiras e 66 figueiras [...] e ainda: mamuseiros, jenipapeiros, mangueiras, mangabeiras, cabaceiras, cajaeiros, uvalheiras, palmeiras, pitangueiras, romeiras, araticuns, jamacarus, pacobeiras ou bananeiras. (BARLAEUS *apud* SANTOS, 1968, p.114)

O vice-rei, antes da chegada da corte portuguesa ao Brasil, encomendou o projeto do parque para o então escultor e construtor Mestre Valentim³⁹, que era a pessoa mais qualificada à época para tal projeto.

Segawa (1996) ressalta a criação em Lisboa, no ano de 1764, durante a reforma da Baixa Pombalina, o primeiro Passeio Público aos moldes dos jardins parisienses (figura 12). E que este jardim de certo modo serviu de inspiração para o Passeio Público do Rio de Janeiro.

O Passeio Público de Lisboa antecede cronologicamente e certamente inspira o seu congênere carioca, mas somente no plano das ideias. No final do século 18, o Passeio do Rio de Janeiro estava formado; o de Lisboa, era apenas uma pálida materialização. O Passeio português somente atingiu suas finalidades no século 19, e ainda por um curto período de tempo: na década de 1880, o recinto estaria transformado na avenida da Liberdade, larga via de circulação. (SEGAWA, 1996, p. 87)

Como observa Goya (1996), que em relação ao traço do projeto propriamente dito o Passeio Público do Rio de Janeiro, de Mestre Valentim, tem muitas características do jardim português, mas não do projeto do Passeio Público de Lisboa⁴⁰ (Figura 13).

Curiosamente, sua forma em hexágono irregular com traçado de perpendiculares, paralelas e diagonais nos remete ao traçado da Quinta de Belém de propriedade de D. João V, e de outros jardins do Norte de Portugal, e não ao traçado do Passeio Público de Lisboa. (GOYA, 1996, p. 129)

³⁹ “[...] artista Valentim da Fonseca e Silva (ca.1745-1813), o Mestre Valentim – importante escultor, arquiteto e, no caso, urbanista do Rio de Janeiro colonial”. (SEGAWA, 1996, p.81)

⁴⁰ “O arquiteto Reinaldo Manuel dos Santos foi quem projetou o primeiro desenho do Passeio Público do Rossio, traçando num esquema bastante simples uma alameda de 300 por 90 metros, sendo constituída por uma rua central na qual foram plantadas, em ambas as faixas laterais, cinco filas de árvores dispostas simetricamente e de forma regular, acabando por formar ruas secundárias”. (HistóriaDePortugal.info, 2018). Disponível em: <http://www.historiadeportugal.info/passeio-publico-do-rossio/>. Acesso: 26.07.2018.



Figura 15: Passeio Público de Lisboa. Fonte: LISBOAHOJEONTEM, 2012.

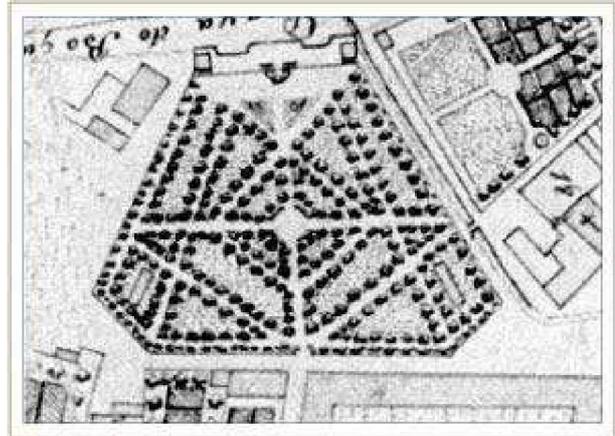


Figura 16: O traçado de Valentim na planta da cidade do Rio de Janeiro, de Francisco Betancourt (1791). (PASSEIOPUBLICO, 2018).

Macedo & Sakata (2002) destacam que a criação do Passeio Público do Rio de Janeiro foi sem dúvidas o marco inicial da arquitetura da paisagem no Brasil, devido a importância do modelo para a história do parque público, e implantado na sede da corte portuguesa. Goya & Landim (1996, p. 128) ainda reforça a importância do projeto como pioneiro para paisagem urbana da cidade, pois ele era “parte integrante da composição do tecido urbano”.

[...] são criados no Rio de Janeiro, os três primeiros parques públicos com as características morfológicas e funcionais que conhecemos hoje: o Campo de Santana e o Passeio Público, situados junto ao núcleo histórico e centro tradicional da cidade, e o Jardim Botânico, junto à então distante Lagoa Rodrigo de Freitas. (MACEDO & SAKATA, 2002, p 16)

Os outros dois parques públicos que se seguiram foram o Jardim Botânico, implantado quando da chegada de D. João VI, em 1808, com o intuito inicial de acondicionar espécies vegetais exóticas e nativas, que pudessem ter algum valor financeiro para o mercado. O Jardim Botânico foi idealizado como um laboratório de experimentos, no intuito de buscar extrair algum lucro da rica flora brasileira.

O terceiro parque, o Campo de Santana, somente foi construído de 1873 a 1880, já no Brasil Império, demandado à época de D. Pedro II, que queria a capital do império moderna, a exemplo do que estava acontecendo no continente europeu, principalmente em Paris.

Para modernizar a cidade capital do Império, D. Pedro II contrata o botânico Auguste Glaziou⁴¹, que chega ao Brasil em 1858, para atuar e dirigir o departamento de matas e jardins da casa imperial. Glaziou teria trabalhado com Alphand⁴² na reforma urbana de Paris. Ele é o responsável por introduzir no Brasil o desenho do parque naturalista de origem inglesa, modelo também implantado nas reformas urbanas em Paris. O elemento urbano parque público surge como um dos aspectos mais inovadores de melhoria das condições de higiene, salubridade e embelezamento das cidades.

Glaziou trabalha primeiro na reforma do Passeio Público (RJ), entre 1860 e 1862, transformando seu traçado rígido, em um desenho sinuoso, com presença maciça de elementos naturais, densa vegetação, água etc., mas conserva as esculturas de mestre Valentim (Figura 14). Em sequência Glaziou faz o projeto para o Campo de Santana, entre 1873 e 1880, com as mesmas características do parque naturalista de origem inglesa (Figura 15).

41 “Auguste François Marie Glaziou nasceu em Lannion, na Bretanha, França, em 1833. Formado em engenharia civil, estudou botânica no Museu de História Natural de Paris, aprofundando seus conhecimentos em agricultura e horticultura. Em 1858, Glaziou veio para o Rio de Janeiro, onde durante longo período acumulou os cargos de Diretor dos Parques e Jardins da Casa Imperial e Inspetor dos Jardins Municipais, além de integrar a Associação Brasileira de Aclimação. Seus postos, e sua ligação com o imperador, lhe permitiram estar ligado à maior parte de projetos paisagísticos acontecidos na Corte durante o Segundo Império, como as reformas do Passeio Público, da Quinta da Boa Vista e do Campo de Santana”. (Glaziou, o paisagista do império). Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/glaziou/biografia.htm>. Acesso: 30.07.2018

42 “[...] engenheiro, Jean-Charles Adolphe Alphand (1817-1891), que havia sido indicado pelo prefeito para dirigir uma nova estrutura municipal criada para cuidar do verde urbano, o *Service des Promenades et Plantations de la Ville de Paris*”. (PANZINI, 2013, p. 497)

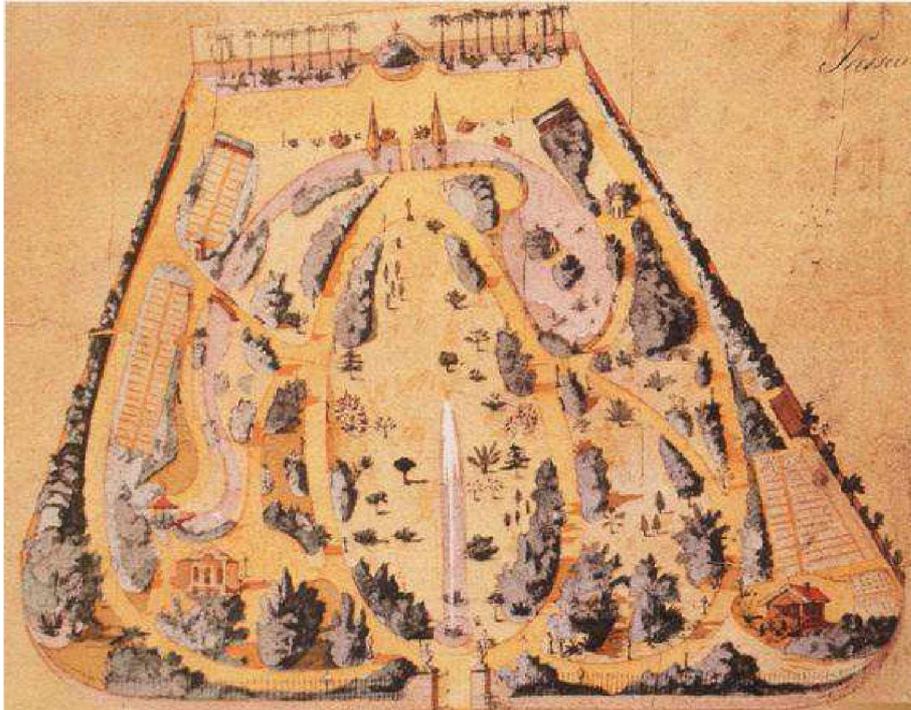


Figura 17: Projeto de Glaziou para a reforma do passeio público. Fonte: PASSEIOPUBLICO, 2018.

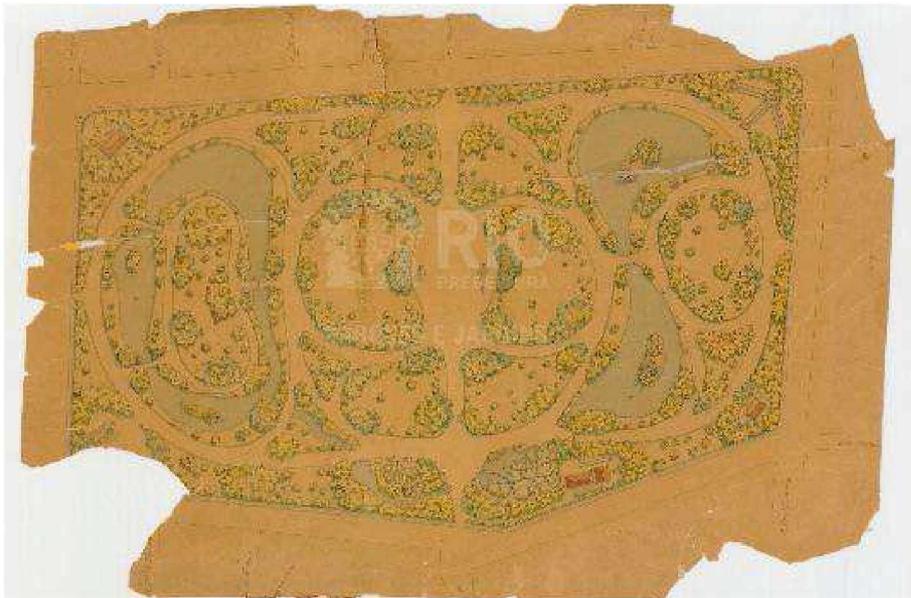


Figura 18: Projeto para o Campo de Santana, cerca 1870-80 (Fundação Parques e Jardins, Prefeitura RJ).
Fonte: CASARUIBARBOSA, 2018.

A pesquisa feita por Segawa (1996) também traz informações sobre os diversos tipos de jardins que surgiram ao longo da história do Brasil colonial. Destaca-se a trajetória de alguns espaços livres como espaços de convívio e socialização da aristocracia brasileira, que começa a gostar e se apropriar de espaços ajardinados. Entre esses espaços está o aparecimento do horto botânico.

As primeiras tentativas da coroa portuguesa de organizar jardins no Brasil estão relacionadas com a preocupação do final do século 18 em fomentar o conhecimento sobre as possibilidades econômicas da flora local e a exótica. A iniciativa tinha um caráter científico, agrícola e econômico: o objetivo era implementar hortos botânicos em que se pudessem aclimatar plantas úteis ao desenvolvimento do comércio de especiarias na Europa e ampliar o conhecimento sobre novas variedades nativas que pudessem competir com as culturas tradicionais cultivadas no Oriente. (SEGAWA, 1996, p. 110)

O autor apresenta hortos botânicos que surgiram à época do Brasil Colônia, sendo que é importante pontuar que estes espaços livres, em certos momentos, também foram responsáveis por configurar as paisagens nos núcleos urbanos a que pertenciam. Eles estão relacionados como espaços semiprivados, pois apesar de sua destinação inicial, determinada pela Coroa, eles também tinham acessos públicos.

O jardim botânico não pode ser considerado, a priori, um espaço de deleite, contemplação, a recriação do Éden monitorada pelos humanos. Ao contrário, sua formulação recorre a um esforço racional, funcionalista, de coletar, ordenar, preservar e reproduzir espécies vegetais raras para o seu contendo fitogeográfico. Os colecionistas e didáticos não asseguram aos jardins botânicos conteúdos artisticamente elaborados por arquitetos e jardineiros, [...]. Todavia, um aporte formal se reconhece nas iniciativas botânicas, ao sabor do gosto corrente da época. Mas da estética mais sutil da beleza menos óbvia [...]: o espetáculo da natureza, a natureza como espetáculo. Os jardins botânicos constituem uma tênue fronteira entre o público e o privado. Privado enquanto se trata de um recinto com finalidades científicas de prática reservada – o que sugere a expressão “semiprivada” como mais adequada, porquanto ao se propor como espaço de divulgação do conhecimento da flora, esse recinto se abre para os interessados, é um espaço público. (SEGAWA, 1996, p. 58)

A medida das ações desenvolvidas na Colônia sempre obedecia aos despachos diretos da Coroa, no que interessava a Metrópole. Visando a possíveis ganhos financeiros, foi criada uma lei que determinava a criação de hortos botânicos nas principais cidades da Colônia, a exemplo do que já acontecia em Belém em 1798, entre elas: Salvador em 1803, Olinda em 1811, Ouro Preto em 1825, São Paulo em 1825. O objetivo estava na necessidade de cultivar, para explorar, as espécies nativas tanto das Índias quanto do Brasil, pois segundo as correntes fisiocratas vigentes no século XVIII, as ciências naturais seriam de grande interesse para assuntos que pudessem representar lucros.

O binômio conhecimento científico/ aplicação prática no âmbito das ciências naturais orientaria a ação da coroa portuguesa no final do século 18. [...]. Nesse contexto de especulações naturalistas e econômicas, a Carta Régia de 4 de novembro de 1796 dirigida ao governador do Pará inaugurava oficialmente a política de implantar na colônia uma série de estabelecimentos botânicos voltados para o intercâmbio de plantas úteis à economia portuguesa. A Capitania mantinha uma posição estratégica em relação ao interesse naturalista: a Amazônia vinha sendo objeto de exploração botânica e zoológica sistemática, aliada à atividade mais anterior de reconhecimento das drogas do domínio dos indígenas amazônicos. Essa primeira experiência abriria caminho para a ordenação de novos recintos com a mesma finalidade, mediante o Aviso Régio de 19 de novembro de 1798, expedido com o mesmo teor aos capitães-

gerais das capitanias de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e São Paulo – recomendando a organização de jardins botânicos nas respectivas jurisdições, tendo como modelo e repertório de plantas o horto de Belém [...]. (SEGAWA, 1996, p. 113)

Esses hortos botânicos que se seguiram após a Carta Régia de 1798 só chegaram a ser implantados no início do século XIX, este fato em alguns casos, transformou os originais hortos em passeios públicos, visando o uso pela população para as atividades de passeio ao ar livre, como também, para o contato com a natureza. Este fato se deve, entre outros motivos, pela vinda da corte para a Colônia, já que as plantas acondicionadas nestes hortos tinham como destino, à princípio, o horto de Lisboa. Foi o que aconteceu com o jardim botânico de Salvador.

O Conde dos Arcos aproveitou a área originalmente destinada ao jardim botânico em 1803 para fazer um Passeio Público. Com a corte portuguesa no Brasil, a política que preconizou a criação de jardins botânicos na ex-colônia perdia a razão de ser. (SEGAWA, 1996, p. 122)

Esses foram alguns dos acontecimentos relacionados a criação de parques e jardins no Brasil desde sua fundação. Outros acontecimentos relevantes para a evolução da arquitetura da paisagem no Brasil estão ligados as influências das reformas urbanas de Paris e ao paisagista Glaziou. Estas influências são bastante visíveis no processo de projeto do parque urbano público, que é disseminado pelo país em várias cidades, com destaque para os projetos das novas capitais, Belo Horizonte (1893-1897) e Goiânia (1932-1935); e nos projetos de reformulação urbana para as capitais Belém (1898-1911) e Rio de Janeiro (1906), que tem na remodelação de seus espaços livres públicos, ruas, praças e parques seus mais expressivos acontecimentos.

Os antecedentes da arquitetura da paisagem produziram pelos séculos diversos exemplos de (trans)formações da paisagem pela implantação e organização de espaços livres, o que moldou de maneira significativa a paisagem urbana brasileira, desde exemplos de espaços livres pontuais, até a escala total de planificação do núcleo urbano que seria implantado, ou seja, a escala global⁴³ do assentamento proposto, como nos casos de Belo Horizonte e Goiânia.

A seguir, baseado nos estudos de Segawa (1996 e 2012) e de Kliass (1993), apresenta-se um quadro síntese da criação dos principais jardins e parques; e das principais

⁴³ Para esta tese, escala global ou planejamento global são usados para se referirem a cidades que foram planejadas no seu todo, em que o seu núcleo original foi desenhado por completo previamente antes da sua construção.

intervenções urbanas, do século XVI até a década de 1940 do século XX; esses acontecimentos listados repercutem na paisagem do espaço urbano, tanto em escala local quanto em escala global (Quadro 4). Estes exemplos são sem sombra de dúvidas responsáveis por conformar a paisagem urbana brasileira, e ainda, se configuram como sementes da arquitetura da paisagem no Brasil.

Quadro 4: Momentos marcantes dos jardins e parques no Brasil do século XVI ao início do século XX⁴⁴

SÉCULO XVI	<ul style="list-style-type: none"> • Não foi encontrado nenhuma menção a projeto de jardim neste século.
SÉCULO XVII	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do Jardim do Palácio de Maurício de Nassau (1642), Recife.
SÉCULO XVIII	<ul style="list-style-type: none"> • Horta implantada em 1752, para a residência do governador de Vila Bela da Santíssima Trindade. • Criação do Passeio Público do Rio de Janeiro (mestre Valentim) (construído entre 1779 - 1783). • Aviso régio de 1796 para a criação do horto botânico de Belém. • Criação do jardim botânico de Belém (1796, desaparecido)⁴⁵ • Aviso régio de 1798 (para criação de jardins e hortos botânicos, nas cidades de Olinda, Salvador, Ouro Preto e São Paulo).
SÉCULO XIX	<ul style="list-style-type: none"> • Passeio Público de Salvador (1803). • Criação do jardim botânico do Rio de Janeiro (1808). • Jardim botânico de Olinda (1811, desaparecido). • Horto botânico de Ouro Preto (1825, desaparecido). • Horto e Jardim Público de São Paulo (1825, hoje Jardim da Luz). • Reforma do Passeio Público (RJ) (1860-1862), Auguste Glaziou. • Jardins da Quinta da Boa Vista (1874 – 1878, Glaziou). • Parque Campo de Santana (1873 – 1880, Glaziou, atual praça da República). • Passeio Público de Curitiba (1886). • Parque Villon na cidade de São Paulo (1892, projeto do paisagista francês Paul Villon; parque privado, propriedade de Joaquim Eugênio de Lima e sócios; Parque Trianon, atual Parque Siqueira Campos. Em 1911, adquirido pelo poder municipal). • Parque da Aclimação na cidade de São Paulo (1892, iniciativa privada, pelo médico Carlos José Botelho, adquirido pelo poder municipal em 1939). • Construção da nova capital do estado de Minas Gerais, Belo Horizonte (1893 – 1897) – “saber técnico sistematizado fundamentava o projeto de uma cidade” – parque municipal de BH (paisagista francês Paul Villon).

⁴⁴ Aqui são listados jardins conhecidos pela literatura estudada para esta tese, pode ser que existam mais, mas que não foram conhecidos até a escrita deste texto.

⁴⁵ Sobre a história da implantação e desaparecimento de exemplos de jardins botânicos e de passeios públicos no Brasil consultar Segawa (1996).

	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de parques e jardins e, arborização de ruas e praças em Belém (PA) (1898-1911, estabelecido pelo intendente Antônio José de Lemos): Praça da República, Praça Batista Campos e o Bosque Municipal - 1883 (atual Bosque Rodrigues Alves).
<p>SÉCULO XX (primeiras décadas)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A Jardinamento definitivo da Praça da República, em São Paulo (1905). • Reforma urbana de Pereira Passos no Rio de Janeiro (1906). • Parque do Anhangabaú, em São Paulo (1906). • Várzea do Portão / Campo da Redenção em Porto Alegre (RS) (1901, atual Parque Farroupilha, 1920 – projeto parcialmente implantado de Alfred Agache). • Várzea do Carmo / Parque D. Pedro II em São Paulo (SP) (1922, projeto do arquiteto-paisagista E.F. Cochet, fim do parque em 1970). • Os bairros paulistas inspirados no ideário da Cidade-Jardim (Ebenezer Howard), sob responsabilidade de Barry Parker (1918 – 1919) (bairros Jardim América, 1919; Alto da Lapa, 1921; Pacaembu, 1925; Alto de Pinheiros, 1925; Butantã, 1935). • Projeto para nova capital de Goiás, Goiânia, modelo de Cidade-Jardim, os Parques Botafogo e Buritis (1933, autor: Atílio Corrêa Lima).

Adaptado de SEGAWA (1996 e 2010) e de KLIASS (1993).

A relação de espaços livres levantada pelas pesquisas dos dois autores acima, ajuda a observar o processo da criação e disseminação dos parques públicos, além do tempo em que o espaço urbano começa a ser pensado em escala global, desde a sua origem, agora com os elementos da natureza, desde a vegetação, as praças arborizadas até o parque urbano, como elemento de planificação urbana, o que contribui para a formação das mais distintas paisagens urbanas em seus diferentes contextos de inserção.

Por tanto, este cenário de implantação de parques e jardins no Brasil vai auxiliar nas análises que serão desenvolvidas nas cidades capitais selecionadas para a tese, pois estes acontecimentos serão úteis para se verificar a relação que existe entre a paisagem urbana dessas cidades e a criação dos primeiros parques e jardins brasileiros.

Paisagens em foco: os centros históricos de cidades capitais

A mudança da Capital, quer se efetue de uma cidade para outra, quer de uma velha metrópole para novo sítio especialmente escolhido e artificialmente aparelhado, constitui, portanto, uma obra de considerável alcance e um acontecimento momentoso que marca permanentemente o destino de um povo. O estudo da formação e da mudança das capitais, no conceito geral da estruturação do Estado, é um dos objetos próprios da geografia política, cujos dois outros elementos constitutivos são o território e as fronteiras. (PENNA, 2002, p.20)

O cenário escolhido para a pesquisa é o das cidades capitais estaduais que mudaram de assentamento, tendo por foco os seus núcleos originais. Esse recorte, se dá inclusive, por trazer fatores muito específicos e relevantes, que garantem aos diversos cenários ricas diferenças entre si e contribuem para uma leitura da evolução da arquitetura da paisagem no Brasil. É um dos motivos da escolha dos objetos de estudo da tese serem cidades capitais, como já mencionado anteriormente no texto, elas representam significativas influências sobre outras cidades menos importantes.

A seguir tem-se o levantamento das cidades capitais brasileiras que mudaram de sítio em virtude de razões políticas, econômicas, etc. (Quadro 5). Pode-se destacar que algumas das novas sedes foram projetadas numa escala integral, o que pode ser pertinente para a investigação; o confronto entre paisagens de assentamentos planejados globalmente e paisagens de assentamentos não planejados globalmente. Espera-se desta maneira, com tais escolhas, abarcar uma reforçada perspectiva histórica da organização da configuração da arquitetura da paisagem em cidades brasileiras, em seus distintos espaços livres públicos.

Quadro 5: Levantamento das capitais estaduais brasileiras que mudaram de assentamento.

Regiões do Brasil	Estados Brasileiros por região	Capital/ ano de fundação	A capital mudou de assentamento	Antiga Capital/ ano de fundação	Ano de transferência	A nova capital foi planejada
Norte	1. Acre	Rio Branco	Não			
	2. Amapá	Macapá	Não			
	3. Amazonas	Manaus 1669	Sim⁴⁶	Barcelos 1758	1808	Não
	4. Para	Belém	Não			
	5. Rondônia	Porto Velho	Não			
	6. Roraima	Boa Vista	Não			

⁴⁶ A cidade de Barcelos, fundada em 1758, foi a primeira capital do estado do Amazonas. No entanto, este registro foi descoberto na fase final de estudos, após o levantamento das cidades capitais e visitas *in loco*. Devido a este fato, as cidades de Barcelos e a atual capital Manaus (AM) não serão objetos de análises da tese. “A cidade de Barcelos teve origem em uma aldeia dos índios Manaus, chamada Mariuá, localizada no médio Rio Negro. Em 1758 a aldeia foi elevada à categoria de vila com o nome de Barcelos e se transformou na primeira capital da capitania de São José do Rio Negro, atual Amazonas” (IBGE, 2018). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/barcelos/historico>. Acesso em: 02.09.2018.

Nordeste	7. Alagoas	Maceió 1609	Sim	Marechal Deodoro 1591	1839	Não
	8. Bahia	Salvador	Não			
	9. Ceará	Fortaleza 1726	Sim	Aquiraz 1699	1810	Não
	10. Maranhão	São Luís	Não			
	11. Paraíba	João Pessoa	Não			
	12. Pernambuco	Recife 1537	Sim	Olinda 1535	1827	Não
	13. Piauí	Teresina 1852	Sim	Oeiras 1695	1852	Sim
	14. Rio Grande do Norte	Natal	Não			
	15. Sergipe	Aracaju 1855	Sim	São Cristóvão 1590	1855	Sim
Centro-Oeste	16. Distrito Federal	Brasília	Não			
	17. Goiás	Goiânia 1933	Sim	Cidade de Goiás 1727	1937	Sim
	18. Mato Grosso	Cuiabá 1718	Sim	Vila Bela da Santíssima Trindade 1752	1835	Não
	19. Mato Grosso do Sul	Campo Grande	Não			
	20. Tocantins	Palmas	Não			
Sudeste	21. Espírito Santo	Vitória	Não			
	22. Minas Gerais	Belo Horizonte 1897	Sim	Ouro Preto 1698	1897	Sim
	23. Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Não			
	24. São Paulo	São Paulo	Não			
Sul	25. Paraná	Curitiba	Não			
	26. Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Não			
	27. Santa Catarina	Florianópolis	Não			

Fonte: Autora, 2018

A partir desse panorama, pode-se extrair as cidades interesse da pesquisa, a resultar na amostra: Maceió e Marechal Deodoro (Alagoas); Fortaleza e Aquiraz (Ceará); Recife e Olinda (Pernambuco); Teresina e Oeiras (Piauí); Aracaju e São Cristóvão (Sergipe); Goiânia e Cidade de Goiás (Goiás); Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade (Mato Grosso); e Belo Horizonte e Ouro Preto (Minas Gerais). O recorte contempla uma leitura que atravessa desde o período colonial, e assim pode se ter uma perspectiva diacrônica da paisagem urbana em núcleos históricos, em cidades capitais brasileiras.

Para o estudo são selecionadas as cidades capitais estaduais, por suas mudanças de sítio abarcarem um universo mais diversificado de desejos e aspirações, perpassando a

ocupação do território brasileiro. No caso, não entram na pesquisa as mudanças ocorridas de capitais federais (Salvador, Rio de Janeiro e Brasília), e ainda, a forma urbana no caso de Brasília seria um exemplo destoante para o contexto de interesse do trabalho, esta cidade apresenta aspectos muito intrínsecos ao urbanismo modernista.⁴⁷

Ainda com base no levantamento realizado, percebe-se que das oito capitais que mudaram de assentamento quatro das novas capitais foram projetadas globalmente – o que enriquece ainda mais a amostra da pesquisa, pois traz exemplos de assentamentos irregulares, ricos em marcos visuais, mas também traz exemplos de traçados ortogonais. O que torna possível a investigação de que independente de uma malha rígida ou sinuosa, podem haver qualidades na configuração da paisagem urbana em seus mais distintos espaços livres públicos.

Sobre este acontecimento da origem de capitais projetadas ou não, Penna (2002) em seu estudo, *Quando mudam as capitais*, de 1958, aborda os conceitos de dois geógrafos franceses para categorizá-las; as planejadas globalmente e as que surgiram das características e necessidades da época de sua fundação, e foram sendo delineada pelas condições locais, substancialmente. A classificação adotada por Penna divide as capitais em: natural e artificial, onde:

Na conceituação de Geografia da História aplicável ao caso de mudança da Capital, desperta ainda interesse particular a distinção, proposta por Camille Vallaux e Jean Brunhes (*“La Géographie de l’Histoire”*), entre “Capital artificial” e “Capital natural”. Segundo a definição dos geógrafos franceses, quando o órgão central do Estado se estabelece desde sua origem numa cidade já existente, onde a formação urbana foi espontaneamente determinada pela ação de fatores naturais, tais como cruzamento de vias de comunicação, estuários, baías, vales ou planaltos de fácil acesso, e pelo afluxo de população e da vida econômica que é consequência daquela ação – estamos diante de uma Capital natural [...]. (PENNA, 2002, p.21)

A Capital artificial é criada repentinamente, *ex-nihilo*. Isso quer dizer, é construída onde não existia antes qualquer habitação ou, pelo menos, qualquer formação urbana suficientemente desenvolvida para servir aos propósitos do governo. Nesse caso, manifesta-se em toda sua pureza a ação do fator posição pois é a posição, mais do que o sítio, que age na seleção do local. A Capital artificial está ligada aos objetivos precisos de seu Fundador, objetivos raramente de caráter econômico ou comercial, mais frequentemente de natureza social, cultural ou religiosa, e quase sempre ou sempre de cunho político. “Os destinos dessa cidade seguem os destinos do Estado que coroa”. Seu desenvolvimento tem uma cadência relativamente simples e uniforme, mas, segundo Vallaux, parece sempre menos sólida e menos viva do que a Capital sobreposta a uma antiga cidade de comércio. (PENNA, 2002, p.21)

⁴⁷ Além do que, incluir estas cidades aumentaria muito o escopo da pesquisa, que já é consideravelmente grande para o tempo do estudo.

No entanto, Penna (2002) comenta que necessariamente a afirmação de Vallaux sobre o fato da capital artificial não se deter as condicionantes de sítio, e apenas de situação, não é assim rígida, existem algumas observações, que merecem ser esclarecidas.

Desejamos apenas chamar a atenção para a tese segundo a qual a Capital artificial, por sua própria natureza, valoriza a posição em detrimento do fator sítio: essa tese parece-nos inexata por que não abrange todas as hipóteses e resulta de uma interpretação duvidosa da palavra “artificial”. As mudanças de capitais não são necessariamente efetuadas para locais “artificialmente” escolhidos e esses sítios artificiais não apresentam, por princípio, condições desfavoráveis, se não em consequência, na escolha, de pressa, erro ou predominância momentânea de fatores políticos prementes. (PENNA, 2002, p.23)

A partir da relação de cidades capitais, abordadas na tese, é importante colocar que o recorte espacial dessas cidades capitais, para as informações que interessam à tese, o enfoque está em seus núcleos originais⁴⁸, pois neles estão os registros mais expressivos do início da formação da paisagem de qualquer assentamento.

Deste modo, no interesse da pesquisa estão os centros históricos, pois lá estão as feições mais robustas quando se quer verificar referências de planificação da cidade brasileira, entendendo que, na maioria das vezes, apresentam até hoje conservadas suas principais estruturas urbanas originais.

Os núcleos urbanos em sua origem se constituem em ocasiões diferentes, devido a funções que devem atender, pertinentes as demandas de seus cidadãos. No caso das cidades capitais, a função principal é ser sede do poder político-administrativo de um dado território.

O presente trabalho não é direcionado às questões patrimoniais, mas é importante contextualizar algumas características sobre o assunto, já que os objetos de estudo abordam centros históricos brasileiros. Estes núcleos na atual conjuntura apresentam diferentes dinâmicas a depender do porte da cidade a que ele faz parte. Por exemplo, em cidades menores como Oeiras, o centro histórico agrega vários usos – entre residência, administração e comércio –; já o centro histórico de Teresina apresenta um decadente comércio, pois a função residencial não é mais expressiva, sendo um bairro monótono durante o período noturno. Em outros casos os centros históricos são vistos apenas como

⁴⁸ Aqui não se exclui a dinâmica da cidade contemporânea, mas que para o escopo do trabalho, que já é muito grande para o tempo de trabalho, já que envolve dezesseis tipos de cidades, não haveria condições de abarcar dezesseis cidades contemporâneas.

locais turísticos, que não participam efetivamente das dinâmicas urbanas (Figura 19 e Figura 20).



Figura 19: Centro histórico de Salvador (BA). Fonte: Sousa (2016).



Figura 20: Praça central no centro histórico de Alcântara (MA): ruínas da igreja matriz da cidade. Fonte: Sousa (2016).

Na atual realidade destes centros históricos, Reis (2011) chama atenção para a ausência de políticas patrimoniais que valorizem seus potenciais para as dinâmicas urbanas contemporâneas. O autor observa que as formas de preservação do patrimônio urbano são muitas vezes apenas relacionadas a aspectos da paisagem destes centros, focando apenas no potencial turístico para estas áreas, sem atentar que estas estruturas seriam muito mais preservadas se fossem pensadas nas suas múltiplas funções e, não apenas como alegorias estáticas.

Considerando que os centros históricos são antes de tudo fenômenos urbanos, entende-se ser um equívoco continuar tratando-os como meras abstrações histórico-culturais, mitificadas e dissociadas da vida cotidiana e das demais políticas públicas. É preciso, porém romper com essa leitura sectária da ação preservacionista em nosso país e dá-lhe amplitude econômica e social. Nesse campo, portanto, o desafio inicial seria institucionalizar uma política pública consistente, na perspectiva de reinserir o acervo patrimonial edificado e urbano na vida contemporânea, resgatando a sua utilidade e função social (Reis, 2011, p. 7).

Portanto, no âmbito deste trabalho, os centros urbanos iniciais são por excelência lugares para se discutir a cidade, em seus feitos mais significativos, e intrínsecos a configuração de suas estruturas, de suas paisagens citadinas.

Em geral, a cidade brasileira é irregular, tende à linearidade e, polinucleada, tem um contorno indefinido. Foi assim desde sua origem, combatendo e derrotando as tentativas para ordená-las de outra forma, algumas significativas. Manteve estas características com o passar dos séculos e apesar do advento de outras necessidades e aspirações. Novos traçados urbanos surgiram, mas se desenvolveram ao modo tradicional. O desenho urbanístico atual – ou a sua falta – reflete, viva e claramente, uma maneira de conviver indisciplinada e condescendente, forjada nos tempos da colônia. (MARX, 1980, p.23)

Neste trecho do livro *Cidades Brasileiras*, de 1980, Murillo Marx auxilia a discussão, sobre o porquê a escolha dos objetos de estudo serem centros históricos, justamente por serem eles, o embrião das configurações repetidas nos assentamentos brasileiros. Entendendo que, a cidade de hoje é reflexo da cidade de ontem, é importante para a pesquisa analisar vínculos referentes a história urbana nas cidades brasileiras, com ênfase na evolução, entre outros aspectos, de seus elementos morfológicos, para compreender relações que definiram diferenças na sua paisagem.

Portanto, existe neste recorte uma série de aspectos que podem servir na leitura das distintas paisagens urbanas, e assim, gerarem contribuições consideráveis a respeito dos desdobramentos da arquitetura da paisagem no Brasil.

Como considerações desse capítulo 2 destaca-se que as paisagens das cidades brasileiras estão diretamente ligadas aos seus processos fundacionais, e que são resultados tanto de questões político-administrativas e econômicas, quanto de técnicas dominadas pelos agentes produtores do espaço urbano da cidade brasileira. Sendo esses aspectos os que contribuem para o surgimento de diferentes tipos de assentamentos, e conseqüentemente as distintas paisagens.

Por conseguinte, para as leituras das paisagens dos centros históricos, das 16 cidades capitais que formam o cenário a ser estudado na tese, vão ser observados os aspectos levantados no texto, pelas pesquisas de Reis Filho (1968), Paulo Santos (1968), Murilo Marx (1980), Hugo Segawa (1994 e 2002) e Kliass (1993), pois entende-se que as características levantadas por cada autor contribui para a compreensão das transformações da paisagem da cidade capital brasileira, assim como, o processo de evolução da arquitetura da paisagem no Brasil. Estes estudos serão desenvolvidos nos próximos capítulos da tese.

CAPÍTULO 3 - A PAISAGEM DAS CIDADES CAPITAIS



Árvores na praça do Arsenal vistas do Paço do Frevo. Recife Antigo (PE). Fonte: Giuliana Sousa (2017)

Paisagem como referencial de estudo
Do traçado aos espaços livres
Considerações sobre a paisagem das cidades capitais

3

A PAISAGEM DAS CIDADES CAPITAIS

Este capítulo 3 apresenta de maneira pontual os objetos de estudo, tanto pelo olhar dos preceitos da arquitetura da paisagem, ao observar a paisagem e sua relação com os elementos que a compõem, quanto pelo que é encontrado na literatura sobre as cidades capitais aqui estudadas. O intuito é visualizar como as cidades capitais foram sendo constituídas em suas paisagens originais e como elas estão hoje, considerando a dinâmica urbana nas quais estão inseridos os seus espaços livres públicos.

Entende-se que ao relacionar a cidade capital, seus atributos históricos e sua dinâmica de espaço urbano, pode-se examinar relações urbanas e paisagísticas encontradas nas situações averiguadas. Nesse sentido, busca-se obter uma leitura das diversas paisagens das cidades capitais dessa pesquisa, e a partir de então evidenciar a contribuição delas no processo de (trans)formação da paisagem citadina brasileira.

Para entender os contextos históricos e a dinâmica urbana de cada cidade, este capítulo de análise está dividido em três partes. A primeira parte aborda o modo como as paisagens das cidades capitais são estudadas, os caminhos seguidos durante a investigação. A segunda parte traz uma descrição de contextos históricos sobre cada cidade capital selecionada a partir da literatura. Também apresenta características de seu espaço urbano na atualidade, desde o traçado aos espaços livres mais expressivos, verificado durante a visita ao centro histórico de cada objeto em pauta. A terceira parte trata de aspectos relevantes ao se relacionar exemplares de cidades capitais que possuem distintas e ricas paisagens, desde a sua fundação inicial até o que elas apresentam em seus espaços livres públicos na atualidade.

Paisagem como referencial de estudo

Aqui se desdobram caminhos para se alcançar os objetivos propostos para a tese, e assim confirmar sua hipótese⁴⁹. A leitura da paisagem desenvolvida nesta tese baseia-se em conceitos sobre o que é paisagem e o que é espaço, e como a natureza se relaciona a estes temas. Destaca-se que pesquisa segue referenciais teóricos da arquitetura da paisagem, em que processos históricos são base de investigação.

A nossa proposição, enquanto arquiteto trabalhando com a paisagem, é a de investigar de forma metodológica as relações entre as intervenções antrópicas e o suporte ecológico. Como um modifica, interage e conforma o outro. Como esses processos se refletem na construção da paisagem e, conseqüentemente, como fazer uso dessas relações para identificar formas e escalas de intervenção com o compromisso de resgatar e assegurar a qualidade de vida. (SANTOS, 1989, p.109)

Em sequência, a constituição da base teórica da pesquisa, está o processo de formação das cidades no Brasil, desde o período colonial até a década de 1930, quando influências político-administrativas se relacionavam às vertentes urbanas que foram aplicadas nas cidades capitais à época de suas fundações.

É claro que a construção do suporte físico se faz concomitantemente ao meio ambiente *in natura*, ou seja, o território. Esse suporte físico sempre em processo de construção é a cidade. Com especificidades de organização espacial nas quais é possível identificar relações volumétricas, movimentos, circulação, etc., dinamizadas em interação que se apresentam em morfologias traduzidas nos aspectos formais da paisagem. (SANTOS, 1989, p.109)

Assim,

O que nos indica que teremos que adotar uma abordagem que nos permita trabalhar a “história” como processo, portanto, nos parece conveniente uma tentativa em buscar os históricos significativos a partir da conformação presente da paisagem. (SANTOS, 1989, p. 111)

O professor Emanuel Antônio dos Santos, em seu artigo *Paisagem – abordagem e investigação* (1989), nos mostra como a paisagem é um produto e um meio, e que a avaliação de ações antrópicas, analisadas na história, nos permite entender processos de

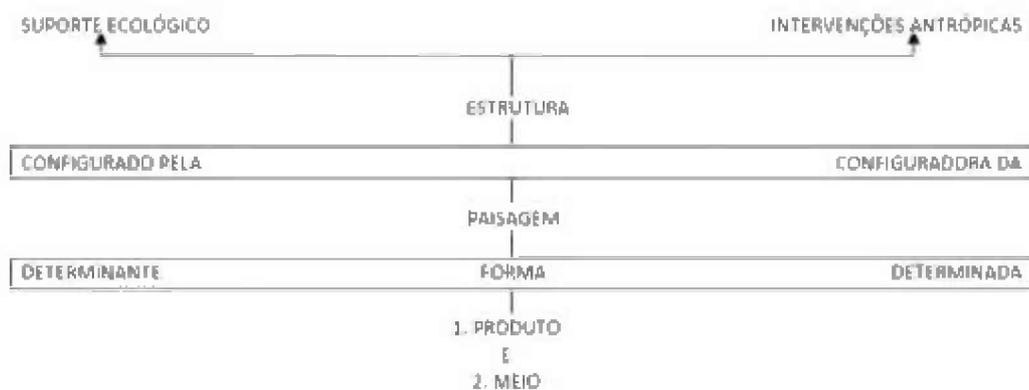
⁴⁹ É possível compreender a evolução da arquitetura da paisagem no Brasil a partir da leitura da paisagem de suas cidades capitais.

materialização da paisagem nas cidades. E para isto, ele elabora uma sistematização de significativas relações em que a paisagem pode estar estruturada, de tal modo que facilita a apropriação de termos que nos amparam a entender e a explicar, de maneira esquemática, as leituras das paisagens das cidades capitais.

A seguir estão ilustrados os quadros elaborados por Santos (1989), em que o primeiro e o segundo esquemas exemplificam a estrutura urbana da paisagem enquanto produto e meio, baseado no suporte ecológico e nas intervenções antrópicas, e suas significações nesta construção.

Santos (1989) explora a relação ecológica e antrópica de forma dialética. Para o autor, a paisagem é estabelecida entre o suporte ecológico e as intervenções antrópicas num produto ou meio. Segundo o autor, a estrutura pode ser configurada ou ser a configuradora da paisagem, que por sua vez determinam ou são determinadas pelo meio urbano (Quadro 6).

Quadro 6: Paisagem: “produto” e “meio”.



Fonte: SANTOS (1989, p.111)

Nesse Quadro 6 é apresentada a relação sistêmica que envolve a paisagem, tanto por seu suporte natural quanto pelas ações antrópicas a que está sujeita. Entende-se que a paisagem é determinada pelas características físico-ambientais, como é determinante das ações antrópicas que incidem sobre ela. A paisagem enquanto meio natural funciona como suporte às ações humanas, e ao mesmo tempo, suas características físico-ambientais determinam a paisagem que é formada pelas ações antrópicas. Sendo que esta relação é sistêmica e se retroalimenta, porque o meio natural sempre será alterado pelas intenções e conhecimentos técnicos disponíveis pelos homens. Logo, toda ação antrópica está

condicionada a sua capacidade de intervir em determinado meio natural, sendo, portanto, o suporte natural determinante da paisagem citadina.

No quadro seguinte podemos atentar para o que se entende por paisagem percebida, sentida e, principalmente, vivenciada, que é quando a dinâmica urbana de qualquer espaço citadino acontece atrelada ao produto da paisagem transformada pelas ações antrópicas. Assim, o que se configura como produto e meio da paisagem, são:

Quadro 7: Paisagem aspectos formais: produto = manifestação e meio bases para transformação: relações entre o antrópico e o suporte ecológico.



Fonte: SANTOS (1989, p.112)

O Quadro 7 apresenta os aspectos formais do produto como resultado da relação natural (suporte ecológico) e artificial (antrópico). O autor coloca que a paisagem pode ser produto ambiental, social e cultural, mas também pode ser meio espacial e de apropriação de valores. Portanto, para Santos (1989) a paisagem é a materialização no meio físico dos processos ambientais, sociais e culturais.

Em um oitavo quadro, denominado pelo autor de quadro de referências, estão especificados os diversos atributos do suporte ecológico e tipos de intervenções antrópicas que alteram o suporte físico, bem como estas estruturas geram variações de tecido urbano e, conseqüentemente, de paisagem urbana.

Quadro 8: Quadro de referência.

A PAISAGEM	
1. O SUPORTE ECOLÓGICO	
• Geologia	Morfologia de Relevo Hidrografia Solos Cobertura Vegetal
• Climatologia	Temperatura Chuvas Ventos
2. AS INTERVENÇÕES ANTRÓPICAS	
	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação do organismo urbano • Momentos significativos da urbanização • Lógica inicial das implantações • Extravasamento da urbanização • O parcelamento das glebas • Padrões de edificações • Infraestruturas de grande porte
3. EQUACIONAMENTO PARA A ESTRUTURAÇÃO GERAL RESULTANDO NA TIPOLOGIA DO TECIDO URBANO	

Fonte: SANTOS (1989, p. 110)

O suporte ecológico são os atributos naturais que compõem qualquer território, e no caso de assentamentos são estes os definidores da escolha do sítio em que serão construídos o espaço urbano, os elementos urbanos e os elementos sociais que os define.

A sistematização destas informações por Santos (1989) auxilia nos propósitos da investigação, pois são referências para os atributos analisados durante a pesquisa. Os que mais diretamente se relacionam ao proposto nesta investigação, a partir do quadro de referência (Quadro 8), são: *do suporte ecológico* – morfologia do relevo, hidrografia, cobertura vegetal e temperatura; e *das intervenções antrópicas* – implantação do organismo urbano, momentos significativos da urbanização, lógica inicial das implantações. É a partir de tais elementos que podemos averiguar as situações durante as visitas realizadas em cada cidade ex-capital e capital selecionadas para a investigação.

Estes quadros sintetizados por Santos (1989) nos auxiliam a ler as cidades durante as visitas *in loco*, pois ao andar pelos centros históricos buscou-se perceber as declividades do sítio, as temperaturas de cada lugar e demais elementos naturais – vegetação, corpos d'água etc., que segundo o autor são o suporte da paisagem. Assim, em conjunto com atributos naturais de cada lugar, ao vivenciar a materialização da paisagem originada a partir da fundação de cada núcleo urbano, procurou-se entender porque a configuração dos elementos urbanos possui este ou aquele atributo em sua estrutura física e que

entendimentos podem-se ter a partir da forma urbana e dos elementos naturais próprios de cada lugar.

Observando atentamente o quadro de referências, somos levados a considerar a paisagem como “produto”. Portanto, resultado de processos que seriam identificáveis nas relações entre as intervenções antrópicas – aqui compreendidas como a “história” do humano na condição de sua existência material num determinado meio – e o suporte ecológico – aqui compreendido como a “natureza” sobre a qual o homem materializa a condução da sua existência. (SANTOS, 1989, 110)

Desta maneira,

Conduzir a investigação, considerando os pressupostos ora revelados a partir do quadro de referência, consistirá em verdade uma abordagem das relações entre a “história” e a “natureza” como fornecedora das características da paisagem. (SANTOS, 1989, 111)

Para tanto, alinhado ao referencial teórico da história da fundação das cidades no Brasil e da arquitetura da paisagem foram feitas visitas *in loco*⁵⁰ em todas as cidades objeto da investigação: Olinda e Recife (PE); São Cristóvão e Aracajú (SE); Marechal Deodoro e Maceió (AL); Oeiras e Teresina (PI); Ouro Preto e Belo Horizonte (MG); Aquiraz e Fortaleza (CE); Vila Bela da Santíssima Trindade e Cuiabá (MT); e Cidade de Goiás e Goiânia (GO). Com isso, pode-se verificar como as paisagens dessas cidades, em seus centros históricos, acontecem na atualidade, obtendo-se ainda, um levantamento fotográfico atual dessas dezesseis cidades. Reafirma-se que a escolha das 16 cidades permitirá ter uma apreensão das (trans)formações da paisagem urbana brasileira ao longo dos séculos, justamente pelo número de exemplares escolhidos⁵¹ e sua situação na linha cronológica do tempo, do século XVI ao início do século XX. Esta caracterização se dará em dois momentos definidos: a origem do assentamento e a atualidade, e não a partir dos processos ocorridos no tempo em cada exemplar.

Frisa-se que observar aspectos do campo teórico com a realidade empírica também contribui para a discussão, pois a pesquisa avança para um debate da realidade teórico-

⁵⁰ As visitas foram realizadas nas seguintes datas: Oeiras, dia 23, e Teresina, dia 25 de janeiro de 2016; Fortaleza e Aquiraz, do dia 12 ao dia 15 de dezembro de 2016; Recife e Olinda, do dia 09 ao dia 11 de janeiro de 2017; Maceió e Marechal Deodoro, do dia 12 ao dia 14 de janeiro de 2017; Aracaju e São Cristóvão, nos dias 16 e 17 de janeiro de 2017; Goiânia, do dia 17 ao dia 19 de fevereiro de 2017; Cidade de Goiás, do dia 14 ao dia 16 de abril de 2017; Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade, do dia 23 ao dia 26 de maio de 2017; e, por fim, Ouro Preto, dia 15, e Belo Horizonte, dias 16 e 17 de junho de 2017.

⁵¹ Nesse universo de 16 cidades capitais que formam o cenário investigado na tese, apresenta-se uma amostra que é representativa no conjunto de cidades capitais brasileiras, pois dos 27 estados brasileiros a mostra abarca oito estados, mais de um terço das capitais brasileiras, e somado a este número ainda estão oito cidades ex-capitais.

empírica, o que pode gerar um material concreto ao confrontar o que traz a história e o que são os produtos destas cidades.

Na hipótese de que essa compreensão da paisagem, como produto e meio das relações entre o antrópico e o suporte ecológico estão materializados no espaço e no tempo, elas seriam então identificáveis no desenho urbano. (SANTOS, 1989, 112)

Por isso, o escopo escolhido para esta tese é tão rico para se entender a arquitetura da paisagem no Brasil. Como o recorte espacial de centros históricos de cidades capitais pressupõe um recorte de processos históricos aos quais estes lugares estão associados, e assim podemos ter um interessante panorama de diferentes exemplos de paisagens urbanas.

No sentido prático, para a investigação, procurou-se confrontar as seguintes propriedades aos objetos de estudo – os centros históricos das cidades capitais:

- 1ª. O tipo de planificação original da cidade;
- 2ª. A inserção de parques e jardins públicos urbanos à época de sua fundação; e
- 3ª. O parque público urbano, quando existente desde a concepção do projeto urbano.

Essas considerações quanto à condução metodológica corroboram ao aparecimento do panorama da evolução da arquitetura da paisagem no Brasil.

Ou seja, buscar identificar no presente, as significações que nos remetam aos momentos que possibilitaram o seu acontecimento como situação desencadeadora de uma determinada dinâmica, que conduziram à sua conformação presente; com o cuidado de que esse processo tenha características de seletividade suficientes para não correremos o risco do desvio no sentido da reconstituição histórica. (SANTOS, 1989, 111)

Finalmente, reafirma-se que a paisagem pode ser considerada referência na compreensão dos processos de evolução das cidades. Baseado no que foi pesquisado até aqui, sintetizados na metodologia de leitura da paisagem elaborada por Santos (1986), em que o autor entende a paisagem como produto e como meio, é possível ler a paisagem materializada nos assentamentos a partir de seus vínculos históricos e assim alcançar que os sucessivos processos de construção dos espaços urbanos⁵², com esse recorte de

⁵² Reitera-se que não é objetivo da tese identificar processos ao longo do tempo em cada cidade capital, mas sim dois momentos: fundação e atualidade.

dezesseis exemplos de cidades capitais, podem impactar sobre a evolução do campo da arquitetura da paisagem no Brasil.

E sim que seja possível extrair do processo histórico do antrópico na apropriação e transformação da natureza as relações que conferem características à paisagem. (SANTOS, 1989, 111)

Para tanto, a construção das correlações para a pesquisa, segue a seguinte estrutura metodológica, que fundamenta este capítulo de análise do material coletado:

- A leitura histórica sobre a fundação dos assentamentos, objetos de estudos, pelo levantamento em literatura especializada sobre o tema de cidades brasileiras: pesquisa em livros e artigos científicos e nas Superintendências do IPHAN e, em alguns casos, nos Arquivos Públicos das cidades pesquisadas e demais órgãos públicos⁵³;
- Para a leitura da forma urbana dos assentamentos, parte-se das imagens disponibilizadas pelo *Google Earth* e as bases de faces dos municípios disponibilizado no *site* do IBGE⁵⁴, além de referências iconográficas, o que permite ilustrar a tese com os diferentes traçados estudados; e
- Para a análise relacional da paisagem lida através de registros históricos e suas realizações materiais é utilizado o recurso do levantamento fotográfico feito durante visitas *in loco* a cada cidade capital interesse da pesquisa, em que é possível fazer uma leitura visual do espaço urbano e seus espaços livres.

⁵³ Foram visitadas todas as Superintendências Estaduais do IPHAN das oito capitais selecionadas para o estudo: 1) Superintendência do Iphan no Piauí; 2) Superintendência do Iphan em Pernambuco; 3) Superintendência do Iphan no Ceará; 4) Superintendência do Iphan em Alagoas; 5) Superintendência do Iphan em Sergipe; 6) Superintendência do Iphan em Goiás; 7) Superintendência do Iphan no Mato Grosso; 8) Superintendência do Iphan em Minas Gerais; e ainda à 9) Superintendência do Iphan em São Cristóvão. Os Arquivos Públicos pesquisados foram: 1) Arquivo Público de Olinda; 2) Arquivo Público de Recife; e 3) Arquivo Público de Maceió. Também foi feita pesquisa junto à Prefeitura de Aquiraz, a Secretaria de Turismo de Mato Grosso, e as Bibliotecas Públicas de São Cristóvão e Vila Bela da Santíssima Trindade. Destaca-se ainda diálogos com alguns historiadores locais: Júnior Vianna, na cidade de Oeiras; Rosa Betânia Veloso Silva Brito, na cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade e Deolinda dos Santos, na cidade de Ouro Preto.

⁵⁴ A *Base de Faces de Logradouros do Censo Demográfico 2010* fornece à sociedade uma base de logradouros (ruas, avenidas, praças, jardins etc.), segmentados em quarteirões, compatível com os setores censitários definidos para a coleta do Censo Demográfico 2010. Os setores são as menores unidades territoriais estabelecidas pelo IBGE para fins de coleta do Censo. Esta base pode ser utilizada em Sistemas de Informação Geográfica, permitindo a realização de análises geográficas e espaciais. (<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=1&idnoticia=3213&t=ibge-disponibiliza-base-faces-logradouros-censo-2010&view=noticia>. Acesso em 20.07.2017).

Do traçado aos espaços livres

Primeiro, para identificar as paisagens das cidades capitais faz-se necessário entender os contextos históricos e atuais a que elas estão relacionadas. A partir de apresentações iniciais pode-se apreender possíveis relações entre as paisagens estudadas, não simplesmente compará-las, mas observar os diferentes casos, em seus dois momentos (fundação e atualidade) e como elas oferecem uma importante leitura da evolução da paisagem urbana brasileira, tanto em tipos de traçados quanto em termos dos espaços livres existentes em cada contexto.

A seguir tem-se o Quadro 9, com uma síntese cronológica, destacando a cidade e o regime político-administrativo a que eram associadas à época de suas fundações, a fim de auxiliar na leitura sequenciada da amostra espacial da pesquisa.

Quadro 9: Linha cronológica da fundação das cidades objeto de pesquisa.

Nº	Ano	Cidade	Período – regime brasileiro
01	1535	Olinda (PE)	Colonial (1534 – 1822)
02	1537	Recife (PE)	
03	1590	São Cristóvão (SE)	
04	1591	Marechal Deodoro (AL)	
05	1609	Maceió (AL)	
06	1695	Oeiras (PI)	
07	1698	Ouro Preto (MG)	
08	1699	Aquiraz (CE)	
09	1718	Cuiabá (MT)	
10	1726	Fortaleza (CE)	
11	1727	Cidade de Goiás (GO)	
12	1752	Vila Bela da Santíssima Trindade (MT)	
13	1852	Teresina (PI)	Monarquia (1822 – 1889)
14	1855	Aracaju (SE)	República (1889 – ...)
15	1897	Belo Horizonte (MG)	
16	1933	Goiânia (GO)	

Fonte: Autora (2018)

Cada cidade selecionada será aqui apresentada de modo independente, a partir da inserção no contexto histórico da formação urbana brasileira, sobretudo quanto à *fundação urbana inicial*. Serão observadas características que foram determinantes para a formação embrionária de seu núcleo urbano, com destaque à imagem histórica relativa ao assentamento; bem como buscar-se-á uma síntese, estruturada nos conceitos levantados por Murillo Marx (1980) e por Nestor Goulart Reis Filho (1968), sobre os atributos mais

significativos para a implantação dos assentamentos, os quais são: situação, sítio urbano, ruas, praças, construções e arborização.

A partir da leitura inicial sobre a formação e intenção do surgimento do assentamento, apresenta-se, na sequência, uma síntese descritiva da situação atual da cidade capital baseada nas visitas realizadas *in loco*, com enfoque em seus elementos urbanos, ruas, praças ou parques, vegetação e construções. Inclui-se também, para facilitar a leitura das paisagens, algumas imagens⁵⁵ relativas à mancha urbana atual, para destacar o desenho do traçado. Em seguida, exemplifica-se com figuras do contexto atual suas paisagens, com destaque para os espaços livres públicos: ruas, praças e parques, sendo que estes últimos nem sempre aparecem no centro histórico. Portanto, pretende-se ao final dessa parte constituir um mosaico de paisagens das cidades capitais em pauta.

Por tanto, neste tópico são apresentadas as cidades – objetos de pesquisa - em ordem cronológica de implantação. A análise inicia-se com a descrição do momento da implantação da cidade, acompanhado de um quadro resumo dos seus atribuídos de paisagem urbana (situação, sítio urbano, ruas, praças, jardins e arborização). Em seguida, apresenta-se a análise do momento atual da cidade, com quadro de fotografias, com destaque para seus espaços livres públicos e, por fim, as relações na paisagem da cidade analisada.

⁵⁵ Observa-se que as imagens aqui apresentadas têm caráter ilustrativo, como guias das leituras apresentadas para a discussão da tese. Vale ressaltar que as imagens de mapas, plantas e aquelas geradas por satélites não estão em escala, e muitas das imagens históricas encontradas não estão com o norte voltado para cima.

Olinda (PE)

1535 – Fundação urbana inicial

Depois de ter feito um reconhecimento do território que iria ocupar com seu assentamento, Duarte Coelho dá início da fundação da cidade de Olinda no 1535. Ele havia recebido a carta de doação do próprio Rei D. João III, para a empreender a Capitania de Pernambuco. Ele iria explorar o cultivo de cana-de-açúcar e para fundar sua cidade escolheu a colina mais alta e o sítio mais plano possível neste local, que apresenta um relevo irregular. A escolha desse sítio, além de fatores situacionais que facilitavam a defesa e a vigília do território, também se deu por sua semelhança com Lisboa. O próprio donatário deu início a construção do seu assentamento, traçou, segundo relatos, o seu plano de ocupação urbana para estabelecimento da Vila. Escolheu, a partir da paisagem visual do sítio, o local para construir seu palácio, a igreja e a praça, e então, traçou o caminho mais curto e regular possível, para abrir a primeira rua da cidade, que ligasse o alto da colina ao varadouro, área de entrada do rio Beberibe, para aportar as embarcações e fazer ligações com o mar.

Quando chegaram a 9 de março de 1535, arribando na foz do rio Jussara, mas já crismado com o nome de rio de Santa Cruz na carta de doação da Capitania, por D. João III, nela estava a “Feitoria de El-rei. [...] Duarte Coelho, lá do alto, pôde estudar toda a redondeza, inclusive o final do istmo e a desembocadura do rio que passava pelo sul das colinas, fazia uma brusca volta e continuava a correr paralelamente ao mar com o qual ia juntar-se numa pequena saída findando aquela longa língua de areia. Viu também que as redondezas eram habitadas por índios, mas que, independente desse percalço, o local era de fato lindo e que depois de urbanizado ficaria bem parecido com o da sua querida Lisboa, e ali seria construída a cabeça de sua Nova Lusitânia. (CAVALCANTI, 1986, p.21).

Escolhendo Duarte Coelho a cucuruta da colina mais alta e mais planta, nela começou levantando uma paliçada de pau-a-pique, com a finalidade de resguardar-se com os companheiros que dentro dela iriam trabalhar na construção dos primeiros edifícios, sobretudo, a sua morada ou seu futuro castelo, [...] “A Fortaleza”. [...] Então de acordo com estas informações e as do “Foral”, podemos arquitetar o plano urbano desenvolvido pelo próprio Duarte Coelho. Começa com a Praça da vila, a Fortaleza e a Ferraria e logo surge a primeira rua chamada de Nova, isto em 1537. (CAVALCANTI, 1986, p.167)

Logo, a partir da ação de Duarte Coelho, que emprega seus conhecimentos trazidos da sua cidade de origem o desenho urbano desenvolvido para o assentamento apresenta características vernaculares. Assim, devido aos atributos de seu sítio físico, a cidade de Olinda surge com um traçado irregular ajustado a um relevo acidentado, o que condicionou a criação de ruas estreitas e íngremes e de praças em pontos estratégicos, como locais de descanso nas subidas e descidas, além de serem locais de mirantes para a

paisagem natural que contornava a vila (Figura 21). A arborização urbana no início do período colonial era inexpressiva, a vegetação existente estava concentrada nos quintais e nas plantações de canaviais. No quadro 10 apresenta-se um resumo de elementos urbanos fundacionais identificados para a cidade de Olinda.

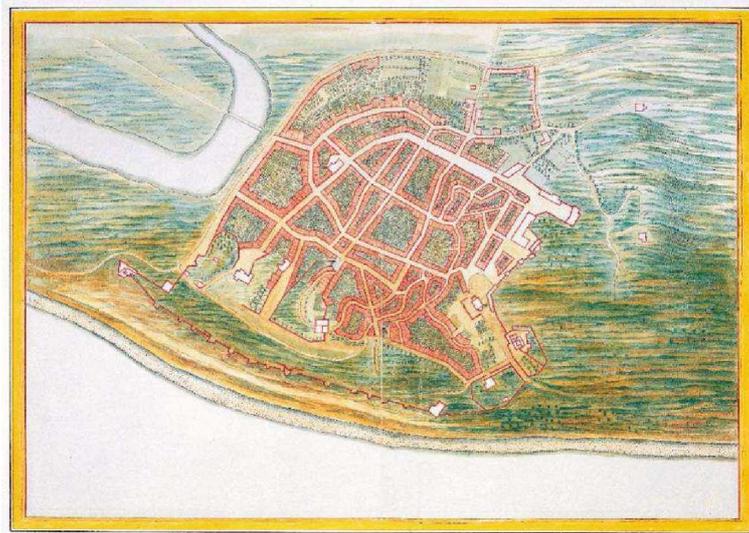


Figura 21: Traçado antigo da cidade de Olinda, de 1630. Fonte: REIS FILHOⁱ (2000).

Quadro 10: Resumo de elementos urbanos fundacionais de Olinda

- **Situação:** alto de uma colina
- **Sítio urbano:** acidentado
- **Ruas:** muito íngremes, configurando um traçado irregular por conta seu sítio
- **Praças:** alguns largos, a maioria de formato irregular
- **Construções:** os edifícios que mais se destacam são as igrejas
- **Jardins:** Plantações de canaviais e os amplos quintais das residências
- **Arborização:** destaque para os quintais das residências

Fonte: Autora (2018)

Centro histórico atualmente⁵⁶

O centro histórico de Olinda foi assentado sobre um terreno significativamente acidentado, o que gera ruas sinuosas e muito íngremes por toda a sua malha urbana. Esta característica gera uma diversidade de ângulos em todo o seu conjunto urbano; seria um ver por cima dos telhados, uns dos outros, o que favorece visuais de grande beleza cênica (Figura 22, Figura 23 e Figura 25).

A escala urbana de Olinda configura seu centro histórico como um espaço do cotidiano, nas palavras de Romero (2001), criando uma sensação aconchegante à paisagem urbana.

⁵⁶ Este contexto narrado no texto é baseado nas visitas *in loco* feitas entre 2016 e 2017, para o reconhecimento dos elementos urbanos que formam a paisagem dos centros históricos na atualidade.

Contudo, é importante informar que embora a área central não seja extensa para se percorrer a pé, existem alguns condicionantes que dificultam esse caminhar, como por exemplo, a topografia irregular; além das características climáticas da região, pois as elevadas temperaturas, com médias mensais que chegam a 29° C (INMET, 2016) são sentidas de maneira significativa pelos transeuntes.

As ruas, apesar de estreitas (cerca de 6 m), não são sombreadas. As árvores são praticamente inexistentes no trajeto dos pedestres (Figura 24). Estes esforços são relativizados pela abertura das praças, os alargamentos das ruas, que configuram pontos estratégicos de descanso ao longo da caminhada, por exemplo, a praça Laura Nigro, até chegar a parte mais alta da cidade, a Praça da Sé. Este largo representa na cidade um dos principais locais de encontro e funciona como mirante da cidade (Figura 24).

As praças do centro histórico se configuram como importantes eixos de conexão, e funcionam como locais de descanso para o pedestre devido as ruas serem muito íngremes. Por isso elas se apresentam distribuídas em pontos estratégicos do traçado do assentamento, como locais de parada e ainda funcionam como mirantes da paisagem que contorna a cidade. A vegetação encontra-se distribuída em algumas praças e nos espaços livres privados, nos jardins laterais e nos quintais (Figura 25).

O centro histórico de Olinda possui um parque, o Parque do Carmo⁵⁷. Este parque é formado pela junção de três áreas: Colina da Igreja do Carmo, a Praça da Abolição (conhecida como Praça da Preguiça) e o Sítio de Seu Reis. Este parque, com formato irregular, apresenta uma densa massa vegetal, se comparado com outros espaços livres públicos da cidade, sendo muito usado para recreação, encontros culturais, onde a população, especialmente crianças (Figura 26).

O centro histórico tem a leste o oceano Atlântico e a oeste o rio Beberibe que contorna a área do centro histórico, sendo visível no largo do Varadouro, onde na passagem do rio, se forma um lago que embeleza o espaço livre público. Existe ainda outro lago, localizado na praça da Abolição (praça da Preguiça). Estes corpos d'água contribuem para visuais cênicas que a paisagem da cidade possui no conjunto do seu centro histórico (Figura 25).

57 Parque inaugurado em 2 de julho de 2006, em parceria com o *Programa Monumenta* e a Prefeitura de Olinda. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/por-dentro-do-ministerio/-/asset_publisher/dhdgdV8fiG9W/content/parque-do-carmo-70139/10883. Acesso em. 03.08.2018.

Olinda (PE) – traçado do centro histórico na atualidade



1. Rua Ladeira da Misericórdia; 2. Praça da Sé de Olinda; 3. Parque do Carmo

Figura 22: Imagem de satélite de Olinda. Fonte: adaptado do Google Earth (2018)

Figura 23: Malha urbana de Olinda, 2010. Fonte: adaptado IBGE (2018).

Espaços livres públicos do centro histórico



Figura 24: 1 – Ladeira da Misericórdia. Fonte: Giuliana Sousa (2017)



Figura 25: 2 - Praça da Sé de Olinda. Fonte: Giuliana Sousa (2017).



Figura 26: 3 - Parque do Carmo, igreja Nossa Senhora do Carmo no centro do parque.
Fonte: Giuliana Sousa (2017).

Por fim, ao analisar as características urbanas de Olinda fundacional e o que encontramos hoje, não se percebe significativas mudanças do que era a vila de Olinda quando seu desenho se consolida no século XVI para a sua configuração atual, talvez muito pelo relevo em que se apresenta assentada. Assim temos uma paisagem praticamente congelada no tempo, com permanência até os dias atuais, da paisagem descrita pela literatura, como também da composição de seus espaços livres.

Recife (PE)

1537 - Fundação urbana inicial

Recife foi implantada no ano de 1537 por Duarte Coelho. O local foi escolhido por conta dos arrecifes naturais, que contornavam uma península, onde formava um porto natural e profundo, com capacidade para dar vazão ao açúcar produzido na Vila de Olinda. Esta não possuía porto suficiente para atender as grandes embarcações que chegavam a cidade, para o comércio da produção açucareira. Então, Recife tinha a função de porto, que servia para atender as demandas do comércio do pau-brasil e da produção do açúcar da Vila de Olinda. Por isso, a fundação do assentamento estava associada a um incipiente entreposto, uma vila conhecida como Povo, não passava “de um lugar em que vivem alguns pescadores e oficiais da ribeira, e estão alguns armazéns em que os mercadores agasalhavam os açucares e outras mercadorias” (SANTOS, 1968, p. 31).

A fundação do núcleo urbano de Recife só ganhou melhorias urbanas significativas a partir do domínio holandês no Recife (1630-1654). Que se apropriam do porto, após incendiar a Vila de Olinda. Os holandeses construíram suas principais instalações urbanas em outro local, ao lado do Recife, na confluência entre os rios Beberibe e Capibaribe, acredita-se que este fato ocorreu por conta da semelhança, que esse sítio tinha com o seu país de origem.

As condições naturais do porto, originário dos arrecifes e cordões de arrecifes litorâneos, possibilitaram o surgimento do assentamento de pescadores e mareantes num Istmo, que se prolongava na direção sul à Baía entulhada. Este antigo Istmo foi escolhido para o desenvolvimento das atividades portuárias, principalmente do pau-brasil e cana-de-açúcar, em virtude das calmarias de suas águas garantidas pela existência dos arrecifes de Pernambuco. A gênese do espaço urbano do Recife reside neste antigo istmo, atualmente ilha, onde se situa o Bairro do Recife, a partir do qual foram abertos, posteriormente, caminhos de penetração em direção ao continente, que viriam caracterizar a configuração urbano-territorial da cidade do Recife e espaços adjacentes. (GOMES, 1997)

Assim sendo, o mesmo território que deu origem a Olinda também foi o que deu espaço para a fundação de Recife. Pelos relatos históricos, percebe-se que este núcleo urbano inicial foi elaborado apenas para dar suporte como porto, logo, Recife fundacional foi construído pelos próprios colonos, que aproveitaram o seu sítio plano para fazê-lo um assentamento com a malha mista, que pelas imagens dos mapas sobre o assentamento a organização das quadras tendem a regularidade (Figura 27). Não se encontraram

informações sobre praças ou arborização na cidade. No Quadro 11, tem-se um resumo de elementos urbanos fundacionais identificados para a cidade de Recife.

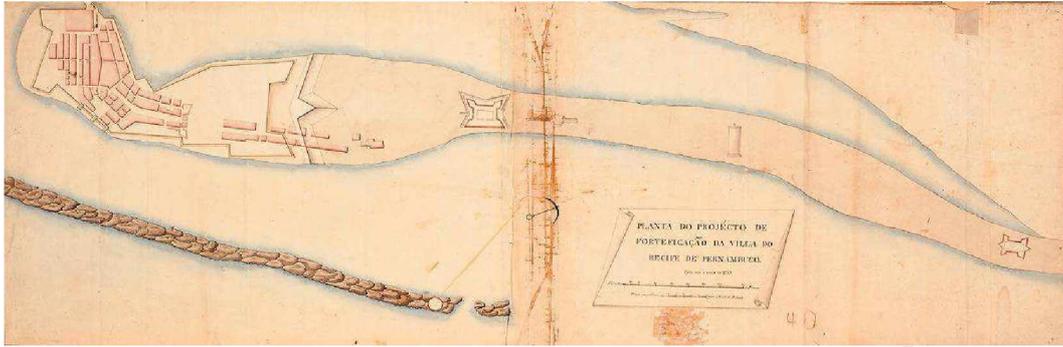


Figura 27: Registro histórico da cidade de Recife, 1739. Fonte: REIS FILHOⁱⁱ (2000).

Quadro 11: Resumo de elementos urbanos fundacionais de Recife

- **Situação:** área de arrecife, costa, área de porto.
- **Sítio urbano:** predominantemente plano.
- **Rua:** irregulares, foi sofrendo várias intervenções ao longo do tempo.
- **Praças:** sem registro oficial.
- **Construções:** armazéns e residências dos pescadores.
- **Jardins:** sem registro oficial (ressalta-se que os jardins do palácio do Conde Maurício de Nassau existiam na antiga cidade Maurícia, que onde hoje está a praça da República, no bairro Santo Antônio)
- **Arborização:** inexistente.

Fonte: Autora (2018)

Centro histórico atualmente

O centro histórico do Recife apresenta uma robustez marcante, malha regular, sem grande sinuosidade, com relevo praticamente plano, o que contribui para a racionalidade do desenho urbano (Figura 28 e Figura 29). Os edifícios apresentam-se em até quatro pavimentos e ocupam toda a área do lote. As ruas são largas, cerca de 10 m, com variação para largura de calçadas, sendo que algumas apresentam-se largas o suficiente para serem ocupadas por mesas, que dão apoio aos bares e restaurantes existentes no bairro (Figura 30). O bairro apresenta apenas duas praças distribuídas pela sua malha. A arborização está presente em algumas ruas e em uma das praças (Figura 30).

A praça de maior visibilidade é a praça do Marco Zero (Praça Rio Branco). É uma praça seca, em formato circular, de onde partem ruas fazendo radiais e formando a malha do centro antigo. Esta praça tem a função de ser um espaço para a realização de grandes eventos ao ar livre, e ainda um espaço aberto que funciona como um local de visibilidade do centro antigo de Recife (Figura 31). A outra praça é a praça do Arsenal, esta tem formato retangular, apresenta arborização e é conformada por edifícios importantes para

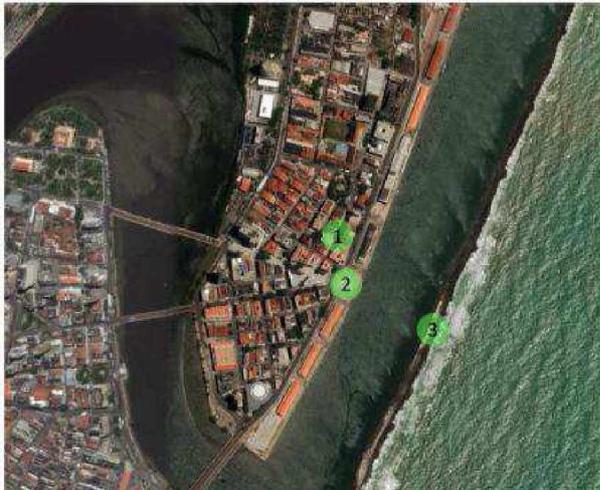
a dinâmica da área, como o Museu do Frevo, um prédio muito simbólico para este centro antigo.

Existe ainda no bairro o Parque das Esculturas, de Francisco Brennand, que fica localizado nos arrecifes que deram origem à cidade. Ressalta-se que esse parque não está conectado à malha do bairro. A praça do Marco Zero serve como uma espécie de mirante, para a vista do parque contornado pelo mar (Figura 32).

No geral, o traçado da malha do Recife antigo não é totalmente sinuoso, nem é uma malha regular em xadrez. Caracteriza-se por ser ter um formato radial e é majoritariamente assentado num solo plano (Figura 28 e Figura 29). A paisagem urbana do centro antigo se faz pela conformação e arquitetura dos casarões e sobrados, das ruas e seus espaços livres (Figura 30 e Figura 31).

Por ser esta área uma península, margeada pelos rios Capibaribe e Beberibe e o Oceano Atlântico, as visuais cênicas do bairro também são garantidas pelo contato com esses corpos d'água, que servem de emolduramento da paisagem urbana. O traçado das ruas, em certa medida, direciona as visuais que os pedestres podem ter pelo contato visual com a água.

Recife (PE) – traçado do centro histórico na atualidade



1. Rua do Bom Jesus (antiga rua dos Judeus); 2. Praça do Marco Zero; 3. Parque das Esculturas

Figura 28: Imagem de satélite de Recife. Fonte: adaptado Google Earth (2018)

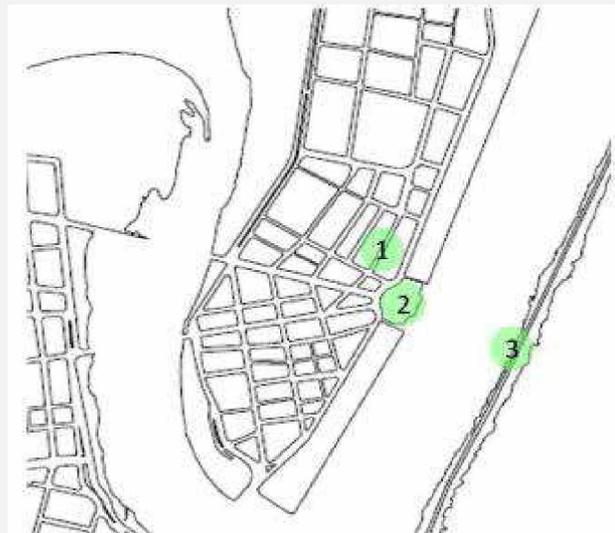


Figura 29: Malha urbana de Recife, 2010. Fonte: adaptado IBGE (2018).

Espaços livres públicos do centro histórico



Figura 30: 1 – Rua do Bom Jesus, antiga rua dos Judeus. Fonte: Giuliana Sousa (2017)



Figura 31: 2 - Praça do Marco Zero. Fonte: Giuliana Sousa (2017)



Figura 32: 3 - Parque das Esculturas, localizado nos arrecifes que deram origem a cidade, a partir da praça do marco zero. Fonte: Giuliana Sousa (2017)

Logo, o que se percebe sobre o confronto da cidade de Recife fundacional (1537) com a Recife de hoje, é que este núcleo urbano a partir das reformas urbanas que passou ao longo do tempo, modificou a estrutura de seu traçado e no porte de seus edifícios, o que se evidencia é que a paisagem urbana dessa localidade se transformou para além de sua paisagem original.

São Cristóvão (SE) 1590 - Fundação urbana inicial

Este núcleo urbano foi fundado por Cristóvão de Barros que o batizou em homenagem ao santo do seu nome. O assentamento surgiu com dois objetivos principais: servir de conexão entre Olinda e Salvador, as maiores cidades àquela época, e havia a necessidade de melhorar a comunicação entre elas, o outro motivo era frear os contrabandistas franceses naquela região, e ao mesmo tempo capturar os indígenas que não aceitavam a dominação.

Cristóvão de Barros, devido aos ataques dos franceses, muda o assentamento de lugar duas vezes, antes de fixar a Vila onde ela se encontra hoje. Ele começa a construção do assentamento pela construção dos edifícios mais importantes: a Igreja Matriz e a Casa de Câmara. Sem um porto que estimulasse as atividades comerciais o local tornou-se uma cidade de burocratas e religiosos.

Desde o início denominada a cidade, São Cristóvão foi fundada por Cristóvão de Barros que, quando veio colonizar Sergipe, fundou, em 1590, nas proximidades do Poxim, uma aglomeração com o nome de São Cristóvão. As necessidades de se erguer uma cidade próxima a um rio navegável, fez com que mais tarde fosse a mesma transferida para as vizinhanças do rio Pitanga. Depois disso, foi transferida definitivamente em 1611 para seu sítio atual uma colina às margens do Paraopama, afluente do Vasa Barris. (AZEVEDO, 1980a, p. 56)

[...] no sentido de uma busca consciente de melhores condições no que concerne à Função Defender, predominante na ocasião, não só de modo geral, mas, sobre tudo nesse caso, pelas contínuas incursões predatórias que se vinha sucedendo na região. Urgia, pois encontrar-se um sítio que proporcionasse adequadas condições para a defesa. Conforme antiga tradição mediterrânea, a que Portugal se filiou, a solução “acropolitana” sempre foi preferida pelos lusíadas, que a empregaram nos primeiros agrupamentos importantes do Brasil, como Salvador, Olinda e muitos outros. [...] Sua implantação inicial deu-se no cimo de um oiteiro, em que havia quase um teso [...]. O eixo principal da composição urbana inicial dirigia-se no sentido Este-Oeste, com a mesma orientação da Matriz, cuja fachada voltava-se para o nascente, disposição

correta na localização de igrejas. Era, por conseguinte, a influência do edifício religioso na composição urbana [...] (AZEVEDO, 1980b, p. 25).

Nesses primeiros anos de fundação dos assentamentos de origem portuguesa predominavam as técnicas vernaculares, desde a escolha da situação até a localização de seus edifícios principais. A cidade foi fundada numa encosta íngreme, às margens do Rio Paramopama, onde era possível avistar quem se aproximava da cidade, numa situação de defesa e vigília. O sítio escolhido para o assentamento das primeiras edificações foi o mais plano possível encontrado e no lugar mais alto foi edificado a igreja matriz, onde se constituíram as primeiras praças nos espaços abertos em frente a estas edificações. As ruas apresentavam seu traçado sinuoso, acompanhando a topografia do relevo do solo. A vegetação para a época colonial era praticamente inexistente nas ruas e praças da cidade (Figura 33). No quadro 12 apresenta-se uma síntese dos elementos urbanos fundacionais encontrados na cidade de São Cristóvão.



Figura 33: Registro histórico da implantação de São Cristóvão, 1631. Fonte: REIS FILHOⁱⁱⁱ (2000).

Quadro 12: Resumo de elementos urbanos fundacionais de São Cristóvão

- **Situação:** área de encosta íngreme, às margens do Rio Paramopama, na Barra do Rio Vaza-Barris.
- **Sítio urbano:** o mais plano possível, na parte alta de um oiteiro.
- **Rua:** irregulares, acompanhando a topografia do lugar.
- **Praças:** algumas praças.
- **Construções:** as igrejas, o convento, e alguns edifícios civis se destacam.
- **Jardins:** sem jardins.
- **Arborização:** sem registro oficial.

Fonte: Autora (2018)

Centro histórico atualmente

O centro histórico de São Cristóvão está situado em uma área de relevo irregular, tanto em relação ao seu entorno quanto à sua área interna. Percebe-se esta característica por conta dos marcos visuais que estruturam sua paisagem, no caso, os edifícios religiosos, os quais são visíveis em vários pontos do centro. Em geral, estes edifícios se situam em posição mais elevada do que os edifícios residenciais, proporcionando que eles sejam ligados visualmente pelos espaços livres das ruas, das praças e dos largos.

Essa característica, aliada ao fato da cidade não ter sofrido grandes transformações ao longo do tempo, faz com que as igrejas sejam o destaque na paisagem da cidade de São Cristóvão e demonstra como elas se comunicam visualmente, em conjunto com os espaços livres em que estão associadas. A partir da praça São Francisco, onde está localizada a igreja e o convento de São Francisco é possível avistar a igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória. Devido à praça estar associada à igreja, a partir de seu adro é possível avistar a igreja do Carmo/Senhor dos Passos.

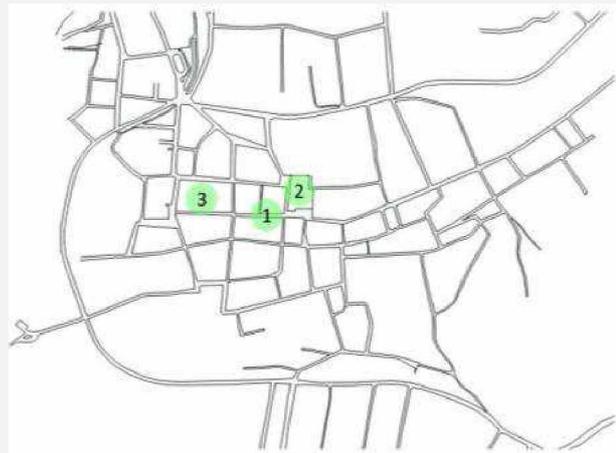
Esses marcos visuais ajudam na localização dos pedestres, considerando que a malha não é totalmente regular (Figura 34 e Figura 35). As ruas são majoritariamente retas, sendo sinuosas em alguns momentos, quase sempre devido à questão topográfica. O traçado não configura um tabuleiro xadrez, com vias que começam e acabam em edifícios marcos, com suas áreas livres adjacentes ao assentamento. Esses desvios viários que caracterizam o traçado da cidade são muito significativos para a criação de momentos surpresas, durante o deslocamento dos pedestres pelo seu centro histórico (Figura 36).

A praça São Francisco é uma praça seca, com a presença de apenas uma árvore, alguns bancos. Trata-se de um espaço a céu aberto e proporcionalmente maior que suas quadras vizinhas, o que gera um local muito árido, principalmente considerando as altas temperaturas da cidade, com médias que alcançam 30° C em alguns meses do ano (INMET, 2016). A praça Getúlio Vargas, onde se encontra a igreja Matriz Nossa Senhora da Vitória, ocupa uma área correspondente a de um quarteirão, sendo a maior praça do centro histórico. Caracteriza-se como uma praça arborizada, com mobiliário urbano e funções de estar e contemplação, diferente da praça São Francisco (Figura 37).

O largo da igreja Matriz Nossa Senhora da Vitória se liga visualmente ao largo da Igreja Nossa Senhora do Carmo/Senhor dos Passos, conferindo à paisagem marcos visuais que

orientam o pedestre. As duas praças são ligadas pela rua Tobias Barreto, que se caracteriza por uma rua estreita, cerca de 6 m e as calçadas também estreitas com cerca de 1m de largura e conformada por casas térreas, sem afastamento. Contrapondo-se a algumas das edificações que conformam a praça do Carmo/Senhor dos Passos, que apresentam afastamentos tanto laterais e/ou frontais (Figura 38).

São Cristóvão (SE) - traçado do centro antigo na atualidade.



1. Rua Cel. Erondino Prado; 2. Praça São Francisco; 3. Praça Getúlio Vargas

Figura 34: Imagem de satélite de São Cristóvão. Fonte: adaptado do Google Earth (2018).

Figura 35: Malha urbana do centro histórico de São Cristóvão, 2010. Fonte: adaptado IBGE (2018).

Espaços livres públicos do centro histórico



Figura 36: 1 – Rua Cel. Erondino Prado, a oeste da praça São Francisco, em direção a igreja Matriz Nossa Senhora da Vitória. Fonte: Giuliana Sousa (2017).



Figura 37: 2 - Praça São Francisco, ao fundo igreja e convento de São Francisco. Fonte: Giuliana Sousa (2017)



Figura 38: 3 - Praça Getúlio Vargas e a esquerda os casarões antigos da cidade, e no centro ao final da rua a igreja Matriz Nossa Senhora da Vitória. Fonte: Giuliana Sousa (2017).

Portanto, em São Cristóvão, de 1590, não se percebe mudanças significativas na paisagem da cidade, pelo histórico de fundação da vila e o que é percebido em seu espaço urbano atual. Pode-se supor que isto acontece pelas características tanto da situação quanto do sítio físico em que a cidade se encontra assentada.

Marechal Deodoro (AL) 1591 - Fundação urbana inicial

Marechal Deodoro, surge como Sesmaria de Santa Madalena do Sumaúma, a partir de doação de terras à Diogo de Melo Castro. Tinha função de afirmação de posse e povoamento desta região. Visando a vigília do território, o local escolhido para a fundação a cidade foi uma encosta, às margens da lagoa Manguaba, de onde se podia ter uma visibilidade das embarcações que se aproximassem da região costeira.

Em 1591 já devia existir à margem da lagoa do sul o núcleo de população que depois veio a formar a atual cidade das Alagoas, e isso se infere de uma escritura pública lavrada aos 5 de agosto daquele ano (1591), pelo qual o procurador do donatário da Capitania, que então já era o terceiro, Jorge de Albuquerque Coelho, sobrinho do primeiro, fez da Diogo de Melo Castro, a dádiva de 5 léguas de terras ao longo da costa [...] afim de fundar aí uma vila que denominaria Madalena. (MARROQUIM *apud* FERRARE, 2013, p.216)

Mas, não cumprindo as regras de povoamento da sesmaria em cinco anos, o primeiro sesmeiro perdeu a concessão, sendo substituído por Diogo Soares da Cunha. Esse fundou a vila denominada Madalena de Subaúma, deixou-a aos cuidados do Capitão-mor Henriques de Carvalho, e voltou para Portugal. Foi então que seu filho, Gabriel Soares da Cunha, assumiu a chefia do patrimônio, [...]. A vila começou a desenvolver-se onde hoje é o bairro de Taperagua, uma planície em volta ao Rio Sumaúma e a Lagoa Manguaba. Um lugar de visão privilegiada permitia que o inimigo fosse vigiado. (PREFEITURA DE MARECHAL DEODORO, 2018)

[...] o foco inicial de povoamento – o *locus* Madalena de Sumaúma, pontuado na localidade Taperaguá, floresceu à mercê de colonos, reconhecidamente convictos à Fé Cristã e aos fundamentos católicos, de modo a se tornarem legítimos repassadores do ideário religioso que ditou o seu processo de espacialização à volta do edifício da igreja. Porém, o adensamento populacional do núcleo veio a transferir-se, tendo firmando-se urbanisticamente, de modo mais estruturado, em local bem elevado acima da cota nível da Lagoa Manguaba, se bem que mantendo comunicação com o platô de terra à margens do Rio Sumaúma, que banhava Taperaguá [...]. (FERRARE, 2013, p.225).

O núcleo urbano, como a maioria à sua época de construção, foi fundado por colonos, os quais usaram seus conhecimentos vernaculares ao implantar o traçado da Vila. Sobre os elementos fundacionais, devido a sua situação e sítio escolhido para a cidade, observa-se, uma malha irregular, que aproveita os platôs para a localização das edificações. Da mesma maneira que qualquer assentamento de origem colonial, tem entre seus primeiros edifícios as igrejas, e Casa de Câmara e Cadeia (Figura 39). A vegetação estava concentrada nos quitais das residências, e inexistente nas ruas e praças. No Quadro 13 encontra-se uma síntese dos elementos fundacionais descritos sobre a cidade de Marechal Deodoro.



Figura 39: Registro histórico da implantação de Marechal Deodoro, 1637-1645. Fonte: REIS FILHO^{IV} (2000)

Quadro 13: Resumo de elementos urbanos fundacionais de Marechal Deodoro

- **Situação:** numa planície no alto de um morro, em volta ao Rio Sumaúma e a Lagoa Manguaba.
- **Sítio urbano:** entre áreas planas e acidentadas.
- **Rua:** irregulares, acompanhando a topografia do lugar.
- **Praças:** alguns largos
- **Construções:** as igrejas e a Casa de Câmara e Cadeia, se destacam
- **Jardins:** sem registro oficial
- **Arborização:** nos quintais das residências

Fonte: Autora (2018)

Centro histórico atualmente

O centro histórico de Marechal Deodoro está localizado as margens da Lagoa Manguaba, em um sítio que é possível avistar todo o entorno da região. A área onde o assentamento acontece se apresenta distribuída em platôs, onde a topografia mais plana. Apesar de que mesmo as áreas mais acidentadas vão sendo ocupadas, apresentando desenho de ruas inclinadas por conta das diferenças de nível que existem. No seu núcleo original está situada a igreja matriz, e antiga Casa de Câmara e Cadeia, e a parte baixa, a orla da lagoa (Figura 40 e Figura 41).

Ao percorrer as ruas da cidade observa-se como ela é constituída em camadas, onde a partir dos espaços livres de cada platô ocupado têm-se uma ampla visão da paisagem do entorno. Percebe-se aí uma nítida intenção quanto a função de defesa do território, que é

proeminente da forma urbana de origem portuguesa, onde importa desde a situação ao sítio escolhido, para a constituição do assentamento (Figura 42).

A malha do centro histórico é irregular, não de ruas predominantemente sinuosas, mas de ruas não rigorosas. As ruas traçadas acompanham o relevo do solo para um maior aproveitamento das áreas planas, e que possibilitem a formação de visuais da área do entorno do assentamento. Observa-se que existe um bom aproveitamento dos altos e baixos do sítio onde o núcleo urbano está implantado (Figura 42).

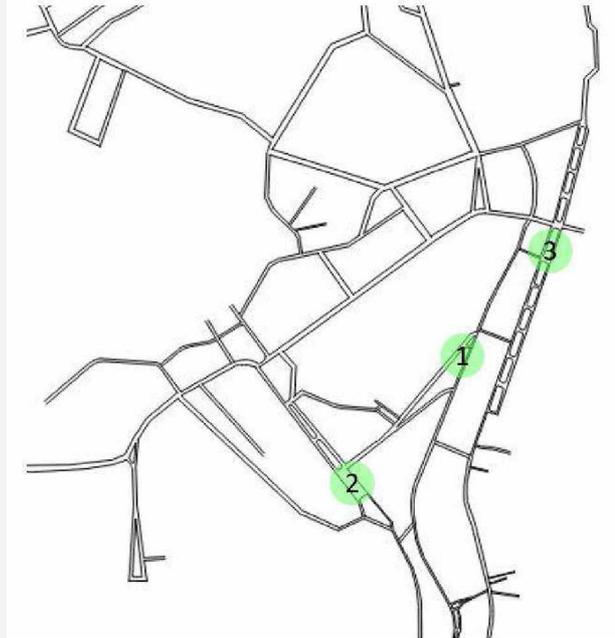
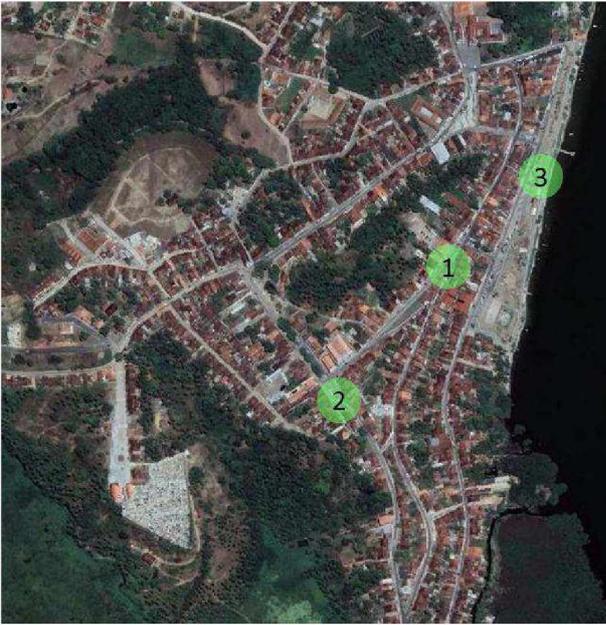
A forma de ocupação e aproveitamento do solo geram várias tipologias de quadras e lotes, as ocupações são de lotes compridos, ficando ao fundo dos lotes áreas de quintais, que é onde se concentra a vegetação do centro histórico.

Os edifícios são geminados, térreos em sua maioria, e ocupam todo o limite frontal do lote. A exceção é representada pelos edifícios religiosos, pois aí estão os largos da cidade. As praças que estão mais em evidência são estes largos que têm as edificações religiosas como destaque.

Os edifícios religiosos servem de referência na paisagem da cidade, durante o deslocamento das pessoas. E os espaços livres de um modo geral, tanto as praças, as ruas, quanto os largos, servem como pontos de observação da paisagem do entorno, ou seja, serve de observação de qualquer aproximação junto a cidade (Figura 43).

A orientação com relação a malha viária se dá pelos cruzamentos das ruas longitudinais, que forma lotes triangulares, em virtude das adaptações do traçado ao relevo do solo, além do traçado das ruas transversais para a orla da lagoa de um lado e edifícios marcos em outros lados da via. Atualmente existe um parque implantado na orla da lagoa que pode ser percebido em toda a extensão da parte baixa da cidade (Figura 44).

Marechal Deodoro (AL) - traçado do centro antigo na atualidade.



1. Rua Tenente José Tomé; 2. – Largo da Igreja Matriz; 3. – Orla da Av. Maria Madalena

Figura 40: Imagem de satélite de Marechal Deodoro.
Fonte: adaptado do *Google Earth* (2018).

Figura 41: Malha urbana do centro histórico de Marechal Deodoro, 2010. Fonte: adaptado IBGE (2018).

Espaços livres públicos do centro histórico



Figura 42: 1 – Rua Tenente José Tomé, em Marechal Deodoro (AL). Fonte: Giuliana Sousa (2017).



Figura 43: 2 - Largo da Igreja Matriz e se alarga criando um canteiro central, com arborização e bancos, na rua Cap. Bernardino Souto, em que a direita está a antiga Casa Câmara e Cadeia. Fonte: Giuliana Sousa (2017)



Figura 44: 3 - Orla que margeia a lagoa de Manguaba, com quiosques, bancos, parquinho, e algumas árvores. Uma grande espaço livre público, ao longo da Av. Maria Madalena, mais de 500 m de extensão. Fonte: Giuliana Sousa (2017)

Marechal Deodoro, de 1591, se mostra a mesma, a partir da literatura estudada sobre a história de fundação da cidade e o que encontramos hoje em seus espaços livres e suas construções. No local onde se encontram as igrejas mais antigas e a Casa de Câmara e Cadeia, percebe-se poucas transformações na sua estrutura urbana. O que mais chama atenção é a implantação do parque linear ao longo de sua orla.

Maceió (AL)

1609 - Fundação urbana inicial

A cidade de Maceió teve origem a partir de um engenho de açúcar de propriedade de Manoel Antônio Duro. O núcleo urbano começou a crescer em volta da propriedade, localizado ao sopé da montanha onde hoje existe a praça Dom Pedro II, sendo a capela do engenho localizada na parte mais alta, mesmo local onde hoje encontra-se a Catedral Metropolitana. O assentamento se constituía como rota de caminho para quem ia à capital da capitania, vindo dos povoados e das principais cidades em volta da região (Figura 45).

[...] documento público, de 1611, refere a existência de uma casa de telha, em Pajussara, propriedade de Manuel Antônio Duro, a quem Diogo Soares, alcaide-mor de Santa Maria Madalena, doara uma sesmaria. A escritura dessa doação, datada de 25 de novembro daquele ano, indica claramente que, muito antes da invasão holandesa, em 1609, havia em Pajussara uma habitação definitiva e que Manuel Antônio Duro era seu proprietário, [...]. (COSTA, 1939, p.2)

A sesmaria de Manuel Duro parece ter sido transferida ao capitão Apolinário Fernandes Padilha, antiquíssimo proprietário de terras em Maceió, pois foi este quem fez transladar para o livro de notas do tabelião Bernabé do Couto Lemos, em julho de 1708, a escritura de doação feita em nome de Diogo Soares da Cunha e seu filho Gabriel Soares de Pina. (COSTA, 1939, p.6)

Uma verdade, porém, é inconteste. A célula *mater* do povoado foi o engenho com a sua ermida de S. Gonçalo, que existiram na atual praça D. Pedro II. Aí vinham morrer os longos caminhos que serviam à fábrica – o que demandava a lagoa do Norte e o vale do Mandaú e o que, marginando o litoral, conduzia à capital da capitania, por Pôrto-Calvo e povoados circunvizinhos, que dele se iam emancipando – a velha estrada que desemboca no Poço, perlustrada por holandeses e lusitanos na luta pelo domínio colonial. O engenho ficava ao sopé da montanha, ao *descambar da ladeira*, com a ermida de S. Gonçalo sobranceira. A seguir, a falda do monte à margem do riacho, o pântano adjacente, a restinga onde o riacho desagua, mais tarde conquistada por aterros sucessivos e pela ação do próprio riacho, a área antigamente conhecida por *Bôca de Maceió*, sobre a qual foram construídas as ruas atuais – Pontes de Miranda, Imperador, Libertadora Alagoana e outras. (COSTA, 1939, p. 12).

O núcleo fundacional de Maceió está localizado numa área alagadiça, entre o Oceano Atlântico e a Lagoa Mundaú. As ruas e casas eram implantadas em relação as características do terreno disponível para a ocupação, obedecendo principalmente a topografia do sítio físico. No Quadro 14 está apresentada uma síntese sobre os elementos urbanísticos fundacionais da cidade de Maceió.

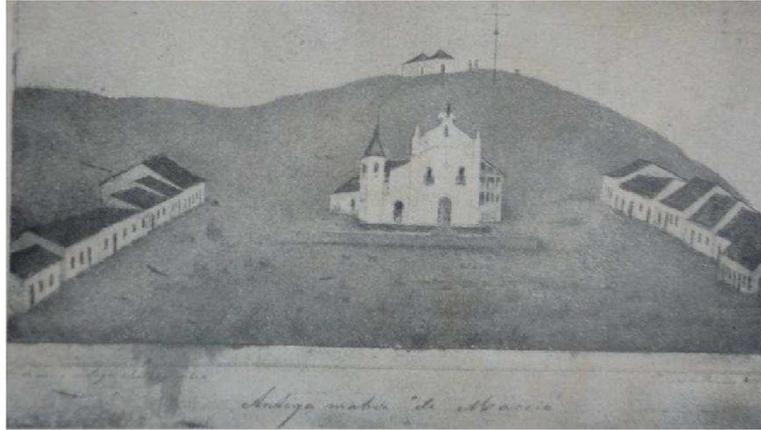


Figura 45: Ilustração da antiga igreja Matriz de Maceió⁵⁸. Fonte: Craveiro Costa (1939).

Quadro 14: Resumo de elementos urbanos fundacionais de Maceió

- **Situação:** área de estuário, entre o oceano e a Lagoa Mundaú
- **Sítio urbano:** relevo de planície, mas com aclave e declives
- **Rua:** irregular, sem planificação prévia; origem vernacular
- **Praças:** uma praça principal (a partir da igreja matriz)
- **Construções:** poucas casas simples e a igreja matriz
- **Jardins:** sem jardins
- **Arborização:** sem arborização

Fonte: Autora (2018)

Centro histórico atualmente

O centro histórico de Maceió possui uma área adensada de construções, a maioria das ruas não são largas, e suas calçadas são estreitas. Ao caminhar por lá percebe-se as diferenças de declividade do sítio, com a presença de algumas ladeiras, onde se encontram edifícios em destaque, como por exemplo, a Catedral Metropolitana.

Uma característica da malha é a irregularidade das vias, sinuosas, não apresenta rigidez no traçado, o que forma nos cruzamentos lotes de configuração inusitadas, triangulares, o que geram configurações edilícias triangulares, com aberturas em todos os lados, e assim nas esquinas sempre tem aberturas (Figura 46 e Figura 47).

Um fato que chama atenção a este tecido é a existência de igrejas que pontuam locais de referência na área do centro do histórico. Ao caminhar pelo centro percebe-se a existência desses edifícios de destaque, como a Igreja Nossa Senhora dos Pretos, e a rua se estende até se alargar em outra praça, dos Martírios, em que é possível notar o desnível na topografia. Esta praça é emoldurada por dois edifícios de destaque que se alinham aos declives do terreno. O destaque está para a igreja Bom Jesus dos Martírios que fica na

⁵⁸ Antiga Matriz de Maceió. Um pouco mais a frente começou a ser construída, em 1850, a catedral atual, cuja inauguração foi presidida pelo Imperador D. Pedro II, em dezembro de 1859.

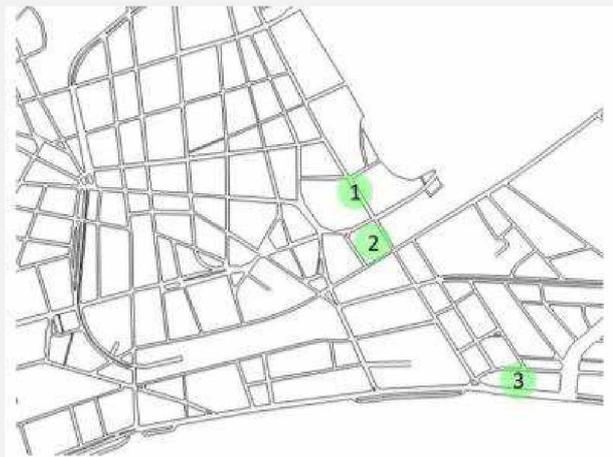
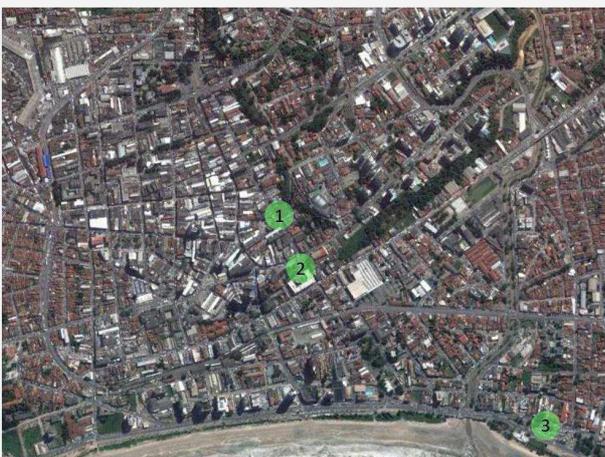
parte mais elevada, e do outro lado está localizado o Museu Palácio Floriano Peixoto, que se destaca na paisagem por ocupar aproximadamente toda a extensão do quarteirão em que está implantado (Figura 48).

Em termos de largura, observa-se que as ruas são proporcionais à altura das edificações que as configuram. Os edifícios são em sua maioria térreos ou de três a quatro pavimentos, embora existam, como em todos os centros urbanos, edifícios mais elevados. As ruas pedonais são equipadas com mobiliário urbano, percebe-se uma organização da faixa de mobiliário – bancos, luminárias, bancas de revistas; e canteiros com vegetação.

A área do centro, com marco inicial na Praça Dom Pedro II, é uma área de declive menos acentuado, como se houvesse uma área de vale, onde na região em que está localizada a Catedral formasse uma borda mais elevada em relação a sua área mais edificada. Delineada pela rua do Sol (rua do imperador), exatamente onde a cidade teve origem, a partir da Catedral Metropolitana (Figura 49).

Um destaque que se faz da área analisada da cidade é sua conexão com área dos antigos armazéns que atendiam ao porto que abastecia a cidade, ligadas pela rua do Sol (rua do imperador), uma malha com características semelhantes, de não regularidade, mas que se distingue pelos tipos edifícios que constituíam os tecidos, e chega até a orla (Figura 50).

Maceió (AL) - traçado do centro antigo na atualidade



1. Rua do Sol; 2. Praça Dom Pedro Segundo; 3. Trecho da orla de Maceió junto ao centro antigo

Figura 46: Imagem de satélite de Maceió. Fonte: adaptado do *Google Earth* (2018).

Figura 47: Malha urbana do centro histórico de Maceió 2010. Fonte: adaptado IBGE (2018).

Espaços livres públicos do centro histórico



Figura 48: 1 - Rua do Sol/ Rua do Imperador, a direita a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos pretos, inserida entre as edificações comerciais. Esta rua passa entre a Catedral e a Praça Pedro II. Fonte: Giuliana Sousa (2017)



Figura 49: 2 – Praça Dom Pedro II a partir do adro da Catedral Metropolitana, que está localizada num nível mais elevado. Fonte: Giuliana Sousa (2017)



Figura 50: 3 - Trecho da orla de Maceió junto ao centro antigo. Fonte: Giuliana Sousa (2017)

Em Maceió, de 1609, o que se revela é o adensamento construtivo da cidade, com a permanência dos elementos mais marcantes até hoje, no caso, a Catedral da cidade (reformulada) e a sua praça principal, onde anteriormente ficava as instalações do engenho que deu origem ao assentamento, e hoje é a praça Dom Pedro II. Não se está afirmando que as edificações se mantiveram no tempo, mas que a estrutura urbana em termos de hierarquias conseguiu ser preservada, em sua localização original.

Oeiras (PI)

1695 - Fundação urbana inicial

Fundada por Domingos Afonso Mafrense a cidade de Oeiras, serviria de conexão entre a capital Salvador e a cidade de São Luís. Existia da Coroa uma demanda de fiscalização sobre com as terras da Colônia estava sendo ocupadas e exploradas no interior. Então a fundação de Oeiras tinha dois objetivos prévios: controlar a ocupação e exploração das terras por aventureiros que estavam se instalando no sertão do território em busca de riquezas; e conseguir uma rota por terra para ligar a cidade de São Luís, que estava em constante conflito com os invasores franceses, com a capital do Vice-Reino a cidade de Salvador.

Com a intenção em impor um poder aos colonos que ocupavam as terras da região, é a partir da fundação de Oeiras que a Coroa inicia seu plano de regularização dos traçados de suas cidades mais importantes, mas apesar dessa ação inicial não se consegue chegar a um desenho regular na construção do assentamento. As ações de implantação do núcleo urbano estavam concentradas nas mãos dos colonos e da igreja, logo o que foi alcançado da intenção de racionalidade o traçado da vila reservado ao conjunto da área da praça central e da igreja matriz.

A cidade de Oeiras de 1695 tem sua origem num primeiro momento pela penetração de povoação que tinha por base a economia pecuária, mas posteriormente atrai atenção da Coroa como um local estratégico de comunicação com o interior do país e as principais cidades da costa, além do controle mais próximo aos fazendeiros que estavam se instalando no local.

Nessas condições, a partir de 1716, quase todas as novas comunidades construídas no sertão foram subordinadas a um protótipo de planejamento de

vilas, promulgado naquele mesmo ano para a criação da municipalidade de Mocha, na zona norte do Piauí. O conceito geral do traçado desse plano diretor era barroco, com ênfase em ruas retílineas, praças bem delineadas (amíde orladas por fileiras de árvores plantadas simetricamente) e numa uniformidade de elementos arquitetônicos. O resultado do uso reiterado desse modelo foi um tipo de vila padronizado que podia ser facilmente adaptado a regiões geográficas brasileiras muito diferentes. A mão-de-obra indígena não especializada (responsável pela maior parte das construções interioranas) podia ser empregada eficientemente, porquanto o domínio das técnicas de construção de um único conjunto de edificações básico permitiria a ereção de um número ilimitado de unidades habitacionais e administrativas, embora as edificações pudessem ser sobremodo monótonas. (DELSON, 1979, p. 4)

[...] Conquanto a ordem de 1716 não prescrevesse uma extensão definida para a praça central nem a largura específica das ruas (como algumas das legislações ulteriores prescreveriam), o objetivo era criar uma comunidade de aparência ordenada que logo à primeira vista desse a impressão de que havia uma autoridade estabelecida. [...] Em 1761 a vila foi elevada à categoria de cidade (e teve seu nome mudado para Oeiras), a única do Piauí na época. (DELSON, 1979, p. 19).

Em relação ao seu traçado fundacional percebe-se a manutenção dessa regularidade inicial tentada por ações da Coroa, na área da igreja Matriz, Nossa Senhora da Vitória e a praça das Vitórias localizadas no embrião do núcleo urbano. Afastando-se dessa área central, chega-se de um lado ao riacho da mocha, onde entre a área central e o riacho da Mocha encontra-se uma malha irregular composta por ruas sinuosas e estreitas para o padrão proposto em volta a praça principal. No lado oposto a riacho da Mocha também existe uma malhar irregular, de ruas mais largas que as que envolvem o riacho, e com organização semelhante as ruas que contornam a praça. O relevo do sítio físico apresenta declive em direção ao riacho da Mocha (Figura 51). No Quadro 15 apresenta-se uma síntese de elementos urbanísticos fundacionais para a cidade.

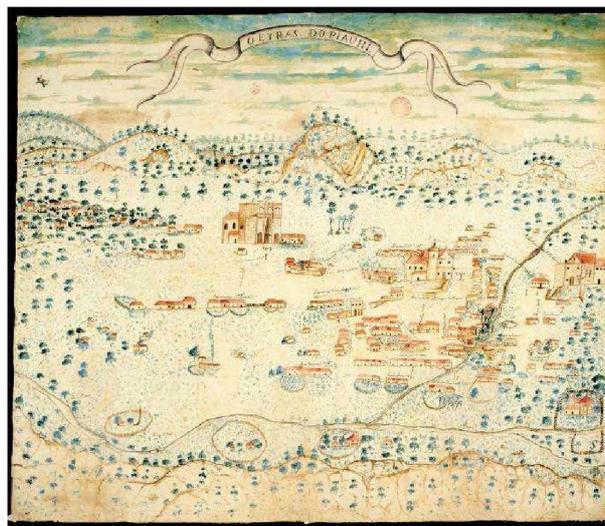


Figura 51: Registro histórico de Oeiras, finais do século XVIII. Fonte: REIS FILHO⁹ (2000)

Quadro 15: Resumo de elementos urbanos fundacionais de Oeiras

- **Situação:** área de sertão, como conexão para as cidades litorâneas
- **Sítio urbano:** misto, com áreas planas, mas também, com aclives
- **Rua:** na área da praça central regulares, mas em volta dela irregulares
- **Praças:** algumas praças
- **Construções:** o casario, a igrejas, e edifícios públicos
- **Jardins:** sem jardins
- **Arborização:** sem arborização

Fonte: Autora (2018)

Centro histórico atualmente

O centro histórico de Oeiras apresenta um traçado misto, em momentos regulares e em momentos irregulares, as ruas são mais largas e regulares na área que central que na área próxima ao riacho da Mocha (Figura 52 e Figura 53). As ruas da cidade variam entre elas, umas mais largas e outras mais estreitas, devido as características de seu sítio físico, e as intenções em seus desenhos iniciais (Figura 54).

O destaque principal para o núcleo urbano de Oeiras está a praça central, que é o elemento urbano que mais chama atenção, a Praça das Vitórias. É uma praça de dimensões muito expressivas em relação a escala do traçado do seu entorno, e ainda assume partido do desnível da topografia do local. Seu desenho forma a partir da parte mais elevada da praça uma ampla vista de todo o seu conjunto urbanístico original, o que forma uma composição de fundo figura pelo relevo acidentado que a circunda (Figura 55).

Em virtude dessa composição de fundo figura na paisagem da praça, tem destaque o conjunto arquitetônico dos casarões, que compõe suas paredes numa cota de nível mais baixa a partir do adro da Igreja Nossa da Vitória. Entre os edifícios que conformam a praça, existem duas construções localizadas na sua parte mais elevada, o que garante o destaque que lhes é atribuído, são eles: a própria Igreja Nossa Senhora da Vitória, que é mais imponente, de maior realce, muito robusta em relação a todo o conjunto arquitetônico; e em segundo lugar o prédio do Cine Teatro Oeiras (Figura 55).

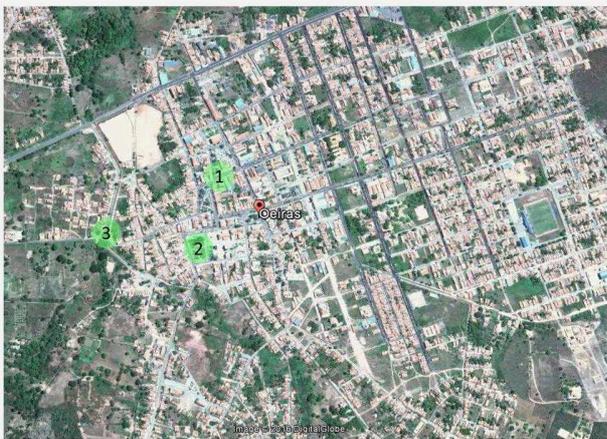
A praça é um espaço muito amplo, com poucas árvores, com predomínio de áreas ensolaradas, mas de uma expressiva beleza cênica para quem chega ao local. A partir da praça é possível reconhecer as ruas estreitas e sinuosas, que saem ou chegam a área da praça. A partir da caminhada por estas ruelas é possível chegar ao riacho da Mocha, este

riacho foi o responsável pela escolha do sítio onde foi fundado o assentamento. O riacho tem uma ponte, erguida em pedra, que é a mais antiga do Estado do Piauí (Figura 56).

O riacho foi em boa parte canalizado, mas na época de chuvas ainda expõe seu volume de águas. No dia da visita in loco, que ocorreu no período de chuvas na cidade, o rio estava cheio, quase transbordando, comprovando a condição semi-perene deste riacho (Figura 56).

Foram visitadas outras praças na área central, e notoriamente o destaque destas praças são as igrejas. A igreja Nossa Senhora das Vitórias e a Igreja Nossa Senhora do Rosário, sendo esta situada um pouco mais distante da área da praça das Vitórias, mas com significativa conexão urbana com a área central. A outra igreja existente na área tombada da cidade, igreja da Nossa Senhora da Conceição. Analisa-se que estas igrejas, principalmente a Nossa Senhora da Conceição e a Nossa Senhora da Vitória, juntamente com a ponte do riacho da Mocha constituem elementos para o reconhecimento da estrutura urbana inicial da urbe (Figura 56).

Oeiras (PI) - traçado do centro antigo na atualidade



1. Avenida José Tapety; 2. Praça das Vitórias; 3. Riacho da Mocha.

Figura 52: Imagem de satélite de Oeiras. Fonte: adaptado do Google Earth (2018).

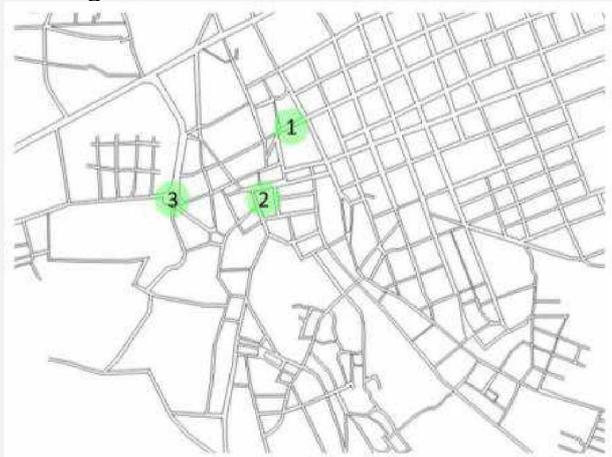


Figura 53: Malha urbana do centro histórico de Oeiras 2010. Fonte: adaptado IBGE (2018).

Espaços livres públicos do centro histórico



Figura 54: 1 - Avenida José Tapety. Feira ao ar livre no entorno do mercado central. Fonte: Giuliana Sousa (2016)



Figura 55: 2 - Praça das Vitórias, ao fundo a igreja matriz Nossa Senhora da Vitória. Fonte: Giuliana Sousa (2016)



Figura 56: 3- Riacho da Mocha, canalizado, a partir da sua Ponte de pedra. Fonte: Giuliana Sousa (2016)

A cidade de Oeiras, de 1695, ainda apresenta a regularidade inicial que foi estabelecida na área onde está sua igreja matriz, Nossa Senhora da Vitória e, sua praça principal, além das outras igrejas secundárias mais antigas, Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora do Rosário. Observa-se que a tentativa de regularidade da área central não acontece no traçado que liga até o riacho da Mocha, o qual foi o elemento essencial para a fixação da vila no local onde ela foi fundada.

Ouro Preto (MG) 1698 - Fundação urbana inicial

Na fundação da cidade de Ouro Preto destaca-se a figura de Fernão Dias Pais (1674) que, “desbrava e assinala os sítios e roteiros mais importantes da região, fundando seus primeiros arraiais e descortinando-a” (VASCONCELLOS, 2011, p.14). Este desbravador, ao descobrir as terras ricas em ouro abre o início da formação urbana de dessa região. Conquanto, o destaque dado a criação do núcleo urbano de Ouro Preto (Vila Rica), é ao bandeirante Antônio Dias de Oliveira, ao Padre Faria e aos irmãos Camargo, que em 1698 fundam a dita Vila.

Espalhada a notícia das descobertas, consideráveis levas de aventureiros para elas se dirigem, cabendo a Antônio Dias de Oliveira, acompanhado pelo Pe. João de Faria Fialho e pelos irmãos Camargo, fundar, por volta de 1698, o arraial que lhe toma o nome, origem de Vila Rica. (VASCONCELLOS, 2011, p.14)

Passando à região do ouro preto “para que seus moradores e os mais de todo o distrito pudessem viver arregalados e sujeitos com toda alva forma às leis de justiça” e atendendo “as riquezas que prometiam as minas que há tantos anos se lavram nestes morros e ribeiros e ser a parte principal destas minas onde acode o comércio e fazendas que dele mana” em junta geral, realizada a 11.7.1711, determina que no arraial de N. S. do Pilar “junto ao de Antônio Dias, se fundasse a Vila pelas razões referidas, pois era sítio de maiores convivências que os povos tinham achado para o comércio”. (AUTO DA EREÇÃO DE VILA RICA *apud* VASCONCELLOS, 2011)

O pelourinho da Vila e os marcos de sua sesmaria são a princípio simples esteio de madeira só substituídos por outros de “pedra de itacolomi da melhor rija e branca” em 1747, assentando, os ditos marcos “um caminho das Lavras Novas, outro no Tripuí, outro em São Bartolomeu”, e o pelourinho em frente à Câmara, de onde em 1797 é transferido para a “praça fronteira às casas do Dr. Ouvidor Geral” (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO *apud* VASCONCELLOS, 2011)

A cidade de Ouro Preto teve o início de sua paisagem definida pelo conhecimento de seus primeiros colonizadores, os bandeirantes que chegaram às regiões das minas. Embora àquela época a Coroa já havia iniciado o programa de construção de novas vilas na Colônia, com o objetivo de ter mais controle sobre a ocupação, povoamento e exploração do território. No entanto, a cidade de Ouro Preto estava localizada literalmente na região de minas, devido a necessidade de controle da exploração do ouro da região, os núcleos urbanos deveriam se localizar próximo as minas de exploração. Com isso os sítios existentes para a edificação da cidade eram sítios consideravelmente acidentados. O que dificultava a implantação de um traçado racional, como era o desejo do poder político-administrativo.

A responsabilidade pelos melhoramentos urbanos em Minas Gerais era exclusivamente da alçada dos governos locais, e alguns deles conheciam perfeitamente as novas normas urbanas. Assim foi que, em 1714, aproveitando a oportunidade da destruição de Ouro Preto por um incêndio, a câmara local determinou que, no futuro, as casas das ruas que dessem na praça principal seriam medidas e alinhadas, a fim de criar uma vista de conjunto mais regular na parte central da vila. Dois anos antes, a câmara tinha decretado que todos os que quisessem construir dentro do perímetro da vila tinham de obter uma permissão prévia do governo municipal, de modo que as novas ruas pudessem ser construídas em alinhamento reto. Entretanto, como observou o historiador mineiro Sylvio de Vasconcellos, a câmara estava travando uma batalha árdua, pois a topografia acidentada e cheia de morros de Ouro Preto impossibilitava o traçado de ruas retas, tornando assim o planejamento global extremamente difícil. (DELSON, 1979, p. 29)

Na praça dos Governadores, em Ouro Preto, novamente dois edifícios principais se defrontam, um em cada extremidade da praça: a casa dos Governadores (disposta no alto) e a casa da Câmara e cadeia. Mas a forma da praça é irregular; não há um eixo retilíneo; as ruas de cada lado e nas extremidades são assimétricas e as casas que fazem frente para a praça, mais baixas; os ângulos de visada criam aqui e acolá situações imprevisíveis, cuja significação como interesse arquitetônico só pode ser devidamente avaliada em se tentando, no papel, lançar um eixo dominante para a composição e dispondo ortogonalmente as ruas de cada lado dele (SANTOS, 1968, p. 76).

Portanto, a paisagem fundacional de Ouro Preto (Vila Rica) está associada a um relevo acidentado, o que gerou um traçado irregular, com ruas íngremes e inclinadas, verdadeiras ladeiras. O núcleo urbano surgiu como a maioria das vilas em volta da sua igreja, onde as praças eram os adros das igrejas. A vegetação existente na vila se concentra nos quintais, não existindo espaço para arborização nas ruas, e as praças eram praças secas, pois no período colonial brasileiro o uso de vegetação nos espaços livres não era expressivo (Figura 57). No quadro 16 encontra-se a síntese de atributos levantados sobre elementos fundacionais na cidade de Ouro Preto (Vila Rica).

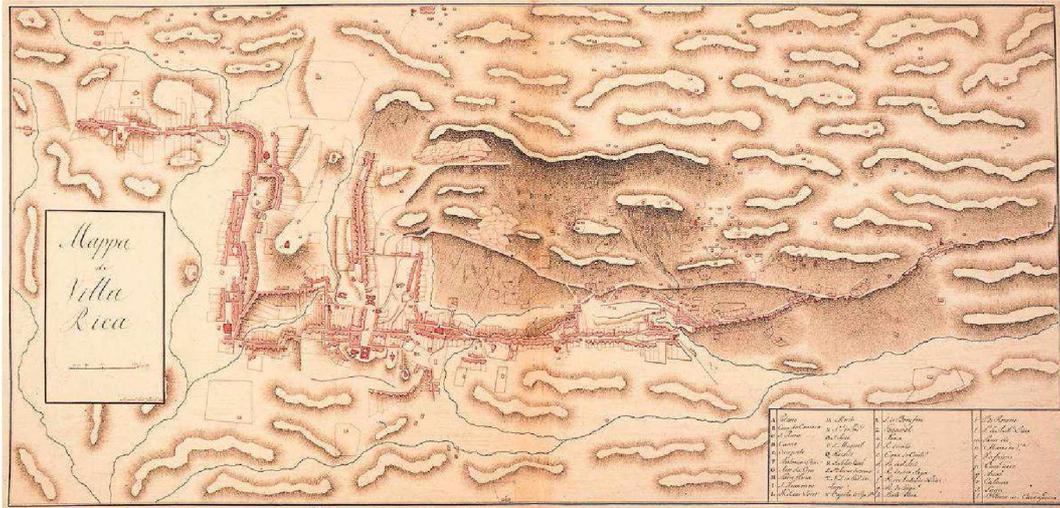


Figura 57: Mapa de Ouro Preto, último quartel do século XVIII. Fonte: REIS FILHO^{vi} (2000)

Quadro 16: Resumo de elementos urbanos fundacionais de Ouro Preto

- **Situação:** área de minas de mineração
- **Sítio urbano:** predominantemente acidentado
- **Rua:** irregulares e íngremes
- **Praças:** vários largos e praças
- **Construções:** as igrejas, o casario e edifícios públicos
- **Jardins:** sem jardins. Somente com o aviso régio de 1798 é implantado um jardim botânico na cidade, mas só é inaugurado em 1825. Este jardim desapareceu no tempo (SEGAWQ, 1996)
- **Arborização:** sem presença de arborização

Fonte: Autora (2018)

Centro histórico atualmente

O centro histórico de Ouro Preto apresenta como característica mais marcante o sítio acidentado onde a cidade foi implantada, o que a caracteriza por um conjunto de ladeiras, um sobe e desce, que permite visuais cênicas que marcam a sua paisagem urbana. Além do cenário bucólico formado pelas ruas irregulares, com seus calçamentos em pedra, o destaque para o casario e para as igrejas coloniais, edifícios que configuram o conjunto urbanístico que ainda é cercado pela serra do espinhaço, na divisa com o município de Mariana. Localiza-se ali o Pico do Itacolomi (1772 m de altura), constituindo-se assim uma paisagem de figura-fundo, que confere uma beleza singular a todo o conjunto urbanístico, arquitetônico e paisagístico.

O traçado da cidade de Ouro Preto se caracteriza por um traçado irregular. As suas ruas são sinuosas, algumas um pouco retilíneas e extensas numa percepção mais global do

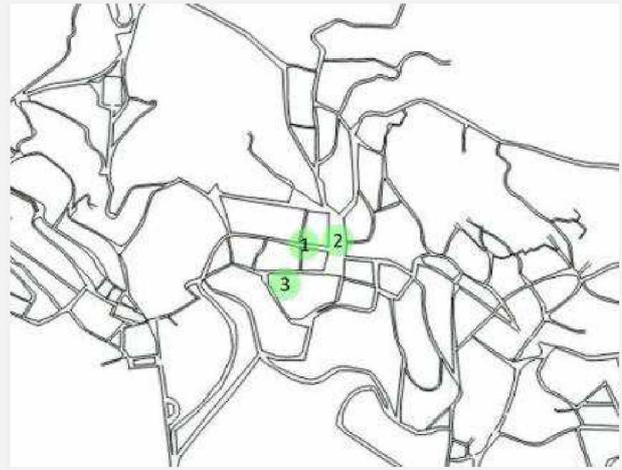
tecido urbano. Elas variam em largura, dependendo da hierarquia na estrutura da cidade, mas prevalecem ruas estreitas e íngremes devido ao relevo escalonado. Outra característica que a configuração da malha permite é a existência de edificações que servem de ponto focal, arrematando caminhos, pois as quadras não são sempre alinhadas, o que ajuda na orientação dos caminhantes (Figura 58 e Figura 59).

A maior dificuldade para os pedestres na cidade de ouro preto são as ladeiras, que são muito íngremes, fazendo com que seja necessário um esforço físico para percorrer todo o cenário urbano do centro histórico. O pavimento das ruas do centro histórico é em pedra, as calçadas são em concreto, estas estruturas contribuem para um trânsito mais lento, e por vezes, compartilhado entre pedestres e veículos (Figura 60).

Em Ouro Preto as igrejas servem de referência visual na paisagem, por estarem nos pontos mais altos, considerando as igrejas de maior porte. Outro ponto de referência que caracteriza o desenho da cidade é a formação de muitos largos, as praças que se formam pelo alargamento e encontro de ruas, onde duas ou três, formam espaços amplos na paisagem (Figura 61). Estas características são devido à forma escalonada que a aglomeração urbana foi configurada, acomodando-se ao relevo do solo escolhido para a implantação do assentamento (Figura 62).

A ocupação dos lotes acontece nos limites do lote, sem afastamentos laterais ou frontais, o que configura ruas corredores acolhedoras ao caminhar do pedestre. As edificações são em maioria sobrados, de arquitetura colonial, com muitas aberturas de portas e janelas para os espaços públicos. A forma irregular dos lotes principalmente nas esquinas gera lotes de formato trapezoidal, o que faz com que as edificações de esquinas sejam chanfradas, acompanhando o desenho do lote.

Ouro Preto (MG) - traçado do centro antigo na atualidade



- 1. Rua Conde de Bobadela (Rua Direita); 2. Praça Tiradentes; 3. Vista do adro da igreja Nossa Senhora do Carmo**

Figura 58: Imagem de satélite de Ouro Preto. Fonte: adaptado do *Google Earth* (2018).

Figura 59: Malha urbana do centro histórico de Ouro Preto 2010. Fonte: adaptado IBGE (2018).

Espaços livres públicos do centro histórico



Figura 60: 1 - Rua Conde de Bobadela (Rua Direita). Fonte: Giuliana Sousa (2017)



Figura 61: 2 - Praça Tiradentes. Fonte: Giuliana Sousa (2017)



Figura 62: 3 - Vista da paisagem acidentada da cidade a partir do adro da igreja Nossa Senhora do Carmo. Fonte: Giuliana Sousa (2017)

A Ouro Preto de 1698 conserva ainda muito forte o destaque que suas igrejas têm na paisagem de seu sítio acidentado, com muito de seus espaços livres formados a partir de seus adros. A presença de suas tortuosas e acidentadas vias, e seus sobrados que realçam os espaços livres públicos existentes na cidade são outras características presentes até os dias atuais.

Aquiraz (CE)

1699 - Fundação urbana inicial

A região onde foi fundada a cidade de Aquiraz estava em constante litígio com os indígenas e com os franceses. Então por questões de segurança, no ano de 1699, a Coroa decidiu criar a vila do Ceará. O local escolhido para a fundação da vila foi de preferência dos colonos existente na região, alegando que as terras eram férteis e abundantes, além possuir um porto, do Iguape. De modo a consolidar o assentamento na área, a Coroa determina a construção da casa da câmara, da cadeia e da igreja, e assim efetiva a função da capital do Ceará no núcleo urbano de Aquiraz.

[...] Foi visando a aumentar o número de colonos na região e a assegurar o domínio das duas estradas de penetração que os portugueses resolveram, em 1699, fundar a vila do Ceará e conceder-lhe o título real. A vila deveria situar-se no local da vela fortificação. A instalação da nova vila, que deveria ter sido uma questão pacífica, gerou uma controvérsia que só cessou na década de 1720. Pela lógica, o sítio da nova vila deveria ter sido a antiga povoação à sombra do forte, porém o conselho municipal decidiu que a cidade ficaria melhor localizada a pouca distância dali, em Iguape. A coroa imediatamente se opôs, fazendo saber aos moradores da povoação que ela considerava o forte como o local mais adequado para a instalação da sede do governo municipal. [...] No final das contas, a coroa indeferiu as objeções locais, e uma vila oficial foi criada em 1706 no local do antigo forte. Nem assim a oposição dos habitantes ao local determinado por Lisboa foi aplicada, e em 1713 os obstinados cearenses foram recompensados com a decisão da coroa de realocar a comunidade em Aquiraz, uma zona adjacente ao porto de Iguape. A despeito das suas propaladas virtudes, infelizmente Aquiraz revelou-se uma vitória infausta. Tão logo os colonos se mudaram para a nova localização, os índios da região começaram a hostilizar a nascente comunidade. O capitão-mor expressou as suas objeções ao novo lugar, mas a coroa obstinou-se, e logo foram construídas uma casa da câmara, uma cadeia e uma igreja na comunidade, a essa altura completamente desmoralizada. Ademais, para certificar-se de que ninguém permanecesse em Fortaleza, deu-se um prazo de quatro meses aos comerciantes para transferirem suas mercadorias para Aquiraz. (DELSON, 1979, p. 21).

A cidade de Aquiraz foi fundada no início do projeto de planificação das novas vilas fundadas no território da Colônia, cuja estes novos assentamentos deveriam seguir padrões de regularidade, ruas retas, construções alinhadas ao limite do lote, a igreja na praça central etc., assentadas sobre um sítio plano. Estas determinações produziram uma paisagem de ruas, apesar de um centro histórico reduzido, retas e um traçado regular (Figura 63). Não se encontrou informações sobre uso de vegetação na cidade. No Quadro 17 apresenta-se uma síntese dos elementos urbanos fundacionais descritos para a cidade de Aquiraz.



Figura 63: Planta de Aquiraz. Disponível no museu do engenho, no parque engenhoca, Aquiraz (CE).
Fonte: Giuliana Sousa (2016)

Quadro 17: Resumo de elementos urbanos fundacionais de Aquiraz

- **Situação:** Área de porto as margens do rio Iguape
- **Sítio urbano:** predominantemente plano
- **Rua:** regulares
- **Praças:** uma praça
- **Construções:** igreja, edifício público e casas simples
- **Jardins:** sem jardins
- **Arborização:** sem arborização

Fonte: Autora (2018)

Centro histórico atualmente

O centro histórico de Aquiraz é muito pequeno. A malha que forma a área mais antiga da cidade é constituída de poucas ruas e por três praças: a das Flores, a da Matriz e a do mercado. Esta malha urbana apresenta certa regularidade no traçado, o relevo do solo é plano, apresenta ruas não tão estreitas, mas pode se dizer proporcional à altura das edificações térreas, que as emolduram e dão sensação de aconchego a escala do pedestre (Figura 64 e Figura 65).

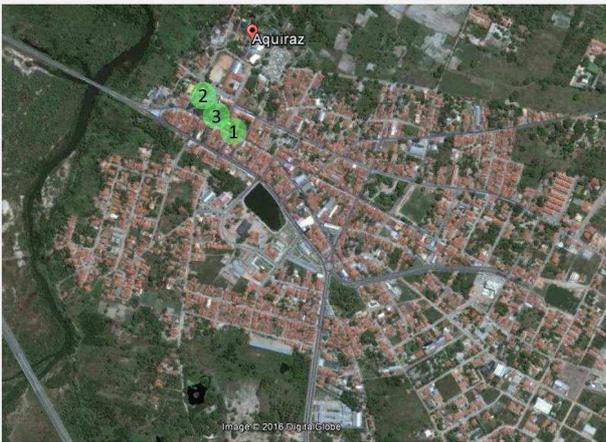
Outra característica da malha é em que alguns cruzamentos as ruas são interrompidas formando pontos de referência dentro da paisagem urbana da área. As edificações são geminadas, com muitas aberturas para as ruas. As esquinas também se caracterizam por apresentarem aberturas, não possuindo chanfros como em muitos centros históricos de origem portuguesa. Geram uma sensação de orientabilidade a área de estudo (Figura 66).

Na praça da Matriz, chamada de praça Cônego Araripe, está localizada a igreja matriz da cidade – igreja de São José de Ribamar. A praça apresenta um desnível acentuado a nordeste e em seu entorno estão as construções mais antigas da cidade, como a antiga casa de câmara e cadeia onde hoje está instalado o museu sacro São José de Ribamar. Próximo à praça estão localizadas as casas mais antigas da cidade, do período setecentista, uma delas a antiga casa do capitão Mor (Figura 67).

As ruas que margeiam a praça da matriz são conformadas por residências térreas geminadas, algumas de comércio. Ao norte da praça existe uma escola municipal e um terreno vazio e está localizado o parque engenhoca (um parque eco turístico), sendo que dentro deste parque estão localizadas as ruínas dos hospícios dos jesuítas, que sobraram da época em que a cidade era capital do estado.

De maneira geral, o que é perceptível quanto à configuração do centro histórico de Aquiraz é que: ele é pequeno quando comparado a outras cidades, estruturado em poucas ruas e alguns exemplares arquitetônicos são da época que a cidade exercia a função de capital. Os elementos de interesse da pesquisa observados no centro histórico de Aquiraz foram: as casas térreas, a igreja Matriz, um mercado e um museu – antiga casa de câmara e cadeia. Assim se caracteriza o tecido dessa área da cidade interesse da pesquisa (Figura 68).

Aquiraz (CE) - traçado do centro antigo na atualidade



1. Rua Virgílio Coelho; 2. Praça da igreja matriz da cidade; 3. Antiga Casa de Câmara e Cadeia
Figura 64: Imagem de satélite de Aquiraz. Fonte: adaptado do Google Earth (2018).



Figura 65: Malha urbana do centro histórico de Aquiraz 2010. Fonte: adaptado IBGE (2018).

Espaços livres públicos do centro histórico



Figura 66: 1 - Rua Virgílio Coelho. Fonte: Giuliana Sousa (2016)



Figura 67: 2 - Praça da igreja matriz da cidade. Fonte: Giuliana Sousa (2016)



Figura 68: 3 - Antiga Casa de Câmara e Cadeia. Fonte: Giuliana Sousa (2016)

O pequeno núcleo inicial de Aquiraz, de 1699, encontra-se as características descritas à época da fundação da vila, que é a praça da Matriz, com sua igreja destacada, e a Casa de Câmara e Cadeia. Com certeza, estas características se estruturam devido ao seu sítio plano, cujo centro histórico apresenta um desenho regular.

Cuiabá (MT)

1718 - Fundação urbana inicial

O núcleo urbano de Cuiabá tem seus indícios a partir da expedição Pascoal Moreira Cabral que descobriu ouro nas proximidades do rio Cuiabá com o ribeirão de Coxipo. A cidade de Cuiabá foi a primeira vila fundada pela Coroa na região Oeste da Colônia, e a necessidade de se organizar o controle e o povoamento a época de sua implantação, mas a falta de recursos imediatos para fazer a planificação que estava sendo executada nas capitanias do Piauí e do Ceará não era possível se realizar no assentamento incipiente da nova vila, por isso a Coroa deixa a construção da cidade nas mãos dos próprios bandeirantes que ocupava a área.

[...] Entre 1716 e 1719, os descobridores dessa nova zona aurífera erigiram uma capela e iniciaram uma modesta povoação que constituiu o núcleo do que uma década depois viria a ser a vila de Cuiabá. A maioria das trilhas que serpeavam pela aldeia seguiam em direção ao rio Cuiabá, junto ao qual a povoação cresceu; a configuração da comunidade apenas acompanhava as irregularidades da topografia [...]. (DELSON, 1979, p. 29)

Cuiabá é uma cidade linear, que se desenvolveu ao longo do rio, com todas as ruas dominantes correndo no mesmo sentido, e as transversais, aproximadamente normais à mesma linha sinuosa do curso de água. Como geralmente acontece em cidades desse tipo, tudo teria começado por uma extensa e magra fileira de casas à margem do rio, que com o tempo teria encorpado, exatamente como se deu em Espanha com Castrojeriz (Burgos), com a qual, de resto, a planta da cidade tem muita semelhança. Particularmente feliz foi o traçado da praça central, que confere harmonioso equilíbrio à composição; esta ainda que não obedecesse a um critério generalizadamente ortogonal, era de uma regularidade relativa e de agradável aspecto de conjunto. (SANTOS, 1968, p. 64).

Logo, as primeiras edificações da Vila se configuraram ao longo do rio Cuiabá, o que configurou um assentamento de uma ocupação linear, pois foram os próprios colonos que constituíram o tecido da cidade. Como a área estava condicionada a exploração do ouro presente em seus corpos d'água, as construções aconteciam atendendo ao desenho da

topografia que facilitava a atividade de mineração (Figura 69). No Quadro 18 apresenta-se uma síntese de elementos urbanos fundacionais para a cidade de Cuiabá.

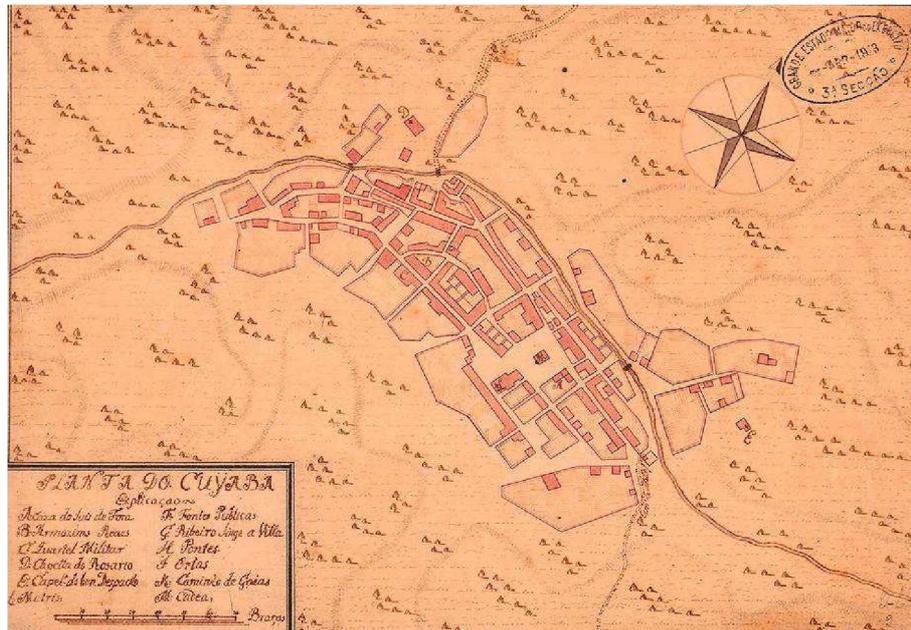


Figura 69: Registro histórico do traçado de Cuiabá, 1777. Fonte: REIS FILHO^{vii} (2000)

Quadro 18: Dos elementos urbanos de Cuiabá

- **Situação:** interior da Colônia, as margens do rio Cuiabá, área de mineração
- **Sítio urbano:** leves declives e aclives
- **Rua:** irregulares, conferem uma malha sem padronização de regularidade
- **Praças:** alguns largos e praças
- **Construções:** igrejas e casas simples
- **Jardins:** sem informação
- **Arborização:** sem informação

Fonte: Autora (2018)

Centro histórico atualmente

O centro histórico de Cuiabá se caracteriza por apresentar uma malha irregular, com algumas visuais abertas para a paisagem adensada do bairro. As igrejas são marcos visuais e estão em pontos estratégicos do desenho. O centro histórico apresenta muitas ruas pedonais, estreitas e sinuosas, enquanto os quarteirões são de diversos formatos e tamanhos (Figura 70 e Figura 71).

As construções que mais predominam no centro histórico possuem de um a dois pavimentos, existindo algumas igrejas inseridas entre edifícios mais simples. O lote mais

típico do centro histórico possui ocupação de toda a sua área, não existem afastamentos laterais, nem frontais (Figura 72).

Na área do centro antigo de Cuiabá existem algumas pequenas praças, as quais são, na verdade, largos. Estes largos, encontrados na malha original, são alguns alargamentos de vias, que formam áreas de estar e de respiro da malha densa que compõe o bairro. As praças que se destacam na paisagem são as praças Alencastro e praça da República, onde está localizada a Catedral Basílica Nosso Senhor de Bom Jesus, que foi a primeira praça da cidade. Estas duas praças ficam mais afastadas da área mais adensada do centro (Figura 73).

A pouca vegetação vista no local está representada por algumas árvores, localizadas nestes pequenos largos e nas duas praças que compõem o centro histórico.

A principal avenida, que liga a área central, faz a conexão entre as ruas, as praças e os edifícios mais marcantes do bairro, foi construída sobre o antigo córrego da Prainha. Há registros de que este córrego foi utilizado para a mineração de ouro, na época da fixação do assentamento no local. Na atual dinâmica urbana do bairro, o corpo d'água que já não possuía mais ouro foi transformado na avenida mais importante desta área da cidade, a Avenida Tenente Coronel Duarte (Figura 74).

Após o percurso do bairro, identificou-se alguns espaços livres de características específicas, tais como: a rua principal, e a estrutura do desenho de espaços livres da cidade a partir dela, a Avenida Tenente Coronel Duarte. A partir desta via a cidade original se divide em uma área um pouco mais plana e outra área mais íngreme, sendo que na parte considerada mais plana está um centro antigo mais denso de construções e ruas estreitas. Do outro lado da via está a igreja mais alta desta área da cidade a igreja Nossa Senhora do Rosário e a Capela São Benedito, de onde é possível visualizar a malha do entorno (Figura 74).

Cuiabá (MT) - traçado do centro antigo na atualidade



1. Rua Galdino Pimentel; 2. praça da República; 3. Avenida Tenente Coronel Duarte

Figura 70: Imagem de satélite de Cuiabá. Fonte: adaptado do Google Earth (2018).

Figura 71: Malha urbana do centro histórico de Cuiabá 2010. Fonte: adaptado IBGE (2018).

Espaços livres públicos do centro histórico



Figura 72: 1 - Rua Galdino Pimentel, somente pedestres, no final do quarteirão a rua se conecta a Praça Dr. Alberto Novis. Fonte: Giuliana Sousa (2017)



Figura 73: 2 - Praça Alencastro a esquerda, Catedral Basílica do Nosso Senhor de Bom Jesus, a frente da igreja está a Praça da República. Fonte: Giuliana Sousa (2014)



Figura 74: 3 - Avenida Tenente Coronel Duarte, antigo Córrego da Prainha, onde a cidade teve início. Fonte: Giuliana Sousa (2017)

A Cuiabá, de 1718, encontra-se imersa na área adensada do centro histórico atual, sendo que é possível enxergar a sua estrutura linear que deu origem ao núcleo urbano inicial em seus elementos principais: a malha, as igrejas, as praças e largos. Percebe-se que a localização da primeira igreja da Vila se conserva na atualidade, na edificação da Catedral Basílica do Nosso Senhor de Bom Jesus, juntamente com a praça da República.

Fortaleza (CE)

1726 - Fundação urbana inicial

A cidade de Fortaleza surgiu junto a fortaleza Nossa Senhora da Assunção, esta tinha sido criada muito antes. Somente com a ação da Coroa em implantar um núcleo urbano na região para marcar a posse e garantir segurança na área, por conta de ataques de franceses e indígenas, é que o núcleo urbano de Fortaleza surge. Este assentamento se concretiza pelos esforços da Coroa, que investiu fundos reais para a construção a vila, que depois seria elevada a categoria de capital da capitania do Ceará.

Com a implantação de Fortaleza a 13 de abril de 1726, a capitania do Ceará ficou na situação absurda de ter duas vilas fundadas oficialmente em áreas praticamente vizinhas, [...]. A proximidade entre Fortaleza e Aquiraz não só era pouco prática do ponto de vista econômico (pois duplicava as expensas oficiais) como criava rivalidades entre os dois núcleos demográficos incipientes. Diante de outra situação potencialmente explosiva como a do Piauí na década anterior, a coroa sub-repticiamente subvencionou Fortaleza, financiando a construção da futura urbe com fundos do erário real. (DELSON, 1979, p. 21)

O mapa mais antigo existente da vila (cerca de 1730) ilustra até que ponto o governo real subsidiou a nova comunidade. As primeiras moradas são representadas como simples casas cobertas de palha; as edificações posteriores, de teto de telhas, são comparativamente luxuosas. [...] Por outro lado, é perfeitamente visível que a área central da comunidade foi deixada vaga, servindo assim como praça principal, impressão confirmada pela presença da igreja matriz na sua cabeceira. Ademais, as casas do quarteirão paralelo à praça apresentam todas a mesma disposição de portas e janelas, o que indica uma tentativa de uniformização do desenho. No meio desse quarteirão está a nova casa da Câmara, e uma legenda no pé do desenho salienta que o quartel municipal e a nova rua de casas foram criação do capitão-mor. (DELSON, 1979, p. 22)

À época da transferência da capital de Aquiraz para Fortaleza – 1810 – 1800 havia um “arruador” para organizar o traçado e em 1813 a camara municipal possuía uma planta parcial da vila elaborada pelo Engenheiro Antônio José de Silva Poulet – consolidação do traçado xadrez, que permanece nos próximos planos urbanísticos que são implantados na cidade, nas décadas seguintes. (CAPELO FILHO e SARMIENTO. 2006, p.17).

Na época da criação da Vila de Fortaleza já estava em prática o programa de planificação das novas vilas implantadas na Colônia, e assim, a cidade tem subsidiado a implantação de suas principais construções, igrejas e cadeia, não existia no primeiro momento o traçado definido, apesar da localização das principais edificações terem sido organizadas deixando espaçamento suficiente para a construção de uma malha regular. Logo, à medida que a povoação se desenvolve é contratado um plano de arruamento para organizar o traçado regularizador da vila (Figura 75 e Figura 76). No Quadro 19 apresenta-se uma síntese de elementos urbanos fundacionais para a cidade de Fortaleza.

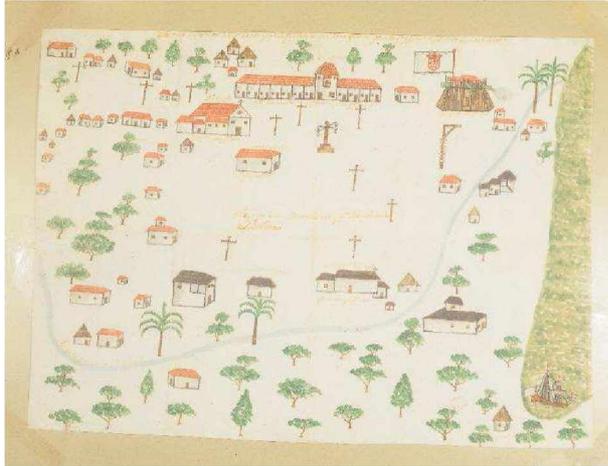


Figura 75: Vila de Fortaleza em 1730. Fonte: REIS FILHO (2000)

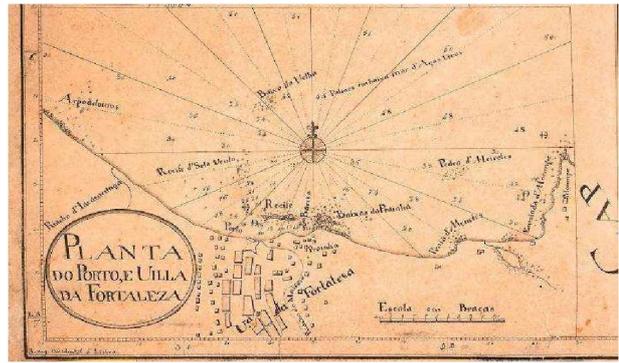


Figura 76: Planta do Porto e Vila de Fortaleza. Fonte: REIS FILHO (2000)

Quadro 19: Dos elementos urbanos de Fortaleza

- **Situação:** no litoral
- **Sítio urbano:** relativamente plano
- **Rua:** ruas regulares, traçadas em tabuleiro xadrez
- **Praças:** várias praças em todo o tecido urbano, o que proporciona várias aberturas na malha regular
- **Construções:** destaque para o forte, e para as igrejas
- **Jardins:** sem jardins
- **Arborização:** sem arborização

Fonte: Autora (2018)

Centro histórico atualmente

O centro histórico de Fortaleza possui uma malha regular xadrez, resultado de processos de intervenções ao traçado incipiente da antiga vila. Esse traçado apesar de ser uma grelha é fácil de se percorrer e orientar-se. As ruas não são longas, existem muitos cruzamentos, o que geram ruas curtas e de fácil reconhecimento. Existem praças e edifícios de referências, que são destacados no tecido do centro histórico e servem de orientação aos transeuntes (Figura 77 e Figura 78).

Segundo a literatura, o traçado em tabuleiro xadrez foi a referência para o início do seu traçado urbano, além da antiga fortaleza Nossa Senhora da Assunção e da praça da Sé, sendo que ainda hoje estes dois elementos se mantêm como referência para esta na paisagem do centro histórico.

A partir da praça da identifica-se a configuração das ruas, que são ruas não são muito largas (menores que 8 m). As ruas configuram-se por edifícios que variam quanto à altura,

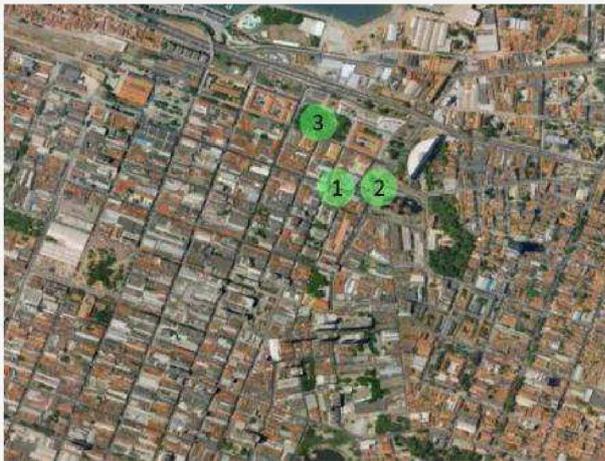
mas a maioria tem de três a quatro pavimentos (no máximo 12 m de altura). Essa relação entre a altura do edifício e a largura da rua confere a rua um lugar acolhedor, em termos de fechamento, e pelo sombreamento que geram ao espaço livre (Figura 79).

As praças existentes no centro variam em formato, tamanho, atividades e manutenção. Algumas praças servem de referência para o caminhar dos pedestres, outras são verdadeiras surpresas em meio a malha do centro. Durante o percurso realizado reconheceu-se praças muito grandes e outras que atendiam ao comércio local (Figura 80).

Algumas praças do centro histórico de Fortaleza são expressivas em relação a área que ocupam, que são apropriadas pela população como parques públicos. Como por exemplo a atual Praça dos Mártires, que na verdade teve origem como passeio público e está localizada ao lado da antiga Fortaleza Nossa Senhora da Assunção. Segundo Capelo Filho e Sarmiento (2006, p. 56), “em 1850 era o local preferido para passeios matutinos e vespertinos” e que em “1864 a praça foi ajardinada e arborizada”. Esta praça ainda hoje encontra-se como um local de destaque pela vegetação encontrada nela (Figura 81).

A vegetação encontrada no centro histórico de Fortaleza está presente principalmente nas praças, onde encontra-se expressiva massa verde pela quantidade de árvores, o que não se repete nas ruas, pois nestas a arborização está ausente.

Fortaleza (CE) - traçado do centro antigo na atualidade



1. Rua Castro e Silva; 2. Praça da Sé; 3. Passeio Público

Figura 77: Imagem de satélite de Fortaleza. Fonte: adaptado do *Google Earth* (2018).

Figura 78: Malha urbana do centro histórico de Fortaleza 2010. Fonte: adaptado IBGE (2018).

Espaços livres públicos do centro histórico



Figura 79: 1 - Rua Castro e Silva (ao final da imagem está a Catedral Metropolitana). Fonte: Giuliana Sousa (2016)



Figura 80: 2 - Praça da Sé, vista a partir do alto da antiga fortaleza Nossa Senhora da Assunção. Fonte: Giuliana Sousa (2016)



Figura 81: 3 - Passeio Público. (atual Praça dos Mártires). Fonte: Giuliana Sousa (2016)

Fortaleza, de 1726, chama atenção pela preocupação que a Coroa teve em financiar o projeto de seu arruamento. Com a mudança da capital de Aquiraz para Fortaleza houve uma preocupação em organizar a cidade-sede como modelo de padrão de beleza e modernidade sendo as ruas organizadas em tabuleiro xadrez. Observa-se ainda que antes, o núcleo inicial de Aquiraz já possuía regularidade. Era o projeto de planificação de vilas e cidades para a Colônia já sendo colocado em prática.

Cidade de Goiás (GO) 1727 - Fundação urbana inicial

A cidade de Goiás (Vila Boa de Goiás) teve sua fundação iniciada com a descoberta de ouro às margens do Rio Vermelho, pelo bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva. Com isso, a Coroa percebe a necessidade de se fixar uma Vila na região, para garantir o controle sobre as riquezas recém-descobertas, e impedir os aventureiros que buscavam enriquecimento fácil nas regiões de mineração.

[...]. Movido por essas convicções, em 1736 Sarzedas partiu para as minas do rio Vermelho (afluente do Araguaia), munido de cópias da legislação de planejamento urbano que orientariam na criação eficiente de uma nova vila. Cópias das ordens para a formação da vila de Goiás haviam sido enviadas antecipadamente tanto a Sarzedas como ao superintendente [...]. As ordens de 1736 requeriam a criação de uma comunidade segundo o modelo retilíneo prescrito [...]. (DELSON, 1979, p. 31).

Assim, com base no programa que estava sendo implantado na Colônia para a construção de novas de vilas e cidades, foi designado o governador de São Paulo, Conde de Sarzedas a seguir para dar prosseguimentos a implantação do novo núcleo urbano. Este levava consigo os desenhos das plantas que deveriam servir de modelo para a construção do assentamento. No entanto, devido sua morte repentina durante a viagem, outro governador assumiu a incumbência de cumprir as ordens reais, de estabelecer as melhorias urbanas para a Vila, Dom Luís de Mascarenhas, porém nota-se que ele não conseguiu realizar tudo como estava solicitado nas plantas, que orientavam o traçado a ser implantado. Seguiu as ordens com relação as construções dos prédios públicos, mas não conseguir o traçado regular solicitado no desenho.

[...] logo determineis nela o lugar da praça no meio da qual se levante pelourinho e se assinale a área para o edifício da igreja capaz de receber competente número de fregueses ainda que a povoação se aumente, e que

façais delinear por linhas retas a área para as casas com seus quintais, e se designe o lugar para se edificarem a casa da Câmara e das Audiências e cadeia e mais oficiais públicas que todas devem ficar na área determinada para as casas dos moradores, [...] que em todo o tempo se conserve a mesma formosura da terra e a mesma largura das ruas, e junto da vila fique bastante terreno para logradouros público, e para nele se poderem edificar novas casas, que serão feitas com a mesma ordem e concerto [...]. FERREIRA e FERREIRA apud SANTOS (1968, p. 61).

Pela planta da vila, vê-se que o traçado não foi feito em linhas retas, não sendo obedecido, nesse particular, o que mandava a carta régia. Três caminhos em funil demandavam ao que conduzia à ponte sobre o rio que serpenteia por dentro da povoação; os dois caminhos extremos delimitam a praça principal. Foram os acidentes do terreno – o rio, os outeiros cobertos de mata etc. – que deram a configuração das principais ruas da vila. SANTOS (1968, p. 62)

A Cidade de Goiás apresenta uma malha irregular próxima ao rio vermelho, apesar do assentamento, a certa medida, aproveitar a topografia para a localização das suas igrejas nos pontos mais altos, e a interligação de ruas entre os adros dessas igrejas e as praças (Figura 82). No Quadro 20 apresenta-se uma síntese de elementos urbanos fundacionais da Cidade de Goiás.

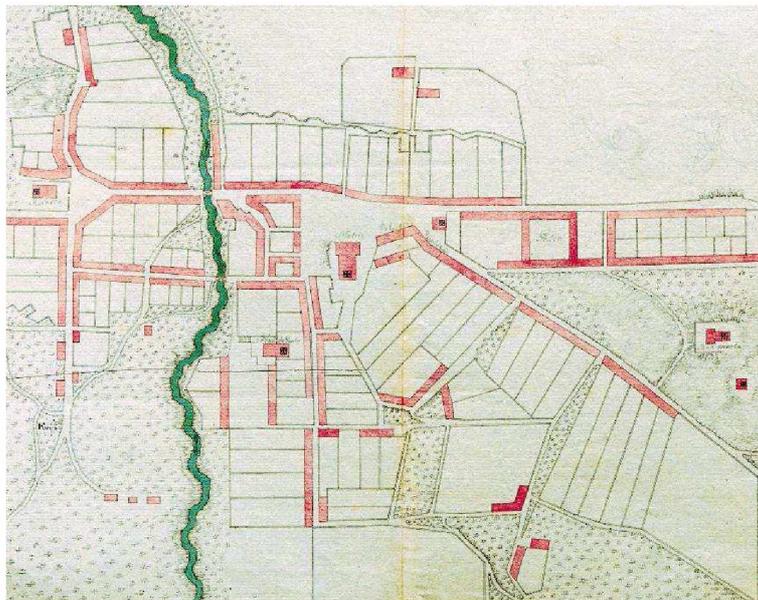


Figura 82: Registro histórico da Cidade de Goiás, 1790. Fonte: REIS FILHOviii (2000)

Quadro 20: Resumo de elementos urbanos fundacionais de Cidade de Goiás

- **Situação:** interior da Colônia, área de mineração, as margens do Rio Vermelho
- **Sítio urbano:** irregular, declives e aclives
- **Rua:** irregulares
- **Praças:** alguns largos e praças
- **Construções:** igrejas, casario e edifícios públicos
- **Jardins:** sem registro oficial
- **Arborização:** nos quintais das residências, e apresenta as margens do rio Vermelho vegetada

Fonte: Autora (2018)

Centro histórico atualmente

O centro histórico da Cidade de Goiás possui uma malha irregular que acompanha o curso do rio, às margens do qual a cidade foi fundada. Esta configuração de ruas irregulares, direcionadas a partir do curso do rio, auxilia o caminhar para as áreas mais expressivas do centro histórico, que são as praças, a própria margem do rio e as edificações, as quais representam as paredes desses espaços livres. Em destaque estão as igrejas, sempre localizadas nas partes mais altas e fechando as perspectivas das ruas. Observa-se que o traçado sinuoso conduz a surpresas por todos os lados e cria conexões visuais, que servem de referência na paisagem e ajudam na segurança psíquica do pedestre (Figura 83 e Figura 84).

O traçado urbano irregular cria vários tipos e formatos de quadras na cidade, conseqüentemente vários tipos de lotes. As ocupações dos lotes, em relação aos afastamentos frontais e laterais, são sempre dispostas de forma alinhada aos limites do lote, sem afastamento. Esta característica origina espaços livres públicos mais aconchegantes ao pedestre, pois existem muitas aberturas voltadas para as ruas.

As ruas, em sua maioria, são estreitas e conformadas pelas edificações, cuja maioria são térreas. Uma das características, que chama atenção para as ruas, é o tipo de pavimento, pois é conservado o pavimento em pedra e muitas pedras são irregulares e pontiagudas, muitas vezes não são colocadas alinhadas umas às outras, o que geram, por um lado, problemas de acessibilidade ao pedestre, mas por outro lado, reduz a velocidade dos veículos (Figura 85).

As praças da Cidade de Goiás Velho são elementos marcantes no conjunto de seus espaços livres públicos. Elas são apropriadas dentro das funções que apresentam, o que gera uma dinâmica urbana condizente com esses espaços. Observa-se que as praças se apresentam de maneira bastante integrada as vias e são descobertas durante um simples passeio pela cidade, funcionando como elemento surpresa na paisagem do centro histórico. Acredita-se isso acontece devido ao aproveitamento dos pontos mais elevados do tecido, para a localização dos edifícios religiosos interligados a espaços livres maiores, ao formar largos, por exemplo (Figura 86).

A praça do Coreto, por exemplo, é a que mais está integrada ao desenho urbano do centro, pois sua posição entre duas igrejas e do lado oposto a uma das igrejas mais altas da cidade, a igreja do Rosário, acaba se tornando um elemento de conexão no tecido urbano. A atração principal da praça é o coreto, que tem como atividade uma sorveteria, o que atrai

muitos usuários. E no entorno da praça existem muitos bares e restaurantes, fazendo com que esta área seja de intenso fluxo de pedestres.

A praça Brasil Caiado, onde estão localizados o chafariz colonial e a antiga Casa Câmara e Cadeia, hoje museu das Bandeiras, é muito grande em relação a todo o traçado da cidade. O tamanho da praça corresponde a área de cerca de três quadras e apresenta um formato triangular, sendo que este tamanho e formato, em relação a sua implantação no relevo do solo, enquadram as visuais da paisagem do seu entorno (Figura 86).

O rio Vermelho é sem dúvidas, entre as cidades objetos de estudo desta pesquisa, o que apresenta o melhor contexto em relação ao traçado, a ocupação urbana e a beleza cênica natural. Ele não é totalmente canalizado, o que acontece em muitas cidades visitadas, tem suas margens vegetadas e faz um movimento sinuoso, que compõe uma das partes mais bonitas do centro histórico da Cidade de Goiás (Figura 87).

A vegetação encontrada no centro histórico está localizada, além das margens do rio Vermelho, principalmente nas praças, sendo ausente ao longo das ruas.

Cidade de Goiás (GO)- traçado do centro antigo na atualidade



1. Rua Moretti Forggiam; 2. Praça do Chafariz; 3. Rio Vermelho

Figura 83: Imagem de satélite da Cidade de Goiás.
Fonte: adaptado do Google Earth (2018).

Figura 84: Malha urbana do centro histórico da Cidade de Goiás 2010. Fonte: adaptado IBGE (2018).

Espaços livres públicos do centro histórico



Figura 85: 1 - Rua Moretti Forggiam, que conecta a praça do Coreto a igreja Nossa Senhora do Rosário, localizada ao centro da imagem. Fonte: Giuliana Sousa (2017)



Figura 86: 2 - Praça Brasil Caiado, mais conhecida como praça do Chafariz. Na imagem a esquerda está o chafariz de cauda, e a direita está a antiga Casa Câmara e Cadeia, hoje museu das Bandeiras. Fonte: Giuliana Sousa (2017)



Figura 87: 3 - Rio Vermelho, que corta a cidade, configura sua paisagem urbana. Fonte: Giuliana Sousa (2017)

A cidade de Goiás, de 1727, apresenta uma beleza marcante, que é característica de sua implantação inicial. Suas ruas, em um primeiro momento tinham por base um projeto regular, mas que foi modificado em seu traçado por conta do aproveitamento da topografia de seu sítio irregular, às margens do rio Vermelho. A paisagem da cidade é marcada por uma rua principal que atravessa o rio e liga as igrejas, e os espaços livres públicos que as conformam, o que garante uma hierarquia de fácil localização na cidade. Goiás mantém também os edifícios principais nos locais em que foram propostos, as igrejas, a Casa de Câmara e Cadeia e o chafariz público, além das praças que facilitam as visuais de seu conjunto urbano original.

Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) 1752 - Fundação urbana inicial

A cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade foi fundada com o objetivo de delimitar as fronteiras à oeste da Colônia, em relação aos avanços dos castelhanos, após a assinatura do Tratado de Madri (1750). Com a construção do núcleo urbano a Coroa portuguesa conseguiria garantir a posse das riquezas que encontradas nessa região.

Para tanto, é nomeado como capitão-geral da nova capitania Antônio Rolim de Moura, que havia trazido direto de Portugal as plantas para a implantação da capital, o projeto era baseado nos padrões de regularidade, para os novos assentamentos da Colônia. Ele deveria escolher um sítio saudável às margens do rio Guaporé, para construir sua cidade capital. Este rio funcionava como uma conexão entre Belém e o extremo Oeste.

Primeiramente a praça principal foi demarcada em terreno elevado, premonindo-se as inundações pelas cheias do rio. Esse largo central era um quadrado com 408 palmos de lado, contorneado por ruas de 60 palmos de largura (1 palmo = 22 cm). O lado sul era ocupado pelo quartel de uma companhia de dragões; a fachada oeste, pela casa da câmara; a parte leste, pela igreja paroquial; e todo o lado norte foi reservado para a residência do governador. Uma vez que o código de 1946 não especificava as medidas para a cidade do rio Guaporé, é provável que as dimensões utilizadas tenham sido estabelecidas pelo próprio capitão-geral. O que lhe interessava era que a nova vila oferecesse uma representação gráfica e visual de ordem e tivesse uma escala suficientemente grande para merecer atenção [...]. A residência foi custeada pelo próprio Moura, pois os fundos reais, no dizer do historiador mato-grossense Virgílio Correa Filho, estavam sofrendo de “anemia

incurável”; portanto, o estilo monumental da residência provavelmente foi um reflexo do gosto pessoal de Moura. Conforme um documento cartográfico posterior, ela ocupava pelo menos dois quarteirões inteiros do traçado de Vila Bela. Os aposentos davam para a praça central; atrás da residência foi deixado uma área para um pomar racionalmente plantado, que possivelmente foi o primeiro do seu gênero no Brasil, pois os primeiros pomares propriamente ditos das cidades costeiras tradicionais só surgiram no final do século. (DELSON, 1979, p. 36).

A cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade foi traçada em um em sítio plano, o que possibilitou a implantação da malha regular, em formato de tabuleiro xadrez. As ruas são regulares e alinhadas, sem declives ou aclives (Figura 88). No Quadro 21, apresenta-se uma síntese de elementos urbanos fundacionais da Cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade.

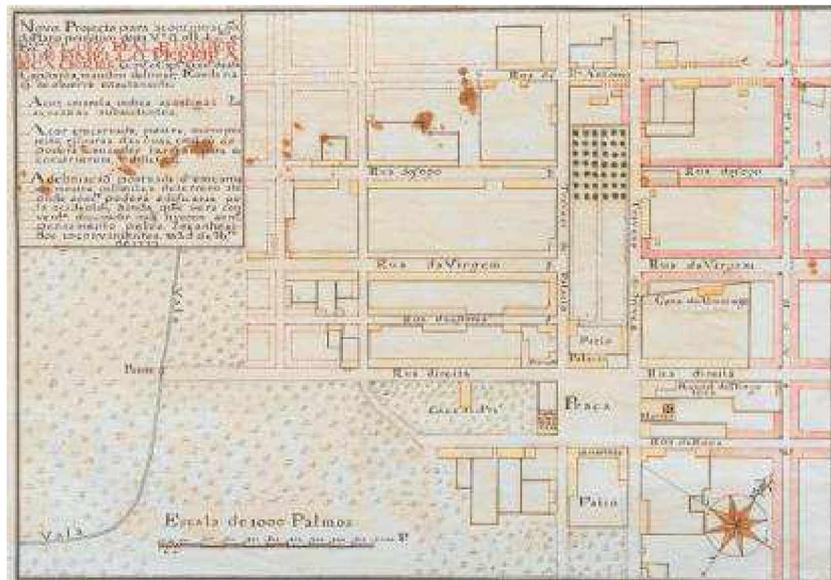


Figura 88: Registro histórico de Vila Bela da Santíssima Trindade, 1773. Fonte: REIS FILHOix (2000).

Quadro 21: Resumo de elementos urbanos fundacionais de Vila Bela da Santíssima Trindade

- **Situação:** junto às margens do rio Guaporé, na fronteira oeste do território da Colônia
- **Sítio urbano:** expressivamente plano
- **Rua:** ruas regulares, traçado ortogonal
- **Praças:** uma praça central
- **Construções:** casa do governador da província
- **Jardins:** pomar particular no palácio do governador
- **Arborização:** no jardim na residência do governador

Fonte: Autora (2018)

Centro histórico atualmente

O centro histórico de Vila Bela da Santíssima Trindade chama atenção por apresentar uma paisagem pacata e uniforme, tanto das vias, quanto das edificações. Todas as ruas da cidade seguem um traçado ortogonal. Em relação à topografia, a cidade é praticamente toda plana, com a maioria dos edifícios de um pavimento, somado às vias retas e largas (superiores a 12 m), para a altura das edificações (máximo de 4 m), configura um espaço pouco acolhedor, trazendo uma sensação espacial de desamparo para o pedestre (Figura 89 e Figura 90). A cidade ainda apresenta altas temperaturas, valores das médias máximas alcançam 34°C (INMET, 2016), ampliando a sensação desprotegida, com o excesso de insolação.

Vila Bela apresenta um relevo plano, o que configura na cidade um tecido muito constante. A partir da área central não é possível ver o entorno natural que existe em volta da cidade, nem mesmo a paisagem do rio Guaporé é possível visualizar. Apenas quando se distancia do tecido do centro histórico é que se consegue avistar as belas visuais do entorno, proporcionadas pelo corpo d'água.

Algumas características do desenho desse centro histórico chamam atenção, por se distinguir em relação a outras cidades visitadas. Em primeiro lugar é a configuração do relevo do solo plano, depois a largura das ruas, seguido da presença majoritária de edificações térreas, onde até os sobrados estão ausentes. Outro ponto é a distância que o núcleo principal se encontra do rio Guaporé, que lhe dá suporte (Figura 91).

Existem três praças, em sequência no centro histórico da cidade: a Praça Dom Antônio Rolim de Moura, a praça das ruínas da Catedral e a Praça Cel. Paulo C. da C. Saldanha. Cada uma destas praças equivale aproximadamente a área de uma quadra do seu traçado urbano, o que as configuram espaços amplos, e por estarem alinhados na área central, caracterizam-se como lugar excessivamente aberto, se comparado à escala da cidade. Na praça das ruínas da Catedral existe uma estrutura construída para cobrir as ruínas, na tentativa de protegê-las contra os desgastes do tempo, no entanto, não se percebe nenhuma outra ação em relação a este espaço, o que acaba segregando este quarteirão, entre as outras duas praças (Figura 92 e Figura 93).

Estas características geram um lugar sem grandes pregnâncias em relação ao seu tecido. A cidade não apresenta elementos surpresas em sua malha, como são encontrados nas

cidades históricas do Brasil colônia. A paisagem monótona gera um lugar em que a orientação do pedestre fica comprometida, pois não se têm referências no desenho que lhes ajude na sua localização. Este fato só não é mais comprometido devido à escala da cidade, que não cresceu muito no entorno do seu centro histórico, sendo uma mancha urbana relativamente pequena (Figura 930).

Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) - traçado do centro antigo na atualidade



1. Rua Marechal Rondon; 2. Praça Dom Antônio Rolim de Moura; 3 Ruínas da Matriz

Figura 89: Imagem de satélite de Vila Bela. Fonte: adaptado do *Google Earth* (2018).

Figura 90: Malha urbana do centro histórico de Vila Bela 2010. Fonte: adaptado IBGE (2018).

Espaços livres públicos do centro histórico



Figura 91: 1 - Rua Marechal Rondon em direção ao Rio Guaporé. Fonte: Giuliana Sousa (2017)



Figura 92: 2 - Praça Dom Antônio Rolim de Moura, ao fundo o Palácio dos Capitães Gerais. Esta praça fica localizada ao sul da praça Central. Fonte: Giuliana Sousa (2017)



Figura 93: 3 - Ruínas da Matriz, local onde deveria existir a antiga casa do governador. Fonte: Giuliana Sousa (2017)

A cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, de 1752, apresenta sua malha rígida ainda hoje, como o documento que deu base ao seu traçado. O que chama atenção, atualmente, em relação ao seu desenho original, é o lugar onde deveria existir a residência do governador e sua horta, que hoje apresenta as ruínas da Catedral da cidade, obra que teve início em 1793, mas nunca foi concluída, além de uma praça e uma pequena igreja. No local que era previsto pelo projeto original para sediar a igreja da cidade existe uma escola. Entre as edificações do projeto original, a que ainda hoje se encontra presente é o Palácio dos Capitães Gerais.

Teresina (PI) 1852 - Fundação urbana inicial

A cidade de Teresina foi fundada por Antônio Saraiva, em 1852, para ser a nova capital da província do Piauí. Devido as necessidades de melhorar as comunicações e aumentar as relações comerciais Saraiva decide transferir a capital da cidade de Oeiras para o sítio localizado às margens do Rio Parnaíba. Saraiva escolhe um sítio fora da cota de alagamento do rio, e decide implantar a nova capital na chapada do corisco, tendo como pedra fundamental a praça da Bandeira, onde localiza-a às margens do rio, e em seu entorno concentra os edifícios mais importantes de seu plano, o palácio de governo e a igreja.

Diante do desejo e da necessidade de transferir a capital de Oeiras, Saraiva solicita ao Reino um especialista na construção de núcleos urbanos, mas não obtendo respostas, resolveu ele mesmo fazer um “borrão” com a proposta para a nova capital. Para desenvolver seu empreendimento Saraiva chama o mestre de obras Isidoro França, e este se torna o responsável por gerenciar as obras do novo assentamento.

Amparada no comércio, a nova Capital foi criada para exercer a função política-administrativa de desenvolvimento do Estado. O projeto de transferência da sede do governo tinha um objetivo fundamental que era explorar o comércio fluvial, num ponto estrategicamente localizado na rota do Maranhão para o Ceará [...]. (Silva Filho, 2007, p. 95)

A geografia foi, portanto, o pressuposto físico para a ação política. Pelo que se pode apurar da correspondência de Saraiva nº38, de 20-12-1850, o novo local não passava então de um terraplano preparatório para a instalação da nova Capital da Província. Determinado a transferir os foros de Oeiras o Conselheiro Saraiva, em *offício de 16 de Setembro do anno próximo passado* (1851), solicitou ao *Ministro e Secretário d’Estado dos Negocios do Império [...] da vinda de um Official de Engenheiros [...]*. Não obtendo existo nessa postulação, convoca o mestre dos canteiros das obras públicas da Província João Isidoro da Silva França. Esse, no dia 25.2.851, remete o *borrão* indicando o tamanho que deveriam ter os *quarteirões da praça em que fica a Matriz*. Acrescenta O. Nunes: em torno da *planta há outros documentos, pois Saraiva por sua vez também já havia feito um projeto que deferia um pouco dos de Mestre João Isidoro. Esses projetos são simples borrões sem grande significação técnica*. Se tais borrões expressam menor apreensão urbanística, e sem notícia de outro documento mais consistente, seria superficial dizer, vista a regularidade geométrica remanescente, que o terraplano tenha sido a prancha do desenho. Por outro lado, vê-se aflorado o ímpeto de Saraiva em não perder oportunidade de fazer a transferência da capital no seu governo, mais valendo o riscado de João Isidoro que improvável plano de *Official* do Império. Nesse tempo, quando a Província ainda não dispunha de arquiteto ou engenheiro, [...]. João Isidoro se torna o projetista oficial da Província. (Silva Filho, 2007, p. 98).

O plano traçado por Saraiva é de uma malha regular, um tabuleiro xadrez quase perfeito, com ruas regulares e alinhadas, espaço para seis praças, que serviriam de elemento de conexão, referência e respiro à malha homogênea proposta. A paisagem da cidade se completa com o cenário do rio Parnaíba que envolvia o centro histórico, o relevo do solo possui leve declive em direção as margens do mesmo rio (Figura 94). No Quadro 22 apresenta-se uma síntese dos elementos urbanos fundacionais da cidade de Teresina.

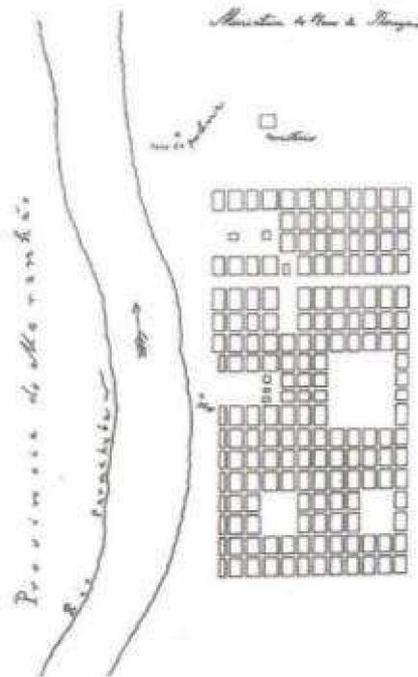


Figura 94: Mapa do núcleo inicial de Teresina 1852. Fonte: Prefeitura municipal de Teresina (2013).

Quadro 22: Resumo de elementos urbanos fundacionais de Teresina

- **Situação:** área de chapada, as margens do Rio Parnaíba
- **Sítio urbano:** relativamente plano, suave declividade
- **Rua:** regulares, formam um tabuleiro xadrez
- **Praças:** 6 (seis) praças
- **Construções:** destaque para igrejas e edifícios públicos
- **Jardins:** sem registro oficial
- **Arborização:** nas praças

Fonte: Autora (2018)

Centro histórico atualmente

O centro histórico de Teresina tem sua área central configurada como uma grelha ortogonal, onde existem seis praças, que criam pontos de referências, os quais servem para a orientação nos trajetos dos pedestres e se configuram como respiros verdes na malha do centro (Figura 95 e Figura 96).

Como o traçado é uma malha regular xadrez, as ruas retas, paralelas e não muito largas, as calçadas também não são muito largas. Os edifícios que conformam as ruas variam de um a três pavimentos, em sua maioria, o que confere ao pedestre uma sensação de aconchego, pois as ruas são proporcionais à altura das edificações e configuram áreas de sombras para os transeuntes. Estas construções não possuem afastamentos, ocupam toda área de testada do lote e configuram ainda mais os espaços livres das ruas (Figura 97).

O relevo do centro histórico é um pouco inclinado em direção ao rio Parnaíba e deixa as ruas construídas perpendiculares ao rio Parnaíba um pouco inclinadas, o que pede um pouco mais de esforço ao caminhar por elas.

As praças do Plano Saraiva, como é conhecida área do centro histórico de Teresina, funcionam como estratégias de urbanidade para o local, onde percebe-se que as igrejas funcionam como edifícios de marcos referenciais que propiciam o encontro entre os transeuntes. Além das igrejas principais, nestas praças também se situam os edifícios públicos mais importantes da capital (Figura 98 e Figura 99).

As praças do centro são elementos de referência dentro do tecido, são muito arborizadas, possuem mobiliário urbano e apresentam bom estado de conservação. A Praça da Marechal Deodoro da Fonseca (conhecida como praça da Bandeira), juntamente com a igreja Matriz Nossa Senhora do Amparo formam o local onde se localizou o marco zero do traço original da cidade, idealizado e traçado por Conselheiro Saraiva e o mestre-de-obras Isidoro França. Esta praça é proporcional a quase dois quarteirões inteiros da área que a contorna, sendo que ao lado existe uma segunda praça, Praça Barão do Rio Branco, de menores proporções, onde está localizada a igreja Matriz da cidade: Nossa Senhora do Amparo, da qual a fachada principal é voltada para a praça da Bandeira (Figura 98 e Figura 99).

A beleza cênica do centro histórico de Teresina é marcada pela presença do rio Parnaíba, à sua margem, pois este emoldura toda a sua área, fazendo com que funcione como um

plano ao fundo da cidade. Outro ponto de destaque é a arborização das praças, que possuem árvores de grande porte e copas densas, o que ameniza a sensação térmica desta cidade, devido às altas temperaturas a que ela está sujeita o ano inteiro, que registra médias mensais máximas de 37° C (INMET, 2016). (Figura 99).

Teresina (PI) - traçado do centro antigo na atualidade



1. Rua Simplicio Mendes; 2. Praça da Bandeira; 3. Praça Saraiva

Figura 95: Imagem de satélite de Teresina. Fonte: adaptado do Google Earth (2018).

Figura 96: Malha urbana do centro histórico de Teresina 2010. Fonte: adaptado IBGE (2018).

Espaços livres públicos do centro histórico



Figura 97: 1 - Rua Simplicio Mendes, típica rua do centro histórico de Teresina. Fonte: Giuliana Sousa (2016)



Figura 98: 2 - Praça da Bandeira em frente a Igreja Matriz Nossa Senhora do Amparo. Fonte: Giuliana Sousa (2016)



Figura 99: 3 - Praça Saraiva, densamente arborizada e cercada por grades, dentro da praça está a Igreja Nossa Senhora das Dores. Fonte: Giuliana Sousa (2016)

A cidade de Teresina, de 1852, mantém sua estrutura urbana como na proposta original da cidade: o tabuleiro xadrez, suas praças distribuídas por seu traçado e suas igrejas como edifícios marcos, além de edifícios importantes criados para administração pública.

Aracaju (SE) 1855 - Fundação urbana inicial

A cidade de Aracaju foi fundada em 1855, por ações do presidente da província Inácio Barbosa. O motivo da transferência era que necessitava de um porto para melhorar o comércio da província. Então é escolhido o sítio às margens do estuário do Rio Sergipe. Para a execução do plano urbanístico da nova capital sergipana é contratado o engenheiro Sebastião José Basílio Pirro.

A implantação de Aracaju surgiu, dentre outros fatores, pelas pressões de se construir um porto na boca do estuário do rio Sergipe [...]. Assim, o Presidente da Província Inácio Joaquim Barbosa transferiu oficialmente a capital de São Cristóvão, em 1855, para o povoado Santo Antônio do Aracaju, [...]. (NOGUEIRA, 2006, p. 139).

Sebastião José Basílio Pirro, engenheiro, foi o responsável pelo planejamento da cidade nascente. [...], Pirro propõe e implanta em Aracaju uma malha urbana com rígida forma geométrica de quarteirões quadrados em traçado de linhas retas perpendiculares a formar um “xadrez”. Esse desenho urbano, conhecido como quadrado de Pirro, é formado por 32 quadras, de aproximadamente 55 braças de lado (110x110m) cada, separadas por ruas de 60 palmos de largura (13,20m), idealizado dentro de 540 braças de lado (1188m) [...]. (IPHAN, 2000, p.10)

As plantas mais antigas de Aracaju que se conhecem foram feitas pelo engenheiro Francisco Pereira da Silva (1856 - 1857), o qual se juntou a Pirro, deixando claro que várias áreas são inundadas e outras formadas por lagoas e brejos [...]. Havia uma certa pressa na demarcação do terreno e o traçado retilíneo e simples vinha a calhar. Este tipo de traçado se adequava a sua topografia plana, [...]. (NOGUEIRA, 2006, p. 142).

Houve apenas duas modificações de sua ideia original a pedido do próprio presidente da província. Uma foi que a Rua da Aurora, às margens do Rio Sergipe, não seria reta, mas que se curvaria acompanhando a curva do rio. E a outra, foi a criação de uma estrada que ligaria o Quadrado de Pirro à colina do Santo Antônio, local do antigo povoado de pescadores. Essa estrada, Pirro a traçou reta por isso está inclinada em relação à malha do plano do qual ela estava fora. (IPHAN, 2000, p.12).

O plano elaborado por Pirro é de traçado regular, um tabuleiro xadrez, o que se destaca na sua área central um grande espaço livre composto por duas praças que fazem a conexão com as quadras da cidade. O plano desenvolvido por Pirro é conhecido como o quadrado de Pirro, onde as ruas são regulares e planas. O sítio em que a cidade foi assentada é um sítio plano, o que facilitou a implantação das propostas do engenheiro (Figura 100). No Quadro 23 se apresenta uma síntese de elementos urbanos fundacionais da cidade de Aracaju.

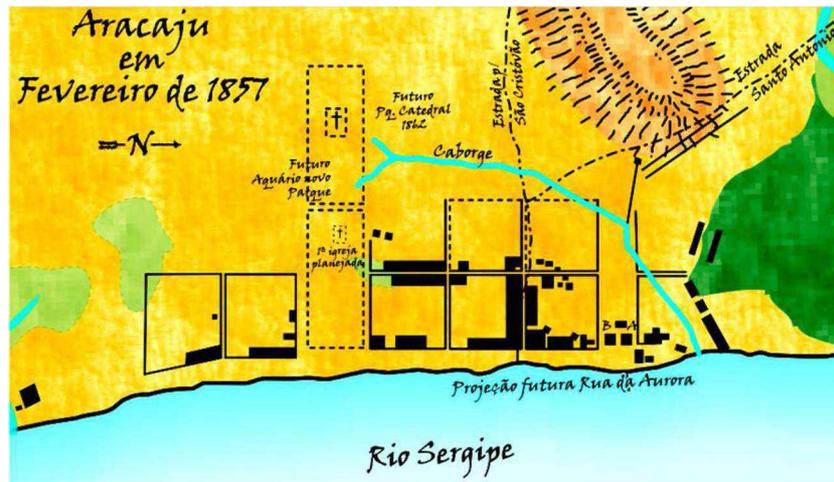


Figura 100: O Plano de Pirro e as atividades principais em 1857 (Planta do eng. Francisco Pereira da Silva) / sem escala. Traçado urbano de Aracaju, 1857. Fonte: PORTO (1991) apud IPHAN-SE (2000).

Quadro 23: Resumo de elementos urbanos fundacionais de Aracaju

- **Situação:** às margens do largo estuário do Rio Sergipe, área de porto.
- **Sítio:** plano
- **Rua:** regulares, traçado em malha xadrez
- **Praças:** a princípio uma praça central a partir do Rio Sergipe
- **Construções:** edifícios públicos e igrejas
- **Jardins:** sem registro oficial
- **Arborização:** nas praças centrais

Fonte: Autora (2018)

Centro histórico atualmente

O centro histórico de Aracaju possui uma malha urbana regular, em tabuleiro xadrez, onde a cidade foi desenhada para ser a capital do estado. O relevo da área central é plano, o que facilita a rigidez do traçado (Figura 101 e Figura 102).

Nas ruas têm-se uma sensação de espaço confortável, proporcionais a altura das edificações que as conformam. A altura da maioria das edificações varia de um a quatro pavimentos. Elas não apresentam afastamentos aos limites dos lotes, ocupando praticamente toda a sua área. Entre estes edifícios, que compõem a malha urbana adensada, existe uma igreja que se destaca como marco de referência ao deslocamento do pedestre. As ruas comerciais do centro se caracterizam por serem ruas pedonais (Figura 103).

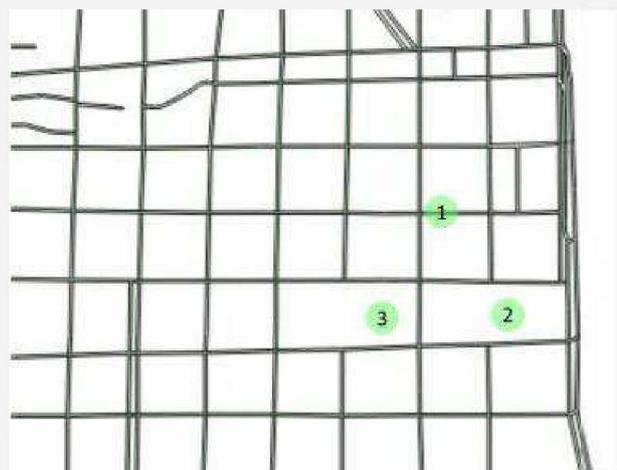
O que se destaca na paisagem do núcleo original de Aracaju é a sequência de duas grandes praças centrais: a praça Almirante Barroso e a praça Olímpio Campos. Cada uma destas

duas praças possui área correspondente ao tamanho de dois quarteirões inteiros juntos e são separadas apenas pela rua Itabaianinha. O fato delas ocuparem juntas um espaço livre muito amplo, em relação a área central em que estão inseridas, cria um lugar mais aberto, em comparação com o todo do tecido urbano do centro histórico. Não existem mais exemplares de praças nesta área do centro histórico, o que gera uma certa monotonia na área, sem variedade de espaços livres, que funcionem como respiros e que criem referência para o transeunte (Figura 104 e Figura 105).

Na praça Almirante Barros está o marco zero do centro histórico e devido a praça apresentar um espaço muito aberto, é possível ter visuais da avenida beira mar, com ponto focal na ponte do Imperador Dom Pedro I, um píer construído para recepcionar o rei na época do Brasil Império. A praça Olímpio Campos possui maior concentração de arborização, sendo mais sombreada e é nela onde está localizada a Catedral Metropolitana da cidade (Figura 104 e Figura 105).

Um dos elementos que mais se destacam nas praças é a paginação de piso. Na praça Almirante Barroso, a paginação dá uma sensação de preenchimento para um espaço que é muito amplo. Além de ser uma rua de pedestre que divide a praça nitidamente em duas partes, facilitando a circulação dos pedestres no centro histórico. A vegetação encontrada no centro histórico se apresenta concentrada nessas duas praças centrais, estando ausente nas ruas (Figura 104 e Figura 105).

Aracaju (SE) - traçado do centro antigo na atualidade



1. Rua Laranjeiras; 2. Praça Almirante Barros; 3. Praça Olímpio Campos

Figura 101: Imagem de satélite de Aracaju. Fonte: adaptado do Google Earth (2018).

Figura 102: Malha urbana do centro histórico de Aracaju 2010. Fonte: adaptado IBGE (2018).

Espaços livres públicos do centro histórico



Figura 103: 1 – R. Laranjeiras. Igreja de São Salvador à esquerda, destaque na paisagem. Fonte: Giuliana Sousa (2017)



Figura 104: 2 - Praça Almirante Barroso em direção a ponte do Imperador. Fonte: Giuliana Sousa (2017)

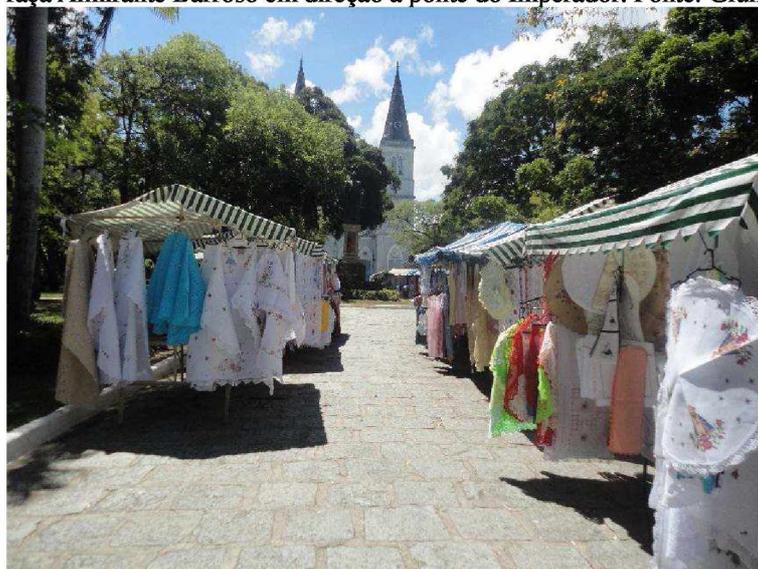


Figura 105: 3 - Praça Olímpio Campos, ao fundo a Catedral Metropolitana de Aracaju. Fonte: Giuliana Sousa (2017)

A cidade de Aracaju, de 1855, conserva seu tabuleiro xadrez, de ruas retas e suas grandes praças localizadas no centro de seu traçado, a catedral no local anteriormente proposto e suas edificações alinhadas ao limite dos lotes. Todavia, o forte adensamento vertical do centro histórico alterou qualquer possibilidade de imaginarmos como era Aracaju do Império.

Belo Horizonte (MG) 1897 - Fundação urbana inicial

O projeto para a nova capital mineira tem a data de 1893, elaborado pelo engenheiro Aarão Reis, contrato pelo governador da província Afonso Pena. Reis também participa da escolha do sítio para a implantação da cidade de Belo Horizonte. O plano urbanístico elaborado por Reis mostra diretrizes urbanísticas originais, aplicadas ao que se conhecia de planos urbanísticos no Brasil⁵⁹. O projeto de Reis possuía um traçado regular, composto por duas malhas sobrepostas, o que criava ângulos diversos no encontro das ruas.

Experiência pioneira no Brasil, o plano urbanístico de Belo Horizonte foi elaborado pela Comissão Construtora da Nova Capital, chefiada pelo engenheiro Aarão Reis desde sua instalação, em março de 1894 até maio de 1895, ocasião em que Reis foi substituído pelo engenheiro Francisco de Paula Bicalho [...]. O plano elaborado para Belo Horizonte resume boa parte da cultura técnica e das preocupações estéticas do século 19 relativas à cidade. Ela denota conhecimento do plano de L'Enfant para Washington, da reforma realizada por Haussmann em Paris e, sobretudo, do plano de La Plata, que lhe era contemporâneo e com o qual o plano de Belo Horizonte divide uma mesma concepção geral. Fervoroso adepto do positivismo, Reis buscou estruturar sua proposta em sintonia com os avanços da ciência e da técnica de seu tempo, que ele buscava acompanhar de perto. Para ele, o planejamento da cidade deveria *“obedecer às mais severas indicações e exigências modernas da hygiene, conforto, elegância e embelezamento”*. A cidade que propôs, [...], estruturava-se em três zonas: a urbana, a suburbana e a de sítios. Uma avenida de contorno, com uma largura de 35 metros, marcava o limite entre as zonas urbanas e suburbana. A zona urbana caracterizava-se por um traçado geométrico – com o qual se retomava a tradição do traçado em xadrez em cidades construídas ex-nihilo [...]. Ela era subdividida em quarteirões com 120 por 120 metros e seus lotes regulares mediam 10 metros de frente por 50 metros de profundidade [...]. Particular interesse foi concedido às áreas verdes e ao paisagismo, propondo-se um grande parque em posição central, com frente de 800 metros dando para essa avenida Norte-Sul. As ruas foram dimensionadas com 20 metros de

⁵⁹ “É importante destacar que durante este período – do final do século 19 aos anos 60 – foram se configurando duas linhas de urbanismo: uma que se iniciou nos planos de melhoramentos que, em seguida, se ampliaram para o conjunto da área urbana, para a aglomeração e receberam como denominação, já na década de 70, de planos diretores de desenvolvimento integrado”. (LEME, 1999, 21).

largura e com um renque de árvores ao meio; as avenidas com 35 metros de largura e arvores nas laterais [...]. A zona suburbana possuía quarteirões maiores, com 250 por 250 metros e lotes em dimensões variadas. As ruas tinham 14 metros de largura e não se previa arborização para elas [...]. (LEME, 1999, p. 223).

A cidade de Belo Horizonte foi assentada num sítio de relevo acidentado, o que em conjunto com a diversidade de ângulos formados pelo encontro das vias forma estruturas fortes no seu desenho. As ruas da cidade são acidentadas, por conta do relevo, estas são arborizadas. A vegetação também está presente nas praças da cidade. O diferencial que chama atenção no projeto é a presença do parque público municipal, que se destaca na malha urbana do assentamento, este é densamente arborizado, construído ao estilo de parque inglês romântico (Figura 106). No Quadro 24 apresenta-se uma síntese de elementos urbanos fundacionais da cidade de Belo Horizonte.



Figura 106: Comissão Construtora da Nova Capital (MG). Planta geral da cidade de Minas^x: 1895.
Fonte: Cartografia (2018).

Quadro 24: Resumo de elementos urbanos fundacionais de Belo Horizonte

- **Situação:** interior do país
- **Sítio:** acidentado
- **Rua:** regulares
- **Praças:** muitas praças, de vários formatos e tamanhos
- **Construções:** edifícios em altura, diversidades de usos
- **Jardins:** parque municipal
- **Arborização:** presente nas praças e passeios da cidade, além do parque

Fonte: Autora (2018)

Centro histórico atualmente

O centro histórico de Belo Horizonte apresenta um traçado regular, formado a partir de um tabuleiro rígido com duas malhas sobrepostas. Sendo que, um dos elementos que se deve levar em conta para a leitura da paisagem da cidade é o desnível da topografia do sítio, onde foi implantado o plano de urbanização da nova capital de Minas Gerais. A topografia da área central de BH é muito acidentada, o que em conjunto as malhas sobrepostas, forma visuais inusitadas, de barreiras ao nível do observador, ou cria visuais amplas no espaço urbano, a depender do ponto de partida e da caminhada por suas ruas, pois o tecido do bairro é formado por subidas e descidas (Figura 107 e Figura 108).

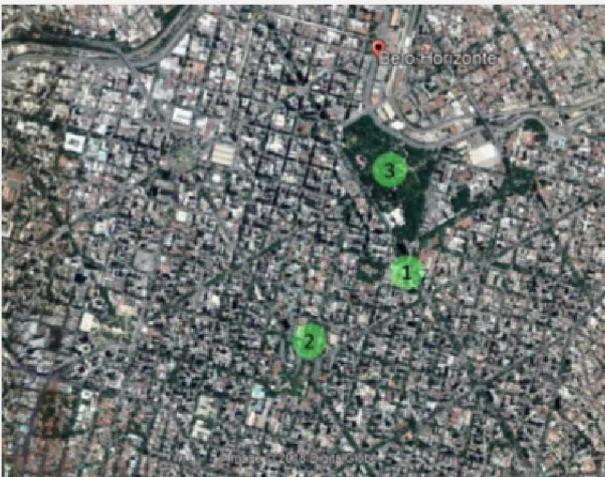
As ruas do centro histórico de BH são em sua maioria conformadas por edifícios em altura, de uso residencial multifamiliar. Sendo que nas ruas principais estão os edifícios comerciais, institucionais e empresariais da cidade. A relação entre a altura das edificações e a largura das ruas garante uma agradável sensação de fechamento, que é completado pelo projeto de arborização urbana, e assim, geram espaços aconchegantes para o transeunte. Uma das ruas que se destacam na paisagem é a Avenida Afonso Pena, que chama atenção por sua largura, calçadas amplas e uma expressiva massa arbórea (Figura 109).

Existem muitas praças distribuídas pela malha urbana da cidade, estas apresentam vários formatos, devido seu traçado urbano. As praças apresentam sua configuração originada a partir dos cruzamentos viários, algumas configuradas pelo cruzamento de duas ou três ruas. Outras praças formadas a partir de rotatórias, e outras configuram-se de áreas definidas a partir das sobras de triângulos que se originam das pontas das quadras urbanas. (Figura 110).

A praça mais simbólica de Belo Horizonte é a Praça da Liberdade. Esta praça possui um desenho composto por alamedas de palmeiras imperiais, na sua área central, além de possuir muita arborização em seu conjunto. Apresenta uma fonte e um espelho d'água definidos como estruturas marcantes entre os quadrantes da grande praça, que era cívica. Hoje ela representa uma área cultural da cidade, pois seu entorno é formado por edifícios com museus e centros culturais, e predomina o uso residencial multifamiliar. A praça também é muito usada pela população para as práticas de caminhada (Figura 110).

Um dos aspectos mais expressivos e marcante na estrutura do sistema de espaços livres da área central de Belo Horizonte, além da gênese da malha viária, formada pela sobreposição de duas outras, é o parque municipal da cidade. Este parque possui características naturalistas muito expressivas do desenho de origem do europeu que serviu como inspiração para o seu projeto. Sendo assim, o conjunto de espaços livres mais emblemáticos e conhecidos na área central de BH é composto pela praça da Liberdade, pela avenida Afonso Pena e pelo parque Municipal de BH (Parque Américo Renné Giannetti) (Figura 111).

Belo Horizonte (MG) - traçado do centro antigo na atualidade



1. Av. Afonso Pena; 2. Praça da Liberdade; 3. Parque municipal de Belo Horizonte

Figura 107: Imagem de satélite de Belo Horizonte.
Fonte: adaptado do *Google Earth* (2018).

Figura 108: Malha urbana do centro histórico de Belo Horizonte 2010. Fonte: adaptado IBGE (2018).

Espaços livres públicos do centro histórico



Figura 109: 1 - Av. Afonso Pena com vista para a entrada principal do parque Municipal, destaque para o fechamento das copas das árvores conferindo um lugar agradável pelo jogo de sombra e luz. Fonte: Giuliana Sousa (2017)



Figura 110: 2 - Praça da Liberdade, sua alameda de palmeiras Imperiais. Fonte: Giuliana Sousa (2017)



Figura 111: 3 - Parque municipal de Belo Horizonte. Projeto inspirado nos parques europeus, presença da natureza que confere aspecto bucólico a paisagem da área urbana da cidade. Fonte: Giuliana Sousa (2017)

A cidade de Belo Horizonte, de 1893, conserva sua estrutura planejada desde sua concepção original, tabuleiro xadrez, malhas sobrepostas, ruas largas, praças e o parque público em sua área central e muita vegetação distribuída pelo espaço urbano. Como Aracaju, Belo Horizonte teve seu plano fortemente verticalizado, incluindo os lotes ao redor das praças, como o caso da Praça da Liberdade.

Goiânia (GO)

1933 - Fundação urbana inicial

A cidade de Goiânia foi fundada para ser a nova capital do Goiás. O projeto para a capital foi encomendo pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira, ao arquiteto e urbanista Atílio Corrêa Lima, em 1933. A proposta apresentada para a área central da cidade foi de uma malha geométrica, estruturada por um desenho monumental, de vias radiais que chegavam até a praça cívica, onde estava localizado o palácio de governo. Antes da proposta de Atílio Correia ser concluída, assume o projeto da nova capital o urbanista Armando de Godoy, que faz alterações no projeto iniciado por Atílio Correia, e propõe um plano para o setor sul baseado no ideário de Cidades Jardins, em que a malha se caracteriza pelo uso *cul de sac*.

O projeto original de Goiânia foi encomendado ao arquiteto e urbanista Atílio Corrêa Lima em 1933, pelo interventor federal de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, para uma população de 50.00 habitantes. Em 1936, o engenheiro urbanista Armando de Godoy, o substitui na elaboração do projeto. Mesmo já estando o projeto de Atílio concluído, Godoy refaz totalmente a parte sul do Plano Diretor de Goiânia [...]. (LEME, 1999, p. 226).

A estrutura de Atílio Corrêa Lima para Goiânia [...] privilegia as grandes perspectivas, estabelece o centro cívico e administrativo como o elemento fundamental na composição, por ser visto de todos os pontos da cidade. Este foi projetado para servir aos desfiles e paradas oficiais. No conjunto de vias radiais importantes que para ele convergem, a Avenida Goiás, eixo norte-sul da composição urbana, é a vida de maior destaque, sendo tratada como uma grande alameda [...]. As praças e cruzamentos principais recebem uma atenção especial [...]. Quanto à paisagem, constata-se que Atílio se inspira em jardins e parques histórico, revelando a marcante influência européia, bem como sua filiação aos princípios da cidade jardim apropriados pelos urbanistas norte-americanos no início do século XX. (MANSO, 2004, p.58).

O plano de Godoy reduziu a planta de Goiânia aos setores sul, central e norte. O setor sul foi completamente refeito. Os setores leste e oeste desenhados por Atílio foram retirados do plano. O setor oeste só seria projetado quando os demais setores estivessem ocupados. Godoy se inspirou nas cidades-jardins de Howard, como ele mesmo declarou. [...] o seu projeto na cidade se resumiu praticamente ao setor sul [...]. Esse bairro seria envolvido por uma abundante vegetação e suas habitações deveriam receber uma ventilação e uma iluminação natural. [...] separou as vias residenciais das vias de tráfego intenso e implantou o sistema de *cul de sac* no interior das quadras, onde o acesso de carros se faria pelos fundos das edificações. Essas se abririam pela parte da frente, a uma área verde com pistas exclusivamente para pedestres. (LEME, 1999, p.228).

Goiânia se caracteriza por ruas que são grandes bulevares, é uma cidade permeada por verde, muita arborização em suas ruas, praças e parques. O desenho urbano de Goiânia é um desenho confuso, por conta desses dois projetos distintos que formam seu centro

histórico (Figura 112). No Quadro 25 apresenta-se uma síntese dos elementos urbanos fundacionais da cidade de Goiânia.



Figura 112: TOURNIER, Reginaldo M. Frei. Mapa do estado de Goiaz. Goiânia⁷⁸: 1939. Fonte: Biblioteca Nacional Digital (2018).

Quadro 25: Resumo dos elementos urbanos fundacionais de Goiânia

- **Situação:** interior do país
- **Sítio:** predominantemente plano
- **Rua:** regulares, com traçado radial e formação de *cul-de-sac*
- **Praças:** várias praças, de vários formatos
- **Construções:** edifícios em altura
- **Jardins:** muitos parques por toda a cidade
- **Arborização:** arborização nas ruas, boulevards, praças e parques da cidade

Fonte: Autora (2018)

Centro histórico atualmente

O centro histórico de Goiânia tem como marco inicial a praça Cívica Pedro Ludovico Teixeira, onde está instalado o poder de governo do estado. A partir desta praça, que tem formato circular, é possível perceber o projeto em vias radiais proposto para a cidade. Esta praça Cívica representa a característica principal do desenho do centro histórico de Goiânia. O sítio do núcleo original da cidade é plano (Figura 113 e Figura 114).

O formato circular da praça faz com que as vias que chegam até ela gerem um desenho radial. Entre as vias que fazem a configuração radial do desenho, existem três delas que são muito expressivas para todo o traçado original da cidade; a oeste está av. Tocantins, a norte à av. Goiás, e a leste à av. Araguaia. Estas três avenidas configuram um tridente. Esta organização da estrutura viária tem um importante papel de organizar o fluxo de veículos e destaca visualmente a praça Cívica como ponto focal da paisagem principal da cidade (Figura 115 e Figura 116).

A configuração radial da malha viária principal, dependente da praça Cívica, gera ruas secundárias em formato de arcos, em volta da praça. Esta característica inata ao traçado original faz com que seja fraca a sensação de localização para o pedestre. Gerando por vezes, sensação de perder-se no centro histórico de Goiânia (Figura 113 e Figura 114).

A Avenida Goiás é a principal conexão com a área comercial do bairro. É a via central do tridente, a via mais larga, apresenta um canteiro central como se fosse uma praça, com fonte, monumento – relógio, bancos, pérgolas; é uma via de mão dupla, com três faixas de rolamento e uma faixa de estacionamento de cada lado; os edifícios que a conformam são edifícios em altura, com o térreo comercial, muitas lojas abertas para a via (Figura 115).

Ao afastar-se da praça Cívica percebe-se a verticalidade da área central com edifícios residenciais. O que caracteriza um tecido diversificado, seja pela variedade na altura dos tipos edilícios, seja pela própria variedade de funções ocupando estes edifícios, e ainda mais pelos diferentes formatos de lotes, que foram gerados pelo desenho do seu traçado (Figura 116).

A cidade possui um parque muito próximo a área central, o parque Bosque dos Buritis, este parque foi proposto desde o projeto original da cidade. A área central de Goiânia chama atenção ainda pela densidade de arborização que existe ao longo das ruas, nas

praças, e parques da cidade, o que traz uma qualidade ambiental significativa para o conforto do pedestre que percorre a cidade. Por outro lado, também existem lugares muito amplos, sem arborização, o que gera uma sensação de desamparo para a escala do pedestre, no espaço livre público (Figura 117).

Goiânia (GO) - traçado do centro antigo na atualidade



1. Avenida Goiás; 2. Praça Cívica Pedro Ludovico Teixeira; 3. Parque Bosque dos Buritis
Figura 113: Imagem de satélite de Goiânia. Fonte: adaptado do *Google Earth* (2018).



Figura 114: Malha urbana do centro histórico de Goiânia. 2010. Fonte: adaptado IBGE (2018).

Espaços livres públicos do centro histórico



Figura 115: 1 - Avenida Goiás, avenida central do tirdente que sai da praça Cívica, apresenta canteiro central, com elementos de referência, como uma fonte e a um relógio e bancos. Fonte: Giuliana Sousa (2017)



Figura 116: 2 - Praça Cívica Pedro Ludovico Teixeira. Edifício do pάλacio das Esmeraldas e monumento às três Raças. Fonte: Giuliana Sousa (2017)



Figura 117: 3 - Parque Bosque dos Buritis, este parque faz parte do projeto original para a cidade de Goiânia. Fonte: Giuliana Sousa (2017)

A cidade de Goiânia, de 1933, mantém sua estrutura implantada, desenho baseado nos preceitos barrocos de monumentalidade e nos princípios da Cidade-Jardim. O traçado em vias em formato de radiais e o uso de *cul-de-sac* ainda se faz presente, muito embora devido ao modo de ocupação a percepção espacial desses espaços enquanto representantes de algumas teorias seja apenas perceptível quando visto em mapas. Há presença de muitas praças, bulevares e ruas arborizadas no conjunto de seu centro histórico.

Por tanto, a partir do que foi analisado, em cada cidade capital objeto de estudo da tese, é nítido perceber que os primeiros exemplos desse conjunto: Olinda de 1535; Recife de 1537; São Cristóvão de 1590; Marechal Deodoro de 1591; e Maceió, 1609, têm seu embrião urbano implantado com base em técnicas vernaculares. Esta característica pode estar relacionada à política-administrativa aplicada aos primeiros anos de colonização instalado no Brasil pelos portugueses, baseado nos princípios de defesa e posse do território recém-conquistado. Nesses primeiros anos de ocupação o regime implantado pela Coroa era o de Capitânicas Hereditárias (1534-1549), sendo que a fundação de cidades era responsabilidade dos próprios colonos e não havia suporte de técnicos especializados na construção de núcleos urbanos, logo as técnicas aplicadas eram as que os próprios colonos tinham domínio, que traziam de seus lugares de origem.

Alinhado à isto, Santos (1968) descreve, a partir de Carta de Tomé de Souza, sobre as características urbanas de vilas fundadas com o objetivo de afirmação da posse e defesa do território:

Várias das vilas desse período não seriam cercadas, porque Tomé de Sousa, quando, em fins de 1552 e princípios de 1553, fez a sua viagem de inspeção pela costa, em carta ao rei o consignou: “Todas as vilas e povoações de engenhos desta costa fiz cercar de taipas com seus baluartes e as que estavam arredadas do mar fiz chegar ao mar e lhes dei toda a artilharia que me pareceu necessária”. Também não teriam casa do Conselho e muitas das ruas seriam desalinhas: “mandei em todas as vilas fazer casas de Audiência e de prisão e endireitar algumas ruas, o que tudo se fez sem oposição do povo e com folgarem muito de o fazer”. (SANTOS, 1968, p. 87)

Posterior a fase das Capitânicas Hereditárias (1534-1549) tem-se a segunda fase da colonização, que dura um século e meio com a instituição do Governo-geral (1549-1822), e tem como primeiro governador-geral, Tomé de Souza. O objetivo com as “etapas

sucessivas” a implantação do governo-geral foi “promover o povoamento e a defesa de toda a costa e a fundação de cidades e praças-fortes que já mereciam esses nomes” (SANTOS, 1968, p. 88). Delson (1979) afirma que o planejamento das vilas no Brasil Colônia teve início no começo do século XVIII:

Como se pode ver, no decurso de 30 anos [1716-1747] os portugueses haviam desenvolvido um modelo padronizado para o traçado de novas vilas no interior. Essencialmente um aperfeiçoamento das ordens de 1716 para a criação de Mocha (mais tarde Oeiras), no Piauí, a fórmula de Aracaty revela claramente um conhecimento das injunções do local, a conveniência de flexibilidade ao fazer cumprir as exigências de uniformidade e um desejo de padrões sanitários elevados. Para a mentalidade portuguesa, uma cidade bem construída com certeza deveria gerar habitantes satisfeitos. Foi assim que Aracaty se tornou o protótipo para o desenvolvimento urbano selecionado pela coroa; os administradores desejosos de implantar ordem nos rincões incultos que eles governavam iam aderir ao plano por todo o resto do século XVIII. (DELSON, 1979, p. 24)

Segundo Delson (1979), o processo de planificação da Coroa sobre a fundação de novas cidades, que teve início com o plano para a cidade de Oeiras (1765), visava garantir de forma efetiva a exploração das riquezas do território da Colônia. Os novos núcleos urbanos planejados funcionariam como pontos estratégicos de ocupação e povoamento do território. Sendo que este processo de planificação para novas vilas criadas no território colonial se intensifica com as descobertas de ouro no final do século XVII.

A partir do momento em que são encontrados minerais preciosos nas regiões das minas gerais, a Coroa imediatamente procura retomar e garantir um maior controle sobre como as terras estavam sendo ocupadas e assim ter certeza de que eles não iriam ter prejuízos frente ao processo de exploração das terras. Barreto (*apud* SANTOS, 1968) apresenta parte da Carta Régia, de 19 de junho de 1761, que determinava a implantação de Oeiras (PI) e mais oito outras povoações no Piauí:

Sou servido ordenar-vos, passando às referidas freguesias, depois de haverdes feito relação dos moradores que se oferecem para povoar as referidas vilas, convocareis todos para determinados dias, nos quais sendo presente o povo, determineis o lugar mais próprio para servir de praça a cada uma das ditas vilas, fazendo levantar no meio delas o pelourinho, assinando área, para se edificar uma igreja, capaz de receber um competente número de fregueses, quando a povoação se aumentar, como também das outras áreas competentes para as casas das recreações e Audiências, cadeias, e mais oficinas públicas, fazendo delinear as casas dos moradores por linha reta, de sorte que fiquem largas e direitas as ruas. Aos oficiais das respectivas Câmaras, que saírem eleitos, e aos que lhes sucederem, ficará pertencendo darem gratuitamente os terrenos, que se lhes pedirem para casas, e quintais nos lugares que para isso se houver delineado; só com a obrigação de que as ditas casas sejam sempre fabricadas na mesma figura uniforme, pela parte exterior, ainda que na outra parte interior as faça cada um conforme lhe parecer, para que desta sorte se conserve a mesma formosura nas vilas, e nas ruas delas a mesma largura, que se lhe

parecer, para que desta sorte se conserve a formosura nas vilas, e nas ruas delas a mesma largura, que se lhes assinar nas fundações. Junto das mesmas vilas ficará sempre um distrito, que seja competente, não só para nele se poderem. (BARRETO *apud* SANTOS, 1968, p. 59)

Apesar da Coroa iniciar um processo de dominação e poder pela maneira de construir o espaço citadino, estas ações, pelo que foi levantado nas pesquisas, caminham de maneira lenta, à medida que as decisões político-administrativas iam sendo consolidadas. Este processo que teve início em Oeiras (1695), avança para as cidades da província do Ceará, e demora até atingir seu desenvolvimento completo.

A proposta de planificação da regularidade dos traçados perpassa as cidades de Ouro Preto (1698), Aquiraz (1699), Cuiabá (1718), Fortaleza (1726) e Cidade de Goiás (1727), embora tenha havido o desejo em padronizar a forma urbana dessas cidades, o que não ocorreu devido às especificidades de cada sítio ou por questões político-administrativas.

Um exemplo das ações da Coroa em estabelecer núcleos urbanos de padrões regulares, em traçados ortogonais, pode ser visto no caso da transferência de sede da capital do Ceará. Antes da sede mudar de Aquiraz para Fortaleza, a Coroa financia uma a implantação de arruamento para a futura capital, Fortaleza. Embora seja importante observar que a cidade de Fortaleza desde seu embrião já tinha uma organização prévia de seus principais elementos urbanos, as suas construções foram assentadas deixando o espaço para as ruas e praças da cidade.

Logo, o plano de arruamento financiado pela Coroa para Fortaleza caracteriza o processo estabelecido pela Metrópole, em regularizar o traçado das cidades mais importantes da Colônia. Neste sentido, e ponderando-se que o núcleo original da cidade de Aquiraz, apesar de muito pequeno, desde sua raiz o projeto seguiu uma regularidade clara: a praça principal, a igreja matriz e a cadeia estão alinhadas com o arruamento que as delimitam, como uma amostra de que as cidades não mais podiam ser traçadas a esmo, principalmente as cidades sede de capitania.

Em consequência disto, a Coroa consegue efetivamente colocar em prática seu modelo de cidade capital regular em Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1752. Na área onde Vila Bela foi instalada não teria tanta intervenção de ações da população, como havia acontecido nas demais cidades implantadas anteriores a esta. Isso se deu pela área escolhida para a implantação da vila ser uma região erma, o que ajudou no processo de planificação, sendo pela primeira vez executado à risca.

A literatura estudada também observa o caso das cidades fundadas em locais de mineração. Para estas cidades, devido às características geomorfológicas do sítio, era mais difícil implantar o projeto de regularidade do traçado. Segundo Delson (1979), sobre as cidades em regiões de mineração:

Os fundadores dessas comunidades deveriam procurar “sítios saudáveis, próximos de rios e de fontes de água boa, com terreno propício e a pouca distância das minas de ouro. A localização das futuras povoações já não podia ser deixada à discrição dos colonos; a coroa era favorável à escolha judiciosa de lugares que apresentassem claras potencialidades de evoluírem para comunidades permanentes. Ademais, Lisboa estipulava que esses novos centros deveriam localizar-se perto de achados de ouro recentes, porque a proximidade das escavações significava que se poderia exercer uma fiscalização rigorosa sobre o ouro extraído. (DELSON, 1979, p. 28).

A partir do que foi trabalhado na descrição das cidades capitais estudadas na tese, pode-se perceber nessa primeira aproximação a relevância que têm, tratando-se de exemplares significativos apontados na literatura, principalmente, pelos trabalhos de Paulo Santos (1968) e Roberta Delson (1979). Cada um a sua maneira aponta características importantes, tanto sobre questões político-administrativas quanto questões econômicas, que influenciaram diretamente no processo de planificação das cidades sede de poder durante todo o período colonial. Estes dois autores em muito contribuíram para os objetivos que esta tese quer apontar, de que é possível ler o panorama da arquitetura da paisagem por este recorte selecionado, de oito pares de cidades capitais, pois elas representam momentos importantes de transição na planificação da cidade brasileira.

Ressalta-se que o destaque dado às cidades capitais projetadas ainda no período de colonização, aqui no texto, deve-se ao fato de que eles representam o maior número no rol dos dezesseis exemplares e, principalmente, por elas representarem transformações na técnica de se planejar cidades, conseqüentemente da paisagem. São cidades inseridas num amplo período de nossa história, desde o século XVI até meados do século XVIII: Olinda, Recife, São Cristóvão, Marechal Deodoro, Maceió, Oeiras, Ouro Preto, Aquiraz, Cuiabá, Fortaleza, Cidade de Goiás, Vila Bela da Santíssima Trindade. No mais, as duas cidades capitais implantadas durante o período imperial: Teresina e Aracaju continuam o processo iniciado na colonização, como padrão de sítios planos e traçados em tabuleiro xadrez.

Pode-se dizer que existe nesse escopo de exemplos de cidades capitais projetadas, no caso Teresina e Aracaju, por exemplo, um esforço significativo para o planejamento urbano de cidades que representassem o que se tinha de mais moderno em termos de organização

de traçado no Brasil, de composição da arquitetura dos edifícios mais importantes e de trato da vegetação urbana, que pudesse higienizar e embelezar uma cidade sede de poder.

A importância dada ao projeto de cidades capitais desde a colonização segue-se à época da República, tanto pela evolução técnica adquirida em Escolas Militares e de Engenharia, até o desenvolvimento do próprio campo do urbanismo no Brasil. Segundo Lemos (1999) no período de 1895 a 1930, observa-se:

O aparecimento de técnicas para resolver as questões da cidade: o saneamento, a circulação, a legislação urbanística. A organização dos espaços públicos – praças, avenidas, edifícios correspondendo a referências estéticas. (LEMOS, 1999, p. 21)

Os projetos para as cidades de Belo Horizonte e Goiânia são diretamente influenciados pelas correntes urbanísticas contemporâneas a elas, talvez não em sincronicidade, mas são reflexos próximos, principalmente por ser nestes contextos que o parque público urbano começa a aparecer como mais um elemento urbano, além dos espaços livres de ruas e praças.

Estes cenários apresentados são importantes para nos atentarmos a recortes baseados na fundação inicial de cada cidade a fim de revelar características da concepção urbana. Correlacionado a alguns desses momentos históricos estão levantadas características do espaço urbano de hoje: a atualidade compositiva de ruas, praças, parques, arborização e de construções presentes em seus centros históricos. Estes dois aspectos tratados aqui auxiliarão no seguinte feito: muitas das características presentes até hoje podem explicar as bases da origem da paisagem das cidades capitais. Ao trazer esse ponto, ressalta-se a importância de confrontar os vínculos históricos das cidades com o levantamento de suas características atuais, e desse choque obtermos uma visão de como os fatos históricos contribuíram para a paisagem de hoje nessas cidades⁶⁰.

⁶⁰ Convém mencionar o papel de instituições como o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) na preservação de muitos desses centros históricos pesquisados na tese. Outro fato importante de ser mencionado é a localização dessas cidades históricas. Estas cidades muitas vezes estão fora de rotas de fácil acesso, o que contribui, em certa medida, para a conservação de suas características urbanas fundacionais

Considerações sobre a paisagem das cidades capitais

A partir do confronto de fatos históricos da fundação das cidades e a verificação de características *in loco* sobre os espaços urbanos, percebe-se dois pontos de significativa relevância na paisagem das cidades: o primeiro é o desenho de seu traçado; quanto o segundo é a presença ou ausência de ações política-administrativa da Coroa, observados a partir dos regimes políticos vigentes à época de origem de cada assentamento. Assim, observa-se que este era um dos fatores determinantes das paisagens materializadas no suporte ecológico de cada núcleo urbano aqui exemplificado.

Estes dois fatores, o desenho do traçado e as ações política-administrativas, se evidenciam nas técnicas escolhidas para o desenvolvimento dos assentamentos. Pois, no primeiro momento de surgimento dos assentamentos, a falta de ação político-administrativa mais efetivo na Colônia favoreceu o urbanismo vernacular, presente na fase de Capitánias Hereditárias (1534-1549). Quando do regime Governo-geral (1549-1822) acontece um esforço para a execução de vilas de bases mais eruditas, sob a atenção de profissionais formados para este fim. Depois com o Império (1822-1889), com as fundações das capitais de Teresina, 1852 e Aracaju, 1855, e posteriormente com o advento da República (1889-hoje) a atenção com os modelos de cidades capitais implantados no país tornam-se conteúdo relevante, sobretudo com os projetos para fundações das cidades capitais de Belo Horizonte, 1893 e, Goiânia, 1933.

Assim, no conjunto de acontecimentos, considerando-se os regimes políticos-administrativo vigentes no país, pode-se caracterizar três momentos marcantes na produção das cidades capitais: 1) vernacular (1534-1609); 2) período de transição – a busca pela regularidade (1695-1726); e 3) consolidação da regularidade (1752-1933).

No âmbito da ação de se planejar cidades capitais segundo o que há de mais moderno para o desenvolvimento urbano do país, leva-se em conta demandas pela implantação de novas cidades capitais, fatos que auxiliaram na escolha das justificativas e, por conseguinte, no ideário da planificação dessas cidades, principalmente as projetadas integralmente, a partir do território pouco ocupado.

No entanto, observa-se aqui um condicionante sobre esta fase em busca da regularidade, que ia além das demandas impostas pelo programa de criação de vilas planejadas na

Colônia. Este condicionante está diretamente relacionado a escolha de sítios acidentados para implantação das cidades de mineração. Isto se deve principalmente, pela necessidade dos assentamentos de exploração de minas preciosas ficarem situados o mais próximo possível das áreas de mineração, para um maior controle da própria Coroa sobre os achados nas minas. Estas por sua vez, possuíam um relevo acidentado, o que impedia a regularidade do traçado. Logo, estas cidades de mineração são exemplos significativos de que o meio natural é também determinante para a adoção de técnicas e, conseqüentemente, de conformação da paisagem dessas cidades. Os sítios acidentados impediam a implantação de traçados rígidos, sendo o exemplo mais expressivo a cidade de Ouro Preto (antiga Vila Rica).

Como vimos, algumas características foram determinantes para a forma que os assentamentos portugueses iriam assumir: a situação, o sítio, as ruas, as praças, as construções, a arborização, os parques e os jardins. Estes aspectos, de certa maneira, estavam relacionados às técnicas que deveriam ser empregadas em cada situação. E por sua vez, a escolha da situação e sítio estava condicionadas à função que a cidade iria ter para os anseios da Metrópole, sobretudo o controle que iria exercer sobre esses novos assentamentos.

A leitura dos espaços livres públicos na atualidade, em paralelo com as descrições do que se encontra na literatura sobre a história de fundação das cidades capitais estudadas, ajuda a visualizar alguns destaques, como por exemplo a manutenção dos traçados iniciais até hoje, com poucas exceções.

A configuração das ruas continua muito semelhante ao feito na fundação do assentamento. O mesmo não acontece, nas mesmas proporções com as construções, muitas sofreram alterações, mas permitem ter uma ideia do conjunto original em relação ao conjunto atual. Obviamente que inúmeros novos edifícios estão presentes em várias das cidades estudadas, principalmente as fundadas no período colonial; mas fazem contraponto aos que permaneceram como as igrejas, as Casas de Câmara e Cadeia, elementos raízes da paisagem das cidades originadas no período colonial.

Então, entende-se a situação urbana como o fator determinante da paisagem das cidades. Este critério permitia ou não a escolha de sítios planos. Este por sua vez, é o que vai determinar a forma do traçado, onde vão estar as construções mais significativas. Entre as cidades pesquisadas a que mais se percebe a modificação é o Recife. Esta cidade sofreu

uma grande reforma urbana na estrutura de seu traçado e no porte dos edifícios, o que evidência que a paisagem dessa localidade se transformou para além de sua paisagem original. A partir de processos de intervenção e muito por conta das possibilidades que seu sítio plano permitiu as transformações em seu traçado, já que nenhuma das cidades construídas em sítio acidentado sofreu grandes mudanças ou, praticamente nenhuma alteração em seu traçado.

A principal diferença, ao longo do tempo, presente nas cidades capitais estudadas seja talvez as mudanças dos tipos edilícios, as construções que vão se alterando a medida de demandas, principalmente em cidades mais antigas, da época colonial. Mas que as estruturas urbanas, em suas hierarquias iniciais se mantêm, na maior parte dos exemplos aqui trabalhados.

Assim, o que falar dos contextos originais das cidades capitais e de seu momento atual? Que considerações podemos apontar nas paisagens desses assentamentos levantados? Estas questões serão tratadas no próximo capítulo.

**CAPÍTULO 4 - TRANSFORMAÇÕES
NA PAISAGEM DAS CIDADES
CAPITAIS**



Pavimento em concreto e piso emborrachado na Praça da Assembleia. Belo Horizonte (MG).
Fonte: Giuliana Sousa (2017).

Rupturas e novos caminhos na paisagem
Correlações entre as paisagens das cidades capitais
Vila Bela da Santíssima Trindade e Belo Horizonte – transformações
na paisagem

4

TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM DAS CIDADES CAPITAIS

A partir do que foi estruturado no capítulo 3, quando se abordou cidade por cidade, no sentido de elencar atributos pertinentes quanto à origem do assentamento e seu contexto atual, aqui se estrutura um olhar relacional sobre o que se tem em comum entre os tipos de cidades classificadas em um mesmo conjunto, principalmente pelas características de implantação e como suas estruturas urbanas aparecem de modo a perceber as distintas paisagens. Com isso, podemos relacionar a evolução da arquitetura da paisagem no Brasil a partir da paisagem de algumas de suas cidades capitais e elencar que atributos se destacam na paisagem de seus centros históricos.

Para tanto, a busca por compreender a arquitetura da paisagem e sua construção baseia-se em consultas a insumos históricos estudados na presente tese, apreendendo aspectos relevantes da história da implantação de assentamentos no Brasil e, ao mesmo tempo, investigando que características seus espaços livres públicos possuem na configuração de seu centro histórico.

Por conseguinte, a partir do que foi investigado até aqui, percebe-se que, num primeiro momento, as cidades fundadas no território brasileiro são herdeiras de uma técnica vernacular, garantida pela disposição e saber-fazer dos próprios colonizadores que vinham ocupar as terras recém-conquistadas. Em um segundo momento, outros esforços se concentram na arte de fundar cidades, momento em que as cidades são implantadas pela Coroa, a qual nomeava técnicos com formação em construções, engenheiros militares e arquitetos para a aplicação de conceitos e técnicas eruditas. Nesse contexto, as cidades foram definidas por desenhos regulares, em ordem e hierarquia rígidas. Técnicas estas que são aprimoradas com o passar do tempo e que transformam o cenário das paisagens no território da Colônia. A paisagem no início da ocupação portuguesa era de

idades de malha irregular, sinuosa e cheia de surpresas, para depois se transformar em um desenho regular, rígido e simétrico, incluindo exemplares do período imperial.

Neste capítulo 4, das dezesseis cidades capitais que compõem a amostra da pesquisa, apresenta-se o que as paisagens estudadas trazem em destaque, relacionados, sobretudo, aos elementos urbanos: situação, sítio físico, espaços livres (ruas, praças, parques), construções e vegetação. O objetivo é evidenciar propriamente possíveis diferenças e semelhanças existentes nesses assentamentos. Para tanto, este capítulo se estrutura em três partes.

Na primeira parte são expostas a síntese do que se encontra na literatura de cidades históricas brasileiras e a inserção de jardins históricos no espaço urbano. Busca-se concatenar as transformações da paisagem, ao que nos remete Santos (1986), a partir do suporte ecológico. Ao reforçar a abordagem do autor, classifica-se as cidades segundo suas intenções de implantação, tipos de paisagens encontradas e a participação delas na trajetória dos jardins históricos brasileiros. Para isso, são organizados alguns quadros a fim de auxiliar na compreensão rápida de informações.

Na segunda parte deste capítulo apresenta-se uma discussão sobre as paisagens vivenciadas nas cidades capitais em visitas realizadas ao longo desse doutorado. Pelas características encontradas em cada centro histórico, expõe-se como os elementos urbanos aparecem relacionados nos diferentes contextos visitados.

A terceira parte, está organizada em duas subdivisões: as cidades de Vila Bela da Santíssima Trindade e Belo Horizonte, as quais esta pesquisa compreende como ruptura e transição na paisagem das cidades capitais brasileiras. Em ambas são destacadas mudanças em termos de seus espaços livres e seus jardins, nas respectivas paisagens, como pontos de destaque na evolução da arquitetura da paisagem no Brasil.

Rupturas e novos caminhos na paisagem

Entende-se que, a partir daquilo elencado sobre cada caso de cidade capital analisada na tese, é possível encontrar correlações sobre as características que as colocam no conjunto de cidades brasileiras originadas a partir do urbanismo de herança portuguesa. Assim, compete observar que atributos podem ser evidenciados em cada cidade, com base na literatura que aborda a história de implantação de assentamentos.

Para correlacionar os assentamentos analisados na tese, conforme os capítulos 1 e 2, apropria-se dos estudos de Paulo Santos (1968) e Maria Ângela Faggin Pereira Leite (1994). O primeiro autor classifica as cidades brasileiras originadas no período colonial em seis tipos de cidade: 1. Cidades de afirmação de posse e defesa da costa e cidades do litoral em geral; 2. Cidades de conquista do interior; 3. Cidades de penetração rumo às fronteiras oeste e sul; 4. Cidades do café; 5. Cidades da borracha e 6. Cidades da indústria; enquanto a segunda autora distingue os momentos mais marcantes sobre a evolução da paisagem, baseados na maneira de ver do homem e como ele manipula a natureza, apresentados em cinco períodos: 1. A paisagem dos objetos (Antiguidade); 2. Os símbolos, os fatos, o fantástico (Idade Média); 3. A paisagem ideal: alguns marcos fundamentais do século XVIII; 4. A paisagem romântica do belo, o sublime e o pitoresco (século XIX); e 5. Século XX: a experiência da paisagem.

Essas classificações, sobre os tipos de cidades e os momentos de leitura da paisagem, auxiliam em observar semelhanças nas características urbanas do espaço citadino, para assim se compreender que paisagem vai sendo moldada e construída ao longo do tempo. Para tanto, observa-se alguns fatores que servem de parâmetros para a leitura das transformações na paisagem dessas cidades, entre os quais destaca-se: suporte ecológico, intervenções antrópicas, e fatores político-administrativos e econômicos.

As informações apontadas sobre cada cidade no capítulo 3 permitem elencar características, entre semelhanças e diferenças, dos núcleos originais de cada cidade capital, a fim de auxiliar na percepção da evolução da arquitetura da paisagem no Brasil. Este fato permite-nos encadear os objetos de estudo em uma análise diacrônica, do século XVI ao início do século XX, de tal modo que se possa obter informações que são de grande valia para se alcançar atributos peculiares ao processo de consolidação da paisagem citadina brasileira.

Por conseguinte, a partir do que é encontrado em cada cenário de cidade capital pesquisado, além da classificação em tipos de cidades (Santos, 1968) e períodos de paisagem (Leite, 1994), encadeia-se aqui uma síntese de informações sobre os elementos urbanos pesquisados: situação, sítio, e o regime político-administrativo que originou cada paisagem estudada, e assim, filtrar que momentos formam rupturas e transições na evolução da arquitetura da paisagem no Brasil.

Neste sentido, apresenta-se no Quadro 26 referenciando-nos pelo trabalho de Santos (1968), uma classificação das cidades fundadas no Brasil Colônia por conta das intenções político-administrativas e econômicas que delinearam a paisagem da cidade brasileira, desde o período colonial.

O Quadro 26 é, portanto, a síntese daquilo já apresentado no capítulo 2, visando entender tipos de cidades existentes no Brasil e qual a relação de suas paisagens de hoje com as intenções política-administrativas e econômicas quando de seu aparecimento. Esta classificação é significativa porque ao relacionar as cidades e seus momentos de surgimento (fundação) pode-se estudar a maioria das dezesseis cidades capitais apresentadas nesta tese quanto às distinções entre cidades feita por Santos (1968).

Quadro 26: Classificação de cidades brasileiras

1. Cidades de afirmação de posse e defesa da costa	• Fundadas nos dois primeiros séculos, tem o açúcar como base econômica principal. Algumas originam-se como praças-fortes, com localização convenientemente estratégica;
2. Cidades de conquista do interior	• Em que se incluem as do bandeirismo e da mineração, com as quais se fez, do primeiro ao terceiro século, a fixação do homem no sertão;
3. Cidades de penetração rumo às fronteiras oeste e sul	• Fundação ou desenvolvimento resultam, no terceiro século, dos propósitos de conter investidas dos castelhanos e dos trabalhos que se completaram com os tratados de limites com a Espanha;
4. Cidades do café	• Transcendem ao Período Colonial: são já cidades do quarto século, que se desenvolveram, primeiro, na Região Fluminense, ao longo do Vale do Paraíba, depois por São Paulo, Paraná, etc;
5. Cidades da borracha	• Formadas ou desenvolvidas na Região Amazônica, em fins do século XIX e princípios do XX;
6. Cidades da indústria	• Formadas no século XX em regiões de fácil acesso às matérias-primas – Minas, São Paulo, Rio etc;

Fonte: Autora (2018), adaptado de Santos (1968, p. 83).

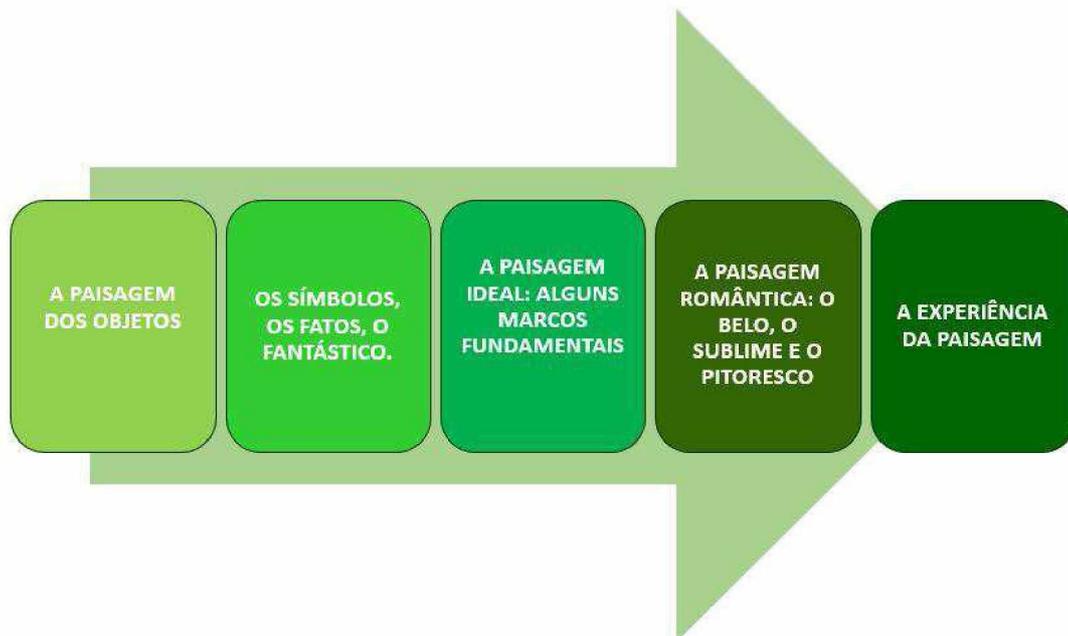
Para o conjunto das dezesseis cidades capitais, encontramos principalmente três tipos dos listados por Santos (1968), os quais são: 1. cidades de afirmação de posse e defesa da

costa; 2. cidades de conquista do interior e 3. cidades de penetração e fronteiras oeste e sul.

Por sua vez, no Quadro 27, temos a paisagem da cidade brasileira inserida em cenário mundial, embasados pelo estudo de Leite (1994). Nesse, o propósito é compreender como a percepção e a maneira de manipular a natureza influenciavam na constituição da paisagem das cidades capitais em foco.

O Quadro 27 traz a síntese dos momentos nos modos de ver e manipular a natureza baseados nas primeiras intervenções do homem no mundo natural. Este quadro 27 é síntese do que foi apresentado no capítulo 1 e serve para a interpretação de paisagens formadas nas cidades capitais, sendo possível classificar as distintas paisagens originadas nos mais diferentes assentamentos.

Quadro 27: Evolução de momentos para a paisagem



Fonte: Autora (2018), adaptado de Leite (1994).

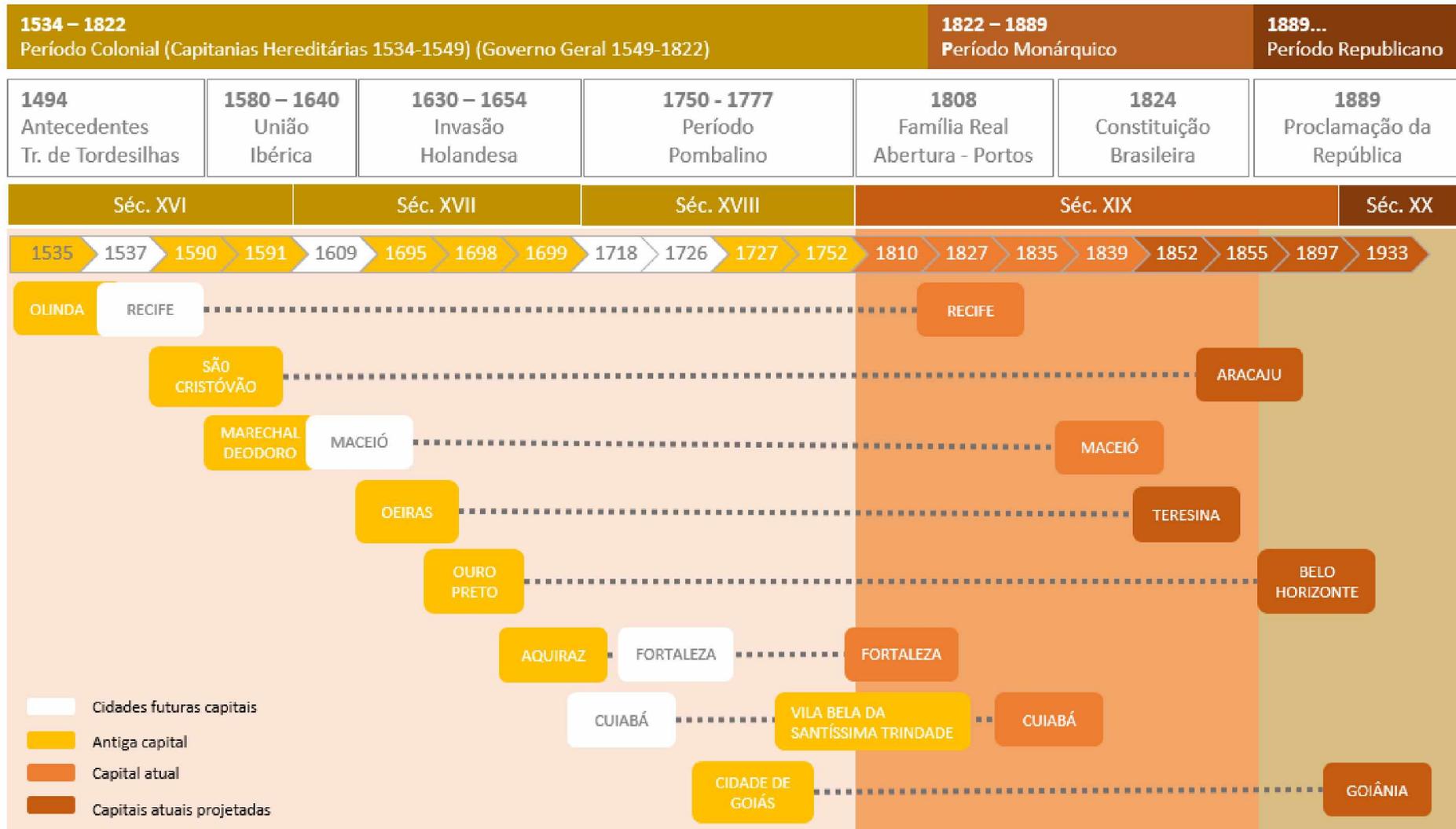
Essa linha cronológica da leitura da paisagem ao longo dos séculos elaborada por Leite (1994) nos mostra que as paisagens das cidades capitais aqui estudadas estão relacionadas com momentos que envolvem desde os símbolos, os fatos e o fantástico, pois chama atenção a paisagem produzida pelas intervenções antrópicas, já que o Brasil era um

território ocupado por autóctones, que manipulavam o meio natural para retirada de alimentos para sua sobrevivência e a construção de seus abrigos. Mas a invasão portuguesa tratou de adquirir a posse do território com implantação de feitorias, de vilas e cidades que não eram fundadas com o objetivo de fixar moradia, mas sim garantir a exploração das riquezas naturais da Colônia. A paisagem transformada nos primeiros anos de ocupação portuguesa era o reflexo do que os colonos lembravam e tinham vivenciados em suas cidades de origem, constituindo-se em paisagens vernaculares, que envolvem memórias e símbolos.

Para complementar este primeiro momento de classificação das cidades capitais e suas paisagens, num sentido de visualizar a cronologia desses assentamentos e os fatos históricos mais relevantes relacionados a fundação dos assentamentos, elaborou-se um terceiro quadro (Quadro 28). Nele é possível ler o aparecimento de cada cidade capital no território brasileiro e a relação com os fatos históricos mais significativos, aqueles que nortearam suas fundações e suas mudanças de função de sede do poder administrativo.⁶¹

⁶¹ Aqui não se vai levantar os benefícios e os malefícios em relação as transferências de sede do poder administrativo, pois o objetivo do trabalho é evidenciar a paisagem existente em cada cidade capital e ex-capital, em seus atributos urbanos originais e o que isso representa para o campo da arquitetura da paisagem no Brasil. Portanto, aqui o enfoque é ler as distintas paisagens e não focar nos aspectos políticos-administrativos, os quais ajudam, nessa tese, a entender o porquê do traçado implantado na fundação do assentamento.

Quadro 28: Cronologia do surgimento das dezesseis cidades capitais e marcos históricos no Brasil



Fonte: Autora (2018).

O Quadro 28 mostra alguns dos principais marcos históricos, importantes por revelarem decisões que influenciaram de maneira significativa o projeto original da antiga e da atual capital. Relaciona também a data das transferências da sede do poder, como episódios importantes para o contexto da formação da paisagem urbana das cidades capitais brasileira. A partir desse quadro faz-se algumas considerações:

- Em um período que durou dois séculos os traçados urbanos implantados na Colônia pelos portugueses eram, em sua maioria, irregulares e sinuosos, baseados no urbanismo português de origem vernacular;
- A partir do ano de 1752, com a implantação da cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, todas as capitais passam a ser projetadas no seu conjunto, com traçados regulares e em malha xadrez, definindo-se desenho de ruas, praças e largos e localização das principais construções;
- Em relação às transferências de sede de poder, as mudanças de capitais ocorreram após a chegada da família real ao Brasil, em 1808. Associa-se a este fato a abertura dos portos às nações amigas, assim as sedes administrativas para potencializar o comércio deveriam estar localizadas próximas a portos maiores, para atender as novas demandas políticas da época.

A relação da cronologia dos jardins históricos projetados, os projetos de intervenção urbana, os projetos de novas cidades capitais a partir de Vila Bela da Santíssima Trindade (1752), observa-se um esforço significativo de intervenções urbanas para o campo da arquitetura da paisagem no Brasil, que transforma a paisagem da cidade brasileira em relação ao que acontece nas demais cidades que são referências.

A partir dessa síntese dos acontecimentos urbanos, que modificaram a paisagem da cidade brasileira, com a inserção de jardins, pode-se ler e apreender momentos antecedentes e momentos de transição no campo da arquitetura da paisagem brasileira.

Em sequência, apresenta-se um quarto quadro (Quadro 29), para auxiliar na leitura das influências do desenho e implantação de jardins históricos no Brasil, a partir da síntese do aparecimento dos jardins projetados no Brasil. Este Quadro 29 é baseado nos estudos de Segawa (1996) e de Kliass (1999), e serve para correlacionar com o quadro cronológico da fundação das cidades, fazendo-se assim alinhamentos. Dessa maneira,

observa-se que influências e destaques são ligados à arquitetura da paisagem no Brasil, pela implantação de jardins projetados no conjunto das dezesseis cidades capitais da pesquisa.

Entre as pesquisas existentes, chama atenção nos estudos sobre jardins históricos do professor Hugo Segawa (1996) a ausência do projeto da horta da residência do governador da cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, de 1752. O destaque para o ineditismo deste jardim projetado aparece nos estudos de Paulo Santos (1968) e Roberta Delson (1979), que apresentam de maneira detalhada o projeto trazido por Rolim de Moura, diretamente de Portugal, para a fundação da sede da capitania de Mato Grosso, e que desde sempre apresenta o projeto da horta (jardim) para a monumental residência do governador.

Entende-se que o estudo do aparecimento dos projetos de jardins⁶² e parques públicos no Brasil abre a discussão sobre os processos que envolvem o trabalho do arquiteto paisagista quanto à organização das paisagens urbanas, numa perspectiva integral de intervenção no projeto do espaço citadino.

⁶² Os jardins são aqui apenas listados, pois eles já estão referenciados em Segawa (1996). A lista de jardins ajuda a visualizar o caminho percorrido no território brasileiro pela implantação de espaços livres projetados desde o Brasil Colônia.

Quadro 29: Cronologia da inserção de parques e jardins no Brasil.

Século XX						Século XIX								Século XVIII				Século XVII			
1933	1922	1919	1906	1905	1901	1911	1897	1892	1886	1878	1880	1860	1825	1811	1808	1803	1798	1796	1779	1752	1642
Projeto para nova capital de Goiás - Goiânia (Parques Botafogo e Burtis)	Várzea do Carmo / Parque D. Pedro II em São Paulo (SP) (1922)	1919-1935 Bairros paulistas: Jardim América, 1919; Alto da Lapa, 1921; Pacaembu, 1925; Alto de Pinheiros, 1925; Butantã, 1935	Reforma urbana de Pereira Passos no Rio de Janeiro; Parque do Anhangabaú (São Paulo)	Ajardinamento definitivo da Praça da República em São Paulo	Várzea do Portão / Campo da Redenção em Porto Alegre (RS) (1901)	Sistema de parques e jardins e arborização de ruas e praças em Belém (PA) (1898-1911)	Projeto da nova cidade capital BH – 1893-1897 – (Parque municipal de Belo Horizonte)	Parque Villon na cidade de São Paulo (atual Trianon, público desde 1911). Parque da Acimação na cidade de São Paulo (público em 1939)	Passaio Público de Curitiba (1886)	Jardins da Quinta da Boa Vista (1874 – 1878, Paisagista Glazou)	Parque Campo de Santana (1873 – 1880)	Reforma do Passaio Público (RJ) Paisagista Glazou	Horto botânico de Ouro Preto (1825) e Horto e Jardim Público de São Paulo (1825)	Jardim botânico de Olinda (1811)	Jardim botânico do Rio de Janeiro (1808)	Passaio Público de Salvador (1803)	Aviso régio para criação do horto botânico a exemplo de Belém	Jardim Botânico de Belém	Criação do Passaio Público (RJ)	Horta da Casa do Governador - Vila Bela da Santíssima Trindade - MT	Jardim do Palácio de Maurício de Nassau

Fonte: Autora (2018), adaptado de Segawa (1996 e 2010) e Klias (1993).

Assim, no Quadro 29 apontamos para a criação da horta da residência do governador na cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, já que o primeiro jardim projetado no Brasil que se tem notícias foi o pomar de palácio do conde Maurício de Nassau, em 1642, na segunda metade do século XVII. O projeto da horta de Vila Bela da Santíssima Trindade acontece pouco mais de um século depois, desaparecendo ao longo do tempo, por circunstâncias que serão melhor esclarecidas no final deste capítulo. O projeto desta horta acontece anteriormente ao surgimento do primeiro parque público oficial brasileiro, o passeio público do Rio de Janeiro, inaugurado em 1783, depois da mudança da sede da capital do Governo-geral, de Salvador para a cidade do Rio de Janeiro em 1763. Este jardim público é projetado como uma estratégia de embelezamento para a nova capital do vice-reino da Colônia.

Depois dos primeiros momentos marcantes de jardins projetados no Brasil – o pomar do palácio do Conde Mauricio de Nassau (1642), a horta da residência do Governador de Vila Bela da Santíssima Trindade (1752) e do Passeio Público do Rio de Janeiro (1783) –, o que vai se destacar na produção de jardins na Colônia é a criação dos hortos e jardins, que surgem como um meio de explorar as riquezas da flora do território brasileiro, motivados pelos princípios fisiocratas que estavam em voga no final do século XVIII e início do século XIX. O que se destaca desse movimento de implantação dos hortos botânicos é a vinda da Corte para o Brasil, em 1808. Com este fato, muitos dos hortos botânicos se transformam em passeios públicos para atender atividades de lazer da aristocracia brasileira, adquirindo assim mais funções, além da pesquisa botânica.

Em sequência dos marcos históricos da construção de jardins públicos no Brasil e da inserção de vegetação no espaço citadino, tem-se destaque a vinda do paisagista Auguste François Marie Glaziou (1828-1906), em meados do século XIX, trazendo ao Brasil os conceitos de parque-paisagístico então difundido na Europa, tendo como referência o modelo do parque inglês e francês. Glaziou elabora a reforma do Passeio Público do Rio de Janeiro (1860-1862) e faz o projeto do segundo parque público do Brasil, também no Rio de Janeiro, o Campo de Santana (1873-1880), e ainda os jardins da Quinta da Boa Vista (1874-1878). Ambos os projetos apresentam a característica do parque romântico, com muita arborização, presença de elementos naturais – a natureza sendo imitada ao máximo –, como um refúgio e contraponto ao espaço da cidade. Este modelo de parque é o que vai caracterizar a paisagem da cidade de Belo Horizonte, em 1893.

Depois de Glaziou e as melhorias urbanas, com as reformas nas cidades de Belém e Rio de Janeiro, tem início uma nova fase no projeto de novas cidades capitais, que mudam de maneira significativa a arquitetura da paisagem no Brasil, pois agora o projeto da cidade, além das características já consolidadas desde a época da Colônia, como o traçado regular também tem início a criação de espaços livres arborizados, como melhoria da qualidade urbana das cidades.

O modelo de traçado regular se confirma nos planos urbanos para as cidades capitais de Teresina e de Aracaju, cujo projeto racional de sua malha apresenta espaços destinados à vegetação nas praças. Posteriormente aparecem nas cidades áreas no perímetro urbano para a construção de parques públicos, isto acontece primeiro na cidade de Belo Horizonte, como um marco modernizador para a nova capital do período republicano, em seguida no projeto da cidade de Goiânia.

O Quadro 29 representa uma leitura sistemática das transformações mais significativas da paisagem da cidade brasileira pela criação de jardins projetados, de reformas urbanas que visavam a melhoria da higiene, salubridade e embelezamento dos espaços urbanos, como sinônimos de modernidade. Estas transformações eram estabelecidas principalmente pela urbanização dos espaços livres públicos, com inserção de arborização urbana, nas ruas e praças. Até chegar ao pleno desenvolvimento com o projeto de cidades capitais que já possuíam em suas gêneses atributos de qualificação dos espaços livres urbanos: espaço para arborização de ruas, criação de praças ajardinadas e o elemento de maior destaque, o parque público, de características românicas, a exemplo dos parques implantados na Europa.

Então, a partir do Quadro 29 pode-se correlacionar o surgimento dos jardins históricos projetado no Brasil, em ordem cronológica, com as paisagens das cidades capitais estudadas na tese. Percebe-se que, em dois momentos as informações se cruzam, o projeto da horta para a residência do governador da cidade capital de Vila Bela da Santíssima Trindade (MT), em 1752, e o projeto da nova capital mineira, a cidade capital de Belo Horizonte, que traz desde seu projeto original o parque público, em 1893, como elemento de salubridade, embelezamento e local para práticas de lazer da população cidadina. Evidencia-se assim, que estas duas cidades capitais são marcos de expressiva contribuição, por apresentarem em seus desenhos urbanos mudanças expressivas para a evolução da arquitetura da paisagem brasileira.

A partir dos quatro quadros apresentados anteriormente faz-se algumas correlações entre eles e os centros históricos explorados no capítulo 3. Aqui as cidades capitais foram organizadas em sequência cronológica para classificação de atributos importantes quanto ao processo de fundação da cidade e a materialização de suas paisagens. Essa organização de informações e imagens contribui para visualizar a paisagem da cidade capital brasileira, numa percepção diacrônica, e assim se compreender os diversos e ricos cenários dos objetos de estudo, que compõem a amostra da tese.

As cidades aqui são apresentadas em pares, no Quadro 30⁶³, por motivos de diagramação das informações, em que são atribuídas ao relacionar cada cidade e o que foi pesquisado no referencial teórico e no levantamento feito sobre cada cidade capital explorada.

Procura-se classificar as cidades capitais segundo atributos apontados na literatura, para que auxilie na leitura da evolução da arquitetura da paisagem no Brasil ao longo do tempo: do aparecimento e fundação de cidades que são e que foram sedes administrativas desde as capitanias coloniais até a atualidade, ao abarcar exemplos que se estendem desde 1535 até 1933. Em sequência, apresenta-se a organização das cidades capitais por ano de fundação e enquadramento nas tipologias de cidades classificadas por Santos (1968) e nos momentos da evolução da paisagem organizados por Leite (1994), ao longo dos séculos, como antecedentes da paisagem materializada hoje.

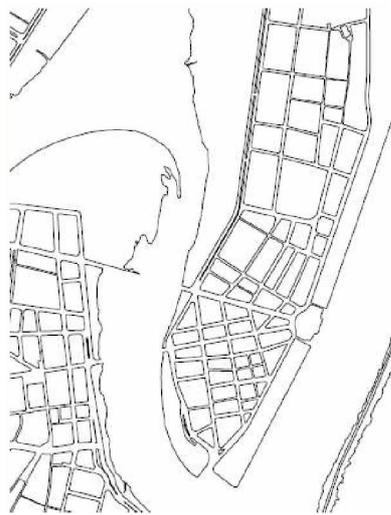
Por conseguinte, também se relaciona a cronologia de surgimentos dos jardins históricos e projetos de espaços livres públicos ao aparecimento dos assentamentos estudados, com a finalidade de se confrontar onde as cidades capitais se interligam à história do aparecimento dos jardins projetados no Brasil.

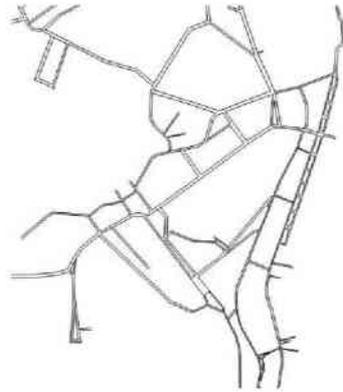
Esclarece-se, que estas classificações aqui atribuídas são no intuito de contribuir com a percepção da evolução da paisagem de cidades capitais brasileiras, mas não tem a pretensão de serem as únicas maneiras de se observar a paisagem da cidade brasileira, e sim, como mais uma abordagem ao se perceber a paisagem nos diversos núcleos urbanos do país.

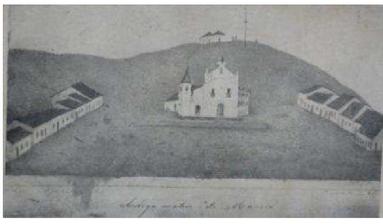
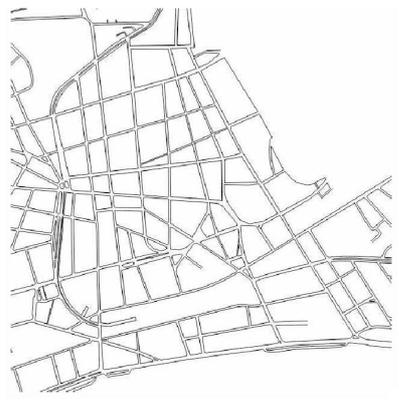
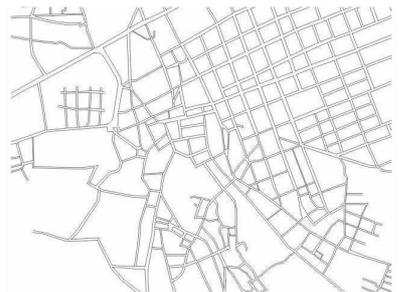
⁶³ Observa-se que as imagens aqui apresentadas têm caráter ilustrativo, como guias das leituras apresentadas para a discussão das análises. Vale ressaltar que as imagens de mapas e plantas não estão em escala, e muitas das imagens históricas encontradas não estão com o norte voltado para cima.

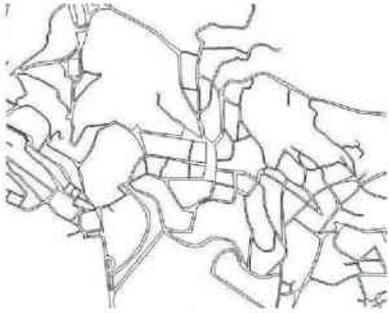
Quadro 30: Leitura Diacrônica da Paisagem dos Centros Históricos.

Processo de evolução das paisagens do século XVI ao início do século XX – Síntese de fatos históricos.

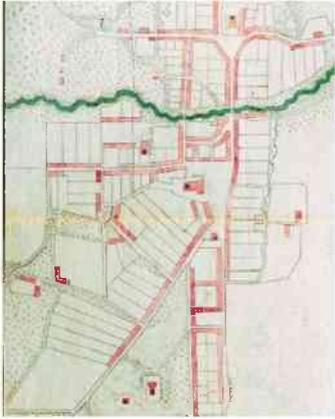
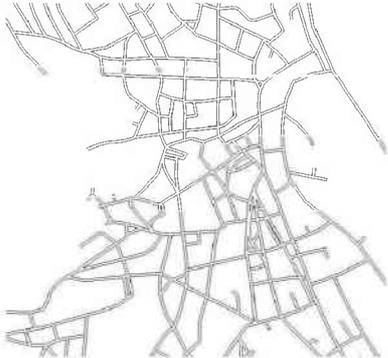
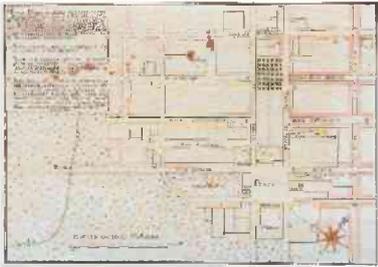
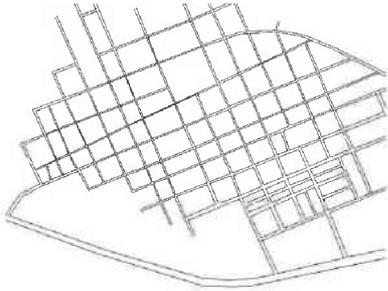
Olinda (PE) – fundação século XVI		
Registro histórico	Atual – disponível no IBGE (2010)	Correlações: fatos históricos e a paisagem
		<p>Ano de fundação: 1535 Regime político-administrativo: Capitânicas Hereditárias. Responsável: Duarte Coelho. Tipo de cidade: afirmação de posse e defesa da costa. Principal atividade econômica: economia agrária (cultivo da cana-de-açúcar para exportação). Tipo de traçado: irregular Implantação de jardim ou parque: Sim, mas só no séc. XIX (Jardim Botânico, em 1811 (desaparecido). Reforma urbana: como observação, cidade incendiada em 1632, pelos holandeses. Traçado refeito posteriormente. Momento na evolução da visão de paisagem no mundo, que melhor caracteriza a paisagem do assentamento à época de sua implantação: os símbolos, os fatos, o fantástico.</p>
Recife (PE) – fundação século XVI		
Registro histórico	Atual – disponível no IBGE (2010)	Correlações: fatos históricos e a paisagem
		<p>Ano de fundação: 1537 Regime político-administrativo: Capitânicas Hereditárias. Responsável: Duarte Coelho. Tipo de cidade: Afirmação de posse e defesa da costa. Principal atividade econômica: Porto para atender a cidade de Olinda – Povoado. Tipo de traçado: Irregular Implantação de jardim ou parque: Não. Como observação: o pomar do palácio do Conde Maurício de Nassau exista na cidade Maurícia, e não no centro original do Recife Português. Reforma urbana: Sim, várias reformas (desde a invasão holandesa que tomou de conta da área, até sua última reforma urbana, entre 1922-1926, que modificou todo o seu traçado original). Momento na evolução da visão de paisagem no mundo, que melhor caracteriza a paisagem do assentamento à época de sua implantação: os símbolos, os fatos, o fantástico.</p>

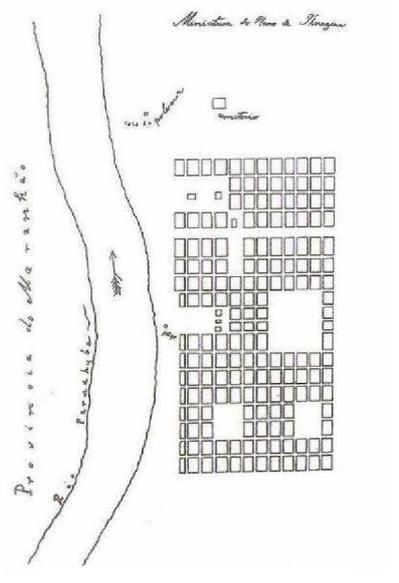
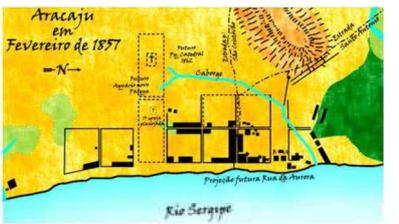
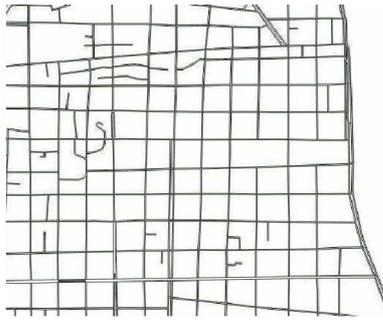
São Cristóvão (SE) – fundação século XVI		
Registro histórico	Atual – disponível no IBGE (2010)	Correlações: fatos históricos e a paisagem
		<p>Ano de fundação: 1590 Regime político-administrativo: Governogeral. Responsável: Cristóvão de Barros Tipo de cidade: Afirmção de posse e defesa da costa. Principal atividade econômica: desempenhava função administrativa. Tipo de traçado: Irregular Implantação de jardim ou parque: Não Reforma urbana: Não. Momento na evolução da visão de paisagem no mundo, que melhor caracteriza a paisagem do assentamento à época de sua implantação: os símbolos, os fatos, o fantástico.</p>
Marechal Deodoro (AL) – fundação século XVI		
Registro histórico	Atual – disponível no IBGE (2010)	Correlações: fatos históricos e a paisagem
		<p>Ano de fundação: 1591 Regime político-administrativo: Governogeral Responsável: primeiro: Diogo de Melo e Castro. Em seguida: Diogo Soares da Cunha e Gabriel Soares da Cunha. Tipo de cidade: Afirmção de posse e defesa da costa. Principal atividade econômica: economia agrária (cultivo da cana-de-açúcar para exportação). Tipo de traçado: irregular Implantação de jardim ou parque: Não Reforma urbana: sem informação. Momento na evolução da visão de paisagem no mundo, que melhor caracteriza a paisagem do assentamento à época de sua implantação: os símbolos, os fatos, o fantástico.</p>

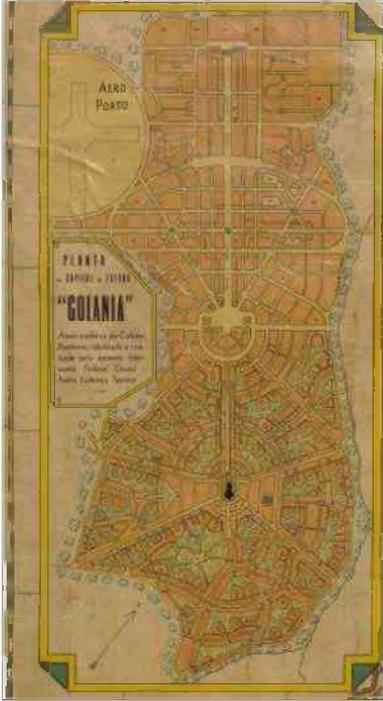
Maceió (AL) – fundação século XVII		
Registro histórico	Atual – disponível no IBGE (2010)	Correlações: fatos históricos e a paisagem
		<p>Ano de fundação: 1609. Regime político-administrativo: Governo-geral Responsável: Manuel Antônio Duro Tipo de cidade: afirmação de posse e defesa da costa. Principal atividade econômica: economia agrária (cultivo da cana-de-açúcar para exportação). Tipo de traçado: irregular Implantação de jardim ou parque: Não Reforma urbana: Não Momento na evolução da visão de paisagem no mundo, que melhor caracteriza a paisagem do assentamento à época de sua implantação: os símbolos, os fatos, o fantástico.</p>
Oeiras (PI) – fundação século XVII		
Registro histórico	Atual – disponível no IBGE (2010)	Correlações: fatos históricos e a paisagem
		<p>Ano de fundação: 1695 Regime político-administrativo: Governo-geral Responsável: Domingos Afonso Mafrense e Julião Afonso Serra Tipo de cidade: conquista do interior (ocupação do sertão e comunicação entre as principais cidades da costa) Principal atividade econômica: pecuária Tipo de traçado: proposto regular no núcleo central, já próximo ao riacho da Mocha o traçado é irregular Implantação de jardim ou parque: Não Reforma urbana: Não Momento na evolução da visão de paisagem no mundo, que melhor caracteriza a paisagem do assentamento à época de sua implantação: os símbolos, os fatos, o fantástico.</p>

Ouro Preto (MG) – fundação século XVII		
Registro histórico	Atual – disponível no IBGE (2010)	Correlações: fatos históricos e a paisagem
		<p>Ano de fundação: 1698 Regime político-administrativo: Governo geral Responsável: Antônio Dias de Oliveira, Pe. João de Faria Fialho e irmãos Camargo. Tipo de cidade: conquista do interior (cidade de mineração). Principal atividade econômica: mineração Tipo de traçado: irregular Implantação de jardim ou parque: Sim, mas só no séc. XIX (Jardim Botânico, em 1825 (desaparecido)). Reforma urbana: Não Momento na evolução da visão de paisagem no mundo, que melhor caracteriza a paisagem do assentamento à época de sua implantação: os símbolos, os fatos, o fantástico</p>
Aquiraz (CE) – fundação século XVIII		
Registro histórico	Atual – disponível no IBGE (2010)	Correlações: fatos históricos e a paisagem
		<p>Ano de fundação: 1713 Regime político-administrativo: Governo-geral Responsável: Estevão Velho de Moura (primeiro donatário, fundador do sítio de Aquiraz) Tipo de cidade: conquista do interior (ocupação do sertão e comunicação) Principal atividade econômica: pecuária Tipo de traçado: no núcleo fundacional é regular Implantação de jardim ou parque: Não Reforma urbana: Não Momento na evolução da visão de paisagem no mundo, que melhor caracteriza a paisagem do assentamento à época de sua implantação: os símbolos, os fatos, o fantástico</p>

Cuiabá (MT) – fundação século XVIII		
Registro histórico	Atual – disponível no IBGE (2010)	Correlações: fatos históricos e a paisagem
		<p>Ano de fundação: 1718 Regime político-administrativo: Governogeral Responsável: Pascoal Moreira Cabral (capitão-mor) Tipo de cidade: conquista do interior (cidade de mineração). Principal atividade econômica: mineração Tipo de traçado: irregular Implantação de jardim ou parque: Não Reforma urbana: Não Momento na evolução da visão de paisagem no mundo, que melhor caracteriza a paisagem do assentamento à época de sua implantação: os símbolos, os fatos, o fantástico.</p>
Fortaleza (CE) – fundação século XVIII		
Registro histórico	Atual – disponível no IBGE (2010)	Correlações: fatos históricos e a paisagem
		<p>Ano de fundação: 1726 Regime político-administrativo: Governogeral. Responsável: capitão-mor Manoel Francês Tipo de cidade: afirmação de posse e defesa da costa Principal atividade econômica: atividade da pecuária. Tipo de traçado: regular Implantação de jardim ou parque: Sim, mas só no séc. XIX (Jardim Botânico, em 1864 (ainda existente). Reforma urbana: sim, antes de sua alteração para cidade capital foi consolidado o projeto de arruamento Momento na evolução da visão de paisagem no mundo, que melhor caracteriza a paisagem do assentamento à época de sua implantação: a paisagem ideal.</p>

Cidade de Goiás (GO) – fundação século XVIII		
Registro histórico	Atual – disponível no IBGE (2010)	Correlações: fatos históricos e a paisagem
		<p>Ano de fundação: 1727 Regime político-administrativo: Governogeral Responsável: Bartolomeu Bueno Tipo de cidade: conquista do interior (cidade de mineração) Principal atividade econômica: mineração Tipo de traçado: irregular Implantação de jardim ou parque: Não Reforma urbana: Não Momento na evolução da visão de paisagem no mundo, que melhor caracteriza a paisagem do assentamento à época de sua implantação: a paisagem ideal.</p>
Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) – fundação século XVIII		
Registro histórico	Atual – disponível no IBGE (2010)	Correlações: fatos históricos e a paisagem
		<p>Ano de fundação: 1752 Regime político-administrativo: Governogeral Responsável: Rolim de Moura Tipo de cidade: cidade de penetração rumo às fronteiras oeste e sul Principal atividade econômica: mineração Tipo de traçado: Regular Implantação de jardim ou parque: Horta da residência do governador, 1752 (desaparecida). Reforma urbana: Não Momento na evolução da visão de paisagem no mundo, que melhor caracteriza a paisagem do assentamento à época de sua implantação: a paisagem ideal.</p>

Teresina (PI) – fundação século XIX		
Registro histórico	Atual – disponível no IBGE (2010)	Correlações: fatos históricos e a paisagem
		<p>Ano de fundação: 1852 Regime político-administrativo: Império Responsável: governador da província: Conselheiro Antônio Saraiva. Mestre de obras: João Isidoro França Tipo de cidade: ocupação do interior (não é mais cidade colonial) Principal atividade econômica: comércio Tipo de traçado: regular Implantação de jardim ou parque: Não. Reforma urbana: Não. Momento na evolução da visão de paisagem no mundo, que melhor caracteriza a paisagem do assentamento à época de sua implantação: a paisagem romântica do século XIX: o belo, o sublime e o pitoresco</p>
Aracaju (SE) – fundação século XIX		
Registro histórico	Atual – disponível no IBGE (2010)	Correlações: fatos históricos e a paisagem
		<p>Ano de fundação: 1855 Regime político-administrativo: Império Responsável: Presidente da Província: Inácio Joaquim Barbosa. Engenheiros: Sebastião José Basílio Pirro e Francisco Pereira da Silva Tipo de cidade: Ocupação da costa (não é mais cidade colonial) Principal atividade econômica: comércio. Tipo de traçado: regular (quadras de 50m x 50m). Implantação de jardim ou parque: Não Reforma urbana: Não Momento na evolução da visão de paisagem no mundo, que melhor caracteriza a paisagem do assentamento à época de sua implantação: a paisagem romântica do século XIX: o belo, o sublime e o pitoresco</p>

Belo Horizonte (MG) – fundação século XIX		
Registro histórico	Atual – disponível no IBGE (2010)	Correlações: fatos históricos e a paisagem
		<p>Ano de fundação: 1897 (data do projeto: 1893)</p> <p>Regime político-administrativo: República</p> <p>Responsável: governador: Afonso Pena. Eng. Civil: Aarão Reis, depois, Francisco de Paula Bicalho</p> <p>Tipo de cidade: ocupação do interior (não é mais cidade colonial)</p> <p>Principal atividade econômica: atividade agrícola, comércio.</p> <p>Tipo de traçado: regular</p> <p>Implantação de jardim ou parque: Sim, projeto do primeiro parque público implantado desde a gênese do planejamento da cidade capital</p> <p>Reforma urbana: Não</p> <p>Momento na evolução da visão de paisagem no mundo, que melhor caracteriza a paisagem do assentamento à época de sua implantação: século XX: a experiência da paisagem.</p>
Goiânia (GO) – fundação século XX		
Registro histórico	Atual – disponível no IBGE (2010)	Correlações: fatos históricos e a paisagem
		<p>Ano de fundação: 1935 (data do projeto: 1933)</p> <p>Regime político-administrativo: República</p> <p>Responsável: Pedro Ludovico Teixeira. (projetistas: Atílio Corrêa Lima e Armando de Godoy)</p> <p>Tipo de cidade: ocupação do interior (não é mais cidade colonial)</p> <p>Principal atividade econômica: atividade da pecuária e agricultura.</p> <p>Tipo de traçado: regular, geométrico</p> <p>Implantação de jardim ou parque: Sim, vários parques públicos na concepção original do projeto.</p> <p>Reforma urbana: Não</p> <p>Momento na evolução da visão de paisagem no mundo, que melhor caracteriza a paisagem do assentamento à época de sua implantação: século XX: a experiência da paisagem.</p>

Fonte: Autora (2018)

Ao classificar as cidades capitais em suas características mais relevantes para esta tese, busca-se identificar as rupturas e transições da evolução da arquitetura da paisagem no Brasil para ressaltar um panorama da paisagem da cidade brasileira.

O que se percebe é que a paisagem da cidade brasileira mudou ao longo do tempo, desde sua origem, sendo assim, a partir da leitura desenvolvida até aqui, é possível apontar alguns períodos marcantes: 1) início do período colonial (1534), onde a paisagem era moldada por sítios acidentados, devido a escolha de acidentes geográficos para a implantação dos núcleos urbanos; 2) início do Governo-geral (1549), em que tomava-se consciência da necessidade de controle do povoamento e comunicação entre as cidades do território e com isso, a busca por um traçado regular; 3) ainda no Governo-geral (1750), demarcação das fronteiras do interior da Colônia, frente aos avanços dos castelhanos, e assim, se consolida o traçado regular nos planos urbanísticos; 4) novos tempos com a República (1889), busca por um planejamento urbano voltado a questões de higiene, salubridade e embelezamento das cidades, agora a vegetação é parte essencial do espaço urbano e tem nos parques públicos o seu mais expressivo símbolo.

Portanto, a partir das informações enumeradas no Quadro 30, pode-se obter algumas características relevantes quanto à paisagem da cidade capital brasileira, com destaque para o espaço urbano, em relação aos espaços livres públicos, em especial seus parques e jardins. De maneira pontual no Quadro 31 inventaria-se a amostra, segundo características que definem a paisagem das cidades capitais da pesquisa, em: situação, sítio, traçado, jardins e os momentos na visão de paisagem.

Ressalta-se que as visões de paisagem que foram classificadas as cidades capitais da pesquisa leva em conta o momento de implantação dos núcleos originais, a partir do contexto histórico, sendo que muito dos exemplos estudados se alinham a características da paisagem dos símbolos, dos fatos e do fantástico⁶⁴, pois apesar dela pertencer à fase da Idade Média, na classificação de Leite (1994), ao correlacionar as paisagens dos núcleos fundacionais, é a que melhor explica as visões de paisagem ali encontradas. É nesta categoria que encontramos o aparecimento e o desenvolvimento da pintura da paisagem, marcado por diversas fases de concepção e relação com a natureza. Foi o início

⁶⁴ A partir da Idade Média, o aparecimento e o desenvolvimento da pintura da paisagem, marcando diversas fases de concepção e relação com a natureza, foi o início de um ciclo no qual o espírito humano começa a se alimentar da harmonia que o cerca – as representações em tapeçarias, telas, paredes e tetos, o jardim barroco, do francês Le Nôtre, por exemplo (LEITE, 1994,p.34).

de um ciclo no qual o espírito humano começa a se alimentar da harmonia que o cerca. Considera-se para este entendimento, que os portugueses já dominavam as artes, a pintura etc., e muito do que se executava nas cidades fundadas era transmitido à Corte pelas representações gráficas, as cartas, as pinturas, sobre os núcleos que eram criados. Destaca-se ainda o período em que os holandeses⁶⁵ estiveram em Recife, momento de grande produção de documentos, principalmente pela pintura, com registro das riquezas naturais existentes no território colonial.

⁶⁵ “Em 1637, aportou em Recife, no Nordeste brasileiro, uma das maiores figuras da história holandesa colonial, o primeiro príncipe real europeu a governar um território no Novo Mundo, o mecenas e construtor de cidades Johan Maurits, conde de Nassau-Siegen. Com ele, chegaram os ingredientes culturais de uma cidade barroca do século XVII: um grupo de homens ilustres, engenheiros, arquitetos, exploradores, cientistas, poetas e pintores. Dentre esses últimos, Frans Post, irmão do arquiteto do Conde, Pieter Post, estava destinado a se tornar o Canaletto do Brasil” (SMITH, 2012, p.11).

Quadro 31: Classificação das cidades capitais segundo atributos estruturadores da paisagem.

Situação	<i>Cidades que apresentam situação de defesa de território:</i> Olinda (1535), São Cristóvão (1590), Marechal Deodoro (1591);
	<i>Cidades de ocupação e povoamento do território:</i> Maceió (1611), Oeiras (1626), Aquiraz (1713), Teresina (1852), Belo Horizonte (1897), Goiânia (1935);
	<i>Cidades portuárias:</i> Recife (1537), Fortaleza (1726), Aracaju (1855);
	<i>Cidades de exploração de minério:</i> Ouro Preto (1698), Cuiabá (1718), Cidade de Goiás (1727);
	<i>Cidade para estabelecimento e defesa de fronteiras:</i> Vila Bela da Santíssima Trindade (1752);
Sítio	<i>Núcleos embrionários implantados em sítios relativamente planos:</i> Recife (1537), Maceió (1611), Oeiras (1626), Aquiraz (1690), Fortaleza (1726), Vila Bela da Santíssima Trindade (1752), Teresina (1852), Aracaju (1855), Goiânia (1933);
	<i>Núcleos embrionários implantados em sítios acidentados e/ou muito inclinados:</i> Olinda (1535), São Cristóvão (1590), Marechal Deodoro (1591), Ouro Preto (1709), Cuiabá (1726), Cidade de Goiás (1728); Belo Horizonte (1897);
Traçado	<i>Traçado irregular:</i> Olinda (1535), Recife (1537), São Cristóvão (1590), Marechal Deodoro (1591), Maceió (1611), Ouro Preto (1709), Cuiabá (1726), Cidade de Goiás (1728);
	<i>Traçado misto (regular e irregular):</i> Oeiras (1626), Aquiraz (1713), Fortaleza (1726);
	<i>Traçado regular:</i> Vila Bela da Santíssima Trindade (1752), Teresina (1852), Aracaju (1855), Belo Horizonte (1897), Goiânia (1933);
Jardins	<i>Hortos botânicos e passeios públicos implantados no núcleo urbano já consolidado:</i> Jardim botânico de Olinda (1811, desaparecido), Horto botânico de Ouro Preto (1825, desaparecido);
	<i>Apresentam jardins projetados:</i> Vila Bela da Santíssima Trindade (1752) – horta da casa do governador (privado); Belo Horizonte (1897) – Parque público Municipal Américo Renné Giannetti, Goiânia (1933) – Parques públicos Botafogo e Buritis;
Visão de Paisagem	<i>Os símbolos, os fatos, o fantástico:</i> Olinda (1535), Recife (1537), São Cristóvão (1590), Marechal Deodoro (1591), Maceió (1611), Oeiras (1626), Ouro Preto (1709), Aquiraz (1713), Cuiabá (1726);
	<i>A paisagem ideal:</i> Fortaleza (1726), Cidade de Goiás (1728), Vila Bela da Santíssima Trindade (1752);
	<i>A paisagem romântica do século XIX o belo, o sublime e o pitoresco:</i> Teresina (1852) e Aracaju (1855); <i>Século XX: a experiência da paisagem:</i> Belo Horizonte (1897) e Goiânia (1933);

Fonte: Autora (2018).

A visão de paisagem referente “a paisagem de objetos”⁶⁶ não se encontra em nenhum dos núcleos urbanos analisados, pois se entende que este momento seria anterior ao domínio português no território brasileiro, seria a paisagem produzida pelos nativos, os indígenas, anterior aos assentamentos de origem portuguesa.

No processo de urbanização brasileira lido pela fundação de suas cidades capitais, percebe-se como produção da paisagem dos primeiros séculos foi linear na costa, e depois foi direcionada rumo a sua hinterlândia. Assim, também foi a evolução da produção de seus parques e jardins, que chega com mais expressividade no momento que a ocupação do território brasileiro estava em crescente interiorização.

Diante do que foi exposto na tese, o que se pode constatar nas cidades capitais objeto da pesquisa é que os jardins começam a aparecer na cidade capital de Vila Bela, em 1752, anterior ao Jardim Botânico de Olinda, que data de 1811, ambos desaparecidos com o tempo. O primeiro como jardim particular, um pomar, especificado pelo projeto da Vila, inserido no lote da residência do governador da província, Rolim de Moura. O outro, em Olinda, de propriedade da Coroa, para a realização de aclimatação das espécies vegetais que pudessem trazer algum lucro para a Coroa. No entanto, à essa época, a corte já estava residindo no Brasil, o que segundo Segawa (1996), levou muito desses jardins botânicos, no caso do exemplo de Olinda, a serem abertos também como passeio público.

Depois de Vila Bela e Olinda, o jardim público, pelos estudos levantados aqui na tese, só vai aparecer efetivamente no plano de Belo Horizonte (1893), que desde seu planejamento original já apresenta um parque público, atendendo ao que estava acontecendo no mundo europeu. A criação de parques públicos, como uma técnica do urbanismo sanitarista, para higienizar e embelezar o ambiente urbano, por conseguinte, atender a demanda de locais para realização de atividades de lazer ao ar livre por sua população.

⁶⁶ “De um modo geral, as civilizações da antiguidade estiveram tão profundamente impregnadas pelo sentido de sobrevivência e adaptação às condições naturais, que sua paisagem, na maior parte das vezes, era caracterizada como um conjunto de objetos selecionados e dispostos de forma a satisfazer às necessidades essenciais do corpo e as exigências da religião. O aspecto técnico dominava e de certa forma até anulava o aspecto estético, e o resultado era, frequentemente, uma paisagem fechada para o mundo exterior” (LEITE, 1994, p.30).

Correlações entre as paisagens das cidades capitais

Com base no que foi apresentado até aqui, sobre aspectos relevantes da história do início de cada cidade capital estudada, procura-se organizar fatores que chamam a atenção nos cenários estudados, ao se fazer correlações, principalmente pelo confronto a realidades levantadas a partir do que foi percebido e vivenciado durante as visitas *in loco* a cada centro histórico.

Várias foram as impressões percebidas sobre as distintas estruturas urbanas encontradas nos diversos centros históricos, desde a configuração espacial, a dinâmica urbana e as paisagens vivenciadas. Isso facilitou a construção de conexões, entre as formas de ocupação de ontem, que nortearam a implantação inicial e que, em termos de morfologia urbana, muitas mantem até hoje, apesar de alguns usos do solo terem se transformado de maneira significativa ao longo do tempo nestas cidades.

A percepção das primeiras impressões urbanas dos centros históricos das cidades capitais permitiu entender as “entradas” das cidades, ou seja, seus núcleos originais, e como estes estavam conformados. Esses centros históricos apresentam diferenças de tecido em relação a cidade contemporânea, o que facilita a leitura da sua paisagem e a compreensão de seus elementos formadores. A partir do contato com as ruas, percebe-se a dinâmica urbana do local, seus lugares mais significativos quanto ao movimento de pessoas e veículos, seus principais edifícios e as características que se repetiam de um modo geral.

As correlações são relacionadas aos atributos que formam cada paisagem, como por exemplo, os elementos de suporte e as técnicas utilizadas, pelos diferentes momentos de implantação de cada núcleo selecionado. Estes atributos transformam a paisagem da cidade capital brasileira, ao se visualizar aspectos importantes que contribuíram para a construção da arquitetura da paisagem.

São correlacionados aspectos da estrutura física do espaço, como: situação, sítio, temperatura, corpos d’água, vegetação; bem como aspectos de plano urbanístico: tipo de malha, ruas, construções, praças, parques. Entende-se que estes atributos vão delinear semelhanças e diferenças nas diversas paisagens das cidades capitais.

Quanto a característica da situação destaca-se principalmente duas categorias: 1.) as cidades localizadas em acidentes geográficos, na costa, onde uma das principais características da paisagem se dá pelas visuais do entorno, a partir de seus espaços livres públicos, na função de defesa e vigília que estas cidades possuíam; e 2.) as cidades capitais situadas no interior, que se distinguem por dois tipos de desenho: as de defesa e demarcação da posse do território, em que a escolha vai recair por sítios planos, e as cidades de exploração de minérios, que vão se caracterizar por sítios mais acidentados, próximo às áreas de mineração.

A situação escolhida para a fundação da cidade, em certa maneira, influenciava no tipo de sítio que a cidade foi implantada, como vimos anteriormente no texto, quando sempre se buscava sítios planos (REIS FILHO, 1968). Embora nas situações de acidentes geográficos, como baías, encostas, colinas ou áreas de mineração, nem sempre se encontrava disponível o sítio plano para a construção da cidade, acabava-se por condicionar os traçados irregulares, gerando assentamentos totalmente irregulares, salvo quando sua implantação não era controlada pelos funcionários da Coroa. Mas sempre que possível, a Coroa portuguesa tentava controlar as cidades que eram fundadas em sítios acidentados, para que suas expansões seguissem à risca a regularidade proposta inicialmente, como por exemplo as cidades de Oeiras (1695) e cidade de Goiás (1727) (DELSON, 1979).

As cidades mais importantes, dentro da estratégia de exploração e domínio da Coroa, sempre tinham profissionais designados para acompanhar suas fundações, funcionários qualificados quanto às técnicas de engenharia militar, de maneira a garantir a construção de uma vila moderna e organizada. A escolha dos sítios tinha como ordens gerais: serem sítios saudáveis, livres de doenças, pertos de corpos d'água, mas distantes de áreas de alagamento e de fácil comunicação com os outros núcleos urbanos existentes (SANTOS, 1968; DELSON, 1979).

Entre as construções mais singulares presentes em todas as cidades capitais estavam as igrejas e as Casas de Câmara e Cadeia, como representações dos poderes políticos e religiosos para com a população dominada e os colonos portugueses, que seriam responsáveis por fixar a ocupação do território. À parte esses dois tipos de construções, tem-se destaque o casario, este de significativa importância por conformar a paisagem das ruas, dos fechamentos e delimitações das áreas de circulação das pessoas. A

organização do casario garantia a organização e a regularidade do traçado, alinhados aos lotes, mantendo padrão de fachadas, para manter um padrão sóbrio à paisagem das cidades-sedes, principalmente.

As cidades de colonização portuguesa se caracterizavam em termos de unidade, no centro histórico, pela chamada “tríade portuguesa” (FERRARE, 2013; COELHO, 2001), que seria a organização do núcleo original de cada cidade pela posição da igreja e da Casa de Câmara e Cadeia em volta da praça, onde geralmente estava instalado o pelourinho. Essa configuração, em tríade, somente deixa de ser constituída, no rol das cidades capitais analisadas nessa tese, nas cidades de Belo Horizonte e de Goiânia, onde a catedral da cidade não mais está junto do poder político-administrativo situado na praça central da cidade.

Quanto à vegetação não se percebe nenhuma recomendação inicial por parte da Coroa. Esta vai entrar em pauta à medida que a arborização é requerida como um meio de melhoria do ambiente urbano, particularmente quanto à salubridade e higiene do local. Estas ações acontecem atreladas ao processo de planificação de cidades regulares, localizadas em sítio plano. Em cidades do final do século XIX, a vegetação urbana já deveria ser pensada com o desenho de planificação dos espaços livres, fosse pela urbanização das praças, pela construção de parques públicos, fosse, posteriormente, pela preocupação com a arborização das ruas (SEGAWA, 1996).

Em relação à análise da situação em que as cidades foram implantadas, principalmente as cidades de defesa, destaca-se a maneira de implantação das praças e as ruas que as conectam, pois percebe-se que as localizações desses espaços livres na área urbana orientam o caminhar do pedestre, além de servirem como uma espécie de mirante, para os pontos de vista das diferentes paisagens formadas no entorno de cada centro histórico. São exemplares dessa conformação as cidades de Olinda, São Cristóvão e Marechal Deodoro. Destaque para o Alto da Sé de Olinda; para as três praças em São Cristóvão e a comunicação visual que a localização delas permite em relação ao conjunto da cidade; e a cidade de Marechal Deodoro, em que suas praças da cidade alta abrem o campo visual da paisagem ao formar mirantes em relação a cidade baixa, entorno da lagoa Manguaba que conforma a cidade histórica.

É interessante associar a importância dos edifícios religiosos para a orientação dos pedestres dentro das malhas, sejam elas de traçado regular ou irregular, como a herança

dos traçados das primeiras capitais coloniais. No caso da cidade de São Cristóvão é possível avistar uma praça a partir de outra, e sua igreja como o destaque para o fechamento das visuais entre seus espaços livres públicos, conectando praças e ruas da área. Pode-se dizer que as praças juntamente com as igrejas permitem o reconhecimento dos lugares dentro da cidade, num sentido de segurança psíquica ao transeunte.

Quanto ao desenho da malha, três cidades que possuem a malha em formato de tabuleiro xadrez chamam atenção pelas semelhanças: Fortaleza, Teresina e Aracaju. O porte do centro histórico destas três cidades é muito parecido, cabe aqui abordar que a sensação de conforto sentida nesses três assentamentos é boa, pois a relação entre largura das ruas e altura das edificações proporcionam zonas de sombreamento nas calçadas, mesmo estas não possuindo arborização.

Na cidade de Teresina as ruas são mais estreitas que as outras duas cidades, o que produz mais sombreamento, apesar desta cidade ser a que apresenta um relevo mais inclinado entre as três cidades, isso ocasiona certo desconforto físico ao se percorrer as ruas no sentido leste, devido a declividade do relevo em relação ao rio Parnaíba, que margeia seu centro histórico. Sobre Teresina, foi descrito:

Esse tipo de acomodação espacial, antes de urdir uma correta disposição para a terrível insolação que castiga a cidade, foi o recurso técnico para dispor os edifícios e, conseqüentemente, estruturar a cenografia urbana. A bem dizer, nesse equinócio, qualquer que fosse o rumo do parcelamento do solo, o conforto ambiental das construções só poderia ser amenizado por uma arquitetura desimpedida de implantação e desregrada de preconceitos, quando não no nosso tempo refrigerada de recursos tecnológicos. [...] Em Teresina, de casas subordinadas às amarras da estética urbana setecentista, postas sobre os limites dos lotes, com as frentes para o N ou para o S, ainda que livres seus interiores de forma e da agulha magnética, não poderiam assim se beneficiar dessa secular técnica orientadora [cardo-decumano], senão no terreno executivo da regularidade ortogonal. Nisso se descortina uma proposta de plano burguês, para uma arquitetura morfologicamente colonial. Com 50% das fachadas castigadas pela radiação noroeste, esse é o lado mais triste de sua arquitetura. Só mais tarde, quando as obras se soltam dos limites dos lotes, ou com modernas soluções espaciais, para não falar dos equipamentos elétricos, se apresentam maiores possibilidades de controle térmico. (SILVA FILHO, 2007, p. 104)

A cidade de Fortaleza apresenta a sensação de ruas mais largas em relação às ruas de Teresina, talvez devido a ela apresentar uma maior quantidade de ventos vindos do mar, o que gera um conforto natural. Em Aracaju, percebe-se que a cidade possui estruturas de ruas muito parecidas com as ruas de Fortaleza, salvo pelas dimensões das quadras, com dimensões menores (50 por 50 metros) – chamou-nos atenção em seu centro histórico o fato de a maior parte de suas ruas serem pedonais.

Entre esses três centros históricos, de malha em tabuleiro xadrez, outro elemento que se destaca são as praças. Teresina e Fortaleza apresentam várias praças distribuídas pela malha, como referências ao caminhar do pedestre (elementos de localização), já que a malha de circulação é homogênea, tendo ainda a presença de igrejas nestas praças. O que não acontece no centro histórico de Aracaju, que possui uma grande e única praça, o que acaba por restringir o potencial que estes espaços possuem na criação de referências na paisagem de seu espaço urbano (Figura 118).



Figura 118: Vista da praça Almirante Barroso em direção à Catedral Metropolitana de Aracaju (SE). Destaque para a paginação de piso em pedra portuguesa, configurando desenhos que preenchem o espaço amplo da praça e dão homogeneidade às distintas partes da praça. Fonte: Giuliana Sousa (2017).

É importante notar a semelhança das sensações apreendidas entre estas três capitais, Teresina, Aracaju e Fortaleza – malha regular e ruas não muito largas. Acredita-se que pelas características climáticas da região Nordeste, herança do urbanismo mouro e herdado e assimilado pelos portugueses. Em relação aos edifícios das três cidades, em sua predominância eram de um a três pavimentos, delimitando as ruas e praças, as quais que serviam de referências ao caminhar do pedestre.

Uma quarta cidade capital se destaca principalmente pela configuração do seu traçado em tabuleiro xadrez, é a cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade. Contudo, esta se diferencia das outras três pela estrutura e composição de suas ruas. O traçado da malha é conformado por vias largas para a densidade construtiva da cidade, quando as edificações são de apenas um pavimento (originalmente eram previstos pelo plano original edificações de 2 a 3 pavimentos). Esta configuração gera aos espaços livres sensação de desconforto durante os percursos realizados em seu centro histórico, pois não existe sombreamento, nem pelas construções, nem por arborização (Figura 119). Quando comparado ao tecido urbano de Teresina, por exemplo, o caminhar pelas suas ruas é ainda mais desconfortável. Isso se deve pelas características climáticas da região, de altas temperaturas e alta umidade, atrelados a espaços desprotegidos da incidência solar ao qual o assentamento está sujeito.



Figura 119: Configuração das ruas que formam a cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade. As ruas apresentam uma sensação de vazio, pois é conformada por edifícios muito baixos em relação à largura da via, apenas um pavimento, e não possuem arborização. Fonte: Giuliana Sousa (2017).

Em relação às cidades de traçados irregulares, tem-se a cidade de Maceió, atual capital do estado de Alagoas, cujo centro histórico se assemelha a outros centros visitados. As ruas são proporcionais as edificações que as configuram, em sua maioria são edifícios

térreos até três ou quatro pavimentos. Muitas das ruas comerciais são pedonais, mas existem também ruas para a circulação de veículos. Uma característica da malha é a irregularidade das vias, não necessariamente sinuosas, mas não conformam um tabuleiro xadrez. O desenho irregular de sua malha forma, nos cruzamentos, lotes de configuração triangulares, o que gera configurações edilícias trapezoidais com aberturas em todos os lados, inclusive chanfros que geralmente apresentam aberturas. Outro fato que chama atenção a este tecido é a existência de igrejas que pontuam locais de referência dentro da malha.

A cidade de Cuiabá também possui traçado irregular, estabelecido por vias estreitas, às vezes quadras chanfradas, algumas praças inusitadas formadas por alargamentos das vias que as conformam (largos), além de edifícios religiosos inseridos na malha compacta do centro histórico.

Ainda sobre o desenho da malha destacam-se as malhas das cidades de Aquiraz e de Recife, não porque elas possuem semelhança entre si, mas justamente por não apresentarem semelhança com nenhum outro exemplo de cidade. Aquiraz possui um centro histórico muito reduzido em relação às outras cidades, com basicamente duas ruas paralelas que conformam a praça principal, da igreja matriz à antiga Casa de Câmara e Cadeia. A cidade histórica está assentada sobre um sítio relativamente plano, apenas na rua posterior à igreja matriz apresenta um desnível perceptível ao caminhar do pedestre, fato que garante um traçado de malhar regular no reduzido núcleo histórico.

Já o traçado de Recife de ruas estreitas, que caracterizava o assentamento, foi todo modificado. O novo traçado é um traçado monumental⁶⁷, de vias radiais que chegam até a Praça do Marco Zero. Dentre as cidades capitais pesquisadas foi a que mais sofreu alteração em sua estrutura urbana inicial, tanto em relação ao traçado quanto às construções.

Entre as cidades de mineração, as que mais se destacam são: Ouro Preto e cidade de Goiás. Ambas possibilitam uma paisagem envolvente ao caminhar do pedestre devido à

⁶⁷ “A reforma [do Recife] alterou a antiga malha urbana colonial de ruas estreitas pela criação de grandes avenidas radiocêntricas que culminavam numa praça, sob inspiração urbanística francesa de meados do século XIX [...]. Esta intervenção de grande porte deixou parte do bairro inteiramente transformado, conferindo-lhe uma feição eclética. Acompanhando a intervenção urbanística, foi executado uma remodelação arquitetônica, sendo demolidos antigos sobrados coloniais para a execução de novas edificações no estilo eclético e tendo permanecido armazéns, um terminal açucareiro e um parque de tancagem” (SILVA, 2007, p.52).

declividade do terreno, muito acidentado. Essa característica gera um sobe e desce de ruas, proporcionando visuais abertas, elementos surpresas e a percepção da cidade em camadas, além de criar efeitos de mirantes na paisagem citadina.

A cidade de Ouro Preto surgiu com o propósito da exploração do ouro, como as cidades de Cuiabá e cidade de Goiás, mas se distingui por seu relevo peculiar, muito acidentado em relação a qualquer outra cidade da pesquisa. Isso implica numa percepção muito interessante do assentamento, dos marcos visuais, das igrejas construídas ao longo da trama urbana, principalmente pela quantidade de exemplares – entre as cidades pesquisadas é a que mais possui igrejas. A praça mais expressiva é a praça Tiradentes, o maior espaço livre público existente no centro histórico da cidade, conformada pela robusta construção da antiga Casa de Câmara e Cadeia (hoje Museu da Inconfidência). Trata-se de uma cidade monumental, se comparada à escala das outras cidades coloniais visitadas.

Em relação aos corpos d'água, a paisagem da cidade de Goiás é instigante, por conta da cidade ser implantada ao longo de um rio, o rio Vermelho, que a corta o seu centro histórico. Uma característica peculiar em relação as outras cidades visitadas é que o rio não é totalmente canalizado. Este fato acontece em muitas das cidades visitadas, por exemplo, na cidade de Oeiras em que o riacho da Mocha é canalizado (Figura 120). Estes rios e riachos que deram origem a alguns assentamentos encontram-se canalizados, por vezes poluídos, ou mesmo encobertos e sobrepostos por vias como a rua Grande, na cidade de Cuiabá.



Figura 120: Riacho da Mocha em Oeiras (PI). Fonte: Giuliana Sousa (2016).

O rio Vermelho que corta a cidade de Goiás enriquece a beleza cênica do traçado de tal maneira que cria um cenário composto por edificações singelas, emoldurado pelo relevo acidentado que conforma a cidade. As edificações são praticamente todas térreas, tendo como edifícios de destaque as igrejas, com suas torres cortando a silhueta do horizonte. Um outro tipo edilício que se destaca é a Casa de Câmara e Cadeia, que hoje, como na maioria das cidades capitais antigas, funciona como museu.

A cidade de Belo Horizonte foi planejada na sua totalidade, com malha distinta de qualquer outra cidade capital. É marcante pelo sítio físico escolhido para a sua implantação, onde o desenho da malha foi enfatizado pelo relevo acidentado. As ruas largas são conformadas por edifícios em altura que conferem um fechamento proporcional (Figura 121). A praça mais importante é a praça da Liberdade, onde à época da implantação da cidade se destacavam os edifícios administrativos e residenciais, com ausência da igreja. Destaca-se que, com o passar do tempo, os edifícios originalmente institucionais no entorno da praça da Liberdade agora são ocupados por atividades culturais.



Figura 121: Avenida Brasil, onde é visível o declive do relevo e o desenho da rua; as quadras apresentam chanfros e os edifícios que conformam a via são altos, o que gera um fechamento proporcional na relação entre largura e altura. Fonte: Giuliana Sousa (2017).

Goiânia chama a atenção por sua grande praça cívica e suas ruas largas e arborizadas, uma cidade inspirada no modelo de Cidade-Jardim. Em seu plano urbanístico apresenta elementos urbanos marcantes, como por exemplo, a pata de ganso⁶⁸, que conduz três vias estruturantes do traçado da cidade até a sua praça cívica, tendo como ponto focal a edificação do Palácio de Governo do Estado (Figura 122). O tecido urbano desta parte central da cidade se configura por radiais que saem da praça cívica, e ao mesmo tempo por ruas transversais. Os tipos edifícios que configuram as ruas apresentam em sua maioria quatro pavimentos, o que gera, por vezes, certa sensação de acolhimento ao pedestre, numa percepção de proporcionalidade a largura das ruas.

⁶⁸ Origem do elemento pata de ganso, no papado de Sixto V, para a cidade de Roma, com o desenho principal da *Piazza Del Popolo*, que a partir de então se replicou em cenários importantíssimos da história do fazer cidades, exemplos significativos: a cidade de Versalhes e Washington D.C.



Figura 122: Praça Cívica Pedro Ludovico Teixeira. Edifício do pátacio das Esmeraldas e monumento às três Raças. Fonte: Giuliana Sousa (2017).

A partir do confronto de informações das pesquisas na literatura histórica e nas visitas *in loco*, observa-se que existem características no modo de se fazer cidades herdados dos mouros (SANTOS 1968, COELHO, 2001), e que ainda estão presentes em alguns dos exemplos pesquisados. Algumas cidades, por serem localizadas em clima tropical-quente-úmido e apresentarem altas temperaturas, como Teresina e Fortaleza, minimizam o desconforto físico para o transeunte pela largura das ruas e a relação com a altura das edificações, que protegem os passeios e permitem um ambiente mais agradável com sombreamento.

Com base nos diversos contextos estudados, das dezesseis cidades capitais, dois núcleos urbanos se destacam para esta tese: Vila Bela da Santíssima Trindade (1752) e Belo Horizonte (1893-1897).

Vila Bela da Santíssima Trindade (1752) destaca-se por dois pontos, primeiro, por apresentar o desenho de seu traçado mais rígido, entre todas as cidades anteriores a ela. A partir desse período nenhuma cidade capital será projetada fora dos padrões da regularidade, da simetria e da racionalidade. Como segundo ponto, por já ter em seu plano

original a destinação de um jardim projetado, uma horta, mesmo sendo privado, é um anúncio da projeção de jardins em cidades capitais brasileiras.

Belo Horizonte (1893-1897) destaca-se porque, além do traçado racional e simétrico, a cidade apresenta o elemento parque público no seu plano original, não mais um jardim-pomar ou horta, mas um parque de grandes proporções e de característica naturalista e romântica, além de espaços para arborização urbana ao longo de suas praças e ruas. A diferença que mais chama atenção na nova capital mineira são as características de seu sítio físico, muito acidentado para os padrões de cidades novas que estavam sendo desenvolvidos no país desde o início do processo de interiorização e ocupação do território, quando a preferência por sítios planos já era uma premissa (REIS FILHO, 1968; DELSON, 1979).

Vila Bela da Santíssima Trindade e Belo Horizonte – transformações na paisagem

Esta parte do trabalho procura contribuir com informações sobre as duas cidades que se destacam na exploração do conjunto das dezesseis cidades capitais aqui estudadas, são elas: Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) e Belo Horizonte (MG), as quais assinalam-se, segundo a pesquisa, como ruptura, no caso da primeira e, como transição, a segunda cidade, no contexto da evolução da arquitetura da paisagem no Brasil.

A cidade de Vila Bela, de 1752, é uma ruptura por seu traçado geométrico. Ela representa o esforço da Coroa portuguesa em organizar um traçado regular às principais cidades implantadas na Colônia brasileira. Segundo Delson (1979), este esforço no planejamento de assentamentos na Colônia teve início com o plano para a fundação do traçado da cidade de Oeiras, em 1695. O traçado rígido e erudito foi baseado nos preceitos do Renascimento para modernizar as cidades que tinham a função de sede administrativa das ocupações, que estavam sendo efetivadas no território.

O esforço no planejamento dos assentamentos se justificava como a maneira mais eficiente que a Metrópole previa para controlar o que acontecia na ocupação da Colônia. Era um momento de controlar a organização física e, assim, garantir o comando sobre a organização social e econômica, a partir de decisões político-administrativas que eram tomadas para se explorar ao máximo as potencialidades produtivas do território dominado. Também era objetivo organizar um desenho regular nos assentamentos criados, e com isso evidenciar respeito junto aos castelhanos na disputa por terras nas fronteiras entre as Colônias da Espanha e de Portugal (REIS FILHO, 1968; DELSON, 1979).

A cidade de Belo Horizonte (1893-1897) surge em outro contexto político-administrativo da história da urbanização brasileira, já no final do século XIX. As decisões que definiram sua paisagem se deram, também, para efetuar um projeto moderno, inovador, que estava em voga nas cidades mais importantes do mundo. Em relação ao seu contexto de inserção, o projeto de Belo Horizonte deveria marcar um novo momento do país, o início do período Republicano.

Por conseguinte, ao entender que estas duas cidades representam momentos importantes para o panorama da arquitetura da paisagem brasileira diante das transformações de seu

espaço urbano, cabe abordar características dos espaços livres urbanos de ambas, como uma maneira de registrar a importância de seus aspectos paisagísticos, até como síntese do conteúdo apresentado até aqui nessa tese.

Para a cidade de Vila Bela cabe verificar o projeto implantado da cidade e as transformações presentes hoje, evidenciando algumas mudanças significativas na paisagem que começou a ser moldada em 1752.

No caso de Belo Horizonte, as informações apresentadas referem-se às mudanças que o projeto teve por conta de adaptações em relação a configuração do seu sítio físico e/ou questões político-administrativas. De uma maneira geral, verifica-se os espaços livres previstos no plano de Aarão Reis e o existente hoje, buscando construir a configuração da paisagem da capital mineira, projetada em 1893 e inaugurada em 1897.

Vila Bela da Santíssima Trindade

Ao direcionar a pesquisa à cidade de Vila Bela, ao plano original e a cidade que existe hoje, encontram-se muitas informações que evidenciam transformações na paisagem desta cidade. Existem documentos⁶⁹ sobre Vila Bela que tentam contar a história da cidade, já que esta foi um marco significativo na planificação dos assentamentos portugueses, principalmente em relação a importância política-administrativa e econômica que esta cidade representou para a fixação da colonização das terras brasileiras, frente aos avanços da fronteira de domínio espanhol.

A visita à cidade de Vila Bela trouxe alguns questionamentos para a paisagem encontrada, já que a cidade se diferenciava bastante das outras cidades capitais, de traçado em malha regular xadrez – como Teresina –, principalmente pela diferença entre a largura da rua e a altura das construções, em que era de nosso interesse compreender: porque as ruas eram desprotegidas, com edificações baixas, de apenas um pavimento, e sem arborização nas calçadas? Estas características ocasionavam áreas sem sombreamento para os pedestres.

⁶⁹ Alguns autores que estudam a cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade: AMADO E ANZAI (2006); ARAUJO (2013); REIS FILHO (2000); BANDEIRA (1988) e CANOVA, (2008)

Em pesquisas realizadas sobre o processo de implantação da cidade encontra-se abordagens que podem revelar o porquê desses acontecimentos, já que as cidades brasileiras de origem portuguesa têm herança do urbanismo mouro, com ruas estreitas para que os edifícios possam sombreá-las e proporcionar zonas de conforto aos pedestres.

Em Vila Bela dois pontos se destacam na sua paisagem: primeiro, o traçado urbano se conservou com seu desenho rígido, de tabuleiro xadrez, passados mais de 250 anos de sua fundação; segundo, entre as suas construções originais que caracterizavam a origem do assentamento, apenas o Palácio dos Capitães Gerais se conservou no entorno da praça principal, não existindo no assentamento a igreja matriz e a residência do governador. No lote destinado à igreja matriz, hoje existe uma escola e onde previa-se a monumental residência do governador estão as ruínas da Catedral da Santíssima Trindade, que teve sua construção iniciada no ano de 1793, segundo documentos consultados na sede do IPHAN (MT).⁷⁰

A importância do lote destinado à residência do governador Rolim de Moura para esta tese está o fato de existir no local das ruínas, uma horta projetada, aos moldes dos jardins franceses⁷¹, não se encontrou uma data precisa sobre até quando a horta existiu. Pelo levantamento de cartografia da cidade, encontrado no livro *Os Anais de Vila Bela de 1734-1789*,⁷² e na cartografia levantada por Reis Filho (2000), a horta ainda aparece junto à residência do governador nos mapas dos anos de 1773⁷³, 1775, 1777, 1780 e 1789 (Figura 123 à Figura 127).

⁷⁰ Esta data consta no folder de divulgação do projeto de preservação do patrimônio cultural da cidade de Vila Bela consultado na superintendência do IPHAN de Mato Grosso. Apesar da placa que atualmente existe em frente as ruínas da catedral indicar a construção datada de 1769, no livro *Anais de Vila Bela de 1734-1789*, de autoria de Janaína Amado e Leny Caselli Azai (2006), não foi encontrada nenhuma menção a construção dessa catedral nos anais do ano de 1769.

⁷¹ Em alguns mapas de Vila Bela este quintal aparece desenhado como um jardim formal, à francesa. Esta área foi depois retirada do palácio para a construção ali da igreja matriz (ARAUJO, 2013, p. 2).

⁷² “Este livro contém um importante documento histórico, em grande parte inédito, que viajou por dois continentes ao longo dos séculos. *Os Anais de Vila Bela* contam a história do Mato Grosso no século XVIII, da perspectiva de sua primeira capital, ano a ano, desde 1734 – quando se deu “o primeiro descobrimento do sertão do Mato Grosso” – até 1789, ano em que terminou o longo governo de Luiz de Albuquerque, substituído pelo irmão, João de Albuquerque. Não foram localizadas cópias integrais, em arquivos e bibliotecas, brasileiros ou portugueses, do texto transcrito. Trata-se, portanto, de documento único (AMADO e ANZAI, 2006, p. 21).

⁷³ “Novo projeto para a continuação do plano primitivo desta Vila, a que o Ilm.º e Exm.º Sr. Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, Governador e Capitão General desta Capitania mandou delinear, e ordena que se observe exatamente” (AMADO e ANZAI, 2006, p.295).

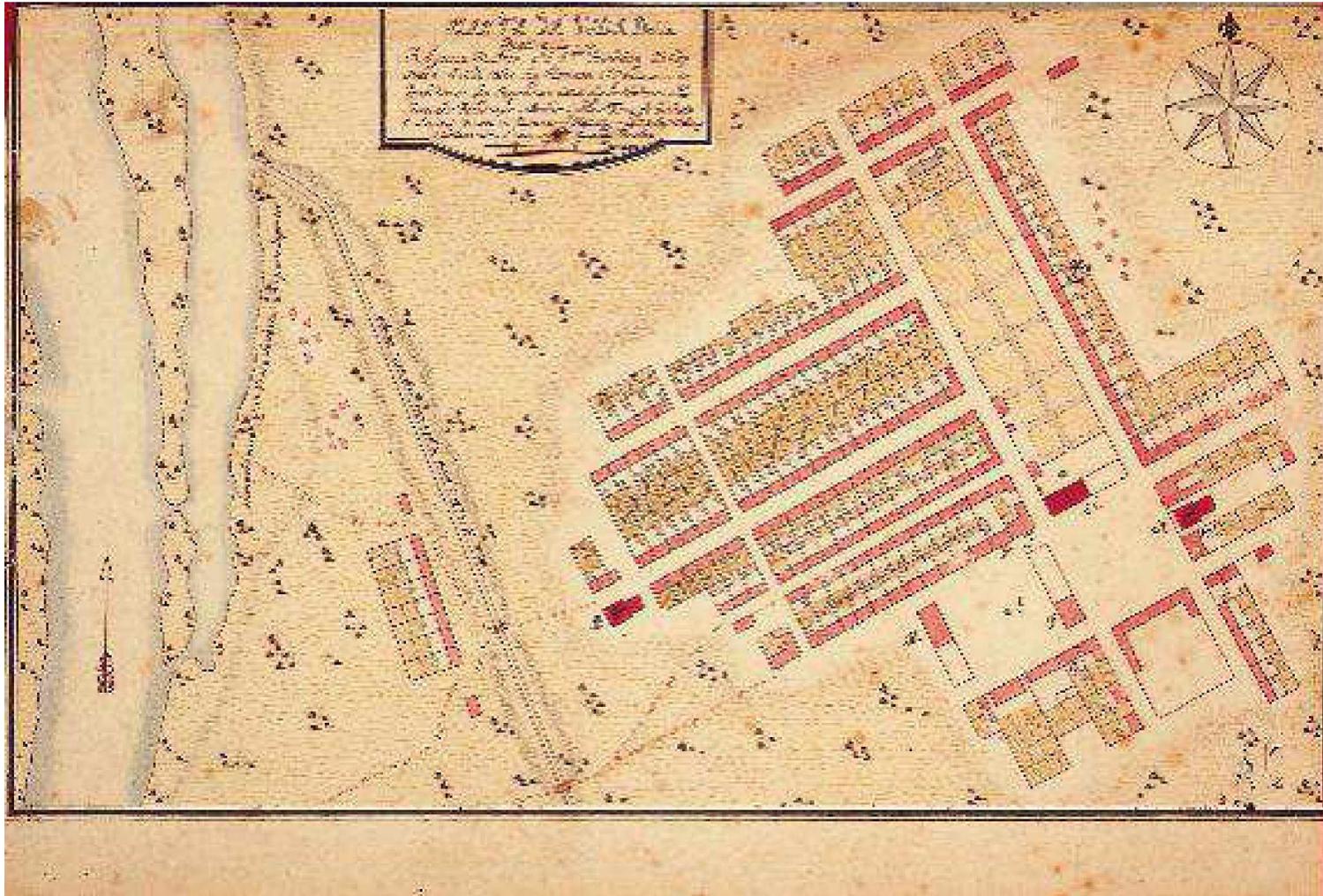


Figura 124: Plano para a cidade de Vila Bela em 1775. Fonte: REIS FILHO (2000).

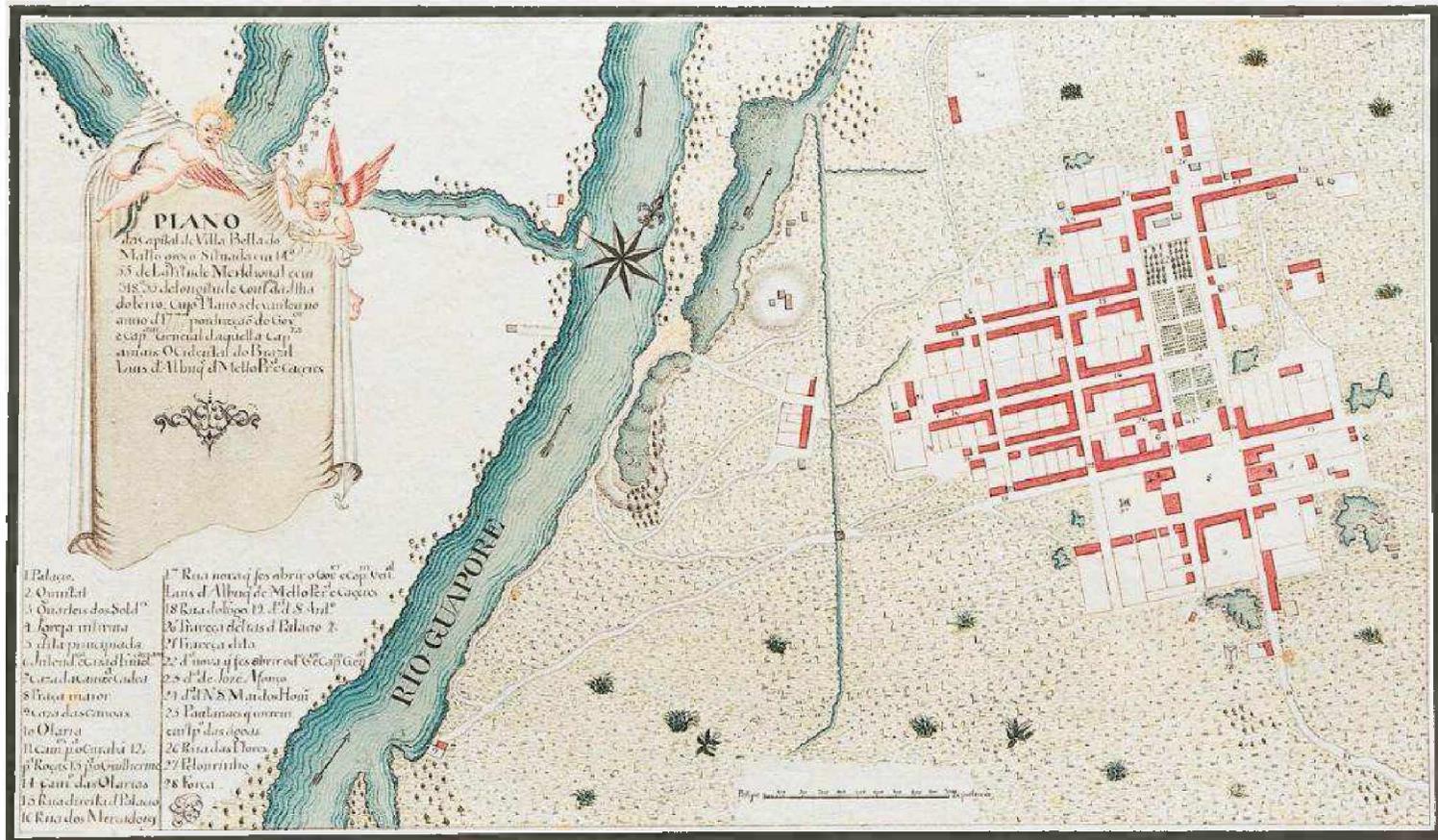


Figura 125: Plano para Vila Bela da Santíssima Trindade de 1777. Fonte: REIS FILHO (2000).



Figura 126:: Plano de Vela Bela da Santíssima Trindade de 1780. Fonte: AMADO e ANZAI (2006).

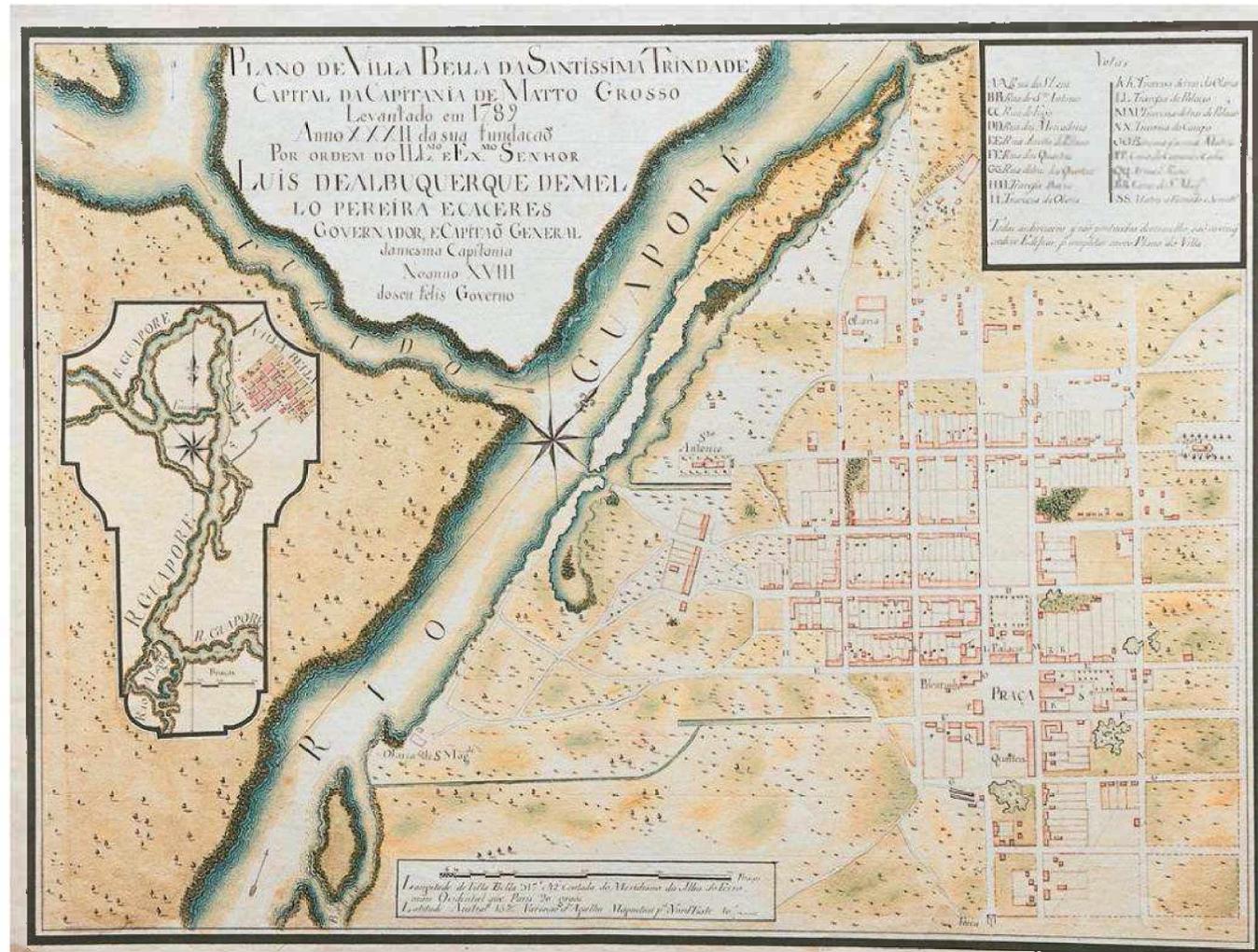


Figura 127: Plano para Vila Bela da Santíssima Trindade de 1789. Fonte: REIS FILHO (2000).

Pelos mapas da cartografia de Vila Bela da Santíssima Trindade (1773-1789) observa-se que a horta projetada para deleite exclusivo do governador, muda de forma a cada registro, e que o projeto vai se transformando ao longo do tempo. Percebe-se que no plano de 1789 o tamanho da horta está menor do que o original, ocupando a área menor que um quarteirão da cidade, mas que o espaço livre perdura por pelo menos 37 anos, segundo os planos levantados.

Segundo a autora Maria de Lourdes Bandeira (1988), a cidade de Vila Bela teve seu projeto vindo direto de Lisboa pelas mãos de seu fundador, o governador da capitania de Mato Grosso, Antônio Rolim de Moura. O seu projeto de implantação foi executado pelo então governador, que seguiu à risca o traçado rígido, em tabuleiro xadrez para a fundação da sede da província. Entretanto, por falta de recursos, mudou o porte das edificações que delineavam o espaço urbano da cidade, fazendo casas térreas em vez de assobradados, e não diminuiu em proporção a largura das ruas. Estas, segundo relatos, foram determinadas pelo próprio governador, que deveria estipular as dimensões do projeto no sítio escolhido para a implantação do núcleo urbano.

Na bagagem de Rolim de Moura veio a planta da cidade feita em Portugal e os projetos das casas de residência feitos no Rio de Janeiro. Rolim de Moura esmerou-se em garantir a execução do traçado urbanístico, mas foi compelido a transigir em relação às casas. Os projetos das casas de residência assobradadas sofreram modificações em função das condições objetivas do ambiente e da construção. Os alicerces foram reforçados, as paredes alargadas, as fachadas modificadas. Além disso, permitiu-se construções de pau-a-pique e cobertura de capim, exigindo apenas que obedecessem aos traçados das ruas com 70 palmos de largo, e ao alinhamento das casas no limite fronteiro dos terrenos. As dificuldades de construção da cidade foram muitas. Parte dos materiais de construção vinham de locais distantes, com transporte difícil, demorado e caro. A pedra de canga para os alicerces do Palácio, dos quartéis, das casas, da igreja e dos baldrames do porto vinham de locais distantes. (BANDEIRA, 1988, p. 86)

Uma das conclusões que se tem, a partir destas informações sobre a alteração da construção das edificações da capital Vila Bela, é que a cidade deveria ser imponente a ponto de se revelar um marco frente aos inimigos castelhanos, como resguardo das fronteiras da Colônia portuguesa. Nesse sentido, o governador mantém o traçado da cidade.

Outro ponto que chama atenção, além do relevo do sítio, que é o mais plano quando comparado a outras cidades da pesquisa, é seu afastamento em relação ao rio Guaporé (Figura 128). Esta característica, segundo pesquisas sobre a implantação do núcleo fundacional, se deve a esta região ser sujeita a alagamentos, o que fez com que a cidade

sofresse muito com os períodos de cheias do rio, uma das causas da cidade não ter prosperado como deveria. Apesar de ter relatos de que Rolim de Moura, responsável por achar o sítio para a implantação da sede da capitania, pesquisou para escolher um sítio apropriado à construção da cidade, ao fim e ao cabo, acabou assentando a cidade sobre uma área vulnerável, à mercê das enchentes locais.

O Governador escolhe então Pouso Alegre, antigo sítio de mineradores cuiabanos, às margens do Guaporé, para fundar Vila Bela da Santíssima Trindade, a 19 de março de 1752. Em carta a D. José I, Rolim de Moura justifica essa escolha: “Acha-se o dito sítio à borda do Rio Guaporé na melhor volta, e mais alegre, que ele tem. Começa por um campo de uma légua pequena de comprimento, e outras de largo, que parece veio de molde para servir de logradouro à vila, assim pelo cômodo de poderem os moradores trazer a sua vaca e o seu cavalo a pasto; como por ter o mesmo campo bastante capões de mato, que com facilidade, e abundância darão lenhas à Vila, e ainda madeira por estarem cheios de opiúbas, que são excelentes para toda a obra de torno, como também para esteios de casas [...]. Além da topografia plana, das boas condições para fomento de estabelecimentos agropecuários, das facilidades de acesso, da abundância de peixes, de madeiras para construção da disponibilidade de pastos para animais, o Governador levou em conta as condições de defesa militar do sítio que escolheu. E esse último aspecto é que determinou a localização da vila à margem esquerda, mais baixa e alagadiça nas águas, em vez da margem direita, com os terrenos mais firmes e mais altos das fraldas da serra Ricardo Franco. [...] todos esses argumentos, porém, são insuficientes para apagar a forte impressão de que a escolha do sítio obedeceu principalmente à decisão arrogante de Rolim de Moura, um nobre recém-chegado da Metrópole, considerando-se em condições de avaliar problemas ambientais que desconhecia. Assim construiu-se Vila Bela sobre a margem esquerda do Guaporé, de terras baixas e paludosas, com lençol freático aflorante, sujeitas a constantes inundações. O cronista Barbosa de Sá, com sua mordacidade característica diz que “foy neste anno a fundada a Villa Bella de Matto Grosso pelo General e Juis de Fora levandose Pelourinho erigrudose Senado de Camara e Officiaes de Justiça em hum charco moradia de jacarés e capivaras afirmando todos os vizinhos que o lugar alagava todos os anos nas enchentes do rio naó se lhes deo atenção, fese a vontade dos moradores e assim se conserva sem lhe procurar remedio” (1975:46). A construção de Vila Bela é um documento da insolência, soberba e teimosia características do colonialismo. (BANDEIRA, 1988, p. 84)



Figura 128: Rio Guaporé, em Vila Bela da Santíssima Trindade (MT). Fonte: Giuliana Sousa (2017).

O fato da região onde foi implantada a cidade estar sujeita a alagamentos ocasionou a destruição de algumas construções, das plantações e ainda propiciou focos de doenças para o local, fazendo com que a sede do governo de Mato Grosso à época atraísse poucos moradores.

A Vila no princípio era apenas sinalizada a um tronco de piúva, servindo de pelourinho. Ficando no meio do descampado, apresentava-se como um marco da futura praça. Rolim de Moura aguardou até o dia de São José, para constatar o nível da cheia do rio e fundou, enfim, Vila Bela, convocando autoridades, homens bons e o povo para levantarem o pelourinho [...]. Na borda do rio se fez a capela de palhoça. Já no primeiro ano foi destruída pela força das águas, quando o rio Guaporé saiu de sua *madre* e arruinou aquela que seria a primeira capela da Vila-Capital. Foi então que Rolim obrigou-se a edificar outra, *essa construída na praça principal a custa da Real Fazenda, porque para fazê-la a despesa só do povo da vila seria encargo demasiado, além de afugentá-lo, ao mesmo tempo em que se tentava por todos os meios e empenho, atraí-lo para o Guaporé*. A estrutura da Vila aumentou em torno da praça central distribuíam-se os edifícios públicos, tais como a matriz, a Casa da Câmara, a Cadeia, a Casa de Fundação, a Real Fazenda. A Igreja da Matriz abrigava duas capelas, a de Santo Antonio e a Nossa Senhora Mãe dos Homens. Nos cinco primeiros anos de investimento na capital foram construídas trinta e quatro casas cobertas de telhas e outras trinta mais ou menos cobertas de capim. Na vila e nos arredores, existiam vinte e tantas roças entre grandes e pequenas. As pessoas de confissão, segundo contagem feita pelo vigário, chegavam a setecentas, “pessoas de todas as qualidades”. Nos arredores da Vila se achavam vários engenhos de farinha de milho, mandioca, açúcar [...]. (CANOVA, 2008, p.82)

Em relação à edificação da residência do governador, que correspondia a área de duas vezes uma quadra da cidade, e ainda possuía a horta projetada, esta não existe mais. Sobre esta residência oficial, os únicos registros gráficos são as plantas da cidade, não sendo encontrado nenhuma imagem ou gravura que mostre como era a residência e sua horta, apenas textos descritivos de como era a edificação. Por fim, no lugar da residência de Rolim de Moura encontram-se as ruínas da catedral da cidade, que hoje estão protegidas por uma cobertura em estrutura metálica, e no local anteriormente destinado a igreja da vila existe atualmente uma escola (Figura 129).

O edifício construído para residência do governador da capitania e sede do governo corresponde à indicação de Rolim de Moura. Trata-se de uma edificação sóbria, térrea, ao estilo dos quartéis que lhe faziam frente na praça e dos quais não devia ser diferente. O aspecto mais interessante do dito “palácio” dos governadores [residência do governador] era o grande “quintal” que lhe estava adjacente, nas traseiras. Em alguns mapas de Vila Bela este quintal aparece desenhado como um jardim formal, à francesa. Esta área foi depois retirada do palácio para a construção ali da igreja matriz. O palácio [dos capitães gerais] foi classificado em 1988 e nesta altura recebeu obras de restauro. No interior terão existido pinturas murais, embora não se saiba de que época, e que entretanto desapareceram. É hoje a sede da Prefeitura Municipal de Vila Bela. A sua frente, que era originalmente voltada para o sul, para a primitiva praça da vila, foi no entanto deslocada para a face norte, que dava para os jardins do palácio e onde passou a estar a igreja. (ARAÚJO, 2013, p. 2)



Figura 129: Vista da estrutura metálica que cobre as ruínas da igreja matriz da Santíssima Trindade, ao fundo vê-se o teto do ginásio da escola, ambos em volta da praça principal.

Fonte: Giuliana Sousa (2017).

Talvez o desconhecimento de Rolim de Moura sobre as condições ambientais do sítio escolhido para a implantação da Vila foi o que ocasionou algumas inconseqüências ao projeto da cidade, em suas dimensões, principalmente, com ruas largas para o porte da cidade e as grandes praças atualmente na área central⁷⁴. Com o objetivo de fazer uma sede monumental, a falta de recursos para as construções e a baixa taxa de ocupação levaram a cidade a outras dimensões, de pequeno porte, com ares de uma pacata cidade do interior.

As conclusões sobre a paisagem da cidade de Vila Bela baseiam-se nos registros históricos que se tem notícias, nas decisões de Rolim de Moura, que recebeu o plano de Vila Bela e deveria escolher o sítio e o tamanho que a vila deveria ter. Questiona-se a formação técnica de Rolim de Moura para implantar uma cidade, sendo ela suficiente para a construção da sede da capitania de Mato Grosso. À parte das ordens recebidas, a falta de recursos financeiros para a edificação da vila o fez tomar decisões que prejudicaram a qualidade do espaço urbano da cidade.

Como considerações gerais sobre a paisagem de Vila Bela, têm-se:

- O traçado permanece o mesmo estabelecido por Rolim de Moura, desde 1752;
- Apenas o Palácio dos Capitães Gerais se faz presente no local, sendo que pelo registro da planta de 1773 verifica-se que as principais edificações previstas para a Vila foram construídas;
- As edificações centrais do projeto original não existem mais, nem a horta da residência do governador. Em seu lugar estão as ruínas da Catedral, e que sua obra teve início em 1793, mas nunca foi concluída;
- As residências do projeto original não foram executadas como previstas. Elas deveriam ter dimensões de edifícios assobradados, o que não existe na paisagem da cidade atual. As construções são praticamente todas horizontais, de um

⁷⁴ Hoje um grande espaço vazio e monumental define a área central da cidade. Sem a edificação da residência do governador e sua horta projetada, a área central da cidade é composta de três grandes praças: a praça principal Dom Antônio Rolim de Moura; as ruínas da catedral, que formam um grande espaço aberto e monumental; e a praça Cel. Paulo C. da C. Saldanha.

pavimento, o que acaba por ocasionar um desconforto pela excessiva insolação do local, pois a cidade apresenta altas temperaturas, e não existe sombreamento nas suas calçadas.

Belo Horizonte

Projetada em 1893, Belo Horizonte representa uma transição na paisagem da cidade brasileira. Esta cidade capital é de relevância ilustrativa para desdobramentos que tratam do início da arquitetura da paisagem no Brasil. Santos (1968) observa algumas características da contribuição do plano urbanístico dessa cidade, inaugurada em 1897:

Considera-se o plano de Aarão Reis para a capital mineira Belo Horizonte em 1875 a primeira atividade de planejamento urbano de modo formal ou *stricto sensu* no Brasil. Plano de complexidade, dimensões e sofisticação pioneiros inaugura, segundo alguns autores, o pensamento urbanístico brasileiro. Não resta dúvida de que o plano de Belo Horizonte seja pelo pioneirismo da iniciativa, seja pela qualidade e amplitude que alcançou atestados pela permanência no tecido da cidade da estrutura básica constante em sua proposta, tenha sido a primeira manifestação formal, concreta e realizada do planejamento no Brasil que desenha uma cidade e lhe confere a configuração resultante do pensamento urbanístico fruto da vontade de fazer a cidade que prioriza a higiene, a estética e a fluidez: a cidade moderna. (SANTOS, 2002, p. 8)

Neste sentido, cabe aqui observar as principais diretrizes que são especificadas para o plano de Belo Horizonte, pois a cidade consolida a ideia da racionalidade do traçado, com a apropriação de elementos naturais que permeiam o núcleo projetado pelo engenheiro Aarão Reis.

A área urbana é composta por duas malhas quadriculadas (uma com vias de 20 metros de largura e quadras de 120 por 120 metros; a outra com vias de 35 metros de largura e espaçamento de 800 metros), sobrepostas a 45 graus, semelhante aos planos para cidades administrativas de Washington (Estados Unidos da América, 1791), Barcelona (Espanha, 1855) e La Plata (Argentina, 1882). Tal sobreposição possibilitava o surgimento da *patte-d'oie* (pata de ganso), cruzamento onde três vias se encontram num único ponto – o ponto *perspéctico* –, geralmente ocupado por um edifício de importância cívica, aos moldes do urbanismo barroco de Versalhes (França, 1664), de Karlsruhe (Alemanha, 1715) e de Paris haussmaniana (França, 1851). [...] além de um grande parque municipal de paisagismo inglês (800 por 800 metros) [...]. (TREVISAN, 2009, p. 24).

As concepções que regeram as propostas feitas por Reis para a cidade de Belo Horizonte derivam de influências do urbanismo que estava sendo desenvolvido nas principais cidades do mundo, entre elas a reforma urbana de Haussmann para Paris, o plano Cerdá

para Barcelona, o plano de L'Enfant para a cidade de Washington e o projeto para a cidade de La Plata (LEME, 1999). Estas cidades que serviram de referência trazem diretrizes sobre o desenho do traçado, a presença de elementos como o tridente, formas de malhas ortogonais sobrepostas, enfatizando o tabuleiro xadrez e o desenho simétrico da cidade; o tratamento dado a espaços de ruas e praças, com a arborização urbana e o espaço livre do parque público, de características do parque romântico inglês.

Aarão Reis foi engajado em movimentos da época, como o abolicionismo e o republicanismo, mas foi o positivismo, pelo viés filosófico da teoria, que pautou sua obra-prima. Ao recorrer à ciência como uma fórmula para solucionar questões humanas da época, o engenheiro idealizou o plano de Belo Horizonte a partir de problemas tecnicistas, como o de infraestrutura, deixando para segundo plano os aspectos de embelezamento [...]. Embasado pelas ideias de ordem, funcionalidade e monumentalidade, seu projeto foi concebido mesmo antes da escolha do local, ainda na fase de seleção do futuro sítio, gerando, após a construção, uma incongruência entre o traçado idealizado e a topografia irregular existente. (TREVISAN, 2009, p. 24)

Ainda sobre o projeto, a adaptação que teve que ser feita por conta do sítio físico escolhido para a implantação do assentamento, levou Reis a fazer algumas alterações, principalmente em relação a implantação de edifícios importantes.

Todas as praças previstas por Aarão Reis destinavam-se a abrigar os edifícios públicos essenciais, propositalmente dispersos, a fim de emaranhar ao máximo a trama urbana e desempenhar o papel de perspectivas axiais a valorizar as artérias nobres. Mas, na realização, optou-se por um dispositivo diferente: os edifícios administrativos foram, no conjunto, agrupados em torno do palácio presidencial, formando um verdadeiro paço, manifestação inicial de um hábito duradouro na arquitetura contemporânea brasileira. (BRUAND, 1981, p. 348)

Entre as mudanças no projeto de cidades que eram produzidas durante o domínio português, destaca-se na nova capital mineira a ausência da tríade do urbanismo português, em que a relação praça cívica, igreja matriz e edifícios administrativos não mais se repete. A matriz sai do conjunto da praça principal (Praça da Liberdade), a qual concentra em seu entorno os prédios administrativos como elementos de destaque, renegada das perspectivas propostas pelo traçado geométrico da malha urbana.

A zona urbana articulava-se em torno de um centro administrativo formado pelo palácio do governo e pelas secretarias, junto ao qual se desenvolvia o bairro dos Funcionários [...]. No limite entre as zonas urbanas e suburbana, no Alto do Cruzeiro, previa-se a construção da Igreja Matriz [...]. O simbólico atuou, portanto, como elemento ordenador da implantação dos principais edifícios públicos, de que é um bom exemplo o centro cívico constituído, numa esplanada elevada, pela praça da Liberdade, dominada pelo Palácio do Governo e delimitada, nas laterais, pelas secretarias de estado. (LEME, 1999, p. 223)

Patrícia Fernandes (2017) apresenta uma contribuição para estas alterações a partir da leitura sobre o projeto proposto por Aarão Reis e as modificações que foram feitas para a implantação da cidade. A autora mapeia essas alterações ao relacioná-las com as propriedades da topografia: em vez do desenho da malha induzir as perspectivas propostas pelo plano de Reis, o que vai desenhar a paisagem da sede administrativa será os desníveis do sítio físico e os elementos naturais do entorno da cidade. Aarão Reis redistribuiu muito de seus edifícios principais pela malha, para a formação de novas surpresas e visuais na paisagem citadina, devido a irregularidade da topografia do sítio escolhido para a implantação da cidade capital.

Na planta proposta a centralidade da avenida é também marcada pela Praça da República em seu centro geométrico, contendo os Palácios da Justiça e do Congresso, posicionados defronte ao Parque Municipal (ali localizado graças à difícil topografia e à presença de várias nascentes no encontro do Ribeirão Arrudas com o Córrego do Acaba-mundo). Ainda nesta avenida estaria o Teatro, posicionado em quadra formando um ângulo de 45 graus com a mesma, cuja visibilidade e monumentalidade estaria garantida pela Praça Tiradentes, ponto de abertura da avenida em encontro com uma das pontas do Parque. Neste local foi construído o Mercado Municipal, representando o ponto de chegada dos tropeiros que traziam a mercadoria dos subúrbios (Lemos, 1998). Nas duas extremidades da avenida, marcando seu fim definitivo estão o Mercado na porção norte e topograficamente mais baixa, e a Igreja do Cruzeiro na parte mais alta, tendo a Serra do Curral com pano de fundo. Destes, o único construído foi o mercado, onde funcionou por muitos anos a Feira de Amostras e onde hoje funciona a rodoviária. (FERNANDES, 2017, p. 8)

Destaca-se algumas informações que são relevantes sobre as alterações do projeto original elaborado por Aarão Reis, desde a influência da formação profissional do arquiteto, que direcionou suas decisões de projeto, até o confronto do desenho com as condicionantes ambientais locais.

Em outras palavras, a malha aparentemente isotrópica, vista como alienígena às condições do sítio, estaria na realidade fazendo amplo uso de seus aspectos físicos para dar selecionada importância à determinados elementos para que pudessem atuar como representações físicas do poder exercido pelo Estado, aquele que promove a construção da Capital. De fato, como visto, a construção desses elementos, os palácios do governo, foram levadas à cabo antes mesmo que as ruas e avenidas fossem sequer delineadas [...]. Apesar de todo o conhecimento adquirido, a água --- e seus rios --- logo se tornaria um dos principais problemas da capital, seja pela sua rápida poluição, seja pelo atraso das construções dados os grandes esforços exigidos pelas canalizações, seja pela falta d'água, que cedo assolou a população belo-horizontina. Foram também as águas, ou seja, as preexistências do sítio, as responsáveis por algumas decisões de projeto --- como o Parque Municipal, já mencionado --- e também posteriores mudanças da planta quando executada [...]. (FERNANDES, 2017, p.10).

Esse plano urbanístico representa o que se tem de inovação na construção de cidades novas no Brasil em tempos modernos, principalmente como cidade sede de poder

administrativo. Como principal destaque tem-se as características dos espaços livres públicos pensados para a cidade. É a partir desse exemplar que o parque urbano público começa a ser inserido no planejamento das cidades no Brasil, em especial em cidades capitais, ao representar o que é moderno para uma cidade referência.

Desde sua concepção por Aarão Reis, no final do século XIX, o plano da cidade de Belo Horizonte já indicava, de forma cartesiana, a destinação dos espaços livres e construídos dentro dos princípios republicanos da boa ordem do espaço urbano. Foram previstas, em toda a cidade, zonas verdes, cinturões verdes, praças, parques, áreas destinadas ao jardim zoológico, hipódromo, matriz e alguns monumentos. O Parque Municipal, a Praça da Liberdade e a Praça Raul Soares, foram os únicos a ser implantados na inauguração, a grande maioria desses espaços foi sendo gradativamente ocupado por outros tipos de uso no decorrer do processo de urbanização. (PEREIRA COSTA *et al.*, 2011, p. 71)

O que se encontra hoje no centro original de Belo Horizonte são espaços arborizados, bulevares e praças distribuídas por todo o traçado da cidade. Estas praças apresentam vegetação, mobiliário lúdico e atraem a população para as práticas de atividade de lazer, ou seja, além do parque municipal a cidade oferece a seus moradores outros espaços livres públicos que atraem a atenção pelo caráter de projeto que apresentam. As ruas da cidade são arborizadas, conformadas por edifícios altos, mas que em várias situações são ruas com muita declividade, devido ao sítio acidentado que o núcleo urbano foi implantado (Figura 130, Figura 131 e Figura 132).



Figura 130: Calçada com arborização, na Rua Santa Catarina, no centro de Belo Horizonte.
Fonte: Giuliana Sousa (2017).



Figura 131: Avenida Amazonas como bulevar, vista a partir da praça Raul Soares, arborização no canteiro central e calçadas. Fonte: Giuliana Sousa (2017).

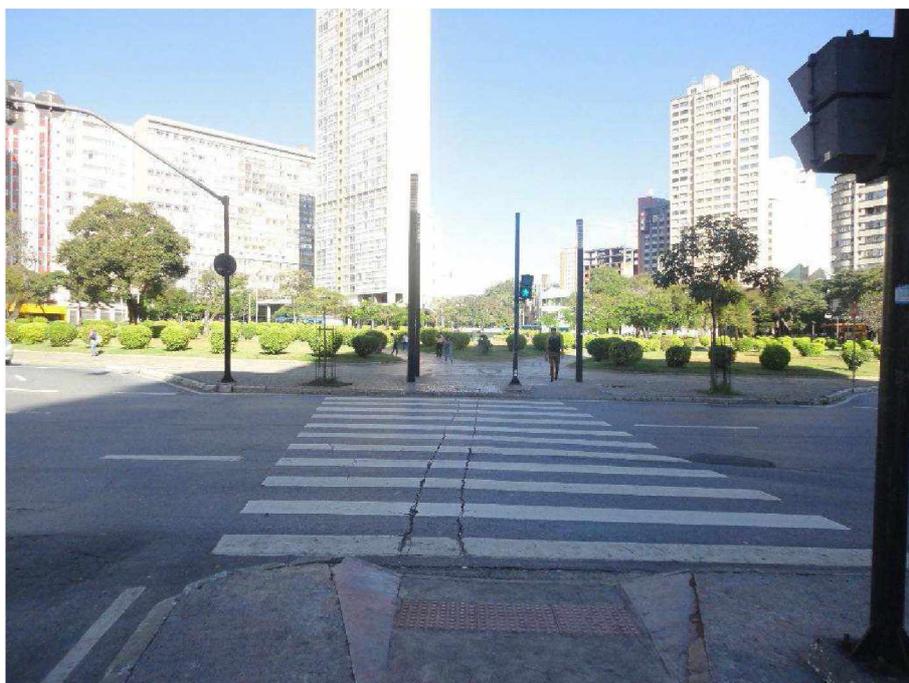


Figura 132: Praça Raul Soares, um dos primeiros espaços livres implantados do plano original, juntamente com a Praça da Liberdade e o Parque Municipal. A praça é uma grande rotatória entre as Avenidas Amazonas e a Av. Bias Fortes. Fonte: Giuliana Sousa (2017).

A percepção da área central de Belo Horizonte se dá pela constância dos espaços livres públicos, o desenvolvimento da vegetação nas principais vias, praças e o Parque Municipal, como também a consolidação dos tipos edifícios em altura.

As praças da cidade de Belo Horizonte foram percebidas como locais apropriados pela população. Na área do centro original, as que mais chamaram atenção foram: Praça da Liberdade, Praça Floriano Peixoto e Praça da Assembleia, sobretudo por estarem amplamente ocupadas por usuários. Destaque para as praças Floriano Peixoto e Assembleia por apresentarem um programa de atividades de lazer (Figura 133 e Figura 134).

No núcleo original de Belo Horizonte percebe-se uma conexão entre os espaços livres, particularmente pela vegetação consolidada. Assim, as visuais que marcam a paisagem da cidade se definem pelos elementos de sítio físico, pela vegetação, pelo desenho das ruas, praças, parque e pelo fechamento da composição dos espaços livres por suas construções.



Figura 133: Praça Floriano Peixoto. A praça possui playground e áreas de estar. É composta ainda por gramados, árvores de grande porte e massas arbustivas que conformam canteiros.

Fonte: Giuliana Sousa (2017).



Figura 134: Praça Carlos Chagas, conhecida como Praça da Assembleia. Praça com muitas atividades para todas as idades. No dia da visita existia uma grande quantidade e diversidade de usuários na praça. Fonte: Giuliana Sousa (2017).

Pode-se dizer que os elementos destacados por Murillo Marx (1980): situação, sítio, ruas, praças, jardins, construções e vegetação – os quais definiam a paisagem da cidade colonial brasileira – também são os elementos que marcam, caracterizam e definem a paisagem de Belo Horizonte, a primeira capital projetada do período Republicano.

Como considerações gerais sobre a paisagem de Belo Horizonte, têm-se:

- Está situada no centro do território brasileiro;
- Possui sítio acidentado;
- Apresenta o traçado geométrico: duas malhas ortogonais sobrepostas a 45°, contribuindo para o surgimento de inúmeros tridentes;
- A vegetação articula os espaços livres de ruas, praças e parque;
- As ruas íngremes dificultam a circulação dos pedestres, mas ao mesmo tempo criam cenas e marcam visuais na paisagem da capital.

Como considerações sobre as duas cidades capitais aqui estudadas, coloca-se as influências dos dois profissionais que foram decisivas para as paisagens implantadas nos respectivos assentamentos, bem como as decisões políticas para a materialização de ambas as cidades. O plano de Vila Bela veio direto de Lisboa, e Rolim de Moura deveria conferir e nortear as dimensões da cidade – em seus elementos urbanos, quadras, ruas, praça e construções –, além de definir posição no sítio, alturas edilícias e relação com o rio Guaporé. O plano de Belo Horizonte foi traçado pelo engenheiro responsável, mas com sítio físico escolhido a posteriori. Diferente de Vila Bela, as dimensões dos elementos urbanos já estavam definidas no plano proposto para a capital mineira; contudo, as condições do relevo acidentado acrescentaram outras perspectivas para um desenho estruturado para uma cidade de desenho racional, simétrica e ordenada.

Quanto aos jardins implantados nas duas cidades, considera-se especificidades: a ideia da horta projetada em Vila Bela e a construção do parque público, a arborização das ruas e praças em Belo Horizonte.

As características referentes aos espaços livres dessas duas cidades mostram como além do desenho dos traçados regulares, firmados na ordem e modernidade das técnicas empregadas em cada cidade, está a figura do espaço livre, tanto na esfera privada em Vila Bela, quanto na esfera pública em Belo Horizonte, como marcos das transformações da paisagem urbana brasileira. O que demonstra uma trajetória de evolução da arquitetura da paisagem no país.

A paisagem dos jardins de Vila Bela se dissolveu no tempo, pelas próprias características da dinâmica urbana a que a cidade estava sujeita, desde sua construção. Lugar de difícil acesso, ocasionou uma crescente ruína da capital implantada por Rolim de Moura. O que se cristalizou na paisagem da cidade de Vila Bela foi o traçado regular e as construções térreas; e no lugar das grandes glebas existentes na área central, lugar da horta que existia no quintal da residência do governador, encontra-se hoje as ruínas da Catedral e a Praça Cel. Paulo C. da C. Saldanha. Já a paisagem de Belo Horizonte se consolidou em seu núcleo original, percebida em seus espaços livres, ruas, praças e Parque Municipal (mesmo que este tenha tido parte de seu parcelamento ocupado por construções e parte da cidade), a partir da consolidação da vegetação e a crescente densidade construtiva de seus edifícios em altura.

Por fim, resume-se os dois momentos observados na paisagem da cidade capital brasileira destacados neste capítulo: 1) ruptura e 2) transição.

1) Ruptura: a paisagem da cidade brasileira possui o traçado regular, racional e geométrico, isso se comprova a partir das pesquisas realizadas nesta tese. A cidade capital de Vila Bela da Santíssima Trindade representa esse momento da evolução da história da paisagem brasileira, pois daí em diante nenhuma outra cidade capital teve seu traçado irregular. Portanto, esta cidade é considerada uma ruptura no processo de planificação da cidade de origem portuguesa.

2) Transição: considerando-se que o campo da arquitetura da paisagem surge em meados do século XIX, nos Estados Unidos da América, na figura do paisagista Frederick Law Olmsted (1822-1903), e tem seus primeiros vínculos no Brasil a partir da cidade capital de Belo Horizonte, podemos considerar este marco como uma transição no campo da arquitetura da paisagem. Isto posto, percebe-se que o caminho a partir daí representa um desenvolvimento do campo da arquitetura da paisagem nas cidades brasileiras e nos projetos de seus espaços livres. Pondera-se que esta evolução não se deve necessariamente ou exclusivamente ao plano urbanístico desenvolvido para a capital mineira, mas a partir do plano de Belo Horizonte reconhece-se que os espaços livres projetados ganham mais visibilidade nas cidades, o que acaba contribuindo significativamente para o desenvolvimento do campo da arquitetura da paisagem e da profissão de arquiteto paisagista.

Segundo Macedo (2016), no país nunca se viu tanto progresso desse campo de trabalho permeando as cidades brasileiras de projetos paisagísticos.

O Paisagismo vira uma atividade cotidiana, feito por equipes técnicas de prefeituras – que criam centenas de praças e parques -, por empresas de projetos de paisagismo – fazem milhares de jardins e áreas comuns de condomínios e loteamentos fechados. Torna-se um ofício de arquitetos, e milhares de jovens estudantes são iniciados em seus fundamentos nas mais de duzentas faculdades de arquitetura que existem no país. Muitos se dedicam exclusivamente a tal atividade na vida profissional. (MACEDO, 2016, p. 5)

Hoje este campo de trabalho, da arquitetura da paisagem, encontra-se muito mais difundido nas cidades brasileiras e no campo profissional, por isso o plano de Belo Horizonte é considerado uma transição para os caminhos que se seguem a partir dela.

Considerações finais

A paisagem das cidades capitais aqui estudadas revela-se um campo rico ainda por ser explorado. Associar análises da arquitetura da paisagem a assentamentos fundados para sediar o poder no território brasileiro foi o mote dessa Tese a fim de subsidiar de algum modo a historiografia da cidade e do urbanismo brasileiro. São ações provenientes de tempos coloniais, que avançam pelo Império até chegar ao período republicano buscando investigar as (trans)formações do espaço livre público em dezesseis assentamentos, especialmente de seus jardins e parques. São cenários atraentes, como descreve Santos (1968) a paisagem desenhada da Cidade de Goiás, fundada em 1727:

O local escolhido, atravessado por um rio e envolvido de matas, preenchia as condições desejadas por el-rei, embora ficasse numa aba de terreno com forte declive – o que não constituía obstáculo naqueles tempos. Pelo encanto que o lugar conserva até hoje, é de se imaginar o que teria sido outrora, com o pitoresco do rio à vista, atravessando por dentro da povoação. (SANTOS, 1968, p.62)

Do pitoresco, entrelaçando o artificial (cidade) e o natural (mata e rio), tal sede do poder da capitania-província-estado goiano contrasta com a regularidade e racionalidade aplicada ao plano de Teresina, no Piauí, e sua relação com o rio. Nas palavras de Silva Filho (2007), evidenciam-se algumas das intenções do plano urbanístico da capital piauiense para a composição de sua paisagem citadina, definidas pelo Conselheiro Antônio Saraiva, em 1852:

Na correspondência do Conselheiro, além das justificativas socioeconômicas, podemos encontrar outros fundamentos urbanísticos impregnados na concepção do plano, como o caráter paisagístico e ambiental de buscar oferecer uma povoação *regularizada, e na mais bela, e mais conveniente localidade das margens do Parnahiba, pois que o percorri em grande extensão, e não vi outra igual...* Assentada com o flanco W junto ao *Porto da Carência*, revela esse propósito cenográfico de exploração da paisagem fluvial [...]. Repetia-se a morfologia do complexo praça-igreja das povoações paroquiais setecentista, balizando o núcleo gerador da malha urbana. [...] reservou-se a cabeceira mais elevada da grande praça para este assentamento [a igreja]. A acomodação das quadras seguiu assim a linha frontal da igreja, enquanto a margem deixada entre o rio e a primeira fileira de quadras [...] originalmente mais generosa, [...] tinha a intenção de proteção ambiental, notadamente com relação as enchentes [...]. Não será exagero dizer que tal faixa se caracterizava como reserva ecológica e paisagística. Nesse sentido, o riscado inicial não foi obra do impulso repentista, mas ideia subordinada a geografia, baldrame natural para o diagrama regulador e para o bom e fácil assentamento dos edifícios. Certamente por essa apreensão cenográfica, a praça não foi demarcada no centro geométrico do tabuleiro, mas em maior proximidade do rio e no eixo de simetria L-W com 8 fileiras de quadras de cada lado. (SILVA FILHO, 2017, p.100)

Nos pares de depoimentos acima se percebe o quanto o conhecimento técnico formal se preocupava, já em séculos passados, com a paisagem natural capturada a partir da implantação do núcleo urbano num sítio previamente escolhido e particularmente composto por elementos naturais. As duas descrições, tanto de Silva Filho (2007) sobre a paisagem natural da cidade de Teresina condicionada às visuais cênicas do rio Parnaíba, quanto de Santos (1968) sobre a beleza cênica da cidade de Goiás e seu rio Vermelho, ajudam a compreender como a paisagem natural teve importância na concepção urbanística, como pré-requisito para a escolha dos sítios em que seriam instalados os núcleos urbanos de origem portuguesa no Brasil. Revela-se com isso um primeiro aspecto de destaque nessa Tese: a necessidade de se pensar a implantação das cidades capitais considerando o seu sítio e apropriando-se dele na composição de seu desenho, enfim uma paisagem construída em simbiose com as características prévias do local. Conhecimento aplicado desde uso de técnicas vernaculares até teorias do urbanismo moderno da virada do século XX.

Quando dos primeiros exemplares, observa-se o trato da paisagem nas primeiras cidades implantadas pela Coroa Portuguesa no território brasileiro, percebendo-se a estreita relação de visuais cênicas que o desenho da malha e a geomorfologia local proporcionavam ao capturar a paisagem natural, fosse corpos d'água existentes (rio, mar, lagoa etc.), fosse horizontes abertos (vales, escarpas e planícies) ou fosse conjunto de flora preexistente (matas ciliares, matas virgens, ecossistemas próprios). Recursos encontrados nos planos e paisagens das cidades capitais de Olinda, São Cristóvão e Marechal Deodoro. Essa planificação prévia, adequando traçado ao sítio, permitia não só a defesa contra possíveis ataques de inimigos (justificativa encontrada na maioria dos estudos históricos sobre posicionamento das cidades coloniais), mas igualmente estabelecia uma preocupação de assegurar uma paisagem peculiar ao futuro habitante (uma paisagem cênica agregando espaço livre público e visuais naturais do entorno do núcleo).

Com os avanços na técnica de se desenhar planos urbanísticos, ao passar do tempo, a paisagem natural além de ser o elemento conformador e emoldurador do assentamento, passa a ser tratada como parte integrante dos planos urbanísticos. Isso ocorre à medida que os elementos naturais são pensados articulados ao espaço urbano, como a arborização de ruas e praças, a implantação de jardins privados e parques públicos. Reconfiguração de se pensar o ambiente urbano que transforma a paisagem das cidades e, com isso,

estabelece um novo campo de trabalho – arquitetura da paisagem ou paisagismo –, o qual propõe pensar os elementos naturais em conjunto com os elementos urbanos, articulados em espaços livres: ruas, praças, jardins e parques públicos. Uma evolução que atende ao objetivo fulcral dessa Tese, aquele de compreender os caminhos percorridos no campo da arquitetura da paisagem brasileira a partir da análise da paisagem de dezesseis cidades capitais intencionalmente criadas.

O contexto aqui analisado – oito pares de cidades capitais –, como sabido, é composto pelos centros históricos de: Olinda e Recife (PE); São Cristóvão e Aracajú (SE); Marechal Deodoro e Maceió (AL); Oeiras e Teresina (PI); Ouro Preto e Belo Horizonte (MG); Aquiraz e Fortaleza (CE); Vila Bela da Santíssima Trindade e Cuiabá (MT); e Cidade de Goiás e Goiânia (GO). Dezesseis cidades que permitiram, após lê-las ou visitá-las, chegar a algumas conclusões.

A partir das bases conceituais discutidas no Capítulo 1 – paisagem, natureza, espaço urbano, espaços livres, parques, jardins públicos e técnica –, observações sobre os núcleos urbanos pesquisados são possíveis, como: as paisagens urbanas são embasadas em elementos naturais e nas ações antrópicas impostas, perceptíveis pelo olhar temporal através delas; as configurações do espaço urbano transpassam gerações sociais, da origem de seus centros históricos à atualidade; a partir da forma embrionária, identificada pelos limites de seu centro histórico, foi possível caracterizar as paisagens mais distintas, confrontando cenários fundacionais de épocas distintas assim como as transformações dos cenários fundacional e atual.

Para além dessas observações, inclui-se a apreensão sobre os espaços livres públicos a partir das transformações da paisagem. Nesse sentido, foi afirmativo verificar como ruas, praças, jardins e parques favorecem a leitura da arquitetura da paisagem ao longo dos séculos. A literatura sobre as modificações da paisagem a partir da criação de jardins e parques públicos embasou as comparações com os momentos de desenvolvimento da arquitetura da paisagem no país. Ao fim, percebeu-se que as técnicas disponíveis em cada tempo vão moldar a paisagem das cidades capitais aqui estudadas.

Quanto ao Capítulo 2, embasou-se e direcionou-se nossos olhares a aspectos que devem ser analisados nas paisagens das cidades capitais, desde o entendimento dos atributos físicos (desenho da malha, ruas, praças e parques) até a compreensão sobre a origem das paisagens das cidades brasileiras (diretamente ligadas aos seus processos de

fundacionais). Com relação à origem das paisagens, identificou-se questões político-administrativas e econômicas como diretamente ativas na construção da paisagem, quanto técnicas dominadas pelos agentes produtores do espaço urbano do país, fossem eles empreendedores ou profissionais.

No Capítulo 3 encontram-se respostas a objetivos colocados na Introdução dessa Tese, grosso modo, mostrar o panorama da arquitetura da paisagem pelos dezesseis centros históricos das cidades capitais selecionadas. Cada exemplar foi exposto, um a um, revelando a partir de narrativas colhidas em literatura e documentos específicos a paisagem fundacional de cada núcleo urbano, para depois apresentar o estado atual da paisagem a partir de visitas *in loco* em cada cidade. Dispostas de modo cronológico, é possível nessa parte da Tese perceber como a paisagem da cidade brasileira foi sendo formada e transformada ao longo do aparecimento dessas cidades no território do país. Como observações extraídas, seguem-se algumas delas.

Entre as características encontradas sobre o processo de evolução da paisagem em cidades capitais brasileiras, a primeira a chamar atenção está na mudança do desenho do traçado ao decorrer do tempo. As primeiras cidades fundadas no Brasil, partes da amostra, surgem no século XVI, com Olinda em 1535, as quais possuem seus desenhos baseados numa técnica vernacular de implantar núcleos urbanos (sítios altos e próximos a rios ou ao mar), proveniente do conhecimento de colonos vindos de Portugal.

Em momento posterior, o governo português, na tentativa de assumir o controle sobre a ocupação e povoamento da Colônia traz funcionários qualificados no ofício de fundar cidades (engenheiros militares, ruadores etc.), tendo por funções implantar as vilas e cidades reais e controlar a implantação dos novos núcleos em função da exploração de riquezas presentes no território dominado. Para isso, é instituído o Governo-Geral, em 1549, na figura de Tomé de Souza, o primeiro governador-geral do Vice-Reino do Brasil, na então planejada capital da Colônia, a cidade de Salvador (BA). Sob o comando de Luís Dias, o engenheiro foi responsável pela construção da capital do vice-reinado, cujos desenhos trouxe de Portugal.

A partir do momento em que o povoamento começa a adentrar o sertão, as preocupações com a ocupação e proteção do território se intensificam e a Coroa começa a pôr em prática um programa para a construção de vilas no interior da Colônia, tendo como uma de suas primeiras empreitadas a cidade de Oeiras (1695). A construção de assentamentos urbanos

seria supervisionada mais de perto e esse esforço de implantar cidades de desenho regular, controlado, normativo, só vai se concretizar no ano de 1752 com a cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, construída para ser a primeira capital da Capitania de Mato Grosso.

Por fim, no Capítulo 4 estão as apropriações e relações estabelecidas a partir do material apresentado no capítulo anterior, revelando as contribuições da Tese. Considera-se nesse quarto capítulo a hipótese da Tese a partir das dezesseis cidades capitais, revelando a (trans)formação da paisagem citadina.

Ao se explorar o conjunto de cidades capitais, antigas e atuais, várias foram as análises e achados feitos durante o processo da pesquisa. Dentre eles, destaca-se: as características das paisagens definidoras destas cidades se formulam nas estruturas fundacionais desses núcleos urbanos, desde o desenho dos traçados, condicionados pelos aspectos físicos-ambientais dos locais escolhidos para a implantação dos assentamentos, até os modos de tratamento dado aos espaços livres estruturantes dessas paisagens. Percebe-se, que a partir da história da fundação desses núcleos urbanos e do aparecimento dos jardins e parques no Brasil na história de longa duração, muitas das paisagens encontradas hoje nas cidades capitais estudadas, com as visitas *in loco*, estão enraizadas nas decisões iniciais que deram origem à estrutura urbana dessas cidades.

Portanto, a investigação, pautada na averiguação dos desenhos implantados na origem dos assentamentos e no início da implantação de jardins e parques públicos na estrutura urbana das cidades brasileiras, constata que estas cidades capitais estão relacionadas aos principais fatos e técnicas na arte de fazer cidades desenvolvidas nos principais centros urbanos de cada época, trazendo respectivamente mudanças e avanços no campo da arquitetura da paisagem no Brasil.

Dos dezesseis estudos de caso, sobressaltam dois em particular. A cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade (1752), primeira capital da capitania de Mato Grosso, foi um deles. É nesta cidade que se consolida o modo de se fazer traçados regulares no território da Colônia. A partir do plano urbanístico desenvolvido para Vila Bela nenhuma outra cidade capital será desenhada fora dos padrões da regularidade, assumindo assim um novo paradigma na paisagem dos núcleos urbanos brasileiros. Além disso, o plano urbanístico para a cidade de Vila Bela apresenta o primeiro jardim projetado em assentamento de origem portuguesa no Brasil: a horta privada localizada na residência do então governador

Antônio Rolim de Moura – desaparecido com o tempo. Este jardim projetado, por interesse, é anterior ao Passeio Público do Rio de Janeiro (1783).

O segundo destaque acontece em 1893, ano do plano urbanístico de Belo Horizonte, a nova capital mineira fundada em 1897. Esta cidade capital possui, desde seu projeto, a proposta de um parque público implantado no espaço intraurbano. Este parque foi idealizado dentro dos preceitos de higienismo, sanitarismo e embelezamento, em voga desde meados século XIX, tendo por finalidade dispor a cidade de um lugar para as pessoas desempenharem as funções de lazer ao ar livre. Assim surgia numa cidade concebida *a priori* o elemento parque público, objeto indispensável ao cenário de qualquer grande cidade que quisesse representar modernidade e inovação.

As observações contidas nessa Tese, portanto, perpassam a intenção inicial que ela se propôs de mostrar o panorama da arquitetura da paisagem no Brasil a partir da paisagem das cidades capitais que mudaram de sede. À medida que se aprofundou a investigação sobre a paisagem de cada um dos dezesseis núcleos urbanos originais, percebeu-se características peculiares ao conjunto de assentamentos investigados, permitindo a leitura aproximativa e respectiva reunião em grupos de cidades. Dos aspectos que favoreceram tal taxonomia das estruturas urbanas estão decisões políticas, referentes a situação do assentamento, assim como decisões da atividade econômica desenvolvida no núcleo urbano, apontadas no Capítulo 4.

No conjunto da obra, ao se confrontar as dezesseis cidades capitais, a partir de dois momentos específicos: sua fundação e o cenário atual de seus centros históricos, observou-se em que momento a regularidade dos traçados acontece no recorte espacial estabelecido. Igualmente foi identificado o paralelo entre a criação dos primeiros jardins projetados no Brasil Colônia com o recorte temporal e espacial da pesquisa. Compreendeu-se, mesmo com espectro reduzido de casos frente ao existente, como os planos urbanos foram reestruturados em seus desenhos para alinhar os elementos naturais, valorizando a vegetação em seu espaço urbano, dando início aos primeiros núcleos urbanos que materializam as preocupações do projeto urbano e elementos da natureza como partes indissociáveis. Do conjunto apresentado, como já sinalizado, duas cidades capitais – Vila Bela da Santíssima Trindade e Belo Horizonte – representam momentos de ruptura e transição no campo da arquitetura da paisagem no Brasil, com elementos que evidenciam a evolução da paisagem.

De maneira sintética, coloca-se alguns pontos observados sobre a evolução do campo da arquitetura da paisagem no Brasil, a partir das cidades capitais estudadas: i.) a paisagem da cidade brasileira tem sua origem nos tipos de assentamentos fundados à época da colonização do território pelos portugueses; ii.) a paisagem da cidade brasileira rompe paradigmas quando as cidades passam de traçado irregular a um traçado totalmente regular, tendendo a forma de tabuleiro xadrez; iii.) a paisagem da cidade brasileira ganha novos paradigmas quando da criação e inserção dos primeiros jardins em suas estruturas urbanas; e iv.) a paisagem da cidade se transforma quando o plano urbanístico proposto para as cidades novas capitais ganha um novo elemento compositivo como elemento de higienização e embelezamento, o parque público.

Ao findar esse trabalho, aponta-se algumas limitações encontradas bem como recomendações para trabalhos futuros, como: i.) verificar de maneira mais profunda o processo de arborização pública das cidades brasileiras, algo que não realizado devido ao tamanho do escopo do trabalho; ii.) estudar de maneira mais detalhada e individual os espaços livres públicos dos dezesseis exemplares com o intuito de se perceber características formais e qualitativas de cada ambiente urbano e de sua paisagem; iii.) averiguar as características fundacionais dessas cidades capitais a partir da elaboração de plantas urbanas para uma melhor percepção do desenho de seus traçados e perceber as relações entre o núcleo fundacional e seu centro histórico atual; e iv.) correlacionar as origens do assentamento com o desenvolvimento das respectivas cidades.

Enfim, possibilidades para um horizonte futuro breve como pesquisadora. Um olhar mais cuidadoso para a formação e transformação do nosso modo de resgatar o passado e dele extrair elementos ocultos, porém importantes na compreensão da arquitetura da paisagem brasileira.

Referências

- AMADO, Janaína e ANZAI, Leny Caselli (org). **Anais de Vila Bela 1734 – 1789**. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato: EdUFMT, 2006.
- ARAUJO, Renata Malcher de. Palácio dos Governadores, Vila Bela da Santíssima Trindade, Mato Grosso, Brasil - Equipamentos e infraestruturas. In: **Patrimônio de influência portuguesa**. 2013. Disponível em: <http://www.hpip.org/def/pt/Homepage/Obra?a=1483>. Acesso em: 11/08/2018
- ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005 (1984).
- BANDEIRA, Maria de Lourdes. Território Negro em espaço branco. São Paulo: Ed. brasiliense, 1988
- BARCELLOS, Vicente. Os parques como espaços livres públicos de lazer: o caso de Brasília. 1999. 214 f. **Tese de doutorado**. São Paulo: FAU-USP, 1999.
- BARTALINI, Vladimir. Áreas Verdes e Espaços Livres Urbanos. **Paisagem ambiente: ensaios**. São Paulo: FAUUSP, n° 1 e 2 (edição especial), 1987.
- BENEVOLO, Leonardo. **A cidade e o arquiteto: método e história na arquitetura**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2009 (1984).
- BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011 (1983).
- BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo: exercícios de paisagem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.
- BRESCIANI, Maria Stella. As sete portas da cidade. **Espaço e Debates: revista de Estudos Regionais e Urbanos**. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, N°. 34, 1991.
- BRUAND, Yves. **L'architecture contemporaine au Brésil**. Editora Perspectiva, São Paulo. 1981.
- CANOVA, Loiva. Antônio Rolim de Moura: Um Ilustrado na Capitania de Mato Grosso. In: **Coletâneas do nosso tempo**, Rondonópolis – MT, v. VII, n° 8, 2008. Disponível em: periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/coletaneas/article/download/109/100. Acesso em: 14.08.2018.

CAPELO FILHO, José e SARMIENTO, Lidia. **Fortaleza Centro: Guia arquitetônico**. Fortaleza: Oficina de projetos s/s LTDA, 2006.

CASTEX, Jean e PANERAI, Philippe. **Notas sobre a estrutura do espaço urbano**. Extraído da revista L'architecture d'aujourd'hui n°153 – dez/70-jan/71. 1971. Tradução de Décio Rigatti

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007 (2000).

CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. **Olinda do Salvador do Mundo**. Editora Asa Pernambuco, Olinda, 1986.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia**. São Paulo: Perspectiva, 2010 (1965).

COELHO, Gustavo Neiva. **O espaço urbano em Vila Boa: entre o erudito e o vernacular**. Goiânia: Ed. da UCG, 2001.

CRAVEIRO, Costa. **Maceió**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. Prefeitura Municipal de Maceió. 1939.

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. Lisboa: Edições 70, LTDA, 2008 (1971).

DELSON, Roberta M. **Novas vilas para o Brasil Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII**. Brasília: Ed. ALVA-CIORD, 1979.

FERNANDES, Patrícia Capanema Alvares. **Transcendências da forma: o projeto, induzido e o espontâneo em Belo Horizonte**. In: **Anais XVII ENAPUR**. São Paulo, 2017.

FERRARE, Josemary Omena Passos. **A cidade de Marechal Deodoro: do projeto colonizador português à imagem do “lugar colonial”**. Maceió: EDUFAL, 2013.

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Desenho Ambiental: uma introdução à arquitetura da paisagem com o paradigma ecológico**. São Paulo: Annablume, 1997.

GOYA, Claudio Roberto e LANDIM, Paula da Cruz. **Uma visão interdisciplinar sobre o estudo da paisagem**. Bauru, SP: UNESP, 1996.

HOWARD, Ebenezer. **Cidades-Jardins de Amanhã**. São Paulo: Editora Annablume, 2002 (1996).

IPHAN. Superintendência do IPHAN em Sergipe. **Conjunto de praças e edificações históricas dos bairros centrais de aracaju estudo para abertura de processo de tombamento federal**. ARACAJU: IPHAN/SE. 2010

KLIASS, Rosa Grena. **Parques urbanos de São Paulo**. São Paulo: Pini, 1993.

KOHLSDORF, G. & KOHLSDORF, M.E. **Ensaio sobre o Desempenho Morfológico dos Lugares**. Brasília: ED. FRBH, 2017.

- KOHLSDORF, Maria Elaine. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: Ed. UnB, 1996.
- LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**, Lisboa: Fundação Calustre Gulbenkian, 2010 (1993).
- LAURIE, M. **Introducción a la arquitectura del paisaje**. Barcelona: Gustavo Gilli, 1983.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- LEITE, Maria Ângela Faggin Pereira. **Destruição ou desconstrução?**. São Paulo: Ed. Hucitec. FAPESP, 1994.
- LEITE, Maria Ângela Faggin Pereira. Em favor da paisagem. **Paisagem ambiente: ensaios**. Especial Miranda Magnoli. São Paulo: FAUUSP, n° 21, 2006.
- LEITE, Maria Ângela Faggin Pereira. Uma Fundamentação geográfica ao paisagismo regional. **Paisagem e ambiente: ensaios**. São Paulo: FAUUSP, 1989.
- LEME, Maria Cristina da Silva (coordenadora). **Urbanismo no Brasil – 1895-1965**. São Paulo. Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM. 1999.
- LEMOS, Carlos A. C. **Como nasceram as cidades brasileiras**. Ed. Studio Nobel. São Paulo, 2016.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Martins Fontes. São Paulo, 1997 (1960).
- MACEDO, Sílvio Soares e SAKATA, Francine Gramacho. **Parques urbanos no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo e Imprensa Oficial do Estado, 2010.
- MACEDO, Sílvio Soares. **Editorial. Paisagem ambiente: ensaios**, São Paulo: FAUUSP, n.37, 2016.
- MACEDO, Sílvio Soares. **Quadro de paisagismo no Brasil**. São Paulo: FAU/USP, 1999.
- MAGNOLI, Miranda e KLIASS, Rosa Grena. Áreas verdes de recreação: município de São Paulo. **Paisagem ambiente: ensaios**. Especial Miranda Magnoli. São Paulo: FAUUSP, n° 21. 2006 (1986)
- MAGNOLI, Miranda Martinelli. Em busca de “outros” espaços livres de edificação. **Paisagem ambiente: ensaios**. Especial Miranda Magnoli. São Paulo: FAUUSP, n° 21. 2006.
- MANSO, Celina Fernandes Almeida (org.). **Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico – dossiê de tombamento**. Goiânia: Seplan, 2004.
- MARX, Burle. **Arte e Paisagem: conferências escolhidas**. São Paulo: Editora Nobel, 1987.

- MARX, Murillo. **Cidade Brasileira**. São Paulo. Melhoramentos/EDUSP, 1980.
- MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1991 (1961).
- PANERAI, Philippe; CASTEX, Jean; DEPAULE, Jean-Charles. **Formas urbanas: a dissolução da quadra**. Bookman, Porto Alegre, 2013 (2009).
- PANZINI, Franco. **Projetar a natureza: arquitetura da paisagem e dos jardins desde as origens até a época contemporânea**. Editora Senac, São Paulo, 2013.
- PENNA, José O. de Meira. **Quando mudam as capitais**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. (1958).
- PEREIRA COSTA, Stael de Alvarenga e MACIEL, Marieta Cardoso et al. A evolução dos espaços livres de Belo Horizonte. In: CAMPOS, Ana Cecilia Arruda e QUEIROGA, Eugenio Fernandes et al (org). **Sistema de espaço livre: conceitos, conflitos e paisagens**. São Paulo: FAUUSP, 2011.
- RAMA, Ángel. **A cidade das letras**. São Paulo: Boitempo, 2015 (1983)
- REIS FILHO, Nestor Goulart (org). **Robert Smith e o Brasil: cartografia e iconografia**. Brasília: IPHAN, 2012.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução urbana do Brasil: 1500-1720**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. Ed. Universidade de São Paulo. 1968.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil (CD-ROM)**. CNPq / FAPESP / IPHAN, São Paulo, 2000.
- REIS, Carlos Madson. **Gestão de Centros Históricos no Brasil: As cidades patrimônio mundial, o caso de Brasília e São Luís. Tese de doutoramento**. Brasília: Programa de pós-graduação da FAU UnB, 2011.
- RIBEIRO, A. R. S. C. O projeto, as funções e o uso dos parques urbanos do Recife. **Paisagem e ambiente: ensaios**, São Paulo, p. 167, 1997.
- RODRIGUES, Maria da Assunção Pereira. **Ressignificação histórico-social da praça na cidade média brasileira: análise das praças de Formosa / Goiás. Tese de doutoramento**. Brasília: Programa de pós-graduação da FAU UnB, 2016.
- ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- ROMERO, Marta Adriana Bustos. **Arquitetura Bioclimática do espaço público**. Brasília: Editora da UnB. 2001
- SANTOS, Emmanuel Antônio dos. **AS PAISAGENS DO PLANO E OS PLANOS DA PAISAGEM: Da paisagem no planejamento ao planejamento com a paisagem. Tese de doutorado**. São Paulo: FAU USP, 2002.

SANTOS, Emmanuel Antônio dos. Paisagem – abordagem e investigação. **Paisagem e ambiente: ensaios**. São Paulo, 1989.

SANTOS, Milton. Da paisagem ao espaço: uma discussão. In: **Anais do 2ª Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo do Brasil**. São Paulo: Universidade São Marcos/ FAUUSP: Unimarco Editora, 1996.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Ed. Studio Nobel LTDA, 1997 (1985).

SANTOS, Paulo F. **Quatro Séculos de Arquitetura**. Barra do Piraí, Rio de Janeiro: Fundação Educacional Rosemar Pimentel, 1977.

SANTOS, Paulo Ferreira. **Formação de cidades no Brasil Colonial**. Ed. UFRJ/IPHAN. Rio de Janeiro, 2008 (1968).

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público: jardins no Brasil**. São Paulo. Studio Nobel: FAPESP, 1996. (Cidade Aberta)

SEGAWA, Hugo. Arquitetura paisagística até 1930 in FARAH et all (Org). **Arquitetura paisagística contemporânea no Brasil**. São Paulo: Ed. SENAC, 2010.

SENNET, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. Editora Companhia das Letras, São Paulo, 1998 (1974).

SERPA, Ângelo. Os Espaços livres de Edificação nas Periferias Urbanas um Diagnóstico Preliminar em São Paulo e Salvador. **Paisagem ambiente: ensaios**, São Paulo: FAUUSP, n.10, p.189-216, 1997

SERRA, Geraldo. O espaço natural e a forma urbana. São Paulo. Editora: Nobel. 1987.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. **Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí**. Belo Horizonte: Ed. Autor, 2007.

SITTE, Camilo. **Construção de Cidades Segundo Seus Princípios Artísticos**. São Paulo: Ed. Ática S.A, 1992 (1889).

SPIRN, Anne Whiston. O jardim de granito: a natureza no desenho da cidade. São Paulo: Edusp, 1995.

TEIXEIRA, Manuel C. **A forma da cidade de origem portuguesa**. São Paulo: Editora Unesp: Imprensa Oficial, 2012.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais: 1500-1800**. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

TREVISAN, Ricardo. **Cidades Novas. Tese de doutoramento**. Brasília: Programa de pós-graduação da FAU UnB, 2009.

Sítios Eletrônicos

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart535046/cart535046.html>. Acesso em: 2 ago. 2018. Disponível em: Localização: Cartografia - ARC.029,05,008 ex.1 cartografia

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart451497/cart451497.jpg>. Acesso em: 2 ago. 2018. Localização: Cartografia - ARC.012,04,001on

CASARUIBARBOSA, 2018. Disponível em: <http://www.casaruiarbosa.gov.br/glaziou/img/campo/mapa.jpg>. Acesso: 26.07.2018.

Central Park de Nova Iorque. Fonte: <https://lovingnewyork.com.br/wp-content/uploads/2015/05/Cental-Park-Air.jpg>. Acesso: 08.09.2018 Fonte: <https://www.emeraldnecklace.org/park-overview/emerald-necklace-map/>. Acesso: 08.09.2018

<https://crcfundacpiaui.wordpress.com/> Coordenação de Registro e Conservação – CRC/SECULT (2018). Acesso em: 08.09.2018

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart451497/cart451497.html>. Acesso em: 2 ago. 2018

EMERALD, 2018. Site: <https://www.emeraldnecklace.org/park-overview/emerald-necklace-map/>. Acesso: 08.09.2018

<http://lisboahojeontem.blogspot.com/2012/11/passeio-publico-avenida-da-liberdade.html>. Acesso: 26.07.2018

http://visit.rio/que_fazer/quinta-da-boa-vista/. Acesso: 07.09.2018

<http://www.casaruiarbosa.gov.br/glaziou/img/campo/mapa.jpg>. Acesso: 26.07.2018

http://www.cultura.gov.br/por-dentro-do-ministerio/-/asset_publisher/dhdgdV8fiG9W/content/parque-do-carmo-70139/10883. Acesso em: 03.08.2018

<http://www.historiadeportugal.info/passeio-publico-do-rossio/>. Acesso: 26.07.2018

<http://www.museunacional.ufrj.br/dir/omuseu/omuseu.html>. Acesso: 07.09.2018

<http://www.passeiopublico.com/construcao.asp>. Acesso: 26.07.2018

http://www.unoparead.com.br/sites/museu/exposicao_indigena/indio04.html#. Acesso em 26.07.2018

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/barcelos/historico>. Acesso em: 02.09.2018.

<https://lovingnewyork.com.br/wp-content/uploads/2015/05/Cental-Park-Air.jpg>. Acesso: 08.09.2018

<https://www.dicio.com.br/capital/>. Acesso:19.08.2017

<https://www.dicio.com.br/tautologico/> Acesso: 02.09.2018

<https://www.emeraldnecklace.org/park-overview/emerald-necklace-map/>. Acesso: 08.09.2018

<http://lisboahojeontem.blogspot.com/2012/11/passeio-publico-avenida-da-liberdade.html>. Acesso: 26.07.2018.

LOVINGNEWYOK, 2018. Site <https://lovingnewyork.com.br/wp-content/uploads/2015/05/Cental-Park-Air.jpg>. Acesso: 08.09.2018

<http://www.passeiopublico.com/construcao.asp>. Acesso: 26.07.2018.

SOUSA, Giuliana de Brito. 2006. Acervo fotográfico.

http://www.unoparead.com.br/sites/museu/exposicao_indigena/indio04.html#. Acesso em 26.07.2018.

Referências sobre pesquisas no campo da arquitetura da paisagem mencionadas na tese

ALEX, Sun. **Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público**. São Paulo: SENAC, 2008.

BARCELLOS, Vicente. **Os parques: velhas ideias e novas experiências**. Paisagem e ambiente: ensaios. São Paulo: FAUUSP, n. 13, p. 49-71, 2000.

CAMPOS, A. C. A.; COSSIA, D.; MACEDO, S.S.; PRETO, M. H.; ROBBA, F. **Análise do Sistema de Espaços Livres da Cidade Brasileira – uma metodologia em construção: estudo de caso para o município de São Paulo. Paisagem Ambiente: ensaios - n. 26 - São Paulo - p. 197 - 210 – 2009.**

COCOZZA, G. de P. LUCIMARA, A. de O. SANTIAGO, A. A. SOUSA, D. de A., COELHO, J. S. **Palmas: por um sistema de espaços livres**. Paisagem Ambiente: ensaios - n. 26 - São Paulo - p. 73 - 87 – 2009

COSTA, S. A. P.; ALVARES, L. C.; et al. **Os Espaços Livres na paisagem de Belo Horizonte. Paisagem Ambiente: ensaios - n. 26 - São Paulo - p. 51 - 72 – 2009.**

FONTES, Nádia. **Proposta metodológica para planejamento de sistemas de espaços livres: ribeirão preto – SP**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro-SP, 2009.

GONÇALVES, Fábio Mariz. **Discussões sobre o papel dos espaços livres públicos nos bairros de elite contemporâneos. Paisagem Ambiente: ensaios, n. 15, p. 9 – 33, São Paulo, 2002.**

LEITÃO, Lúcia (org). **As praças que a gente tem, as praças que a gente quer: manual de procedimentos para intervenção em praças**. Recife: Secretaria de de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, 2002.

LOPES, Wilza Gomes Reis, SOUSA, Giuliana de Brito, ALVES, Marta Raquel da Silva. Espaços livres urbanos: levantamento e análise de praças de bairros periféricos de Teresina (Zonas Sul, Leste e Norte). **Relatório final programa primeiros projetos – PPP. FAPEPI/CNPq - N.º 001/2003**. Teresina, 2006.

MACEDO, Silvio Soares; ROBBA, Fabio. **Praças Brasileiras**. São Paulo: Edusp, 2002

SÁ CARNEIRO, A. R. Espaços livres do Recife. In: VI Encontro nacional de ensino de paisagismo em escolas de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – VI Enepea. **Anais**. Recife, 2000.

SÁ CARNEIRO, A. R; DUARTE, M.; MARQUES, E.A. A conservação da paisagem na perspectiva de um Sistema de Espaços Livres Públicos do Recife. **Paisagem Ambiente: ensaios** - n. 26 - São Paulo - p. 127 - 141 – 2009.

SOUSA, Giuliana de Brito, LOPES, Wilza Gomes Reis, ALVES, Marta Raquel da Silva. Espaços Livres Urbanos: A interrelações de funções dentro da escala bairro In: VIII Encontro Nacional do Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – VIII Enepea. **Anais**. São Paulo, 2006.

SOUSA, Giuliana de Brito. **Análise de Parques de Beira-Rio em Teresina-PI**. 2009.139f Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

TARDIN, Raquel. **Espaços Livres: Sistema e Projeto Territorial**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

ⁱ “71- Olinda - ca. 1630. Imagem sem título [Planta de Olinda]. autor: não identificado. fonte: Original manuscrito do Algemeen Rijksarchief, Haia. Existe no Algemeen Rijksarchief de Haia um desenho original que mostra uma planta de Olinda, sem título, sem data e sem o nome do autor, até agora inédito. Gonsalves de Mello observa que em carta de 6 de abril de 1630 o Coronel Waerdenburch informa que "com esta vai uma planta desta cidade (Olinda), o melhor que o conseguiu fazer um pintor; a do engenheiro Commersteijn ainda está por concluir e será enviada na primeira oportunidade" (GONSALVES DE MELLO - 1976). Temos aí portanto dois autores possíveis para esse trabalho, como temos a referência à existência de uma planta sendo enviada para Amsterdam em 1630, que poderia ser a mesma. A hipótese levantada por Gonsalves de Mello é consistente, uma vez que já no ano seguinte os holandeses perderiam o interesse pela antiga sede da capitania e mandariam incendiar seus principais edifícios. Entretanto, em 1630 ainda era importante para a diretoria da Companhia das Índias Ocidentais, em Amsterdam, conhecer detalhes sobre a povoação, para deliberar sobre suas condições de defesa e possibilidades de desenvolvimento, sendo essas alternativas rechaçadas e deliberada a destruição pelo incêndio. O arruamento é indicado de duas formas diversas. As ruas mais importantes, certamente já ocupadas, são registradas com traços mais fortes. Entre estas, sobretudo no interior das quadras maiores, são indicados de forma tênue caminhos ou ruas, provavelmente em formação, da mesma maneira que as estradas fora da vila. Se observarmos as relações entre as linhas que unem os principais edifícios, poderemos constatar que o desenho denominado "MARIN

D'OLINDA" foi tomado a partir do ponto situado na extremidade esquerda e na linha inferior desta planta". (REIS FILHO, 2000, CD ROM)

ii "91- Recife – 1739. "PLANTA DO PROJECTO DE FORTEFICAÇÃO DA VILLA DO RECIFE DE PERNAMBUCO". autor: Diogo da Silveira Velloso. fonte: Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. Esse estudo forma um par com o anterior (PERNAMBUCO - 90) cujas observações devem ser lidas, no que se refere ao autor do trabalho, Diogo da Silveira Velloso. Viterbo observa e indica a existência de uma outra versão desse mesmo desenho, informando tratar-se do primeiro estudo sobre fortificação elaborado por Velloso para o núcleo inicial de povoamento do Recife, formado em época anterior aos holandeses (VITERBO - 1988, vol. III, págs. 49-50). O desenho é muito semelhante ao levantamento existente no Arquivo Distrital de Évora (PERNAMBUCO - 98), indicado por Menezes (MENEZES - 1988, pág. 33)". (REIS FILHO, 2000, CD ROM)

iii SERGIPE 47- São Cristóvão - ca. 1631"Pauoação de S. Chsristovão Capitania de Sirigipe" autor: João Teixeira Albernaz. fonte: Detalhe de um original manuscrito que integra o atlas de João Teixeira Albernaz, da Mapoteca do Itamarati (Ministério das Relações Exteriores), Rio de Janeiro. A antiga vila é aqui representada de modo esquemático, como era comum nos atlas (que tinham principalmente objetivos geográficos). São indicadas três igrejas e um cruzeiro. A vila de São Cristóvão foi fundada em cerca de 1590 por Cristóvão de Barros, quando exerceu interinamente as funções de Governador Geral. Ocupou a região, dominou os indígenas, garantindo as ligações por terra entre Bahia e Pernambuco. A povoação representada nesse desenho, que ficava cerca de meia légua acima da foz do Rio Cotindiba, foi incendiada pelos holandeses em 1637. A cidade atual, terceira com essa denominação, fica junto ao rio Paramopama, que é um ramo do Vaza-barris (CASAL - 1817-1976, pág. 250). (REIS FILHO, 2000, CD ROM)

iv 53- Marechal Deodoro - ca. 1637-1645 (1647)."ALAGOA AD AUSTRVM". autor: Frans Post. fonte: Gravura que ilustra o livro de Barlaeus (BARLAEUS - 1647), estampa nº 15. Exemplar pertencente à Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Trata-se de uma gravura, com base em um desenho de Frans Post, assinada por aquele artista, sobre um tronco de coqueiro, caído no lado esquerdo da parte inferior da imagem. A estampa traz uma legenda, que permite identificar na parte central a igreja na área fortificada (A), protegida com uma cerca de madeira e, nas proximidades, algumas casas. Sob a cerca de madeira, é possível constatar a existência de um muro, uma espécie de cerca de faxina, isto é, construída com feixes de paus amarrados e terra socada. Na direção da igreja, podemos observar a existência do que poderia ser uma porta de entrada para a área fortificada. O desenho deve ter sido tomado pelo lado sul, de sorte que não se pode ver a parte urbanizada. Comparando com a estampa denominada "Pagus Alagoae Australis", pode-se perceber exatamente o ponto de vista do artista, que deixava à sua direita a lagoa, situando-se à margem do Caminho do Conde, em direção à vila. O artista assinala ainda, junto à lagoa, algumas casas de pescador e, à sua esquerda, alguns coqueiros. Em toda a sua modéstia, essa era por volta de 1640 a Vila de Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul, atual cidade de Marechal Deodoro. (REIS FILHO, 2000, CD ROM)

v 144- Oeiras - Finais do século XVIII. "OEYRAS DO PIAUHI". autor: não identificado. fonte: Original manuscrito da Biblioteca Nacional, Lisboa. Oeiras foi criada em 1718, sendo então vila da Mocha. Foi elevada à condição de cidade durante a administração do Marquês de Pombal, então Conde de Oeiras, que lhe emprestou o nome. Foi durante muito tempo a sede do governo da Capitania do Piauí. Este desenho, do mesmo autor da "Copia da Villa de S. João da Parnaíba" (PIAUI - 142), é ainda mais tosco, como forma de representação. Vemos à direita a igreja do Rosário, tendo à sua esquerda o "Palácio", isto é, a residência do governador da Capitania. Ao centro a Matriz e ao seu lado direito o pelourinho, com a Câmara pouco mais abaixo. À esquerda do desenho, ainda em obras, a igreja da Conceição. (REIS FILHO, 2000, CD ROM)

vi 234- Ouro Preto - ca. 1775-1800. "Mappa de Villa Rica". autor: Manoel Ribeiro Guimarães. fonte: Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. Vila Rica, hoje Ouro Preto, foi o mais importante centro populacional de Minas Gerais, durante o Período Colonial. Foi elevada à sede de município em 1711, com o título de Vila Rica de Albuquerque, pelo 1º Governador da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho. A vila assim criada reuniu duas paróquias vizinhas: a de Antonio Dias (dos paulistas) e a de Pilar (dos portugueses). Para consolidar a vila e unificar seus dois segmentos, a administração foi instalada em um setor intermediário, em que foi aberta a Praça Tiradentes, com a instalação do Palácio dos Governadores e mais tarde, do lado oposto, a Casa de Câmara e Cadeia. Neste desenho, provavelmente do último quartel do século XVIII, vemos o casario da cidade dispondo-se quase todo ao longo de um único percurso, com a forma de um grande "Z", acompanhando em dois longos trechos a linha geral do principal curso d'água, no fundo do vale, sendo que

em apenas uma parte, na vertical do "Z", o percurso seria perpendicular aos outros dois, para acompanhar um segundo curso d'água. A praça central é indicada pela presença da fortaleza, na qual se instalava o Palácio dos Governadores, de um lado, e o retângulo da Casa de Câmara e Cadeia do outro. A praça Tiradentes só foi completada no último quartel do século XVIII, com algumas demolições, pela unificação de duas praças anteriores, formadas à frente dos dois edifícios principais, mas até então sem continuidade entre si. Com base nessa informação, podemos supor que esse desenho corresponda a um levantamento do último quartel do século XVIII. (REIS FILHO, 2000, CD ROM)

^{vi} 274- Cuiabá - [1770-1775] "Plano do Cuyabá". autor: não identificado. fonte: Original manuscrito do Arquivo Histórico do Itamarati (Ministério das Relações Exteriores), Rio de Janeiro. Esse desenho é muito semelhante a outro, existente no Arquivo Histórico do Exército (MATO GROSSO - 275). Pela forma de representação e recorte no papel, poderíamos dizer que o outro é cópia deste. Isa Adonias considera que esse desenho poderia ser de 1803 (ADONIAS - 1993, pág. 347), mas acreditamos que poderia ser bem mais antigo. O desenho não está datado, mas devemos observar que, comparado com o "Plano da Villa" de 1786 (MATO GROSSO - 276), constatamos que o último apresenta uma área construída mais ampla do que o desenho referido. Comparando com a planta de 1777, constatamos ser também anterior. Assim, devemos considerar que foi elaborado provavelmente entre 1770 e 1775 ou mesmo antes, pois nessa fase o crescimento da vila seria muito lento. (REIS FILHO, 2000, CD ROM)

^{viii} 260- Vila Boa (cidade de Goiás) - ca. 1790. Planta da antiga Villa Boa dos Goyazes".autor: não identificado. Fonte: Original manuscrito que integra o álbum "Prospectos De Cidades, Villas, Povoaçãoens, Fortalezas, e Edifícios, Rios, e Cachoeiras Da Expedição Philosophica do Pará, Rio Negro, Mato Grosso, e Cuyabá. Originaes", vol. 2º, pertencente ao Museu Botânico Bocage, Lisboa. Esta planta mostra Vila Boa com seu núcleo inicial de traçado bastante irregular e alguns trechos já com alguma disciplina urbanística, nos termos da reforma urbanística definida pelo governador Luís da Cunha Menezes em 1778 (DELSON - 1997, pág. 82). Existe um desenho praticamente idêntico no Acervo da Casa da Ínsua, em Castendo, Portugal. (REIS FILHO, 2000, CD ROM)

^{ix} 281- Vila Bela – 1773. "Novo Projecto para a continuação do Plano primitivo desta V.a q. o Ill.mo e Ex.mo S.r LUIZ DALBUQUERQUE DMELLO PEREIRA E CACERES, Gov.or e Cap.am Gen.al desta Capitania, mandou deliniar; E ordena q. se observe exactamente/25 de 9bro. de 1773". autor: não identificado. fonte: Original manuscrito de propriedade da família Albuquerque, pertencente ao acervo da Casa da Ínsua, em Castendo, Portugal. Luís de Albuquerque iniciou sua administração em 1771 e, cumprindo as ordens recebidas, deu continuidade aos planos de construção da nova sede da Capitania de Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade. Comparando essa planta com outras, posteriores, vemos que tem uma série de quadras longas, a sudoeste do palácio, contrastando com o padrão seguido posteriormente, que se aproximava do xadrez. O Palácio, com seu jardim aos fundos, ocupava uma faixa equivalente ao comprimento de três ou quatro quadras. À esquerda da praça, em meio a uma quadra pouco edificada, vemos a "Caza da oPra", o teatro ou Casa da Ópera, em que eram encenados espetáculos com relativa frequência. Moura nos informa que em Cuiabá na mesma Capitania, em alguns decênios, foram encenados cerca de 80 diferentes espetáculos (MOURA - 1976). (REIS FILHO, 2000, CD ROM)

* COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL (MG). Planta geral da cidade de Minas: organizada sobre a planta geodésica, topográfica e cadastral de Belo Horizonte. [S.l.]: [s.n.], 1895. Escala 1:28.000 Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart535046/cart535046.html>. Acesso em: 2 ago. 2018. Disponível em: Localização: Cartografia - ARC.029,05,008 ex.1 cartografia

^{xi} TOURNIER, Reginaldo M. Frei. **Mapa do estado de Goiaz**. Goiânia: J. Camara & Irmaos, 1939. 1 mapa, col., 100 sx 60cm. Escala 1:2.000.000. ((W53°14' - W45°55'25" / S5°10' - S19°27'50")). Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart451497/cart451497.html>. Acesso em: 2 ago. 2018. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart451497/cart451497.jpg>. Acesso em: 2 ago. 2018. Localização: Cartografia - ARC.012,04,001 on